

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Doutorado em Ciências Sociais

Área: CULTURA E POLÍTICA

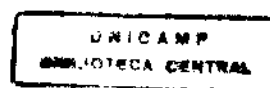
Prof. Orientador: Antônio Augusto Arantes

Tese de Doutorado

***A INSTITUCIONALIZAÇÃO
DO JORNALISMO NO BRASIL:
1808 - 1964***

Lavina Madeira Ribeiro

Março
1998

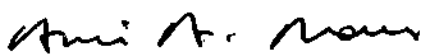


O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL: 1808 - 1964

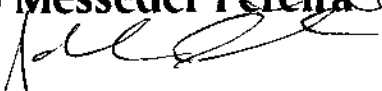
**Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr.
Antônio Augusto Arantes.**

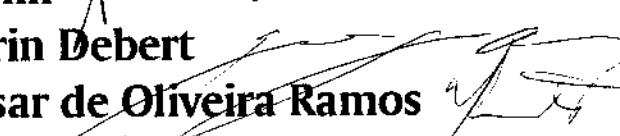
**Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 09. 03. 1998.**

Banca:


Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes


Prof. Dr. Carlos Alberto Messeder Pereira


Prof. Dr. Gabriel Cohn


Profa. Dra. Guita Grin Debert


Prof. Dr. Murilo César de Oliveira Ramos

Março de 1998

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Ribeiro, Lavina Madeira
R 354 i A institucionalização do jornalismo no Brasil : 1808- 1964 /
Lavina Madeira Ribeiro . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Antônio Augusto Arantes..
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunicação - Aspectos sociais - Brasil - 1808-1964.^x
2. Imprensa - Brasil - 1808-1964.^x 3. Jornalismo - Brasil- 1808-1964.^x
I. Arantes, Antônio Augusto. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Para
Augusto e Marcos
meus dois super-heróis.

Agradecimentos

Muitas das decisões tomadas neste trabalho são devedoras da competência, da atenção mas, sobretudo, da amizade de alguns companheiros de percurso, aos quais serei sempre grata, em particular, aos amigos Edson Farias, Inês Vitorino, Elizabeth Rondelli, Luís Signates e Murilo César Ramos.

Agradeço, especialmente, à meticulosa orientação que recebi do Professor Antônio Arantes. Suas considerações ensinaram-me o caminho de um rigor reflexivo ao mesmo tempo, aberto e coerente, generoso e responsável, sem o qual, não teria sido possível viabilizar os resultados aqui obtidos.

Abstract

This work explores the origin and development of press in Brazil as a distinctive modern institution created and organized through simultaneously, the demands of society and the specificities of its own material and symbolic resources. This is not a history of press, this is a reflexive work searching for the structural and processual elements which conformed its historical transformations and diferencial agency in time and space. These elements are updated into a theoretical arena made by the intersections of some different but articulated ways of thinking the complex process of interactivity and reflexivity generated into the public spaces of modern societies.

The present analysis reconstructs the most substantial changes in the Brazilian journalistic practice, specially at the city of Rio de Janeiro, since the beginning until its contemporary institutional basic configuration. The institutionalization of press is thought in the movement of its historical agency and material structuration as a particular cultural practice working according to some premises, procedures and racionality given by Habermas' philosophical fundaments of modernity and his reconstructive method built in the public space pattern. Also in accordance with the dinamic of culture focused by the 'cultural studies', with its traditions, ruptures, changes and discontinuities renovating and condesing a largely increasing internal referential system with constitutes the specific sphere of communication.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

01. Considerações Teórico-Metodológicas	03
02. Desenvolvimento do Tema	13

CAPÍTULO I

A IMAGINAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA

01. Antecedentes	23
02. O Surgimento da Imprensa no Brasil	28
03. A Imaginação de uma Esfera Pública Brasileira	32
04. A Emergente Esfera Pública Brasileira	52

CAPÍTULO II

IMPrensa E PARLAMENTO:

UMA RELATIVA CONFUSÃO DE FRONTEIRAS

01. O Público, a Imprensa e o Império	71
02. Ruy Barbosa: Apogeu e Declínio de um Modelo	81

CAPÍTULO III

IMPrensa E ESFERA PÚBLICA

COMO FINS EM SI MESMAS

01. Reconsiderando as Noções de Público e Privado	87
02. Novas Configurações Institucionais da Imprensa	108

CAPÍTULO IV

IMPrensa E LITERATURA

01. A Emergência da Experiência Pública Literária	147
02. A Prática Literária no Ambiente Jornalístico	157
03. Mudanças Qualitativas na Ambição	
Formal e Temática do Jornalismo	
03.1 A Contribuição de João do Rio	177
03.2 O Contraponto de Lima Barreto	221
04. A Tendencial Especificidade Institucional do Jornalismo	226

CAPÍTULO V

IMPrensa E SOCIEDADE

01. A Radiofusão e a Ampliação da Esfera Pública	249
02. Imprensa, Política e Industrialismo	271
03. A Dinâmica das Instituições Culturais Contemporâneas	279
04. O Processo de Configuração da Contemporânea	
Especificidade Institucional da Imprensa no Brasil	
04.1 As Mudanças Infraestruturais	294
04.2 O Agenciamento Político da Imprensa	304
05. Fundações Contemporâneas de Legitimação	
do Discurso Jornalístico	317

CONCLUSÃO	337
------------------	------------

Referências Bibliográficas	347
-----------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

01. ORIENTAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Há dois tipos de esforços que coexistem neste trabalho de pesquisa e reflexão. Um deles concerne à identificação contínua de elementos (em suas configurações históricas transformáveis) e de suas respectivas propriedades que asseguram, para além dos recortes conjunturais, uma permanente (mesmo que mutável) consistência de caráter estrutural ao processo de desenvolvimento das instituições de comunicação no Brasil. O outro concerne à identificação das práticas, das formações e ações que intervêm sobre as tendenciais regularidades estruturais deste processo como forças contraditórias, oposicionais, inovadoras e contingenciais responsáveis pela particularidade de suas configurações e seus atributos inerentes de imprevisibilidade, fragilidade, transformação e expansão deste mesmo processo.

Este primeiro tipo de atenção teórico-metodológica de, reconhecidamente, forte matiz estrutural, foi o recurso encontrado para a construção das fundações básicas que sustentam objetivamente a hipótese original e central de todo o trabalho, qual seja, a defesa de uma especificidade institucional das práticas comunicativas desde a sua emergência na era moderna até a época contemporânea. Há a hipótese da existência de uma linha de continuidade destas práticas que as impediu, até os dias atuais e, mais claramente agora do que em épocas passadas, de dissolverem-se e pulverizarem-se em outros setores da prática social historicamente institucionalizada. Se isto não ocorreu (e, muito pelo contrário, há indícios recentes de supremacia das instituições de comunicação em relação às demais instituições sociais) é porque há algo que unifica e confere especificidade interna às práticas

de comunicação, que as qualifica como um espaço particular ou, mais genericamente, como uma estrutura *sui generis*.

Há, a princípio, a evidência histórica de um percurso institucional singular das práticas comunicativas que só pode ter-se diferenciado institucionalmente daquele das demais práticas socialmente legitimadas se alojado e auto-referenciado em um espaço próprio de existência, em um espaço necessariamente organizado numa estrutura particular de recursos materiais, de normatizações, de habilidades e de regras de discursividade com a sociedade, com o seu “público” imaginado e concretamente conquistado. O esforço analítico de influência estruturalista resulta, além disto, do fato de que as práticas comunicativas, desde as suas origens históricas mais remotas até os dias de hoje (e agora de modo inequívoco e determinante) têm como pressuposto necessário e fundamental de existência, a manipulação de recursos materiais, o domínio de técnicas e habilidades que conferem uma substantiva e particular **materialidade** às suas manifestações e aos termos das suas condições objetivas de sedimentação e de transformação espaço-temporal. Raymond Williams foi um dos autores mais importantes na ênfase à relevância que deve ser dada analiticamente às condições materiais constitutivas de todo o processo cultural. Ele é o autor que, em grande parte, influenciou a proposta aqui esboçada de associação de procedimentos teórico-metodológicos objetivistas e subjetivistas no âmbito da análise do mesmo objeto de estudo. Algo que, metodologicamente, começou a ser explicitado na sua fuga inicial ao relativismo historicista, onde ele desenvolve o que vem a ser o conceito de cultura como “a whole way of life” e o correspondente procedimento analítico a ser considerado:

“to see the study of culture as the study of relations between elements in a whole way of life; to find ways of studying structure, in particular works and periods, which could stay in touch with and illuminate particular art-works and forms, but also forms and relations of more general social life.”¹

¹ WILLIAMS, Raymond. “Literature and Sociology - in Memory of Lucien Goldmann”, em Problems in Materialism and Culture. London, Verso, 1980, p. 20.

E que continua nas reflexões sobre a sua “teoria marxista da cultura”, onde pensamento, ação e produção material devem compreender-se mutuamente numa rede complexa de inter-relações. Há sempre a preocupação com a necessidade de abranger analiticamente a dimensão estrutural, material e institucional dos fenômenos culturais contemporâneos. Nas suas considerações e estudos das instituições de comunicação esta preocupação é bastante enfatizada, chegando a detalhamentos bastante explícitos dos níveis de análise da dimensão estrutural destas instituições. Foi Raymond Williams, inclusive, quem alertou para a necessidade de se considerar teórica e analiticamente os processos comunicativos contemporâneos no campo conceitual das “instituições culturais contemporâneas”, segundo ele, os mais importantes dentre todos os outros na atualidade. Ele foi um dos poucos autores a não desprezar a importância cultural singular dos processos comunicativos; a atribuir-lhes um *status* de objeto particular de conhecimento com exigências próprias de decodificação teórico-analíticas; a conferir-lhes a solidez e complexidade da condição de serem um espaço e uma prática institucionalizados e, além disso, de terem elementos próprios de estruturação e de intervenção no campo social.

Há, no âmbito das análises institucionais de R. Williams, o reconhecimento de certos elementos singulares aos processos comunicativos que, inevitavelmente, estão vinculados a processos outros mais claramente movidos sob o domínio da permanência de certas regularidades e normatividades estruturais das sociedades contemporâneas. Elementos como, por exemplo, seus padrões gerais de produção de informação, seus recursos tecnológicos, suas condições político-jurídicas de propriedade, funcionamento e manifestação e outros tantos ligados à fixação de certas rotinas e continuidades nos processos comunicativos compatíveis com aquelas das demais instituições políticas, econômicas e culturais das sociedades contemporâneas. Raymond Williams fez, inclusive, uma detalhada descrição da metodologia de análise destes elementos quando esteve envolvido nas reflexões sobre as possibilidades de transpor para a esfera das práticas culturais, o arsenal categorial e conceitual básicos do materialismo histórico; quando propôs analisar a história e o desenvolvimento das instituições de comunicação como “meios de

produção” privilegiando a relação entre sua “história produtiva” e as “formas humanas de trabalho e organização social”.²

Acredita-se que o recurso do autor à abordagem estrutural decorre da sua sempre clara perspectiva das instituições de comunicação como instâncias únicas. E esta é a razão básica para a incorporação deste tipo de abordagem ao processo de exploração das hipóteses aqui assumidas. Hipóteses que resultam de insatisfações com abordagens que insistentemente e negligentemente se recusam a atribuir uma singularidade estrutural e institucional às práticas comunicativas, vistas, sobremaneira, como “meios” ou “canais” por onde as demais instituições sociais, grupos e indivíduos fazem seus jogos e tecem suas teias de poder e interação social. Há, neste sentido, um intuito de caráter também reivindicatório e político (aqui pensando um pouco nos conflitos de poder dentro do campo acadêmico descritos por Bourdieu) de delimitação de fronteiras **objetivas** de uma prática social, argumentativa e demonstravelmente singular que precisa desvencilhar-se das incorporações, submissões e desdêns aos quais foi sujeita por grande parte das linhas hegemônicas de reflexão acadêmica em seus diversos campos. E o caminho encontrado para tal delimitação de fronteiras estruturais singulares consiste na busca da identificação empiricamente observável de elementos que asseguram uma permanência histórica específica destas fronteiras no decorrer de sua longa existência espaço-temporal. Daí porque o privilégio analítico recai sobre e pressupõe todo o processo de emergência e desenvolvimento das práticas comunicativas institucionalizadas. Acredita-se que a identificação de linhas de continuidade é fundamental para a validação da hipótese básica aqui apresentada.

Compreende o âmbito deste tipo de esforço, a hipótese central de que há uma correlação entre a configuração estrutural da comunicação e a legitimação institucional dos seus processos e que isto se deve ao fato de que as instituições de comunicação “construíram”, ao longo de sua existência, desde os primórdios das sociedades modernas, um lugar próprio de ação, socialmente legitimado, em função da natureza particular dos seus

² WILLIAMS, Raymond. “Means of Communication as Means of Production”, em Problems in Materialism and Culture. Op. Cit., pp. 50-62.

atributos, ações e finalidades. Este lugar, no decorrer do seu amadurecimento histórico, viabilizou a criação, a demarcação e o desenvolvimento de princípios, normatizações, práticas e padrões de comunicação, cuja complexidade e diversidade atuais permitem que eles se dinamizem espacial e temporalmente de acordo, em grande e expressiva medida, com critérios internos a estes próprios termos.

Metodologicamente, isto implicou no recurso à proposta habermasiana de “reconstrução histórico-sociológica” do processo de institucionalização das estruturas contemporâneas de comunicação, a qual se desdobra nas considerações teóricas genéricas sobre, inicialmente, os fundamentos filosóficos da modernidade e, particularmente, sobre a relação entre comunicação e sociedade (a origem das primeiras estruturas de produção e distribuição de informações; elementos, atributos, finalidades genéricas) e entre comunicação e esfera pública (o desenvolvimento histórico-estrutural da imprensa nas diferentes configurações da esfera pública burguesa européia; localização e especificidade institucional em relação às demais áreas de produção de conhecimento e saberes; a cristalização do seu caráter e função institucionais nas constituições dos Estados de direito).

Mas todo este trabalho de configuração estrutural dos processos comunicativos, se restrito à descrição de fronteiras, elementos e variáveis internas de “funcionamento”, por mais que demonstre objetivamente a especificidade histórica de um espaço institucionalizado da comunicação, não é capaz de compreender as razões e forças que o dinamizaram historicamente e que qualificaram a particularidade das suas intervenções práticas e simbólicas no plano público da cultura experimentada e parcialmente registrada no curso de quaisquer tempo e espaço determinados.

Para efeito de operacionalização de um tratamento simultaneamente objetivo e subjetivo deste espaço faz-se necessária a incorporação da noção de **processo**. Sua compatibilidade com as pontuações do avanço estrutural da comunicação reside na sua faculdade como mecanismo viabilizador deste avanço. No fato de ser o lugar da dinâmica ou o fator de movimento das configurações estruturais que, ao mesmo tempo, lhes assegura certa particularidade de

atributos, procedimentos, normatizações e finalidades e provoca e justifica suas transformações e o sentido sempre em construção desta especificidade institucional.

A era moderna inaugurou a noção de processo. Isto se deu, concordando-se com as reflexões de Hannah Arendt, na valorização moderna da faculdade humana de fabricar objetos, na eleição do trabalho como sua maior realização e virtude e no direcionamento da faculdade humana de agir, de iniciar processos novos, imprevisíveis e incertos - seja no plano das relações humanas ou na natureza - para a esfera da produção e comercialização de bens e da investigação dos fenômenos naturais. A ação instrumentalizada nestas esferas da produção e da pesquisa passou a conferir à vida em sociedade um estado de contínua transformação. De acordo com H. Arendt, “o conceito central das duas ciências inteiramente novas da era moderna, tanto da ciência natural como da ciência histórica é o conceito de processo, e a experiência humana real em que esse conceito se baseia é a ação.” Esta foi “extremamente importante para a era moderna, para a enorme expansão das faculdades humanas e para o conceito e a consciência da história que nenhuma outra era teve antes dela.”³

Para a autora, isto se refletiu na passagem do predomínio de uma filosofia da política - característica da era moderna, com Hobbes, Hume e Locke, entre outros - para uma filosofia da história, notadamente no século XIX, com, principalmente, Hegel e Marx. O interesse pela história ou a idéia originalmente proposta por Vico de que a história era feita pelo homem - por oposição à natureza, feita por Deus - migrou de uma concepção essencialmente teórica da História a requerer do estudioso a busca da verdade pelo procedimento retrospectivo e contemplativo sobre o processo como um todo, para uma fixação, em Marx, como instrumento da ação política.

A noção de processo é o elemento que organiza, na filosofia da história, a aparente aleatoriedade dos fatos e das ações humanas. O processo, como imagem do todo, é acessível ao conhecimento em tempo posterior aos acontecimentos. Em Kant, chega-se compreensivamente até ele pela identificação da racionalidade imanente

³ ARENDT, Hannah. A Condição Humana. RJ, Forense Universitária, 1983, pp. 243-244.

aos seus elementos. Para H. Arendt, a valorização da História sobre a Política resulta da impressão de desordem causada pela aparente desconexão dos fatos particulares. A “fuga para o ‘todo’”, para a noção de processo, “é incitada pela ausência de significado do particular.”⁴ A história, concebida como processo, reordenou eventos numa narrativa compreensível, ilustrativa e reflexiva do próprio homem. Segundo H. Arendt,

“visto que a história, em sua versão moderna, era concebida basicamente como um processo, ela exibiu uma peculiar e inspiradora afinidade com a ação, a qual, de fato, em contraste com todas as demais atividades humanas, consiste acima de tudo de processos de iniciamento (...). A própria noção de processo, tão altamente característica da Ciência moderna, tanto natural como a histórica, provavelmente originou-se nessa experiência fundamental da ação.”⁵

A ênfase na noção de processo implica na discussão das suas condições de cognoscibilidade, pertinentemente bem encaminhada por E. P. Thompson, na reflexão sobre os usos categoriais das noções de estrutura e processo. Nos questionamentos feitos, por um lado, ao funcionalismo parsoniano de Smelser e, por outro, ao marxismo estruturalista de Althusser, a questão central reside no problema da visão da história como um “processo *sem sujeito*”.⁶ O estruturalismo, na sua generalidade, impõe, conforme o autor, rigidez às variáveis introduzidas no processo e só admite seus movimentos no interior do próprio sistema ou estrutura. Na sua lógica,

“a história *como processo*, como acontecer inacabado e indeterminado (...) nos quais as categorias são definidas em contextos próprios mas sofrem continuamente uma redefinição histórica, e cuja estrutura não é pré-fornecida, mas protéica, mudando constantemente de forma e de articulação (...) deve ser negada”.⁷

⁴ ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. 2a. ed., SP, Ed. Perspectiva, 1988, p. 118.

⁵ Entre o Passado e o Futuro. Op. Cit., p. 121.

⁶ THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros - Uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ, Zahar Ed., 1981, p. 92.

⁷ Op. Cit., p. 97.

Concorda-se com o autor quando ele conclui que não é possível construir uma “teoria da história” ou, em outros termos, uma teoria do processo histórico. Segundo sua visão, “em última análise a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica”. Em sua crítica à obra de Althusser, quando ela anula a agência e o sujeito do processo histórico, o autor cria uma distinção importante entre acontecimentos e estrutura, correlata à manipulação de dados diacrônicos (processuais) e sincrônicos (estruturais). Fala da existência, nas evidências empíricas colhidas pelo historiador, de diferentes atividades e instituições, iniciativas, valores, classes e idéias criando “histórias” distintas que, conforme E. P. Thompson, “devem ser reunidas no mesmo tempo histórico real, o tempo em que o processo se realiza. Esse processo integral é o objetivo final do conhecimento histórico”.⁸ A estrutura, as “relações determinadas” se realizam e se movem pela ação dos indivíduos na materialidade de suas vidas e pela experiência adquirida como agentes dentro delas.

E. P. Thompson é particularmente pertinente às orientações teórico-metodológicas aqui defendidas pela importância que confere às variáveis oriundas da vida mental das sociedades: costumes, valores, hierarquias, conhecimentos, idéias, movimentos e formas culturais e políticas em geral, normatizações e o que disto tudo resultam em sedimentações provisórias de experiências ativas no curso da agência humana em coletividade. Pela definição de cultura como **experiência**, o autor reexamina

“todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico,

⁸THOMPSON, E. P. Op. Cit., p. 111.

sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum.”⁹

A ênfase sobre a cultura como “experiência experimentada”, ou, em outros momentos, como “experiência vivida” e, além disso, não só como idéias, mas como sentimento que gera uma “consciência afetiva e moral”, tem por finalidade demonstrar o quanto esta dimensão da vida permeia todo o processo histórico fugindo de e desafiando “qualquer definição estreita de determinação”. Em seu debate contra a tentativa althusseriana de reprimir a experiência nos limites de uma ideologia imposta por determinações de um quadro econômico hegemônico; contra esta visão utilitarista da cultura, E. P. Thompson recupera para o espaço das construções culturais e políticas a competência sobre o curso processual da história.

Esta postura é relevante para o modo de investigação e interpretação aqui propostos. O autor, - muito próximo de R. Williams nesta perspectiva da cultura como processo vivido e experimentado - previne os recursos estruturais de análise dos perigos da omissão do agenciamento humano e, mais precisamente, de reducionismos da complexidade, pluralidade e singularidade destas ações. O movimento da estrutura se dá na processualidade histórica destas intervenções inspiradas na experiência concretamente vivida pelos seus integrantes. Ainda que preso ao quadro teórico mais amplo do materialismo histórico e cultural, sua contribuição sobre o papel da cultura é aberta e, em grande parte, livre das regras de determinação estrutural da mecânica marxista. Há uma larga faixa de intersecção com as idéias de R. Williams sobre a processualidade da cultura como um movimento feito de retraduições do passado, de inovações, incorporações parciais e interações com todos os campos da prática social. Sua visão das instituições de comunicação compartilha com a idéia da crescente importância destas instâncias como participantes ativas do processo de redefinição de expectativas globais sobre novas necessidades e satisfações.¹⁰

⁹ THOMPSON, E. P. Op. Cit., p. 189.

¹⁰ BLACKBURN, Robin. “Thompson and the New Left”, em *New Left Review*, nº 201, London, set/out de 1993, p. 6.

Analiticamente, a inauguração desta processualidade é o que justifica fundamentalmente o surgimento da informação e a institucionalização da imprensa. O objeto de interesse da notícia encontra-se nos eventos continuamente gerados no curso do processo da vida em sociedade. E porque este processo é imprevisível, a notícia jamais pode ser produzida com antecedência. A referencialidade que ela fornece é imediatamente posterior aos fatos e perecível, à medida que estes fatos geram outros fatos novos. De modo genérico, a institucionalização da informação está vinculada às necessidades decorrentes da instituição da sociedade processual. Esta sociedade precisa suprir demandas por novos referentes coletivos, se vista como coletividade heterogênea, os quais são simultaneamente individuais - quando atualizam e orientam ações de indivíduos privados - considerando-se que o conceito de indivíduo também é originário deste tipo de sociedade.

A informação reflete, com clareza talvez maior do que outras formas de manifestação cultural e política, por um lado, esta intrínseca condição processual das conformações institucionais das sociedades modernas e, por outro, a presença da singularidade da agência humana como elemento dinamizador destas conformações.

Neste sentido, considera-se que a confirmação da hipótese central deste trabalho, origina-se na idéia de que a legitimação social que assegurou as diversas configurações estruturais das instituições de comunicação foi conquistada no espaço da sua discursividade pública; deve-se, essencialmente, à qualidade das suas representações simbólicas, das formas e natureza das suas relações de reciprocidade e diálogo com o espaço mais amplo e denso da "cultura vivida" de cada época, das suas instituições, formações, iniciativas e idéias produzidas e também experimentadas pelos participantes mais ou menos ativos e notórios deste espaço. De forma agora mais próxima e direta, Raymond Williams é novamente o autor que inspira grande parte dos procedimentos teórico-metodológicos aqui dispostos. A partir de sua consideração de que a dinâmica dos processos culturais contemporâneos se dá, em grande medida, nas relações das diferentes práticas culturais entre si, depreende-se que cabe a este trabalho localizar e qualificar diferencialmente as "práticas comunicativas" (como

R. Williams as concebe, como fenômenos materiais e simbólicos) em relação às demais práticas culturais com as quais mantém formas diversas de interação.

Este procedimento se desdobra basicamente em duas vertentes de análise que não podem ser separadas. Numa delas estão as diversas “formas culturais” e suas idéias e valores produzidas pelas diferentes instituições e formações culturais de um espaço e tempo determinados e, dentro disso, o modo como e a intensidade em que se dá o processo histórico de diferenciação gradativa das produções culturais das instituições de comunicação daquelas da esfera das instituições de conhecimento (científico, político e artístico). Na outra vertente prevalece a relação entre este processo acima com o processo cultural mais complexo de formação dos grandes públicos e de sua crescente apropriação (via noções teórico-analíticas de reflexividade, intersubjetividade, experiência e identidade) como participante ativo e cada vez mais familiarizado com e incorporado às práticas comunicativas institucionalizadas. Interessam aqui as limitações e interferências que a experiência do grande público (nas ações particulares dos seus diversos segmentos ou em ações concomitantes de segmentos distintos) impõe aos termos das inter-relações entre as diferentes práticas culturais e as práticas comunicativas e vice-versa.

02. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Dentro do caso brasileiro especificamente, toma-se como objeto de análise as instituições de comunicação criadas e desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro, pelo fato de que nela se desenvolveram de forma mais rica, hegemônica e sofisticada, todos os padrões predominantes da história das instituições de comunicação brasileiras. Pelo menos até meados da década de 60, quando então, o eixo produtivo e modernizador se desloca para São Paulo e dali surgem novas propostas e práticas discursivas no jornalismo e na teleradiofusão, que devem merecer as necessárias considerações e abrangências.

São muitos os níveis de análise simultaneamente entrelaçados. Este trabalho não vê necessidade de abranger analiticamente todo o curso (desde as origens às configurações atuais) do desenvolvimento das instituições de comunicação brasileiras. Optou-se por incursões nos momentos históricos em que se configuraram efetivamente alterações qualitativas na relação entre as práticas comunicativas e as demais práticas culturais, econômicas e políticas em desenvolvimento. Interessam sobretudo aqueles momentos em que as instituições de comunicação adquiriram novas configurações - em resposta tanto a uma processualidade social mais ampla em andamento, como a mudanças relativas aos seus próprios padrões e ambições internos - que evidenciam a crescente particularidade da natureza da sua intervenção nos diferentes planos da vida social brasileira. O melhor interlocutor para a escolha destas pontuações ou destes focos de análise são as teorias contemporâneas da cultura e, em especial, da comunicação. Este horizonte teórico fornece os conceitos e categorias genéricos a serem avaliados em sua propriedade no confronto com as evidências dos dados empíricos da particularidade histórica do caso brasileiro.

Tem-se como pontos privilegiados de detalhada incursão analítica e historiográfica, primeiramente, a atuação do *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa. No caso brasileiro, o início da investigação não poderia ignorar o importante e curioso depoimento de Varnhagen, para quem o *Correio Braziliense* “preparou a formação do Brasil em império constitucional”. O estudo deste periódico permite constatar que ele difundiu muitos dos princípios de formação da esfera pública política brasileira, de inspiração iluminista e liberal. Surpreendem também os elementos estruturais da publicação, que antecipam em seis a sete décadas um padrão de jornalismo, por um lado, com ambições financeiras e empresariais e, por outro, com o desenvolvimento de gêneros não apenas opinativos, mas também informativos, publicitários e uma diversidade considerável de práticas editoriais não apenas no campo político, como também no cultural (artístico, científico e filosófico).

O *Correio Braziliense* imaginou e delimitou regras de funcionamento e parâmetros de reflexividade públicos, numa forte incorporação de elementos da esfera dos conhecimentos filosóficos, políticos, artísticos e científicos em ebulição na Europa. Encontra-se um padrão amadurecido de jornalismo crítico, com ampla intersecção com o modelo das instituições criadas no processo de delimitação do novo espaço público emergente no interior da esfera privada das sociedades modernas. A constatação da presença do modelo e do seu deslocamento dentro do contexto histórico português e brasileiro, gerou uma natural curiosidade e a necessidade de investigação dos contornos formais e ideológicos desta publicação, tomando-se como referente normativo a reconstrução habermasiana das instituições políticas e culturais do espaço público burguês.

A descrição e análise do periódico, feitas a partir deste referente, procuraram, a princípio, evidenciar este contraste entre a ausência de um contexto histórico político, econômico e cultural que pudesse fomentar ou justificar a presença de uma publicação com tal perfil e a sua aceitação, relevância e perenidade até a Independência. Observou-se uma forte sintonia do ideário do jornal com a formação cultural e política das camadas que, apesar de desmobilizadas, integrariam as futuras esferas do debate político em Portugal e no Brasil; parte delas familiarizadas com o iluminismo e a par do movimento revolucionário francês e de independência das colônias americanas. Havia, portanto, um certo público leitor capaz de interagir com este tipo de discursividade regularmente impressa e distribuída no país.

Normativamente, Hipólito da Costa fixou um conjunto de atributos que certamente influenciaram as manifestações jornalísticas emergentes nos movimentos pela Independência. Atributos importantes para a delimitação do espaço e da natureza da atuação da imprensa nas duas formas de apropriação predominantes durante o século XIX: como instrumento estratégico de mobilização política e como prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos, orientada por uma reiterada competência formalmente legitimada de orientar-se por um ponto de vista “imparcial” correspondente a um suposto “interesse público”. Em ambas as formas o jornalismo tem por finalidade básica, portanto, a

formação de “opinião pública”. Esta delimitação institucional inclui a defesa da liberdade de imprensa como parte do pressuposto liberal mais amplo que dispõe sobre os direitos individuais de acesso à informação e de julgamento sobre os assuntos públicos, incluídos os de exclusivo domínio do Estado.

O aprofundamento da análise revela, entretanto, que para além da fachada liberal extremamente avançada para o tempo histórico real vivido pelo país, há algumas demarcações de fronteiras compatíveis com os limites desta processualidade. A começar pelo próprio conceito de *público*, que oscila entre três possibilidades de sentido (o “povo”, a sociedade esclarecida, o Estado português) mas, objetivamente, é restritivo àquelas camadas econômica e culturalmente bem situadas. Seus integrantes, em grande parte, pertenciam aos quadros administrativos do Estado, depreendendo-se daí, por um lado, um perfil de público não só imaginado, mas concretamente identificável, relativamente homogêneo e, por outro, um tipo particular e mutuamente proveitoso de diálogo institucional entre imprensa e Estado, onde a primeira não ameaça estruturalmente o segundo e este, por sua vez, forja a aparência de uma flexibilidade capaz de incorporar a doutrina liberal no horizonte de suas reflexões e deliberações.

Estas demarcações são particularmente importantes para a evidência de uma das principais singularidades da formação do espaço público brasileiro e de suas instituições: o fato de que ele se desenvolveu sem a presença da burguesia como categoria histórica central ou decisiva. Isto encaminha a análise para uma das características básicas da estrutura e dinâmica deste espaço público no período imperial, qual seja, a sua relativa confusão de fronteiras com o próprio Estado.

O liberalismo da Carta de 1824 se estendeu à imprensa, desde cedo legitimada como instrumento indispensável da prática política, mas como agente nobilitado a serviço do processo de construção do Estado brasileiro, dado que ele foi conduzido, principalmente, por elementos oriundos da aristocracia rural, dos quadros estatais, das profissões liberais e do clérigo. Estes integrantes ativos do espaço público político elevaram a imprensa à condição de agente responsável

pela projeção de partidos, movimentos, grupos e, até mesmo, de certos indivíduos em particular. Como será visto no depoimento de Fernando de Azevedo, “era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo”.¹¹

Esta confusão de fronteiras entre jornalismo e parlamento cresceu em função da atuação simultânea dos integrantes da esfera política nestes dois espaços. Na imprensa do Brasil imperial havia pouca diferença entre a esfera pública privada e a esfera pública do poder imperial. Nota-se a presença de largas faixas de coincidência devidas às superposições de público e de manifestantes, os quais tinham livre trânsito e reconhecimento em ambas as esferas. Os jornais denunciavam um profundo envolvimento no processo de solidificação das instituições políticas e econômicas brasileiras gerenciado pelos manifestantes destas esferas.

O mapeamento dos tipos de prática jornalística deste período revela algumas variações concernentes aos primórdios da emergência de novos formatos próprios de uma ambição de autonomia do instituto jornalístico em relação às demais instâncias políticas e estatais. Tem-se como padrão dominante o texto político-partidário, mais ou menos explicitamente vinculado aos grupos liberal ou conservador. Estes, legitimam o discurso jornalístico atribuindo-lhe faculdades educativas, moralistas e um engajamento à causa nacional feito de um idealismo evolucionista e iluminista. Associavam à retórica oriunda do ambiente parlamentar, os critérios analíticos das emergentes ciências históricas e naturais e os atributos formais da imprensa como suposto lugar de convergência entre opinião e verdade.

A vertente panfletária manteve-se em torno de causas específicas e de jornalistas sustentados numa posição aparentemente intermediária entre sociedade e Estado. Alguns panfletaristas vinculavam-se a grupos políticos mantendo, entretanto, uma margem de identidade própria. A partir de meados do século XIX, surgem jornais que dialogam de um ponto de vista de fora do circuito político-partidário. Seus redatores não se confundiam com os elementos da elite

¹¹ AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira. 4a. ed., Brasília, Ed. UnB, 1963, p. 329.

política de origem rural. Apesar do privilégio ao temário político, vislumbra-se uma distinção institucional da prática jornalística em uma imprensa que se desenvolvia sustentada por recursos materiais próprios e por políticas editoriais internamente definidas. O que unifica o jornalismo do período imperial, em grande medida, é o esforço de pensar o país em sua totalidade. Nomes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Quintino Bocaiúva, são exemplos deste empenho missionário de edificar a identidade nacional, num procedimento de auto-esclarecimento político global publicamente manifesto.

O confronto deste padrão de discurso politicamente engajado com os novos formatos emergentes nas décadas de 60 e 70, característicos de uma busca crescente de fixação institucional como estruturas particulares, foi analisado pela experiência jornalística de Ruy Barbosa. Defensor da imprensa como sacerdócio, foi-lhe particularmente penoso conviver, no início do período republicano, com o declínio do jornalismo de grandes causas, que já não correspondia às expectativas de debates sobre problemas mais imediatos da vida urbana. Foi-lhe também inaceitável admitir uma política editorial comandada por profissionais sem laços de deferência com os grandes feitos do jornalismo político do período imperial. Ruy Barbosa sentia-se deslocado ao dividir espaço com gêneros informativos e publicitários, organizados numa paginação sustentada por manchetes chamativas, ilustrações e outros recursos voltados para a atração do público.

É importante ressaltar esta “experiência negativa” de Ruy Barbosa como fator demonstrativo da maturação de mudanças iniciadas já nas últimas décadas do século XIX. Com a emergência e expansão de uma plural e movimentada esfera pública literária e artística na cidade do Rio de Janeiro, principalmente a partir de 1880, tem-se um quadro novo de formas jornalísticas derivado, em grande medida, da experimentação desta pluralidade de discursos e práticas gerados neste novo e moderno ambiente urbano. Neste momento define-se um modelo amplo das novas formas e conteúdos abrigados pela discursividade jornalística derivada de um conjunto de substantivas transformações internas à sua prática e da nova sociabilidade vivida e construída pela cidade. Interessa ressaltar as diversas noções

desenvolvidas sobre a localização institucional das atividades comunicativas (em seus fundamentos, justificativas e ambições); as noções de “público” imaginadas por estas distintas vertentes da prática jornalística e a maneira como cada uma destas instâncias observa as demais e seus públicos e valores respectivos.

Teoricamente, é nesta passagem do predomínio de um jornalismo político para um outro auto-sustentável, informativo, diversificado tematicamente, que o modelo habermasiano abandona a cena e impele a busca necessária de outros referentes capazes de sustentar a continuidade da reconstrução histórico-sociológica das instituições de comunicação. Neste momento, reflete-se sobre a questão da representatividade da imprensa como instituição pública. Observa-se que o Estado republicano brasileiro reproduziu um modelo liberal de estruturação, propriedade e funcionamento da comunicação que, ao omitir-se de criar mecanismos asseguradores da representatividade política e cultural da sociedade, delega a esta a responsabilidade de gerenciar seu direito público à informação. A extrema flexibilidade estatal quanto à atuação da imprensa, inspirada, a partir de então, no modelo norte-americano de empresariamento da prática jornalística, propiciou, no caso brasileiro, o surgimento de novas configurações relativamente autônomas na construção do perfil editorial de suas incursões públicas. Tal liberdade, entretanto, traduziu-se em tomadas de posição que, apesar de internas à imprensa, não se desvincularam totalmente dos elementos herdados da tradição jornalística do período imperial, criaram alianças de novo tipo com o Estado e mantiveram, em grande medida, a supremacia do discurso político autorizado, como forma particular de tutela da “opinião pública”. A verticalização da relação emissor-receptor manteve-se pelo ideário da imparcialidade e do compromisso ético com a causa popular.

O que particularmente configura o dado novo nesta imprensa informativa e comercial em expansão é a descoberta da cidade, da vida urbana, de suas vicissitudes e regras de auto-reflexividade. Este olhar que sai do horizonte abstrato das grandes metas nacionais para as causas imediatas da urbanidade carioca é revelador dos novos perímetros da discursividade pública. A imprensa descobre, em certa medida, o cidadão comum, seus desafios e passa a

dialogar, em novos gêneros, com ele. Como exemplo marcante deste procedimento, chamou-se para primeiro plano o jornalismo praticado por João do Rio. Por seu intermédio é traçado o curso do profundo relacionamento entre imprensa, literatura e sociedade. Nele, as duas primeiras esferas alcançam o momento culminante de uma interação que, por aproximadamente quatro décadas, sustentou o avanço institucional de ambas. Lima Barreto faz o contraponto ao jornalismo literário de João do Rio. Ambos contribuem para a ampliação formal e temática da imprensa e, sobretudo, para dinamizar o espaço da reflexividade pública sobre a condição humana na modernidade.

Este diálogo se amplia com a popularização do rádio, principalmente a partir de meados da década de 30. O interesse analítico se concentra no modo como a esfera pública, alimentada até então pela imprensa e publicações especializadas, aumenta seu raio de abrangência, formando um circuito muito mais ampliado de públicos leitores e ouvintes. Quando o rádio emerge no Rio de Janeiro e em São Paulo, observa-se que não há uma nítida linha de continuidade entre as práticas jornalísticas e as nascentes produções radiofônicas. Os padrões discursivos do rádio brasileiro foram buscados longe dos gêneros jornalísticos. Eles remanescem de práticas culturais populares, da literatura, do teatro, da música popular, etc. Devem-se a fatores como a crescente influência dos padrões radiofônicos norte-americanos; a ditadura de Vargas e a forte censura ao jornalismo, a falta de uma formação cultural mais sólida; o expressivo crescimento das publicações periódicas de variedades e para segmentos específicos e à especificidade da linguagem radiofônica.

As mudanças qualitativas que marcam este período foram entendidas, em grande medida, dentro de um processo que Anthony Giddens denomina como de “sequestro da experiência”, movido no interior do sistema referencial interno à discursividade criada e desenvolvida pela imprensa e pelo rádio. O confronto se dá, necessariamente, na avaliação sobre a pertinência dos usos dos conceitos de *popular* e de *comunicação de massa* como categorias explicativas da qualidade da atuação institucional dos impressos e da radiofonia. Observou-se que estes conceitos obliteram as formas de

interatividade criadas e mantidas entre estas estruturas e o público e o modo específico como desenvolveram uma certa continuidade em relação às práticas culturais e políticas pré-existentes. Este período consolidou a importância do receptor como parâmetro para a arriscada dinâmica discursiva da comunicação. Ele iniciou grandes públicos no circuito de uma interatividade pública com fortes ambições identitárias, principalmente no espaço da experiência da vida privada cotidiana.

O último debate neste estudo de longo curso decorre das mudanças qualitativas provocadas pelo industrialismo emergente no país. O que prevalece como eixo central de articulação da passagem das práticas jornalísticas tradicionais para o jornalismo fortemente empresarial desenvolvido a partir de 1960 nas cidades do RJ e SP é a problemática acerca dos referentes éticos e dos procedimentos discursivos (opinião x objetividade). Convivem duas correntes básicas de delimitação da especificidade do jornalismo desta época: jornalismo moderno x jornalismo missionário. Coube perguntar, por exemplo, em que medida a inspiração para a “industrialização” do jornalismo é justificada em função das demandas de tratamentos mais racionais dos fatos por parte de um público mais amadurecido e envolvido com a experiência de modernização por que passam os contextos urbanos das grandes cidades ou de fatores exclusivamente econômicos ligados ao aumento de receita, produtividade, público leitor, etc.

A imprensa depara-se com dois pólos importantes de atuação. Um deles ligado à racionalização dos seus procedimentos técnicos operacionais, à incorporação de novas tecnologias, convivendo, neste aspecto, com as variáveis oriundas do crescimento dos centros urbanos e da complexificação da rede de relações e práticas humanas. O outro, ligado à reativação de suas potencialidades como agente opinativo tradicionalmente ainda central no cenário político das grandes cidades. A conciliação destes dois campos de delimitação institucional assumiu formas de equilíbrio particulares nos jornais de maior presença pública. O alcance deste aparentemente contraditório convívio entre modernização empresarial e participação política revelou, sobremaneira, a fragilidade explicativa do modelo de determinação interestrutural marxista. Parâmetros internos à normatividade institucional da

imprensa, socialmente legitimados, foram responsáveis, em muitos momentos, pela condução da discursividade pública dos jornais.

O limite a este confronto veio externamente como o golpe militar de 1964. A partir de então, a imprensa decidiu-se pela formalização de parâmetros técnicos e pelo fortalecimento de padrões que suprissem a ausência dos conteúdos latentes. Investiu na consolidação de normas, valores e procedimentos que garantem, com seus manuais de estilo, até os dias atuais, a especificidade do discurso jornalístico. Esta é a razão básica para a interrupção da análise do processo de institucionalização do jornalismo na década de 60. A intenção básica deste estudo era, exatamente, delimitar as passagens qualitativas do reconhecimento público da prática jornalística no Brasil. Encontrar origens e traçar a particularidade da sua conformação como instituição própria da era moderna e contemporânea.

CAPÍTULO I

A IMAGINAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA

01. ANTECEDENTES

Foram poucas e quase sempre frustradas as tentativas de impressão tipográfica no Brasil do período colonial. Este é um tema de necessária reflexão para que se possa vislumbrar em profundidade as feições tão peculiares que adquiriu o surgimento da imprensa em solo brasileiro. Portugal não ofereceu condições propícias ao florescimento desta atividade em seus domínios. Razões para tanto têm origem no âmbito da sua própria sociedade reinol, fechada numa religiosidade extremosa, praticamente isolada do espírito cosmopolita emergente nos grandes e agitados centros urbanos comerciais do continente europeu e no perfil de um poder monárquico minado pela intolerância jesuítica ao humanismo renascentista e francamente hostil a qualquer escritura fora dos limites já anacrônicos da escolástica medieval.¹² Até a segunda metade do séc. XVIII, o ensino na Universidade de Coimbra e nas escolas dominadas pelos jesuítas encontrava-se fortemente defasado em relação às demais academias européias. Inexistiam disciplinas humanísticas (direito, filosofia, história, geografia, letras), experimentais (matemática, física, medicina), assim como o ensino da

¹² RIZZINI, Carlos. O livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, 1880-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac. Similar. SP, Imprensa Oficial do Estado, 1988, p.71.

própria língua portuguesa. Situação modificada somente com a reforma do ensino empreendida pelo marquês de Pombal, a partir da extinção da presença jesuítica nos territórios portugueses em 1759.

Embora a primeira publicação portuguesa considerada como um periódico date de 1641, época relativamente próxima àquela em que surgiram os primeiros periódicos em várias cidades europeias,¹³ muito pequena foi sua contribuição para a formação de uma nova esfera de discursividade pública. Por um lado, conforme Rizzini, “na censura e taxação das edições intervinham seis autoridades civis e eclesiásticas”¹⁴ e, por outro, seus relatos, apesar de conterem características que remetiam aos primórdios da prática jornalística, com notícias sobre eventos recentes de possível interesse para um público genérico, apenas reafirmavam as hierarquias de valor, comportamento e poder político vigentes. Sob esta censura ininterrupta do Estado e da Igreja, sob critérios parcimoniosos de discursividade, dentro de uma sociedade iletrada e alheia aos novos horizontes humanistas dos demais centros europeus, surgiram posteriormente, entre silêncios de décadas, alguns poucos periódicos até o início do séc. XIX, quando só então emergiu um jornalismo voltado para a defesa de causas políticas, entre elas, a da monarquia constitucional. Um jornalismo que sobreviveu apesar das investidas concretas da censura régia, sobretudo porque a Corte lá não mais estava defendendo a perenidade do seu poder absolutista e da sociedade a ele submetida.

Portugal impôs aos seus domínios severos limites à publicação de livros e, posteriormente, também de periódicos. Desde o início do século XVI até 1820, estavam ambos sujeitos à aprovação de uma tríplice instância censória composta pelo episcopado, pela Inquisição e pelo desembargo do Paço, além de um outro imposto pela cúria Romana a partir de 1624, concernente à aprovação da circulação de livros impressos; instâncias estas suspensas somente durante as duas décadas do ministério de Pombal, quando substituídas pela sua Mesa Censória.¹⁵ A ação dos censores tinha nos representantes do Santo

¹³ RIZZINI, Carlos. Op. Cit., Ele se intitulava “Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641”, p. 231.

¹⁴ _____. Op. Cit., pp. 105-112.

¹⁵ A mesa censória criada por Pombal, segundo Varnhagen, era um “tribunal encarregado da censura dos livros, que ficavam isentos de passar pelas três censuras, da inquisição, do desembargo do paço e do

Ofício a sua expressão mais concreta e visível com, segundo Rizzini, “todo um arsenal para intimidar, desesperar e punir os homens de pensamento: o cárcere, os tormentos, o auto-de-fé, as abjurações, a reclusão, o confisco, a infamação, o sambenito e a fogueira”.¹⁶

Tais controles repercutiam no Brasil sob diversas formas: impedindo, com poucas exceções, que escritores oriundos da Colônia descrevessem sua história, geografia, costumes e modos de vida; confiscando obras, proibindo o comércio de livros, a difusão de bibliotecas; dificultando a instalação de tipografias em solo brasileiro¹⁷ e, por conseguinte, a publicação de livros e demais formas de expressão artística, científica e jurídica; fatores estes que contribuíram sobremaneira para o analfabetismo e o isolamento intelectual de quase toda a população colonial. Nestes três séculos de obscuridade, contentou-se a Colônia com as bibliotecas de alguns conventos, mosteiros e colégios, com as poucas publicações de brasileiros ou aquelas trazidas pelos reinóis, seus livros e escassos periódicos, com os dispersos movimentos literários organizados com o conhecimento da Coroa¹⁸ e com as efêmeras formas locais de comunicação pública: as

ordinário”. Em VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo Quarto. 8ª edição integral. SP, Edições Melhoramentos/ Instituto Nacional do livro / MEC, 1975, pp. 237-238.

¹⁶ RIZZINI, Carlos. Op. Cit., p. 235.

¹⁷ José Marques de Melo, em sua tese de doutoramento, tratou exclusivamente das razões que retardaram o surgimento da imprensa no país. Entre suas pesquisas, vale ressaltar a constatação de que não houve uma legislação que proibisse a implantação de tipografias no Brasil. Em resposta a um suposto alvará de 20 de março de 1720, citado por Pereira dos Reis, que proibia “a impressão de livros na Colônia, para proteger as editoras da metrópole”, J. M. de Melo, além de não encontrá-lo, argumenta que “seria muito difícil que escapasse à observação de um Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro que permitiu a instalação da oficina de Isidoro da Fonseca, em 1747, ou do Bispo da mesma cidade, que favoreceu a impressão de algumas obras, expedindo a licença solicitada” p. 199. Segundo o autor, o que existiu foram “determinações isoladas de confisco das oficinas montadas sem autorização dos governantes metropolitanos”. Mas quando se pensa nas repetidas frustrações de todas as iniciativas de impressão tipográfica no Brasil, promovidas pela censura portuguesa, pode-se supor que tal legislação proibitiva não precisou existir pois não houve circunstância em que ela tenha sido requisitada para legitimar quaisquer dos atos de confisco; seja porque inexistiam forças coloniais de questionamento e resistência a estes atos, seja porque o poder de intimidação português ancorava-se em competências genéricas de censura que supostamente abrangiam estes procedimentos específicos. Em MELO, José Marques de. Fatores Sócio - Culturais que Retardaram a Implantação da Imprensa no Brasil. SP, Tese de Doutorado ECA - USP, 1972, respectivamente, pp. 199 e 127.

¹⁸ Varnhagen descreve o prestígio alcançado por alguns escritores brasileiros durante o reinado de D. José I, entre eles, os dois irmãos reformadores da Universidade de Coimbra, D. Francisco de Lemos e João Pereira Ramos; o mineiro José Basílio da Gama, autor do épico *Uruguai*, dos poetas Cláudio Manuel da Costa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e cita ainda as “três associações literárias que contou o Brasil durante este reinado. A dos *Seletos*, no Rio de Janeiro, em 1752 (...) as suas produções foram publicadas na coleção *Júbilos da América* (...). A dos *Renascidos*, que se instalou na Bahia em 1759 (...) com quarenta acadêmicos de número (todos residentes na Bahia) e oitenta e três supranumerários (...). A *Científica* foi instituída no Rio de Janeiro em fevereiro de 1772”. É, entretanto, importante ressaltar o que afirma Varnhagen sobre o tipo de

folhas manuscritas com sátiras, versos populares, protestos, difamações e louvores. Eles formavam, apesar de localizados, restritos e diferenciados, pequenos públicos que se comoviam, opinavam e tomavam partido nas contendas que promoviam.

Os argumentos acerca da inexistência de tipografias e, conseqüentemente, da imprensa no Brasil colonial tendem, em geral, a atribuí-la aos temores portugueses de que se desenvolvessem movimentos políticos de independência, característicos de processos coletivos de emancipação intelectual; como se fossem diretamente proporcionais a ignorância nativa e sua resignação à condição de colônia dependente de uma metrópole e por ela dominada. Para além destas razões políticas, José Marques de Melo acrescenta duas ordens de fatores: motivos de natureza econômica, como o aumento dos custos de impressão na Colônia e o temor a futuras concorrências, a morosidade de seus trabalhos, sujeitos a autorizações das instâncias censórias e do Conselho Ultramarino e a política econômica geral do Reino de proibir práticas manufatureiras nas suas colônias. E ainda fatores causais que o autor denomina de “sócio-culturais”, como a

“a) natureza feitorial da colonização; b) atraso das populações indígenas; c) predominância do analfabetismo; d) ausência de urbanização; e) precariedade da burocracia estatal; f) insipiência das atividades comerciais e industriais e g) reflexo da censura metropolitana”.¹⁹

Este quadro explicativo, apesar de abrangente parece ainda insatisfatório quando não privilegia a condição da imprensa como prática, não necessariamente característica das novas formas de manufatura, mas essencialmente originária de um processo de reflexividade pública próprio da era moderna. Neste caso, as razões políticas voltam a ter grande força explicativa, porque os confiscos de tipografias, as proibições e penalidades das instâncias censórias, as

estrutura que efetivamente interessava a Portugal. Segundo ele, “não eram tanto os escritores de literatura amena, como os que continham informes estatísticos do país, os que mais fomentava o governo, e que efetivamente se escreviam”. Em VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo Quarto. 8ª edição integral. SP, Edições Melhoramentos/ Instituto Nacional do livro / MEC, 1975, pp. 253-255.

¹⁹ MELO, José Marques de. Op. Cit., pp. 146-147.

interdições intelectuais secularmente impostas pela presença jesuítica foram fatores de retardamento não da implantação da imprensa - como fato isolado - mas, sobretudo, da **emergência de esferas públicas de discursividade essenciais ao desenvolvimento dos fundamentos da ação e do pensamento moderno.**

Que grandes prejuízos econômicos ou ameaças às manufaturas européias poderiam decorrer do funcionamento de tipografias isoladas em algumas cidades brasileiras? Por que todas elas foram ostensivamente confiscadas quando de suas efêmeras aparições? O fato é que não apenas no Brasil, mas também em Portugal, não haviam ainda sido criadas as condições necessárias à emergência da prática jornalística. A informação e a moeda foram os dois elementos revolucionários das hierarquias valorativas e normatizadoras das sociedades feudais européias. A notícia sobre qualquer assunto, remete à pressuposição da existência de um público apto a traduzi-la e interessado no seu relato. Ela é uma criação específica de contextos urbanos móveis, onde os indivíduos têm uma certa margem de autonomia para tomar iniciativas próprias a partir de seus julgamentos privados sobre um contexto que é processual, dinâmico. A informação, seja como notícia ou opinião, é um elemento de atualização da ação e do juízo de indivíduos privados; resultante das necessidades, interesses e atividades destes. A monarquia portuguesa pouco investiu no sentido de dinamizar - econômica e intelectualmente - seus domínios. Manteve-se, por um lado, alheia ao desenvolvimento do livre comércio, das manufaturas e dos grandes centros urbanos comerciais, por outro, às novas formas de pensamento filosófico e social. Portugal esteve à margem da modernidade até a segunda metade do século XVIII, quando, por um lado, o regime colonial começou a não suportar as pressões por mudanças do capitalismo inglês e, por outro, a Universidade de Coimbra iniciou a formação dos futuros contestadores portugueses e brasileiros do absolutismo vigente.

Os primeiros sintomas de mudanças surgiram, no Brasil, com as conjurações mineira, em 1789, e baiana, em 1798. Os autos das devassas demonstraram que seus integrantes estavam familiarizados com a literatura reformista e revolucionária do ilusionismo francês, contrário à escravidão, ao tráfico negreiro, anticolonialista, crítico às

políticas de monopólio do mercantilismo colonial e, decorrentemente, ao próprio sistema absolutista de governo; defensores do livre comércio e dos movimentos de insurreição das colônias.²⁰ Aos conjurados de Vila Rica acrescenta-se o entusiasmo causado pela independência das colônias americanas e, aos da Bahia, a influência do processo revolucionário francês. A censura portuguesa não podia mais controlar como antes o ingresso no Brasil destas informações e das obras científicas, políticas e literárias discutidas em Portugal e na França, trazidas e cultivadas por brasileiros bem nascidos que para lá se dirigiam em número crescente com a finalidade de adquirir títulos universitários.

02. O SURGIMENTO DA IMPRENSA NO BRASIL

Os dois primeiros e atípicos fenômenos característicos do surgimento da imprensa no Brasil são representativos do recente convívio destas duas ordens distintas de concepção do exercício da vontade política: a que a corporifica no monarca, oriunda de um

²⁰ Desaconselha-se uma relação obrigatória de causa e efeito entre a reforma da Universidade de Coimbra, feita a partir de 1772 e a evidência, aproximadamente vinte anos depois, da existência de bibliotecas particulares no Brasil com os títulos mais importantes do pensamento iluminista francês, como no caso de alguns conjurados de Vila Rica (formados em Coimbra em período anterior à reforma) e de mineiros como Batista Caetano de Almeida, os quais, segundo Fernando A. Novaes, ao comentar a pesquisa feita por Bradford Berns, “ tinham uma rica coleção do pensamento das Luzes: ao lado de obras sobre agricultura, botânica, química, história, viagens, e sem a presença de livros da escolástica tradicional, e lá estão Montesquieu, Diderot, Rousseau , Beccaria, Mably, Condorcet, Raynal” além de muitos outros livros sobre os Estados Unidos. Literatura semelhante também foi encontrada nas devassas de 1794, no Rio de Janeiro, e de 1798, na Bahia. Acredita-se que a nova política educacional de Pombal, associada aos tantos outros fatores de ordem econômica e política em andamento na Europa, justificam a existência destas bibliotecas e, o mais importante, a emergência de uma intelectualidade brasileira que, a despeito de todo o isolamento, de sua insignificância numérica e da impossibilidade de livre manifestação pública, procurou manter-se atualizada e corporificou os movimentos precursores do processo de independência do país. As divergentes interpretações sobre o grau de maior ou menor convicção insurrecional dos conjurados mineiros, comparáveis, por exemplo, entre as análises de Francisco Adolfo de Varnhagen e F. Novais, não descaracteriza o perfil crítico e atualizado da sua formação intelectual, os quais, em suas palestras secretas, segundo Novais, já questionavam “a autoridade do príncipe, que não podia mais substituir a consciência individual”. Em NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Quarta Ed., SP, Hucitec, 1986, pp. 157-171.

passado que ainda lhe assegura o domínio dos instrumentos políticos de afirmação da sua soberania e a que atribui aos indivíduos privados a competência de legitimação e controle destes instrumentos. Entende-se, assim, porque o primeiro jornal impresso em solo brasileiro, à exceção de algumas tentativas frustradas e de esparsos jornais manuscritos, foi implantado a partir do decreto real de 13 de maio de 1808, que autorizava a criação da Imprensa Régia no Brasil.²¹ Uma situação inédita se pensada do ponto de vista histórico da origem privada da imprensa, ou seja, do seu surgimento no terreno das novas práticas discursivas da sociedade civil emergente. Mas ao mesmo tempo que se inaugurava oficialmente a implantação desta imprensa “nativa”, denominada de *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo primeiro número data de 10 de setembro de 1808, já circulavam no Brasil os primeiros exemplares do jornal *Correio Braziliense*, editado em Londres em junho do mesmo ano pelo brasileiro Hipólito da Costa, cujas páginas conclamavam os leitores a abrirem suas portas ao esclarecimento, às luzes do conhecimento e às lutas que engendram contra o “labyrintho da apathia, da ineptia, e do engano”.²²

A fuga da corte portuguesa para o Brasil, em novembro de 1807, decorrente da invasão francesa, criou uma situação inesperada para o país ao torná-lo, subitamente, a sede da monarquia portuguesa e, mais do que isso, ao expô-lo diretamente aos circuitos das práticas econômicas e das idéias políticas e culturais predominantes nas sociedades européias. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi apenas mais uma dentre as deliberações tomadas por D. João VI no sentido amplo de “implantar” no Brasil as instituições executivas, jurídicas, militares, diplomáticas e culturais necessárias ao funcionamento da monarquia no país. Seu lançamento, no mesmo ano de chegada da Corte, deve-se, em parte, a fatores fortuitos como, por exemplo, à atitude pessoal do Conde da Barca de, na pressa da fuga, mandar embarcar os prelos recém-adquiridos em Londres com a finalidade de servirem à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Quando desembarcados no Brasil, D. João VI, em 13 de maio de 1808, manteve-os ainda sob o

²¹ A Imprensa Régia foi instituída em Portugal, em 1768, por decisão do marquês de Pombal. Conforme RIZZINI, Carlos, Op. Cit., p.217.

²² Trecho da “Introdução” do primeiro exemplar do *Correio Braziliense*, escrita por Hipólito da Costa, em junho de 1808. Reprodução feita por AQUILES, Aristeu. *Os jornais da Independência*. RJ, Biblioteca Nacional.

controle desta Secretaria, destinando-os à impressão de seus atos legislativos e diplomáticos e também, de “todas e quaisquer outras obras”²³, entre elas, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A *Gazeta* pertencia à Secretaria e era redigida por seus oficiais. Nas suas quatro a oito páginas bi-semanais, durante os quatorze anos em que circulou, foram impressas notícias do estrangeiro, da família real, atos do governo e muitos anúncios. Apesar de declarar, logo no primeiro número, que não era uma publicação oficial do governo, nada a impelia a deixar de sê-la. Tanto as edições feitas pela Impressão Régia - também dirigida por prestigiados membros da corte portuguesa - como a *Gazeta do Rio de Janeiro*, além do fato de serem administradas por membros do Estado português, eram ainda submetidas aos seus censores. A tipografia real e a *Gazeta* foram, na verdade, os órgãos precursores da imprensa oficial de todas as formas posteriores de governo do país. Assim como a Impressão Régia, em 1821, passou a denominar-se Imprensa Nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* desapareceu a 31 de dezembro de 1823 para ressurgir, a 2 de janeiro de 1824, como *Diário do Governo* - assumidamente um órgão oficial estampando inclusive as armas imperiais brasileiras.²⁴

A *Gazeta* não pode ser considerada como uma prática jornalística genuinamente brasileira. Ela era uma estrangeira, à medida que não abrangia os fatos da realidade local e se dirigia, sobretudo, aos integrantes da corte portuguesa recém-instalada no país. Seu ponto de vista era o da fala monárquica. Ela satisfazia, por um lado, as demandas

²³ Esta é uma citação de um trecho do decreto real de 13 de maio de 1808 que cria a Impressão Régia e autoriza outras publicações no país, na íntegra, diz D. João VI, “Tendo-me constado, que os prelos que se acham nesta capital, eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra; e atendendo à necessidade que há da officina de impressão neste meus Estados: sou servido que a casa, onde eles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaisquer outras obras; ficando internamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria”. Decreto citado em VERÍSSIMO, José. *Livro do Centenário*. RJ, Imprensa Nacional, 1900.

²⁴ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi transformada, sucessivamente, em *Diário do Governo*, *Diário Fluminense*, *Correio Oficial*, *Gazeta Oficial do Brasil* até o atual *Diário Oficial da República*. Consultar BESSA, Alberto. *O Jornalismo - Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até os Nossos Dias*. Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904, p.239. Também PASSOS, Alexandre. *A Imprensa no Período Colonial*. RJ, Ministério da Educação e Saúde, 1952, p. 29. A Impressão Régia, segundo Oliveira Belo, “conservou este título por poucos annos, sendo denominada, em documentos officiaes, Régia Officina Typographica, Imprensa Régia, Imprensa Nacional, Typographia Nacional e, de novo, Imprensa Nacional”. BELLO, Oliveira, *Imprensa Nacional (1808 - 1908) - Apontamentos Históricos*. RJ, Imprensa Nacional, 1908, p.20.

desta fala de dar conhecimento à toda a corte e afins de seus atos oficiais e, por outro, às expectativas desta corte de não perder o desenlace de assuntos palacianos e internacionais a que foi provisoriamente coagida submeter-se de forma tão radical.

Já o *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*, como também era denominado por Hipólito da Costa, apesar de impresso em Londres, pode ser justamente considerado, neste período de permanência da corte no Brasil, como o fez C. Rizzini, “o nosso único jornal informativo, doutrinário e pugnaz”.²⁴ Hipólito nasceu no sul do país, às margens do Prata, estudou leis e filosofia em Coimbra e, em 1798, embarcou para o México e Filadélfia, onde encontrou as bases do seu discurso jornalístico liberal e progressista e o apoio maçônico para seus empreendimentos pessoais.²⁵ Este apoio o levou a ser preso pela polícia portuguesa entre os anos de 1802 e 1805, quando foi para a Inglaterra e lá conseguiu estabelecer-se sob a proteção do duque de Sussex, chefe da maçonaria inglesa e irmão do príncipe regente da Grã-Bretanha.

O *Correio Braziliense* era um periódico mensal relativamente caro para o poder aquisitivo das populações urbanas livres da época, chegando ao Brasil, por vezes, com três ou quatro meses de atraso²⁶, mas que compensava estes entraves com o grande número de páginas impressas e a novidade de um discurso fundamentalmente informativo, analítico e opinativo. É aceitável que tantos autores nacionais o relevem à posição de periódico inaugural da imprensa brasileira, dado que, do ponto de vista discursivo, esta é a primeira publicação, tanto no Brasil, como em Portugal, a pressupor uma esfera de discursividade pública no país, em termos comparáveis com aqueles em que histórico e sociologicamente ela se desenvolveu nas sociedades européias dos séculos XVIII e XIX. É o primeiro periódico a discutir publicamente questões até então particulares do Estado português, ancorado, em certa medida, nas premissas e procedimentos

²⁴ RIZZINI, Carlos. Op. Cit., p. 341.

²⁵ Sobre as impressões de H. da Costa em sua viagem aos Estados Unidos, ler PEREIRA, Hipólito da Costa. *Diário da Minha Viagem para a Filadélfia*. RJ, Academia Brasileira, 1955.

²⁶ De acordo com RIZZINI, “começou o Correio a ser publicado em junho de 1808, na oficina de W. Lewis, e continuou pontualmente todos os meses, até dezembro de 1822, num total de 175 números, de 72 a 140 e mais páginas in - 8º (o de agosto de 1812 tinha 236 páginas), perfazendo 29 volumes(...) Custava o exemplar no Rio de Janeiro, ao tempo da Independência, a exorbitância de 1\$ 280 (o porte ficava em 110 réis, mais ou menos), segundo anunciava o negociante J. J. Dodsworth”. Em RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. SP, Cia Editora Nacional, 1957, p. 19.

próprios à racionalidade comunicativa, como a liberdade individual de expressão e a igualdade de condições dos integrantes do seu público.

03. A IMAGINAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA

Os fundamentos da modernidade²⁷, adquiriram visibilidade e, portanto, materialidade, nas páginas do *Correio Braziliense*. A premissa da liberdade de expressão, requerida e delimitada já na “*Introdução*” do primeiro exemplar, implicava na liberdade e, logo, na necessidade de existência de muitos outros novos elementos, tais como de um espaço público dentro da grande esfera privada da sociedade civil; na presença, constituindo este espaço, de indivíduos igualmente aptos à livre expressão; na possibilidade destes indivíduos requererem para si a competência e autoridade para julgar e decidir sobre assuntos de interesse comum a toda a sociedade e, também, na legitimação da imprensa como instituição específica deste espaço público.

Há, entretanto, uma certa distância entre os fundamentos da discursividade pública moderna e o modo como o *Correio Braziliense* historicamente os efetivou. Vale a distinção feita por Peter Hohendahl entre o referente normativo²⁸ e o fato histórico. O

²⁷ A teoria da modernidade e do espaço público de Jürgen Habermas é a referência para a análise da emergência e do desenvolvimento das instituições de comunicação das sociedades ocidentais. O estudo deste campo teórico, assim como a disposição analítica dos seus elementos em função da processualidade histórica de conformação destas instituições, foi objeto de reflexão em ensaios anteriores a este trabalho. Suas colocações são aqui retomadas para a análise específica das instituições de comunicação brasileiras e, somente quando o objeto apontar novas variações desta colocações, é que as referências à J. Habermas serão novamente objeto de reflexão e apropriação críticas. Estes ensaios pertencem, portanto, implicitamente ao presente trabalho. Vide RIBEIRO, Lavina Madeira. *Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação*. Teresina, Edufpi, 1996, em particular o ensaio “Considerações Sobre a Origem Histórico-Sociológica da Informação e sua Contemporânea Conformação Institucional”, pp. 17-88.

²⁸ O referente normativo, conforme P. Hohendahl é “um modelo ideal que nunca existiu em forma pura”, cujas funções são as de, simultaneamente, fornecer “um paradigma para análise da mudança histórica” e atuar como “categoria normativa para a crítica política”, à medida que identifica “as normas estandarizadas cuja recuperação é desejável”. Vide HOHENDAH, Peter Uwe. “Critical Theory, Public Sphere and Culture: Jürgen Habermas and his Critics”, *New German Critique*, n.º 16, 1979, p. 92.

primeiro concerne às premissas e aos procedimentos intrínsecos a uma racionalidade desenvolvida em um espaço de interação social, responsável pela fixação de novas formas de consenso cognitivos e morais sobre o mundo. A emergência histórica deste processo no Brasil teve a particularidade de afirmar apenas parcialmente a necessidade e legitimidade dos elementos constitutivos desta nova racionalidade.

Os usos que Hipólito da Costa fazia do termo *público* ainda eram ambíguos e basculantes. Isto repercutia na definição do perfil e da localização institucional da imprensa. Assim, por exemplo, no texto inaugural do primeiro número do *Correio Braziliense*, quando ele definiu “o trabalho dos redatores das folhas *públicas*”, tem-se um primeiro postulado da finalidade institucional da imprensa, “quando estes, munidos de uma crítica, e de uma censura adequada, representam os fatos do momento, as reflexões sobre o passado, e as sólidas conjecturas sobre o futuro”. Estas obras “excitam a curiosidade *pública*”.

O autor acrescentou ainda um papel estratégico de mobilização política da imprensa exemplificando com a atuação dos folhetos escritos por Craesbeck, em 1649, em que descrevia os conflitos em torno da aclamação de D. João IV, responsáveis, segundo Hipólito da Costa, pelo envolvimento de toda a população em sua defesa. De acordo com suas palavras, o Brasil estaria precisando dos “socorros” destes “jornais políticos” capazes de “comprar a liberdade e independência de uma nação”. E por estes argumentos procurava conferir legitimidade à sua empresa pessoal, o *Correio Braziliense*,

“ longe de imitar só, o primeiro despertador da *opinião pública* nos fatos, que excitam a curiosidade dos povos, quero, além disso, traçar as melhorias das ciências, da artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral. Feliz eu se posso transmitir a uma nação longínqua e sossegada, na língua, que lhe é mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai elevando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos ...”²⁹

Em outro editorial, do exemplar de setembro de 1808, Hipólito da Costa reafirmava a posição institucional em que pretendia

²⁹ *Correio Braziliense*, vol. I, pp. 3-4, junho de 1808.

localizar o jornalismo: “referir com imparcialidade as memórias do tempo e dar todos os dados possíveis ao leitor para ajuizar das causas dos acontecimentos e, quando couber na alçada humana, preconizar-lhe as conseqüências”.³⁰

É bastante clara a demarcação do campo institucional do jornalismo: uma prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos sociais orientada pelo ponto de vista “imparcial” do interesse “público”. O termo público compreende aqui os “indivíduos” (já referidos enquanto categoria política), os “homens”, os “povos”, a “nação”, a “sociedade em geral”. É, segundo Hipólito da Costa, de “direito natural” a “liberdade de escrever e de imprimir” que, “depois da invenção da imprensa, não é outra coisa mais do que a liberdade de falar, ou comunicar os pensamentos dos homens”.³¹

Este público genérico, que presumivelmente está sob o abrigo da premissa de iguais liberdade e competência de fala e juízo, não apenas se “excita”, mas tem “ardentes desejos” pelo conhecimento dos fatos e por novas idéias. Ao jornalismo, como instituição própria deste público e somente por ele legitimável, caberia assim a vital função de emancipar intelectualmente a “sociedade”, num esforço de referencialidade que abrange não só a atualização do conhecimento dos fatos sociais correntes, mas a própria educação científica, jurídica e artística deste público. A imprensa, segundo Hipólito da Costa, compartilharia com escolas e universidades a competência e finalidade de “instruir os homens” sobre os novos parâmetros de julgamento dos fatos e de sua racionalização, tarefa esta até então exclusiva da alçada de gerenciamento pelo Estado monárquico.

A opinião pública é um dos conceitos mais fugidios, inatingíveis e, portanto, problemáticos, dentro de uma teoria do espaço público. Como o espaço público é o meio e o seu próprio fim, e nisto se ancora a justificativa de sua fundação numa racionalidade particularmente não instrumental, a opinião se torna, simultaneamente, o procedimento e a finalidade ou resultado do espaço público comunicativo. Ela é essencialmente, o elemento que confere dinâmica processual e histórica a este espaço. A análise dos usos temporais deste conceito indica, por um lado, o perímetro em que se distribuem as

³⁰ Correio Braziliense, vol. I, p.318, setembro de 1808.

³¹ Correio Braziliense, vol. XIII, p. 106, julho de 1814.

competências e possibilidades de produção de opiniões e, por outro, as hierarquias de reconhecimento e valoração a que tais competências se sujeitam ou conforme as quais se comportam no campo do embate público das opiniões. Isto sugere que não é possível, a priori, pensar a opinião pública no singular, porque redundaria numa contradição em termos do próprio mecanismo operatório da racionalidade comunicativa. As apropriações históricas feitas neste sentido seguem, portanto, o encobrimento das fontes diferenciadas e desiguais de produção de opinião e, conseqüentemente, da efetiva dinâmica de um espaço público constituído sob certas restrições e relações desiguais de acesso.

Um primeiro sentido do conceito de opinião pública - já como categoria política - em Hipólito da Costa, é dado na sua oposição ao uso da violência física pelo Estado absolutista. O autor defende a idéia de que a legitimidade do Estado só pode se fundar no apoio da “opinião pública”. A “espada” se justificava nas lutas feudais por territórios. Inspirado pelas novas formas representativas de governo dos EUA e da Inglaterra, e, posteriormente, também pelas revoluções emancipadoras das colônias espanholas na América e pelos movimentos constitucionalistas de Nápoles, Sardenha, da Espanha e de Portugal, Hipólito traduzia esta ascensão político da sociedade civil não mais como

“ uma contenda entre dois ou mais Estados para adquirirem esta ou aquela província ou aumento de território; é sim uma colisão geral entre os costumes presentes e a legislação antiga; é o resultado do novo Estado de civilização em direta oposição às formas estabelecidas em tempos bárbaros e apoiadas pela força dos senhores feudais, enfim, é uma guerra de opinião, contra qual é ineficaz a potência física dos governos... A história da revolução francesa, a causa da aniquilação do poder de Bonaparte, os meios por que os governos da Alemanha recobram a sua independência, tudo tende a mostrar que há na Europa um indomável espírito de liberdade individual, que não admite reconciliar-se com o despotismo ...”.³²

As emergentes guerras de opinião resultam, segundo Hipólito da Costa, do não reconhecimento por parte do Estado das “queixas dos

³² Correio Braziliense, vol. XXVI, p. 680, junho de 1821.

povos” das “representações” que fazem os indivíduos “contra o arbítrio de más administrações”, que resultam da negligência ao atendimento “à voz e aos escritos que proclamam a opinião pública”.

Nesta acepção, a “opinião pública” no singular é o correlato da “sociedade em geral”. Ela é uma espécie de vontade uníssona dos “homens” ou dos “povos” tornada referente necessário para as deliberações do Estado. No espaço público emergente com os movimentos de emancipação política e intelectual da sociedade civil - devidos ao “indomável espírito de liberdade” dos “indivíduos” que a integram - têm-se, a princípio, apenas dois agentes ativos: a “opinião pública” e a imprensa, com o evidente privilégio discursivo desta última, à medida que ela é vista como responsável não só pelo noticiamento dos fatos, mas, sobretudo, pela instrução dos “povos” e, conseqüentemente, pela eleição dos assuntos que serão tornados objetos de interesse “público” e dos parâmetros com os quais sobre eles será formada uma suposta “opinião pública”.

A indistinção dos integrantes do público, seja pela sua individualização ou, em medida oposta, pela sua homogeneização, denuncia as limitações processuais de emergência de um espaço de discursividade pública no Brasil, limitações que resultam das condições históricas particulares em que se confrontaram politicamente atores, movimentos, idéias e instituições. Neste estágio, o emergente espaço público brasileiro imaginado por Hipólito da Costa é essencialmente um espaço político, com regras e reivindicações próprias. A inspiração liberal assegura-lhe os princípios básicos da liberdade individual de expressão, de propriedade e de gestão da sociedade e do Estado. Instaura as regras básicas de funcionamento do espaço público e legitima suas ambições políticas. É incapaz, entretanto, de conferir *status* de valor semelhante ao princípio da igualdade dos indivíduos perante a sociedade e o Estado, discriminados que estão pelas suas desiguais condições individuais de aquisição de propriedade e formação cultural. Como o liberalismo é intrinsecamente discriminatório, isto se reflete no perfil dos agentes e das idéias que dinamizaram a emergente esfera pública política brasileira.

Hipólito da Costa, por sua vez, como ator político e autor do *Correio Braziliense*, se, por um lado, fomentou as regras de uma discursividade pública política no interior de uma imaginada sociedade civil, defendendo direitos individuais de representatividade junto ao Estado; por outro lado, o fez numa perspectiva desigualitária de direitos, conciliatória com o Estado monárquico. Intervêm aqui fatores de ordens distintas, que têm origem tanto nos limites à liberdade de expressão impostos pela censura portuguesa e na eficácia deste Estado em poder inibir quaisquer manifestações e movimentos políticos nos territórios sob o seu domínio, assim como na especificidade dos interesses pessoais e de posição social e política de Hipólito da Costa. Interessam sobretudo as repercussões destes fatores políticos, por um lado, nos procedimentos públicos de auto-legitimação da imprensa e, por outro, na fixação de limitações intrínsecas à sua discursividade institucional num espaço público.

Nos quatorze anos em que mensalmente o *Correio Braziliense* circulou em terras portuguesas e brasileiras, Hipólito da Costa procurou sempre conciliar a instituição da representatividade do Estado, com a forma monárquica de governo. Suas proposições se encaminhavam, inspiradas no modelo inglês, para a defesa de uma monarquia constitucional que resguardasse ainda uma margem ampla de poder decisório às atribuições do monarca. Nestes apelos reformistas, emergem outras acepções do conceito de “público” e das competências institucionais da imprensa. Ao mesmo tempo que a finalidade da imprensa era a de criar o “costume de averiguar o público por si mesmo as questões que pertencem à Nação toda”³³ ou de “instruir quotidianamente o povo nos seus interesses”;³⁴ cabia também à imprensa alertar o governo sobre os perigos que ameaçavam sua integridade política, popularidade e competência de gestão econômica. Cabia “ajudarmos as vistas do Governo, e contribuirmos da nossa parte para o bem da Nação a que pertencemos”.³⁵

Para Hipólito da Costa, “a forma de governo que existe no Brasil é a melhor que pode ter (...). Provado pois ao povo, por meio de escritos e teoricamente, que a atual forma de governo é que lhe convém deve seguir-se o

³³ *Correio Braziliense*, vol. XIII, p. 106, julho de 1814.

³⁴ *Correio Braziliense*, vol. XXV, p. 568, novembro de 1820.

³⁵ *Correio Braziliense*, vol. XXVI, p. 338, abril de 1816.

mostrar-lhe que a administração está por tal maneira arranjada, que procura sinceramente a sua felicidade”.³⁶

Nesta perspectiva, o “ público ” do ensaísmo jornalístico do *Correio Braziliense*, era ainda, em grande parte, o Estado português. Ancorado no apriorismo de uma suposta - em verdade, ahistórica - “grandíssima distinção entre forma de governo e modo de administração”,³⁷ legitimava Hipólito a necessidade da imprensa neste sistema como elemento de mediação entre a “opinião do povo” e um Estado reformável, desde que sanadas suas resistências à assimilação dos novos conhecimentos jurídicos, econômicos e políticos de racionalização da sua administração estatal, que, segundo seus argumentos, ainda funcionava nas trevas do ocultamento de suas “contas públicas”, dos abusos, extorsões e arbitrariedades de maus administradores. Conforme Hipólito da Costa :

“ É para ver reparados os erros e os males do governo ... que conduzimos o nosso jornal no sistema que inventamos, abrindo na língua portuguesa nova carreira de idéias por meio da imprensa”.³⁸

Hipólito da Costa propunha trazer à luz da publicidade todo o labirinto anacrônico da burocracia estatal portuguesa e suas políticas administrativas, propondo-lhe uma nova roupagem que pudesse dar ao Estado uma flexibilidade capaz de absorver os avanços políticos, econômicos e culturais da emergente sociedade civil européia.

Hipólito temia as revoluções, as reivindicações por formas democráticas de governo e o republicanismo. Temia, sobretudo, que o Brasil seguisse o exemplo das lutas de independência das colônias espanholas na América. Segundo Rizzini, Hipólito dedicou, de janeiro de 1810 a setembro de 1822, mais de 1500 páginas às revoluções destas colônias, “apoio-as, evitando razões que pudessem aplicar-se ao Brasil”.³⁹ Dedicou tantas páginas à descrição de revoluções feitas

³⁶ *Correio Braziliense*, vol. VIII, p. 377, março de 1812.

³⁷ *Correio Braziliense*, vol. VIII, p. 377, março de 1812.

³⁸ *Correio Braziliense*, vol. XII, p. 145, janeiro de 1814.

³⁹ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Op. Cit., p. 128.

irremediáveis devido à falta, segundo Hipólito, de “legitimidade” do governo :

“ A palavra legitimidade foi adotada, como símbolo, para unir os partidistas dos governos. Porém, resta ainda a questão do expediente que devem tomar os povos quando os legisladores e governantes deixam de promulgar leis conducentes ao bem da sociedade, ou otram em oposição aos fins por que tais governantes foram instituídos, por mais legalmente que o fossem”.⁴⁰

O “sossego do Brasil” poderia vir a ser minado caso o Estado não extirpasse a face despótica das suas políticas e estruturas administrativas. Reformar o Estado passava, necessariamente, no entender de Hipólito da Costa, pela absorção nos seus quadros de “homens instruídos”. Esboça-se então uma outra finalidade institucional da imprensa, ligada a incentivar e atualizar com informação e conhecimento de “tudo que vai se passando pelo mundo”, a formação de um corpo de servidores públicos capazes de gerenciar os negócios e interesses do Estado. Observa-se aqui uma redemarcação do perímetro e da finalidade de uma discursividade pública que envolve o Estado monárquico e uma abertura deste aos segmentos esclarecidos da sociedade civil, com ambições de instrumentá-lo na implementação de suas reformas. O “público-alvo” já não se confunde necessariamente com a “sociedade em geral”. O público são os efetivos e potenciais “operários” de um presumível Estado benevolente e solidário aos interesses e às “queixas do povo”. Depreendem-se, então, sugestões de uma mutuamente proveitosa aliança institucional entre imprensa e Estado.

Afirmava Hipólito da Costa:

“ Mas que pode fazer um operário sem os instrumentos do seu ofício ? Para El-Rei por em prática as suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios. Estes são os homens instruídos. Sem eles, nem terá com que se aconselhe, nem quem execute as suas resoluções. E como se hão de achar os homens instruídos, se os meios de educação se restringem e apoucam? Não se pode formar políticos sem estudos preliminares da sua ciência, a leitura da História, e o conhecimento do

⁴⁰ Correio Braziliense vol. XXVI, p . 680, junho de 1821.

que atualmente se vai passando no mundo. Para esta última parte são essencialíssimas as obras periódicas. Se não as há no Brasil, onde hão de os brasileiros ir aprender este ramo de política ?”⁴¹

A historiografia brasileira dividiu-se basicamente em duas interpretações polares da atuação jornalística de Hipólito da Costa, cujos argumentos, entretanto, não se refutam mutuamente se observados do ponto de vista da contribuição do *Correio Braziliense* para a formação de um espaço público político no país e para a consolidação da imprensa como instituição fundamental deste espaço. Durante muito tempo foram unânimes os pareceres sobre o que foi considerado como o grande, único, lúcido, talentoso, patriota e abalizado empreendimento jornalístico de Hipólito da Costa.⁴² Prevalece nestes atributos a perspectiva que contrasta a obra e o contexto em que ela se desenvolveu. O autor foi exaltado pela abrangência e intensidade de uma empenho realmente sem precedentes no campo da formação liberal dos potenciais integrantes de um cenário político ainda inexistente no país.

Destacam-se as preocupações do autor com o Brasil. Fato inédito no seu ambiente colonial, principalmente o incentivo aberto à construção ainda impensada de uma nacionalidade brasileira ajustada a parâmetros de progresso econômico e de liberdade individual, equiparáveis aos de países próprios como Inglaterra e Estados Unidos. Há um reconhecimento à singularidade da convicção e ação individual do autor, à persistência vinda de longe por quatorze anos consecutivos, sem quaisquer articulações com possíveis grupos liberais emergentes no Brasil, dirigidos a leitores isolados - latifundiários, profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos, pequenos proprietários e outros dispersos em todo o país e sem faces precisas quanto aos níveis velados de tolerância e insatisfação com o despotismo português.

⁴¹ *Correio Braziliense* vol. XI, p. 924, dezembro de 1813.

⁴² Historiadores da cultura e da política brasileira, desde o século XIX, elogiaram a atuação singular e decisiva de Hipólito da Costa. Francisco A. de Varnhagen o considerava, em política, “tipo de bom patriota”. Sílvio Romero o viu como “o jornalista mais notável do Brasil e Portugal no primeiro quartel do século XIX (...) nítida encarnação do talento brasileiro de boa seiva, ágil, ativo, entusiasta, amante das idéias livres e capaz de lutar por elas. (...) Foi um elemento de diferenciação, de luta, de oposição entre brasileiros e portugueses em nome de seus princípios, em nome da justiça e da liberdade.” Vide VARNHAGEN, Francisco A. de. *Op. Cit.*, Tomo V, p. 228 e ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Tomo 2º, 6ª edição, RJ, José Olympio Editora, 1960, pp. 655-657.

Em setembro de 1957, entretanto, em texto aprovado com louvor pelos jornalistas presentes ao VII Congresso Nacional da categoria, Fernando Segismundo apresentou uma versão negativa do que até então se registrara sobre Hipólito da Costa. Tomando por fio condutor de sua crítica um livro lançado naquele mesmo ano por Mecenas Dourado, intitulado *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, onde, de uma forma geral, o autor reafirmava os atributos acima descritos com ênfases tais como a de considerá-lo “bravo e clarividente jornalista”, cujo periódico “teve a grandeza de agitar os velhos quadros políticos em que se vinha, secularmente, arrastando a vida nacional portuguesa”,⁴³ Segismundo achou chegada a hora de “o [Hipólito da Costa] denunciar aos brasileiros honestos, progressistas, patriotas, para que um embuste secular não perdure indefinidamente”. Segundo ele,

“Em absoluta oposição ao que se pensa, Hipólito da Costa é, antes, o paradigma do jornalista venal, do antipatriota, do corrupto a serviço da guerra ... uma sombra de homem, um falso maçom, um pseudo patriota, um sujeito vendido aos ingleses e a D. João”.⁴⁴

E com este tom seguiu denunciando o que chamou de “servilismo”, por um lado, aos interesses econômicos ingleses, apoiando acordos com supostos prejuízos para o Brasil, apenas para fixar uma aparência de fidelidade ao rei da Inglaterra e suas adquiridas regalias como cidadão daquele país e, por outro, ao trono português, tendo em vista a necessidade de manutenção do suporte financeiro, feito pela Coroa por meio da compra de assinaturas do *Correio Brasiliense*. Com relação ao Brasil, Hipólito da Costa teria sido um “traidor”, porque

⁴³ Mecenas Dourado mantém esta linha explícita de elogio à pessoa e obra de Hipólito da Costa em todo o seu livro. Considera-o “um dos melhores talentos e uma das mais completas organizações intelectuais de sua geração. Neste particular, não teve superiores nem no Brasil, nem em Portugal. Além disso, possuía a bravura moral de saber afirmar e defender, com destemor, as suas convicções. As vicissitudes do jornalismo, com seus percalços, não lhe mataram as excelentes qualidades morais, que revelava desde os bancos acadêmicos” (...) Vide DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Tomo II. RJ, Biblioteca do Exército, vol. 234, 1957, pp. 563; 581; 584.

⁴⁴ O autor, logo no início do texto, coloca-se frontalmente em oposição ao “consenso da grande maioria dos historiógrafos, homens de imprensa e críticos literários” sobre as “notáveis qualidades morais e de inteligência, ressaltando-lhe, monocórdicamente, o patriotismo sem jaca, que o teria feito devotar o amargor do exílio à causa da Independência ...” Vide do autor “Hipólito da Costa, Jornalista Venal”, em SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa Brasileira - Vultos e Problemas*. RJ, Edição Alba, 1962, pp. 169-190.

sempre defendeu o domínio português no país e seu instituto monárquico, em detrimento das revoluções, dos movimentos de independência e das formas democráticas de governo republicano. Segismundo denunciou ainda o papel de Hipólito no agenciamento de armas e mercenários para as colônias espanholas, o apoio aberto às suas revoluções, quando a condição de maçom lhe vetava o estímulo à luta armada interna; e sua incoerência, com base neste mesmo princípio, ao justificar seu desestímulo a insurreições no Brasil. Hipólito teria sido ainda “venal” ao aceitar ser pago para caluniar pessoas e não macular a monarquia, a religião e a maçonaria e “impostor” , ao fazer suas, campanhas sobre idéias alheias, como o combate à escravidão, o apoio à imigração européia e à mudança da capital para o interior do país.

Numa apreciação superficial das denúncias de F. Segismundo, percebe-se que elas pecam, a princípio, pela precipitação. Autores como Francisco A. de Varnhagen e Oliveira Lima já haviam comentado provas documentais sobre o apoio financeiro e simpatia da coroa portuguesa ao *Correio Braziliense*. O primeiro afirmou, por exemplo, que apesar das proibições de circulação em Portugal sofridas pelo *Correio Braziliense* nos anos de 1811, 1812 e 1817, havia “um ajuste aprovado pelo Conde de Linhares em 1810 (...) de tomar o governo trezentas assinaturas do mesmo jornal, para fazê-las depois vender, com a condição de não se ocupar da maçonaria, nem de cortes, nem de ataques pessoais”.⁴⁵ Oliveira Lima, por sua vez, na descrição que fez sobre Hipólito da Costa, afirmou que

“ se não foi propriamente venal, no sentido de por em almoeda a sua pena de panfletário, não foi todavia incorruptível, pois que se prestava a moderar seus arrancos de linguagem a troco de consideração, de distinções e mesmo de patrocínio oficial”.⁴⁶

Estes mesmos autores, entretanto, apesar de conhecerem as concessões feitas por Hipólito da Costa aos interesses políticos portugueses e sua vaidade pessoal, consideraram-no único na capacidade de abranger e de racionalizar questões políticas e econômicas em curso no Brasil e na forma de interlocução partidária

⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit., Tomo 5, p.227.

⁴⁶ LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed, RJ, Topbooks, 1996, p.466.

assumida pelo seu discurso com o Estado português. Varnhagen apontou, no *Correio Braziliense*,

“o mesmo pensamento político de promover a prosperidade e aumento do Brasil, conservando nele a corte apesar do natural ciúme de Portugal, e de introduzir na administração e até no sistema de governo as necessárias reformas, por meio de instituições como as que hoje temos. (...) Talvez nunca o Brasil tirou da imprensa mais benefícios do que os que lhe foram oferecidos nessa publicação (...) com a grande vantagem de tratar sem paixão as questões da maior importância para o Estado (...). Ao dar conta de uma instituição política estrangeira, ao citar o exemplo da independência deste ou daquele Estado americano, Hipólito tinha sempre na mente o Brasil e a influência, o efeito que para o seu fim convinha, como, sobretudo nos últimos tempos, abordava francamente muitas questões do país, e tratava-as como se se dirigisse a uma nação, onde a liberdade de imprensa fosse pleníssima, para o bem do Estado.”⁴⁷

Oliveira Lima, ao descrever o *Correio Braziliense*, por sua vez, considerou-o

“o melhor, senão o exclusivo repositório das falhas da administração brasileira. O jornalista cantava-as escrupulosamente para expô-las à luz da publicidade (...). Deste ou daquele modo é no *Correio* que devemos ir buscar o mais seguro esteio de um juízo franco sobre a administração e justiça no Brasil em tempos d’ el-rei Dom João VI.”⁴⁸

Segundo Oliveira Lima, o jornal *Correio Braziliense* era “uma preciosa válvula de desabafo”⁴⁹ contra os “abusos” da administração portuguesa.

O fervor nacionalista de F. Segismundo, característico da época em que produziu seu texto, talvez não lhe tenha permitido o necessário distanciamento para perceber que, para além da intencionalidade pessoal de Hipólito da Costa, foram fixados por ele, nestes quatorze anos que precederam a Independência do Brasil,

⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit., Tomo 5, p. 226.

⁴⁸ LIMA, Oliveira. Op.Cit., pp. 466-469.

⁴⁹ _____, p. 470.

parâmetros de uma nova racionalidade pública, cujos elementos forneceram a todos os seus interlocutores, condições formais de negar, alterar e reagir aos conteúdos proposicionais particulares à discursividade do próprio Hipólito da Costa ou de qualquer outro “publicista” do período. O *Correio Braziliense* não apenas difundiu - como parte da filosofia e literatura do seu tempo o fizeram -, valores e procedimentos liberais. Ele efetivamente os praticou, demonstrando concretamente de que modo estes valores deveriam redefinir o curso futuro dos processos sociais, em particular e, sobretudo, a relação entre Estado e sociedade civil. Para além das limitações que impôs à sua interpretação liberal do papel do Estado, traduzível num reformismo, de certo modo, oportunista, que procurava, por uma lado, prestigiar as camadas esclarecidas e abastadas da sociedade civil e, por outro, mantinha a soberania política do monarca, Hipólito da Costa contribuiu expressivamente para mudanças qualitativas no modo de pensar e agir do que viria a se configurar concretamente como a sociedade civil portuguesa e, em especial, a brasileira. Muitos são os fatores que desencadearam, em 1820, a revolução do Porto e, em 1822, a Independência do Brasil. O liberalismo de Hipólito da Costa, certamente, não foi o principal responsável por estes movimentos, mas os instrumentalizou, ao longo dos anos, mesmo que, contraditoriamente aos seus textos, não os tenha apoiado. Entende-se assim, de forma mais ampla, a intenção de uma das mais citadas afirmações de Varnhagen:

“ não cremos que nenhum estadista concorresse mais, para preparar a formação no Brasil de um império constitucional, do que o ilustre redator do *Correio Brasiliense* ”.⁵⁰

Importa mais especificamente aqui a localização e os atributos que Hipólito da Costa institucionalmente defendeu para a imprensa. Sua ação jornalística reveste-se de significativa importância quando observada do ponto de vista da sua contribuição para a formação de um espaço público político brasileiro, com todas as regras e elementos que lhe são particulares e, dentro dele, para a legitimação

⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Op. Cit., Tomo 5, p.226.

da imprensa como instituição fundamental deste espaço. O apelo de transparência do Estado perante, seja como ele imaginou, o “povo”, a “sociedade em geral” ou segmentos esclarecidos desta, membros do estamento burocrático estatal, sua corte e realeza, deslocava formalmente o campo de legitimação de suas deliberações para o espaço público da sociedade civil, por mais indefinido e basculante que tenha sido o foco conceitual do público imaginado pelo autor. Ao fixar a legitimidade do Estado na “opinião pública”, Hipólito da Costa consolidava, simultaneamente, o papel e localização da imprensa como instituição imprescindível neste processo.

É curiosa a singularidade de que estas postulações tenham emergido e sido cultivadas por tantos anos de fora do país e dirigidas a um público sobretudo idealizado. Mas talvez esta tenha sido a mais importante contribuição de Hipólito da Costa ao processo de institucionalização da imprensa no Brasil. Muitas etapas foram eliminadas. O *Correio Braziliense* correspondia a um padrão de periodismo com características e mecanismos de auto-legitimação bastante avançados se comparados, por exemplo, com os demais periódicos portugueses da época e, mesmo, de outras cidades européias.

O autor tinha noções claras sobre a especificidade da prática jornalística. E isto faz toda diferença na aferição da complexidade do espaço público pressuposto. Ao definir, logo nos primeiros exemplares, a finalidade do seu jornal, observa-se a distinção de atribuições que lhe serão próprias e as correlatas ao público a que se dirige. A representação dos fatos, a transmissão dos acontecimentos de forma “imparcial” pressupunha a vida como algo processual, em movimento e mudança e tinha correspondência com um público interessado em atualizar-se sobre suas constantes “novidades”, à medida que ele é, em essência, o elemento dinamizador desta processualidade. É parte ativa e interessada da esfera em que a riqueza é produzida e de onde historicamente emergem novas variáveis que geram o mutável arranjo da vida social. O compromisso formal da imparcialidade é sintomático da presença de uma noção amadurecida de cidadania no espaço público, porque somente por esta via a função de “representação” dos fatos pela imprensa pode ser aceita publicamente como referente de atualização genérico, ou seja, acessível e dirigido a todos os integrantes do público

sem privilégio de qualquer ordem - econômica, cultural, política e social. É própria da imprensa a definição de finalidades e vínculos singulares com a vida social por meio do que veio a denominar-se de noticiamento dos fatos. Foi no espaço específico do fornecimento de uma referencialidade permanente, imediatamente posterior aos fatos, provisória, perecível, renomeável, que a notícia fixou sua especificidade institucional.⁵¹

O instituto da crítica aos acontecimentos noticiados, em particular da crítica política, corresponde, segundo Jürgen Habermas, ao estágio mais desenvolvido das configurações que histórico - sociologicamente a esfera pública assumiu nos grandes contextos urbanos europeus dos séculos XVIII e XIX.⁵² O exemplo revolucionário francês ampliou a competência de exercício público da crítica direcionando-a, no sentido predominante durante o século XIX, do questionamento liberal da legitimidade dos Estados monárquicos absolutistas. De acordo com o modelo habermasiano, esta configuração decorre da experiência de um público esclarecido que já internalizou as premissas de igualdade e liberdade deste espaço e seus procedimentos de manifestação pública - paridade, sociabilidade, racionalidade, não-fechamento, universalidade. Este modelo de espaço público político está implícito no discurso de Hipólito da Costa ao defender o “inerente” atributo crítico do seu jornal e sua finalidade de criar o “costume de averiguar o público por si mesmo as questões que pertencem à Nação toda”.

Em que pesem os assuntos e as formas de tratamento que Hipólito da Costa elegeu para as páginas do *Correio Braziliense*, ele provavelmente imaginava dialogar com um público composto por indivíduos à sua semelhança: letrados, economicamente autônomos, abertos aos novos circuitos de idéias econômicas e políticas liberais e progressistas, nacionalistas e favoráveis a mudanças políticas conduzidas pelas camadas esclarecidas da sociedade, com o consentimento pacífico da grande população que margeava estes grupamentos. Falava, talvez, como um procurador público do Brasil frente ao grande jurado acima

⁵¹ O tema da origem e evolução histórico-sociológica da informação já foi objeto de reflexão em estudos preliminares. O presente trabalho os têm como referentes genéricos e, por momentos, apropria-se de algumas das suas considerações. Vide RIBEIRO, Lavina. Op. Cit., pp. 17-88.

⁵² HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. RJ, BTU, Nº 76, Tempo Brasileiro, 1984.

imaginado. Em suas críticas, por exemplo, às jurisdições senhoriais e eclesiásticas, propunha a magistratura constituída por juizes formados “no estudo das leis” e a criação dos tribunais de júri. Segundo ele,

“então é que os jurados, compostos de homens de senso comum, de integridade e imparciais, escolhidos quase por sorte dentre as classes médias do povo, são os mais capazes de indagar a verdade e os mais seguros guardas da Justiça pública, ao mesmo tempo que suas decisões devem dar a mais ampla satisfação à Nação.”⁵³

Estes “homens de senso comum, de integridade e imparciais” oriundos das “classes médias do povo”, parecem ser os interlocutores do *Correio Braziliense*, os formadores da opinião pública que deve gerir e manter a racionalidade do Estado.⁵⁴ Daí a rejeição de Hipólito da Costa à idéia de contestações políticas provenientes de grandes movimentos populares. A automediação da sociedade pressupunha uma esfera pública formada por indivíduos “capazes de indagar a verdade”, com formação e critérios de julgamento alimentados no campo do exercício público de uma racionalidade que, aparentemente, convergia o justo com o correto. A esfera pública seria o tribunal do Estado e a imprensa não apenas a mediadora da discursividade desta esfera, mas também um agente político particular, com *status* de instituição pública, porque supostamente dedicada, de forma imparcial, às “questões que pertencem à Nação toda”.

O ímpeto de legitimação deste novo espaço, de suas regras e, em particular, da posição institucional da imprensa dentro dele, pode explicar, em grande medida, o vínculo feito por ele entre informação jornalística e conhecimento artístico e intelectual. Um vínculo que se confunde com uma diluição de fronteiras que lhe permitia a auto -

⁵³ *Correio Braziliense*, vol. XXII, p. 92, janeiro 1819. O júri só foi estabelecido pelas cortes, em 1820. Vide MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Vol. II, LB 323, Mira - Sintra, Publicações Europa-América, p. 182.

⁵⁴ Leia-se, por exemplo, o conceito de “governo popular” de Hipólito da Costa: “um governo popular é na minha opinião o mais bem calculado para sacar a público os talentos, que há na nação, e para desenvolver o entusiasmo, que resulta de se considerarem todos os cidadãos em via de ter parte ou voto na administração dos negócios públicos. Mas, quando assim falo, entendo o chamamento de cortes, e outras instituições (...) não quero pois entender, de forma alguma, por governo popular a entrega da autoridade suprema nas mãos da população ignorante, porque isso é o que constitui verdadeiramente a anarquia”. *Correio Braziliense*, vol. II, p. 175, fevereiro de 1809.

atribuição de uma finalidade também educativa. Mas é impreciso afirmar até que ponto o autor não considerava novas teorias econômicas, políticas e filosóficas como informação, ou seja, as idéias como fatos novos emergentes necessários ao conhecimento de todo o público. E necessários também à própria interpretação dos eventos políticos e econômicos correntes. É muitas vezes indissociável o fato narrado da crítica feita a ele. O fato, por vezes, é o pano de fundo para que a crítica se expresse, geralmente na forma de interpretações liberais - que não chegam a ser doutrinações, como afirmam certos autores ⁵⁵ - de estruturas, procedimentos, políticas e impasses criados pelo despotismo português. A imparcialidade do *Correio Braziliense* é sinônimo de tradução liberal e progressista dos fatos sociais em geral. A

⁵⁵Nelson W. Sodré classifica o *Correio Braziliense* como um “tipo de periodismo que hoje conhecemos como revista doutrinária, e não jornal”. Baseia este argumento na evidência de que o principal objetivo do *Correio* era “de pesar na opinião pública” e de que ele não era “do tipo noticioso”. Acredita-se que estes argumentos, pelo contrário, reforçam a caracterização do mesmo como um dos principais tipos de publicação jornalística da época. Ter influência, promover e dinamizar a opinião pública, pelo recurso, sobretudo da crítica vinculada aos fatos correntes, foi uma das características mais relevantes na fixação da especificidade institucional desta prática perante as demais formas de expressão artística e intelectual do período. Qualificar todo o jornalismo crítico de doutrinário, por oposição a um tipo de jornalismo exclusivamente noticioso, desloca suas respectivas práticas do ambiente histórico-sociológico que lhes situa suas intencionalidades e condições objetivas de existência. A oposição de tipos de discursos jornalísticos só pode ser feita dentro de um mesmo ambiente histórico. O realce da intenção doutrinária sobre a de atualização dos seus interlocutores quanto aos fatos correntes também parece exagerada, já que estas funções são indissociáveis e operam num espaço em que outros elementos inviabilizam a supremacia de uma intencionalidade puramente doutrinária, ou seja, o *Correio Braziliense* publicava também decretos, preços de produtos, cartas de leitores, reclamações, etc. Reduzi-lo a uma tipologia de meramente “doutrinário” parece ter sido a forma encontrada pelo autor para fazer funcionar o esquema causal do materialismo histórico, onde entende-se que a imprensa surge como decorrência da otimização da capacidade produtiva do maquinário gráfico. Só isto pode explicar considerações como “o atraso da imprensa no Brasil, aliás, em última análise, tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do *Correio Braziliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada. E por isso é que só por exagero se pode enquadrar o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira. Quando começou a circular, com a clandestinidade obrigada ou não a que se submeteu - clandestinidade porque proibido ou clandestinidade porque pouco lido - não se haviam gerado aqui ainda as condições para o aparecimento da imprensa. O que existia era arremedo. Quando surgiram aquelas condições, O *Correio Braziliense* perdeu a razão de ser”. O autor refere-se à imprensa política do período da Independência. Mas esta imprensa também não é fruto do capitalismo e guarda, se fôssemos recorrer à sua tipologia, o mesmo perfil “doutrinário” do *Correio Braziliense*. Considerar o capitalismo como condição para a emergência da imprensa leva para um lugar inominável toda a imprensa do período imperial e com ela toda a discursividade política brasileira engendrada neste período e seus representantes mais familiares como Bonifácio, Quintino Bocaiuva, José do Patrocínio, Ruy Barbosa e tantos outros. Duvidar ainda da nacionalidade do *Correio Braziliense*, seja porque seu autor era brasileiro mas jamais aqui viveu ou porque seu jornal dirigia-se ao Brasil, mas era editado em Londres, parece um esforço equivocado de interpretação da sua importância na historiografia da imprensa brasileira. Os indicadores de pertencimento desta publicação ao país estão nos conteúdos eleitos, no público que efetivamente atingiu e nas intencionalidades que o mantiveram, durante quatorze anos, como o periódico de maior repercussão no Brasil e em Portugal. Vide SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª ed. SP, Martins Fontes, 1983, pp. 22-28.

noticiabilidade continha intrinsecamente a interpretação crítica e este elemento, por sua vez, pressupunha a abrangência de um acervo de conhecimentos políticos e econômicos, de cunho liberal, produzido para além do interesse específico da realidade brasileira.

O conceito de notícia revelava-se, sobretudo, nos grandes acontecimentos históricos. Hipólito da Costa deu ampla cobertura às guerras napoleônicas, à ocupação francesa em Portugal, às negociações diplomáticas que se seguiram ao declínio do império napoleônico e acompanhou, durante doze anos, o curso das revoluções das colônias espanholas na América e a política de fronteiras entre Portugal e Espanha. Outro âmbito do seu noticiário concerniu às questões relativas à política econômica portuguesa no Brasil. Hipólito da Costa tematizou sobre a necessidade do livre-comércio, da abertura de mercados, do fim dos monopólios; sobre a falta de manufaturas, de vias de transporte e de comunicações. Propôs políticas agrícolas e novas técnicas de cultivo e pecuária, acompanhou a evolução dos preços dos produtos brasileiros no mercado externo e criticou duramente a política fiscal portuguesa.⁵⁶ Criou também um amplo campo para a reflexividade pública em suas críticas à estrutura político-administrativa do Estado português. Hipólito da Costa defendia reformas que garantissem a liberdade de funcionamento das instituições civis. Era favorável à monarquia constitucional, à divisão e autonomia dos poderes, à supremacia das leis sobre a face despótica do Estado e à presença das camadas esclarecidas nas decisões, estruturas e negócios deste. Tais ideais se impunham por oposição ao que chamava de obscurantismo de ações, impunidade e arbitrariedade de administradores portugueses no Brasil.

⁵⁶ Segundo Carlos Rizzini, “novidades, inventos, aperfeiçoamentos, tudo noticiava o *Braziliense*, com o propósito de instruir e informar os agricultores, os negociantes e as populações rurais da Colônia: descobertas de novas máquinas hidráulicas para moinhos e azenhas e de novos métodos de fabricar gelo; processos de curar manteiga, de produzir frio artificial, óleos e ácido carbônico, de oxidar a prata, de retificar os espíritos, de aproveitar a pele dos cabritos, de fabricar pipas, de tratar a epilepsia e a gota, de destruir insetos, de preparar o espírito de sal, o amarelo de açafrão, a cola e o aço dos espelhos, de melhorar os pára-raios e os sabões, de tingir de escarlata e de medir o álcool dos licores fermentados. Ao emprego do vapor, que começava a progredir na Inglaterra e nos Estados Unidos, marcando uma das magnas etapas da evolução do mundo, deu ampla divulgação. Em agosto de 1815 publicou uma relação de manufaturas de Pittsburgh, onde se achavam um moinho e fábricas de papel, de panos de algodão e de lã, e de fazer arames, movidos a vapor. No Mississippi vagavam botes acionados segundo o plano de Fulton.” Em RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Op. Cit., p.194.

O conceito de liberdade de imprensa se aplicava, portanto, amplamente, à liberdade de pensar, falar, debater e julgar os mais diversos temas da vida social e se fazia extensivo às demais áreas da prática cultural. Hipólito da Costa elogiava o surgimento de bibliotecas, novos periódicos e publicações em geral, assim como transcrevia, no *Correio Braziliense*, trechos de obras literárias e intelectuais recentemente lançadas na Inglaterra. O discurso jornalístico de Hipólito da Costa confundia-se assim, com aquele das emergentes esferas de conhecimento. Exemplo disso foi a transcrição mensal e quase integral, em nove edições do *Correio Braziliense*, dos *Princípios de Economia Política Aplicados à Legislação do Comércio*, de J.C.L. Simonde, autor cujas preocupações sociais influenciaram Marx e Engels.⁵⁷ O *Correio Braziliense* ambicionava reproduzir a diversidade formal e temática da reflexividade pública da época para interlocutores ainda muito acanhados.

Pouca coisa foi publicada durante a vigência da censura portuguesa. A assim chamada “imprensa áulica”,⁵⁸ relativa às publicações feitas com a autorização da Coroa, ateve-se à divulgação de atos oficiais e eventos da corte, sem periodicidade e circulação regulares. Coube ainda à Impressão Régia publicar obras diversas nas áreas de ciências exatas (matemática, física, medicina, botânica, química, astronomia) e humanas (economia, direito, filosofia, estudos geográficos e populacionais, literatura), cuja morosidade, alto custo e restrito público leitor as tornava de efeito limitado no sentido de impulsionar a vida cultural brasileira. A convivência pública durante estes anos de permanência da Coroa portuguesa no Brasil, alimentava-se, sobretudo, das cerimônias reais e religiosas, das procissões e festas populares. No teatro São João, inaugurado em 1813, reuniam-se cortesãos, comerciantes e membros mais abastados da sociedade local. Em março de 1816, desembarcaram no Rio de Janeiro integrantes da Missão Artística Francesa, responsáveis pelo funcionamento da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, criada por decreto real de 12 de agosto de 1816. Entre eles, dois dos pintores das primeiras imagens urbanas do Rio nesta época, Debret e Taunay. Alguns deles eram foragidos da

⁵⁷ DOURADO, Mecenaz. Op. Cit., pp.588-591.

⁵⁸ Denominação popularizada por N.W. Sodré, em SODRÉ, N. Werneck. Op. Cit., pp. 29-34. Descrições desta imprensa encontram-se também em PASSOS, Alexandre. A imprensa no Período Colonial. MEC. Serviço de Documentação.

restauração borbônica e solidários a conspirações revolucionárias.⁵⁹ Além das escolas primárias, fundaram-se no Rio escolas médica e militar.

Resta saber quem habitava estes ambientes e em que outros tantos poderiam germinar as idéias liberais de Hipólito da Costa. Prevalencia nos eventos sociais um forte sentimento de respeito a uma hierarquia social que, pela ordem, abaixo da família real, ostentava o clero, os militares e os membros do Senado da Câmara, os magistrados, vereadores, procuradores, pessoas do serviço do Paço, civis e militares sem cargo efetivo. No campo do que Maria Beatriz denomina de divertimentos privados, inexistiam, segundo ela, “formas desenvolvidas de sociabilidade”.⁶⁰ Poucos eram os bailes, que geralmente serviam às demarcações de prestígio social, sendo mais freqüentes as reuniões com fins recreativos. Muito vendidas eram novelas, voltadas para um público feminino interessado nos confrontos entre vícios e virtude, paixão e razão, sensualidade e amor.

Os leitores de Hipólito da Costa eram, provavelmente, os componentes do que se poderia denominar de elite brasileira, grande parte dela integrada aos quadros da burocracia estatal. Segundo J.M. de Carvalho, este corpo de servidores do Estado era recrutado entre a aristocracia rural e pequena burguesia urbana. Diferentemente da elite inglesa, composta por grandes proprietários rurais financeiramente independentes dos rendimentos auferidos em cargos públicos, a elite brasileira não necessariamente compartilhava uma mesma origem social, mas dependia, em geral, dos rendimentos obtidos no serviço público e homogeneizava-se por treinamento e internalização de uma disciplina de carreira. Tornavam-se, assim, elites burocráticas. De acordo com J.M. de Carvalho,

“a elite brasileira, particularmente da primeira metade do século XIX, teria treinamento em Coimbra, concentrado na formação jurídica, e seria, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, especialmente da magistratura e do Exército.”⁶¹

⁵⁹ TAUNAY, Afonso de E. *A Missão Artística de 1816*. Brasília, Ed. UnB, 1983, pp. 26-27.

⁶¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808 - 1821*. SP, Ed. Nacional; Brasília, INL; 1977, p.67.

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Col. Temas Brasileiros, Vol. 4, Brasília, Ed. UnB, 1981, pp. 34-35.

Portugal centralizava a educação superior dos seus quadros administrativos como mecanismo disciplinar e homogeneizador da ação pública destes. Ainda segundo o autor, os maiores agitadores do cenário político que antecedeu a Independência, foram indivíduos que não pertenciam à burocracia estatal e eram formados pelo iluminismo francês, que não atingia a isolada Universidade de Coimbra:

“padre, médicos e maçons: eis os mais típicos representantes do radicalismo político nas três décadas que precederam a Independência. Muitos deles não diferiam dos magistrados pela origem social: diferiam pela formação e pela carreira”.⁶²

Estes três grupos, ao que tudo indica, foram os responsáveis pelo fomento da combatividade política mais radical que se manifestou publicamente nos movimentos pela Independência, cujo preâmbulo mais significativo foi a revolução pernambucana de 1817. Fomento traduzido pela ação liberal direta, por exemplo, do Seminário de Olinda, cuja pregação atingiu, segundo C. Rizzini,

“toda a belicosa geração que, sucessivamente, aterria a revolução emancipadora de 1817, vencedora em 1822, e a revolução nacionalizadora de 1824, vencedora em 1831”.⁶³

04. A EMERGENTE ESFERA PÚBLICA BRASILEIRA

Sociedades secretas espalhavam-se por diversas capitanias, comunicavam-se mutuamente e tinham correspondentes em outros países como França, Inglaterra e Estados Unidos. O mesmo pode ser

⁶² CARVALHO, José M. de. Op. Cit., p.70. Ainda segundo o autor, “as academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precederam a Independência mostram quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por idéias de origem francesa, os primeiros em geral médicos, os segundos padres”. p. 69.

⁶³ RIZZINI, Carlos. O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil. Op. Cit., p. 284.

dito das oficinas e lojas maçônicas, diversificadas em seus objetivos e em suas vinculações a diversas nacionalidades, mas fiéis aos ideais libertários e em geral solidárias em suas ações freqüentemente clandestinas. Ainda segundo F. de Azevedo, o deslocamento de jovens brasileiros para Coimbra, Montpellier ou Paris, o contato com os ideais iluministas, o olhar de longe sobre o país ao qual pertenciam inspirados por novos valores de defesa da nacionalidade e patriotismo, o convívio com brasileiros de outras regiões, de diferentes origens sociais, a paridade adquirida de valores, conhecimentos e títulos, todos estes fatores contribuíram para a consolidação da idéia de uma nacionalidade livre.⁶⁴ Abriam possibilidades para a assimilação de movimentos liberais e para a germinação de uma esfera pública do debate político.

A revolução constitucionalista do Porto de 1820 desencadeou mudanças irreversíveis no cenário político português e brasileiro. Em Portugal reuniram-se as antigas Cortes Gerais, desativadas desde 1698, assumindo o poder uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Aderiram ao movimento constitucionalista a Ilha da Madeira e os Açores e, no Brasil, em janeiro de 1821, a Capitania do Grão-Pará; em fevereiro, a Bahia - que logo elegeu sua Junta de Governo - e, em fins do mesmo mês, D. João VI aprovou e jurou fidelidade à Constituição que estava sendo feita em Portugal. Em abril de 1821 regressou a Portugal deixando D. Pedro como Regente do Reino do Brasil. A representação brasileira junto às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa logo percebeu sua flagrante desvantagem numérica e ideológica.

Toda a adquirida autonomia administrativa do país viu-se ameaçada pela pressão dos constituintes portugueses - apoiados inclusive por alguns deputados brasileiros - que propunham uma organização subordinada diretamente ao governo lisboeta, tornando inócua a própria Regência de D. Pedro, o qual foi instado a retornar a Portugal. A delegação brasileira desentendia-se de forma crescente com

⁶⁴ Para o autor, "esses novos bacharéis e clérigos, com seu prestígio crescente na sociedade colonial e com sua mentalidade nova, romântica e revolucionária, marcavam o triunfo político não só do homem da cidade sobre a gente do campo, mas da Colônia contra a Metrópole, dos ideais republicanos sobre as tendências monárquicas de portugueses e proprietários de terras (...). Não eram apenas novos costumes que traziam esses rapazes educados na Europa, mas o sentido de pátria pela consciência mais viva das diferenças que cada vez mais distanciavam a Colônia da Metrópole". Conforme AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. 4ª ed., Brasília, Ed. UnB, 1963, p. 283.

os representantes lusitanos, cujos decretos e propósitos fomentavam um ambiente hostil a qualquer recurso de soberania política do Brasil. Em janeiro de 1822, a decisão das Cortes de extinguir repartições e tribunais brasileiros criados para D. João VI e de exigir o retorno de D. Pedro, implicou na decisão deste de desobedecer às Cortes, num passo decisivo para a futura independência do país.

Foram circunstâncias externas à vida política brasileira que criaram condições propícias à emergência das primeiras manifestações jornalísticas essencialmente autóctones, ou seja, originárias do próprio lugar onde publicamente se expressaram, produzidas em sua grande maioria, por brasileiros nativos arraigados em todos os sentidos à territorialidade nacional brasileira. O primeiro jornal, segundo N. W. Sodré,

“que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica, começou a circular na Bahia a 4 de agosto de 1821. Foi o *Diário Constitucional*. Apareceu com intenção de travar luta política neste sentido, e travou-a.”⁶⁵

Ele foi criado para reivindicar a renovação dos integrantes, na maioria portugueses, da Junta Provisional eleita por militares e populares em substituição ao governador da Capitania baiana, de modo a garantir uma maioria de membros brasileiros. O *Diário Constitucional* debateu-se com dois outros jornais remanescentes do padrão autorizado de publicações da censura real, controlados por portugueses. Foi, de acordo com N.W. Sodré,

“a primeira campanha eleitoral travada pela imprensa, em nosso país (...). Os brasileiros ganharam as eleições apesar de tudo; um dos primeiros atos da nova Junta foi a extinção da comissão de censura”.⁶⁶

⁶⁵ SODRÉ, Nelson W. Op. Cit., p. 51.

⁶⁶ SODRÉ, Nelson W. Op. Cit., pp. 51-52.

Na cidade do Rio de Janeiro, entre junho de 1821 e dezembro de 1822, conforme C. Rizzini,

“sobem a uma vintena os periódicos integrantes da imprensa da Independência (...). Deles, a metade, se tanto, estacionará na classe dos jornais, ou pela sua importância política ou pelo seu ânimo informativo. A outra metade, carecendo do último e principal requisito, e não tendo produzido efeito notável, melhor pára na categoria dos folhetos e avulsos”.⁶⁷

Já existiam, à época, no Rio de Janeiro, sete tipografias pertencentes a comerciantes portugueses ex-tipógrafos da Imprensa Régia, livreiros e acadêmicos, a maioria instalada entre os anos de 1821 e 1822, com suas prensas a serviço do jornalismo político emergente. Um decreto de 2 de março de 1821, do governo do Rio de Janeiro, aboliu a censura prévia dos manuscritos, fazendo-a recair sobre as provas tipográficas. A 9 de março do mesmo ano, as Cortes portuguesas decretaram a liberdade de imprensa. D. Pedro, numa atitude inesperada, que tinha por base a já conhecida decisão das Cortes, decretou o fim da censura prévia no Brasil. Pelo Aviso de 28 de agosto,

“é o mesmo Senhor servido mandar que não se embarace por pretexto algum a impressão que se quiser fazer de qualquer escrito, devendo unicamente servir de regra o que as mesmas Cortes têm determinado sobre este objeto”.⁶⁸

Um Aviso de 24 de setembro, por pressão da Junta Diretora da Tipografia Nacional, acrescentou a exigência de reconhecimento cartorial das autorias das assinaturas das publicações. Em Portaria de 15 de janeiro de 1822, proibiu-se o anonimato nos impressos da Tipografia Nacional, logo readmitido, quatro dias depois, pela Portaria de 19 de janeiro, pela pena de José Bonifácio, então ministro do Reino e de Estrangeiros. Entre o Aviso de 28 de agosto de

⁶⁷ RIZZINI, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil*. Op. Cit., p.366.

⁶⁸ Aviso de 28 de agosto de 1821, do Príncipe-Regente D. Pedro, conforme citação de RIZZINI, Carlos. Op. Cit., p. 329.

1821, que abolia a censura prévia, mas não legislava sobre os seus possíveis delitos e o Decreto de 19 de janeiro de 1822, que legislava sobre os delitos da imprensa apenas contra o Estado e suas responsabilidades penais, portanto, no período em que se travaram os mais expressivos debates sobre as formas de autonomia político-administrativa do país, a imprensa pode agir com rédeas soltas, posto que inexistiram instrumentos legais cerceadores de seu discurso.⁶⁹ Este lapso, conforme Rizzini, “inexplicável” do governo, abriu um espectro há pouco tempo inimaginável de possibilidades argumentativas, de posicionamentos e arranjos de forças políticas, de provocações e mesmo, conforme muitos autores, de “licenciosidades”, inusitadas e sem qualquer paralelo na prática jornalística precedente.

Formou-se, então, nestes anos de 1821 e 1822, com elementos visíveis e ativos, nas principais cidades brasileiras, uma esfera pública liberal de feição essencialmente política, que tinha na imprensa sua principal instituição. Fatores externos desencadearam o seu aparecimento, mas a partir deste impulso exógeno, desenvolveu-se um novo espaço de discursividade pública com decisiva força interventora sobre o longo processo de consolidação das instituições político-jurídicas do Estado brasileiro. A distinção dos atributos institucionais que a imprensa adquiriu neste período depende da compreensão das finalidades, estrutura e poder de atuação deste espaço público emergente. As razões do seu aparecimento, como já foi visto, derivam das ameaças concretas que sombrearam as conquistas políticas e econômicas já adquiridas pelo país: as propostas de retorno do país ao regime de monopólio e à condição anterior de mera colônia portuguesa, a extinção de instituições jurídicas e administrativas aqui instaladas - com a demissão de mais de 2 mil funcionários - a imposição de administradores fiéis a Portugal, entre outras ameaças. À proporção que cresciam estas intimidações, aumentavam as correlações de forças, pela coincidência de interesses, dos diferentes segmentos e classes que potencialmente seriam desfavorecidos por estas medidas, todos eles

⁶⁹ Para uma descrição precisa e detalhada sobre a legislação brasileira de imprensa, consultar COSTELA, Antônio F. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1970. Segundo o autor, a lei portuguesa que regulamentava os delitos e penas da prática jornalística, de 12 de julho de 1821, “não entrara em vigor no Brasil, pois nenhum ato fora baixado, determinando sua aplicação. Ora, se não era essa, outra não seria. Logo, o que restava era a absoluta liberdade, sem peias e sem medidas (...) Somente mais tarde, no Conselho de Estado, a matéria viria a ser ventilada e tomaria forma no decreto de 18 de junho de 1822”, pp. 42-43.

passaram a dar sustentação a esta esfera pública que, consensualmente, em sua base, lutava contra um inimigo político comum: a ameaça do retrocesso do país à condição colonial.

Esta intersecção de interesses de diferentes setores os levou a freqüentar um espaço público que, até então, não tinha relevância para muitos. Proprietário rurais e de escravos, comerciantes, magistrados, militares e funcionários públicos, por exemplo, conviveram sem grandes manifestações de insatisfação com a presença da Corte no Brasil, nestas duas primeiras décadas do século XIX. Tinham, de certa forma, seus interesses políticos e econômicos atendidos seja pela política de exportação de produtos primários, pela abertura dos portos e conseqüente ruptura do regime isolacionista de monopólio comercial, ou pela criação de instituições locais que abrigavam os herdeiros da aristocracia instalada no país. Pouco deixaram-se envolver pelos movimentos secretos de clubes e academias criados e mantidos por segmentos mais radicais, cujas reivindicações fortaleciam um ideário liberal mais abstrato. Mas todos estes segmentos, mesmo que por razões diversas, passaram a legitimar este novo espaço público como via concreta de acesso a um confronto objetivo com o Estado português, dado que este já não respondia aos interesses básicos daqueles segmentos que até então o apoiavam.

Confundem-se neste convívio público intenções e apelos de diferentes origens. Durante o ano de 1821, por exemplo, quando as deliberações das Cortes não confirmavam ainda uma franca hostilidade à soberania política brasileira, a maioria dos manifestos provinha dos segmentos mais radicais, os quais, em geral, apoiavam sua iniciativa constitucionalista. Já em meados de 1822, quando o processo da Independência mostrou-se irreversível, uniram-se diferentes grupos em torno deste, mas divergindo quanto à forma de governo a ser instaurada no país. Senhores de terras, engenho e escravos, grandes comerciantes e funcionários públicos graduados apoiavam a separação do país de Portugal, mas temiam as conseqüências que uma ruptura desta grandeza pudesse provocar no arranjo das forças politicamente hegemônicas, no qual tinham assento privilegiado. Já as camadas médias dos meios urbanos, pequenos comerciantes, profissionais liberais, clérigos e trabalhadores livres, apoiavam a separação do país

como etapa dentro de um processo mais amplo de conquista de liberdade da sociedade civil e de suas instituições. Neste meio, manifestavam-se afinidades com idéias republicanas, abolicionistas e anti-monárquicas.

Cabe menos aqui uma descrição detalhada do ideário político de cada um dos principais periódicos deste período, do que a compreensão do lugar, das estratégias e pressões exercidas por eles neste processo que culminou com a separação de Portugal. É consensual o pressuposto de que a imprensa ocupou uma posição fundamental na resistência à retrogradação das deliberações dos constituintes portugueses. O ponto de intersecção dos discursos jornalísticos - fincado nesta resistência - tinha solidez suficiente o bastante para suportar unanimemente o avanço das consecutivas providências separatistas e este foi, em essência, o lugar onde a imprensa legitimou institucionalmente o caráter de necessidade pública de sua prática e, de modo simultâneo, o espaço público da opinião emergente no terreno mais amplo dos interesses da sociedade civil. Para além, portanto, das divergências - que foram decisivas no encaminhamento da forma de governo a ser implantado -, pela primeira vez na história política do país, recorreu-se às instituições civis e, dentro delas, em particular, à opinião publicamente manifesta pelos seus integrantes, como base de legitimação do Estado.

O avanço normativo é muito superior e mais significativo do que propriamente as mudanças históricas que o confirmaram apenas parcialmente. Isto significa que para além do tipo de transição que deslocou a base de legitimação do Estado para o âmbito de instituições originárias da sociedade civil, dos limites estreitos em que se configurou o perímetro da esfera pública politicamente atuante e das barreiras objetivas de acesso a esta esfera e suas instituições, o referente normativo, em suas premissas formais de liberdade e igualdade e nos seus procedimentos de formulação e validação do saber pela interação comunicativa crítica e dialógica, impôs-se consensualmente para todos. A partir de então, toda a sociedade, inclusive e sobretudo aqueles setores que, por razões históricas diversas, não exerciam ou usufruíam diretamente as premissas e procedimentos desta normatividade, precisavam ser convocados, por expedientes diversos, a “aclamar” o

curso político dos acontecimentos, dado que, pela regra, eles também faziam parte - via opinião publicamente manifesta - da esfera de legitimação do Estado.

No caso brasileiro, a imprensa que diretamente se envolveu com o movimento constitucionalista podia ser identificada, basicamente, em duas principais correntes, com mais algumas sub-variações volantes. Sua participação no processo separatista demonstrou a vitória dos princípios desta normatividade e os limites em que progressivamente ela foi apropriada. Em todas as suas manifestações, seja no que a literatura denomina de ala da esquerda ou da direita - respectivas a uma maior ou menor aspiração aos termos mais puros e abstratos da versão liberal desta normatividade - há sempre um interlocutor mais genérico ao qual se dirige a finalidade dos conteúdos propostos. Assim, por exemplo, nos manifestos de apoio à Assembléia Geral e Constituinte brasileira independente das Cortes de Lisboa, convocada por Decreto a 3 de junho de 1822, os chamados liberais se dirigiam “aos brasileiros” e os conservadores “às nações”. O próprio D. Pedro, ainda indeciso quanto ao retorno à Portugal, temeroso de que isto resultasse na fundação de uma república no país ou de várias, pela ruptura da unidade territorial mas, por outro lado, ressentido com a hostilidade das Cortes, sentindo-se responsável pela direção dos acontecimentos, já tendo recebido da maçonaria, no seu aniversário, a 13 de maio de 1822, o título de Defensor Perpétuo do Brasil, ao qual prometeu honrar; ele próprio, quando instado pela imprensa, em dezembro de 1821, a desobedecer a ordem das Cortes de retornar a Portugal, exigiu implicitamente que esta decisão lhe fosse requerida, de alguma forma, pela sociedade brasileira. D. Pedro queria que “o Brasil” desejasse sua permanência no país. Membros dos Senado da Câmara e da Junta Governativa do Rio de Janeiro logo obtiveram tais manifestações destes respectivos setores em Minas Gerais e São Paulo. A imprensa foi, entretanto, buscar este apoio diretamente no campo formal mais ampliado da sua discursividade pública, apresentando abaixo-assinados que chegaram a somar, no Rio de Janeiro, cerca de 8.000 assinaturas. Segundo Hélio Viana, “quantidade notável para a população da época e que bem mostra a repercussão do movimento”.⁷⁰ Em

⁷⁰ VIANNA, Hélio. História do Brasil - Segunda Parte - Monarquia e Republica. 9ª ed., SP, Melhoramentos. 1972, p. 55.

maio de 1822, quando do incitamento à criação de uma assembléia constituinte brasileira desvinculada de Portugal, este mesmo grupo conseguiu mobilizar 5 mil assinaturas de apoio ao movimento.⁷¹

Mas ao mesmo tempo em que o interlocutor é toda a sociedade civil, o “povo” ou a “nação”, quem participou diretamente do processo de delimitação do perímetro institucional da imprensa foram integrantes de setores intelectual e economicamente emancipados da sociedade brasileira, internamente divergentes em seus interesses e apenas temporária e conjunturalmente unidos contra o arbítrio português. Pode-se, então, vislumbrar dentro da grande esfera pública emergente nos centros urbanos brasileiros, públicos diferenciáveis em função do grau de maior ou menor envolvimento com e responsabilidade direta pelos movimentos, as sociedades e clubes secretos ou abertos, meios e recursos de divulgação de idéias e opiniões. O público que aclamava e assinava listas não dispunha dos recursos necessários ao acesso ao público que escrevia, opinava, conspirava e freqüentava o Paço. A tradição política herdada durante os três séculos de dominação portuguesa se impôs pela verticalidade de uma distribuição do poder forjada no exclusivismo dos “homens bons”. Mas foi esta herança que, contraditoriamente, formou uma elite que firmou as bases de legitimação de seu poder político no apoio consensual dos que até então nunca tiveram *linhagem* ou *fortuna* que lhes permitissem participar seja como *eleitores* (jus suffragii) ou como *titulares qualificados* (jus honorum) dos espaços de representatividade pública existentes. Lugares de auferição de prestígio e de acesso à formação intelectual necessária à mobilidade social.

Esta distância entre quem propõe e para quem é proposto ou sobre quem formula as opiniões e quem é o sujeito destas opiniões é correlata à distância entre o fato histórico e o referente normativo. Durante todo o período imperial esta distância manteve uma grandeza significativa, de tal ordem a chegar a elevar a imprensa à condição de *nobre* profissão, apesar de, formalmente ou *de direito*, esta distância nem

⁷¹ RIZZINI, Carlos. *O Livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil*. Op. Cit., p.396. De acordo com Rizzini, “preparada por Ledo a representação que seria lida ao Príncipe por José Clemente, anunciou o *Correio* de 18 de maio estar a mesma à disposição do povo para receber assinaturas na sua tipografia, isto é, na de Silva Porto & Cia, cuja direção e administração Soares Lisboa assumira na véspera. Subscreveram-na cinco mil pessoas”.

mais existisse. Como afirma Oliveira Vianna, para os “legisladores e constitucionalistas que vêm, desde a Independência, construindo a nossa armadura jurídico-política” inexistiam impedimentos culturais, políticos e econômicos herdados que desautorizassem implantar

“regimes ou sistemas de conduta política que nosso povo (...) nunca praticou; regimes ou sistemas inteiramente fora dos seus hábitos mentais e sociais, inteiramente alheios às linhas habituais do seu comportamento social na vida pública.”⁷²

A elite política brasileira sobreviveu, de certo modo, no vácuo entre o que o autor denominou de “reino das normas abstratas e as realidades da vida social” ou como “realidades vivas da tradição e as normas da lei.” Com a constituição de 1824, estabeleceu-se um regime de representatividade que, segundo Oliveira Vianna,

“atribuiu explicitamente a todos os brasileiros o encargo - que até então não tinham - de constituírem os poderes públicos, não só *locais*, como no período anterior, mas também os poderes públicos *provinciais* e os poderes públicos *nacionais*. Isto implicava o pressuposto que todos os brasileiros *deviam* possuir uma consciência dos interesses públicos *provinciais* e dos interesses públicos *nacionais*, bastante forte a capacitá-los para a formação, *por via eletiva*, destas duas novas estruturas. Ora, este pressuposto era inteiramente falso (...). Um regime democrático estabelecido, como foi o de 1824, sobre dimensões nacionais (...) não poderia deixar de ser senão uma construção política inteiramente artificial”.⁷³

Sem discutir aqui as razões apontadas por Oliveira Vianna para o “artificialismo” destas novas regras, importa em particular ressaltar que a sua efetivação resultou, no cenário político mais amplo, na possibilidade de manipulação e exclusão do grande eleitorado das instâncias decisórias do Estado e, no plano da discursividade pública, de acomodação do grande público na posição, em geral, de espectador-discente das grandes causas estudadas e julgadas pela imprensa.

⁷² VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Vol. 2, Belo Horizonte, Itatiaia; SP; Edusp; Niterói, RJ, Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1987, pp. 15-16.

⁷³ _____. Op. Cit., Vol. 1, p. 271.

Este recurso de nobilitação do espaço público político e, por consequência, da prática jornalística, remonta ao *Correio Braziliense*, se confirma nos setores que ativaram a problematização pública da autonomia política do país e se consolida, no período imperial, pela participação no processo de estruturação do Estado nacional brasileiro. Na interpretação de Faoro,

“os fragmentos das diversas tendências e camadas - comércio nacionalizado ou vinculado mais ao país do que a Portugal, realista, burocratas - só conquistam a sua unidade, retemperados pela fixação num centro de poder. Dessas correntes heterogêneas, momentaneamente unidas, se forma a liderança de D. Pedro (...). Faltava um elo para soldar os grupos urbanos às preocupações do interior, que ecoavam nos latifúndios e na estrutura representativa das fazendas, alargada em clérigos, magistrados, advogados, funcionários e professores. Uma testemunha das populações rurais via bem que, longe das teorias e das doutrinas, preocupavam-se elas com a ameaça do restabelecimento do sistema colonial, que embaraçaria a venda do açúcar e do café, ameaça só sentida pelas famílias ricas e poderosas, com a ausência do povo. O laço entre tais interesses e o príncipe foi obra de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 - 1838), que, desde 1819, regressara à pátria, filho de abastada família de São Paulo, desvinculado de interesses agrários. Sua participação no governo provincial garantia a transição ordeira entre o estado colonial e o sistema constitucional, com a imparcialidade do homem ausente do país há longos anos, mentalidade formada na burocracia portuguesa, temperada de liberalismo mas fiel à ordem monárquica, homem da ordem e avesso ao jacobinismo anárquico”.⁷⁴

José Bonifácio liderava a vertente chamada conservadora, mas que não se confundia com aquela de apoio ao absolutismo português. Proferia suas idéias na *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal, como já foi visto, de divulgação dos atos oficiais do Estado. Chefiava a maçonaria do Apostolado, cuja principal frente de oposição era a corrente liderada por Joaquim Gonçalves Ledo que, juntamente com Januário da Cunha Barbosa, publicavam o *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal que alinhava a vertente liberal e democrática das lojas

⁷⁴ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro*. Vol. 1, 3ª ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1976, pp. 271-272.

maçônicas reunidas no Grande Oriente. O *Revérbero* durou apenas o período do movimento pela Independência (15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822), sendo esta, por excelência, a causa de sua existência. Participou na linha de frente de apelo e apoio às sucessivas medidas separatistas: formou a representação que criaria, em fevereiro de 1822, o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil; endossou a idéia do *Correio do Rio de Janeiro* de criação de uma Constituinte Nacional e apresentou a proposta ao Conselho, que foi aprovada a 3 de junho de 1822 e pediu a proclamação da Independência e da monarquia constitucional para D. Pedro, em discurso numa assembléia maçônica de 20 de agosto de 1822.

Com a proclamação, entretanto, todo o grupo liberal foi dissolvido. Para os liberais, o imperador devia jurar previamente o texto constitucional, para os conservadores, esta era uma estratégia básica para eliminar a precedência do monarca sobre o pacto social. Venceram as forças conservadoras, com D. Pedro jurando uma Carta “se fosse digna do Brasil e dele”. Em 1823, caíram também os Andradas, mas, conforme Faoro,

“não subiram os ultra liberais (...). A doutrina, por eles lançada em conjunção com D. Pedro, segue o seu curso, humanizada, aristocratizada, que prosseguiria no futuro partido conservador, continua a predominar (...). Não vingou a federação, unidas as províncias ao centro, com o gozo dos cidadãos de todas as liberdades teoricamente então reconhecidas. Os homens do interior, com os meios de domínio econômico e social que lhes dava a fazenda, teriam todas as condições de exercer o poder político, numa projeção nacional.(...) A dissolução da assembléia e a outorga da carta de 1824, não tiveram a virtude de restaurar a autoridade, dilacerada em focos excêntricos de poder, os representantes do povo e as propriedades locais.”⁷⁵

A auto tematização empreendida pela imprensa assegurou-lhe, entretanto, na carta de 1824, a requerida posição institucional fundada sobre o princípio da liberdade de expressão pública e o atributo de instância voltada para a referencialização dos indivíduos sobre os fatos correntes da vida social. No inciso 4º do artigo 179 da

⁷⁵ FAORO, Raymundo . Op. Cit., pp. 285-286.

Constituição do Império, jurada em 25 de março de 1824, fixou-se que “todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar”. A 16 de dezembro de 1827, D. Pedro I sancionou o Código Criminal do Império, que, no seu artigo 7, regulava os tipos de delitos e mantinha o sistema de responsabilidades sucessivas, do autor ou tradutor, passando pelo impressor até o vendedor do impresso. Em seu artigo 9, declarava que

“não se julgarão criminosos: os que imprimirem as opiniões e os discursos enunciados pelos senadores ou deputados no exercício de suas funções (...); os que fizerem análises razoáveis dos princípios e usos religiosos; os que fizerem análises razoáveis da Constituição, não atacando as suas bases fundamentais, e das leis, não provocando a desobediência a elas; os que censurarem os atos do governo e da pública administração, em termos, posto que vigorosos, decentes e comedidos.”⁷⁶

A prática jornalística foi, portanto, constitucionalmente prevista, admitida e regulamentada, com um lugar institucional próprio no direito público com seus respectivos princípios, atributos e procedimentos. O modelo liberal abriu o campo da discursividade para “*todos*” os indivíduos, como um direito privado vinculado à esfera da sua atuação como público apto à tematização racional e comunicativa da vida (direito de liberdade de expressão, opinião, impressão, reunião, publicação) e à regulamentação de estruturas e iniciativas de interesse coletivo pela representação política da sua opinião (direito de voto, de petição, etc.). Os direitos privados fundamentais do indivíduo asseguram, conforme Jürgen Habermas, as esferas do público, assim como suas instituições e instrumentos (imprensa, parlamento, partidos e associações).⁷⁷ Segundo o autor, as esferas do público garantem o vínculo entre a opinião pública e a lei. O exercício da opinião pública, já na formulação kantiana, era, simultaneamente, o fundamento da ordenação jurídica do Estado - e

⁷⁶ Conforme citação feita em COSTELA, Antônio F. O Controle da Informação no Brasil. Op. Cit., pp. 63-64.

⁷⁷ HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit., p. 104.

portanto, a base de sua legitimação - e um método iluminista que se realizava no uso público da razão, certificando a qualidade racional da participação individual na tematização e no encaminhamento legislativo das questões publicamente racionalizadas.

É significativo observar que, com apenas quatro anos de existência efetiva, a imprensa brasileira já dispunha de dispositivos legais assegurando-lhe o lugar que institucionalmente lhe é próprio até os dias atuais. O modelo liberal foi implantado legalmente no país sem, entretanto, que seus defensores tivessem-no construído como resultado da sua posição de classe política e economicamente excluída da esfera do Estado. Ele veio, de certo modo, como o único ideário substitutivo do absolutismo português, oportuno aos diversos grupos de interesse existentes no Brasil. Ele conseguia abranger segmentos que não necessariamente se incluem no que histórico-sociologicamente se convencionou caracterizar como a burguesia emergente. Se, em alguns núcleos europeus, este foi o segmento que fomentou o confronto político com o Estado monárquico e as novas regras liberais do Estado de direito, no caso brasileiro, as motivações deste confronto foram de outra sorte, não fundamentalmente determinadas pela expansão capitalista e sua classe correspondente. O liberalismo foi acatado sem que seus defensores o tratassem como uma ideologia de classe, mas sim, sobretudo, como afirma F. Fernandes, “como uma ideologia de emancipação dos estamentos senhoriais da ‘tutela colonial’.”⁷⁸ Foram principalmente os proprietários rurais, os funcionários do Estado, os profissionais liberais e o clérigo que insuflaram o movimento separatista e apoiaram o regime monárquico-constitucional. Muitos deles lutaram por razões econômicas, como contra o retorno ao regime de monopólio comercial, mas que não implicava, necessariamente, numa ruptura com o sistema monárquico. Muitos outros lutaram por um ideal de liberdade, sem motivações propriamente econômicas, mas individuais e coletivas - ligadas a um nativismo nacionalista. A esfera pública emergente neste contexto não pode ser denominada pura e simplesmente de *burguesa*, como nomeia Habermas. Razões de ordens

⁷⁸ Para o autor, o liberalismo, apesar de ter-se constituído em “realidade histórica” apenas para “as minorias atuantes dos estamentos senhoriais”, contribuiu para o desenvolvimento das instituições nacionais, engendrando um “Estado nacional bastante moderno, mas, sobretudo, virtualmente apto à modernização ulterior de suas funções econômicas, sociais e culturais”. Em FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a. ed., RJ, Zahar, 1976, pp. 31-40.

diversas suscitarão a sua emergência e o seu desenvolvimento. Além disso, Estado e esfera pública, durante o período imperial, muitas vezes se confundiram, o que dificulta localizá-la numa posição necessariamente intermediária entre Estado e sociedade civil, ou mesmo de oposição àquela. Vale mais entender a atuação dos que dela participaram como a de atores singulares com disposições variáveis de finalidades. Isto implica em considerar a imprensa não exclusivamente em seu atributo de *mediação* do interesse civil junto ao Estado, à medida que variadas e mutantes foram as intenções de suas manifestações, particulares e limitados foram seus vínculos, origens e recursos de pressão e mobilização políticas.⁷⁹

Durante o movimento pela Independência, à exceção daqueles periódicos vinculados a setores facilmente identificáveis, como os liderados por Ledo no *Revérbero* e por José Bonifácio na *Gazeta*, muitos outros jornais tiveram grande projeção sem, entretanto, clara fidelidade ao grupo liberal ou conservador. Repercutiam-se os ecos de um liberalismo emergente, alimentando uma forma de discursividade pública cujo fim estava em si própria e cujo resultado foi a formação de

⁷⁹ Estas são duas retificações importantes à aplicação do paradigma normativo habermasiano no processo histórico brasileiro. A primeira diz respeito ao caráter *burguês* da esfera pública política liberal. Segundo o autor, foi sobretudo a *burguesia* européia, “excluída dos postos de comando no Estado e na Igreja, apesar de assumir, pouco a pouco, pontos-chaves na economia”(p.49) que desencadeou a emergência e consolidação desta esfera, definindo-lhe os princípios e procedimentos. Definindo também uma jurisprudência baseada nas leis do livre-mercado. No direito privado burguês, conforme Habermas, “o sentido positivo de ‘privado’ constitui-se sobretudo à base da concepção de dispor livremente da propriedade que funcione capitalisticamente”. (p.94) Sem discordar essencialmente das orientações que influíram sobre a conformação do direito privado moderno, interessa ressaltar que, na apropriação que dele se fez no âmbito do constitucionalismo brasileiro do período imperial, somente em parte estiveram presentes motivações de caráter *burguês*. A historiografia brasileira ainda não chegou a um bom termo sobre a adequação desta categoria ao patronato brasileiro. O modelo inglês que serviu de referente para a construção habermasiana, por sua vez, encontra poucos elementos coincidentes com o caso brasileiro. O modelo que se estabelece no país sofrerá, no âmbito da sua efetivação histórica, distorções correlatas à hegemonia dos setores que o efetivaram. Uma segunda retificação, de igual importância, decorrente das considerações acima, concerne à localização que institucionalmente cabe à esfera pública e, portanto, à imprensa, qual seja a de, conforme Habermas, *intermediar*, “através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade”. (p.45) Esta idéia, repetida algumas vezes como principal função desta esfera não corresponde ao comportamento da imprensa ou de quaisquer das instituições da esfera pública brasileira. A princípio, já na origem, ela é normativamente equivocada, dado que a idéia de mediação pressupõe um processo de transmissão sem ruídos - ou alterações - entre fonte (a sociedade civil) e destinatário (o Estado) que é impraticável. Por um lado, porque toda representação simbólica carrega as marcas particulares de seus sujeitos, e, por outro, porque a sociedade civil não existe como categoria política uníssona ou unânime, *mediável* em sua totalidade. No caso brasileiro, esta suposta função mediadora de esfera pública política é substituída pela função mais evidente de representação de interesses e idéias de segmentos particulares da sociedade, o que retrai, sobremaneira, o atributo mediador de suas instituições, como, em especial, da imprensa. Consultar HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit.

um sistema referencial interno à própria atividade jornalística. Ancorados nos princípios da livre manifestação e da legitimidade pública da opinião, articularam-se dentro deste sistema um conjunto de comportamentos mutuamente referenciados que, em última análise, supostamente cumpriam a função institucional de referencializar a sociedade nas suas atitudes e opiniões, tornando-a partícipe do processo social. Estes comportamentos compreendiam as formas assumidas pelo discurso jornalístico.

Assim, já neste período inicial, surgiram os primeiros “jornalistas” no sentido estrito do termo. Autores cuja forma particular de eleição e de tematização dos assuntos políticos lhes permitia grande repercussão pública, para além das esferas que objetivamente produziam opinião. As sucessivas publicações de José da Silva Lisboa são exemplo de certas noções do jornalismo da época. Considerado conservador pelas críticas às propostas liberais, entre outras pela defesa incondicional do Príncipe Regente ou por ter sido censor e cortesão, José da Silva Lisboa publicou cerca de 32 panfletos entre 1821 e 1822.⁸⁰ Tratou, sobretudo, do impasse político brasileiro, numa pesada retórica voltada ao elogio desmesurado à casa de Bragança. Esta linha de jornalismo essencialmente apelativo, feito circular em panfletos, com pequena tiragem e curta duração, em cujos argumentos lia-se uma espécie de conclamação à adesão pública ou do Estado a uma determinada causa ou atitude, fixou seus próprios parâmetros de discursividade. Uma certa vertente dela derivou, sobretudo, para o ataque pessoal a certos grupos ou personagens do espaço público político - jornalistas, funcionários do Estado. A virulência observada em muitos destes panfletos, com ataques explícitos à idoneidade moral de grupos e pessoas, com chacotas, sátiras, xingamentos e ofensas publicamente manifestos, em geral de forma anônima ou sob pseudônimo foi outra característica marcante do jornalismo chamado incendiário ou pasquineiro.⁸¹

⁸⁰ RIZZINI, Carlos. *Op. Cit.*, p 394.

⁸¹ Conforme Costella, “se havia abusos por parte do governo, não existia a menor compostura por parte dos jornalistas. O primeiro império e o período regencial foram, por excelência, a fase do pasquim. (...) O pasquim identificava-se por seu intenso espírito de combate, exteriorizado em linguagem agressiva e irreverente. De regra era escrito por um só redator, quase sempre anônimo, e compunha-se de um só artigo, de pregação ideológica. (...) Sua periodicidade era bastante capenga, muitos pasquins goraram no primeiro número, ou porque os fados lhes foram adversos, ou mesmo porque o redator adotou outro título para o número seguinte (...). A linguagem do pasquim era sempre violenta e desabrida, atrevendo-se, às vezes, a exageros extremos, nos quais se corroía assim a reputação dos particulares, como o bom

O panfletarismo deste período, por sua vez, subdividiu-se em muitas vertentes. Ao que parece, a vontade de manifestar-se publicamente, de obter notoriedade, mesmo que efêmera, de participar de um inédito ambiente de livre expressão, explica este desaguiamento um tanto pulverizado de discursos e seus variados graus de agressividade e empolgação; muitos deles sem grande participação nos conflitos políticos com Portugal. Para Aristeu Aquiles,

“ os periódicos iam evoluindo de um para outro pólo, mas em meio de enorme confusão, advinda, aliás, da grande contradição das Cortes.(...) Daí a existência de periódicos constitucionalistas e antibrasileiros, e daí a confusão e os equívocos da imprensa, instalada no Brasil.(...) José Anastácio Falcão, no seu *Alfaiate Constitucional*, bateu-se pela Constituição e opôs-se ao miguelismo. Não desejava voltar para a África, onde cumprira degredo. Já n’*A Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, Silva Lisboa aventurava-se a tratar de assuntos políticos e de educação. O desembargador Francisco de França Miranda, no *Despertar Braziliense*, concorria para o “Fico”, vencendo as hesitações de D. Pedro (...). O Português José Joaquim Gaspar do Nascimento, editor do *Compilador Constitucional, Político e Literário Brasiliense*, não se filiava a qualquer grupo, exercendo um jornalismo incendiário, motivo pelo qual teve sua tipografia fechada. (...) *A Correspondência Turca Interceptada a um Emissário Secreto da Sublime Porta Residente na Corte do Rio de Janeiro* era jornal oficioso, de Antônio Manuel Correia da Câmara, um aventureiro, que logo conseguiu lugar de cônsul em Buenos Aires. Com a epígrafe “Les bêtes ne sont pas si bêtes que l’on pense”, o *Papagaio*, de Luís Moitinho Lima Alves e Silva, serviu de escada para os inúmeros cargos públicos conseguidos pelo seu diretor (...). Como vemos, foi quase nenhuma a contribuição da maioria desses periódicos em favor da Independência”.⁸²

Outros jornais criavam seu próprio público em função do desvio à identificação com os grupos políticos mais evidentes e de um discurso com forte atração popular. Exemplo disso foi o *Correio do Rio de Janeiro*, escrito por João Soares Lisboa, segundo Rizzini, “em que

nome dos governantes”. Vide COSTELLA, Antônio F. Op. Cit., pp. 64-66. Este tipo de jornalismo de grande força mobilizadora, encontra, talvez, em Cipriano Barata, sua expressão mais acabada. Suas *Sentinelas da Liberdade* fizeram-se circular não apenas em Pernambuco, como franca oposição aos conservadores, mas também na Bahia e no Rio de Janeiro. Consultar MARRACH, Sônia Aparecida Alem. *O Jornalismo Político de Cipriano Barata*. SP, Tese, PUC-SP, 1992.

⁸² AQUILES, Aristeu. *Os Jornais da Independência*, RJ, Biblioteca Nacional, pp. 97-98.

pese os que até hoje o qualificam de bronco e ignorante, foi o melhor jornalista do seu tempo. Era quem melhor escrevia”.⁸³ João Soares Lisboa apoiou todos os avanços pela Independência do país. Foi obra sua o recolhimento das cinco mil assinaturas em favor da Constituinte brasileira. Tinha uma noção de jornalismo que ultrapassava o campo opinativo pessoal. Nas poucas quatro páginas de cada edição do *Correio*, liam-se, além de suas opiniões liberais e críticas aos jornais absolutistas, resumos das atividades das Cortes, numa espécie incipiente de jornalismo informativo. O *Correio* durou pouco, pela ousadia de seu redator.

Nesta mesma linhagem de jornais que se expressavam publicamente por si próprios, houve também *A Malagueta*, de Luís Augusto May, um polemista mais distanciado dos recursos passionais de apelo à nacionalidade brasileira, desligado dos liberais e conservadores e basculante em sua solidariedade a estes dois grupos. Seu jornal tinha um público cativo, chegou a ter 500 assinaturas e foi um dos poucos entre os primeiros a gozar de vida mais longa, de dezembro de 1821 até abril de 1832. Luís Augusto May sofreu dois atentados de grande repercussão pública. Na noite de 5 de junho de 1823 foi espancado com porretes em sua casa. O fato foi amplamente debatido no parlamento e nas ruas e os responsáveis apontados eram membros das relações diretas do Imperador, entre eles, os Andradas e o próprio D. Pedro I. A liberdade de imprensa foi o tema recorrente ao espancamento. Jornais que até então não simpatizam com *A Malagueta* manifestaram-se em críticas incisivas ao desrespeito à livre expressão e em defesa do ofício de jornalista.

As agitações políticas que se sucederam até a abdicação do trono contribuíram, por um lado, para a formação de um espírito de corporação e, por outro, para a aproximação e, mesmo, para a confusão de fronteiras entre imprensa e parlamento. Remonta a este período conturbado, onde a imprensa, mesmo sob o freqüente cerceamento de suas atividades, participou direta e incisivamente sobre as mudanças de ministérios, nas conspirações e levantes armados, nas investidas contra o Imperador e suas indecisas deliberações, a consolidação da presença institucional da imprensa na tematização do

⁸³ RIZINNI, Carlos. *O livro, O Jornal e a Tipografia*. Op. Cit., p 394.

perfil das instituições político-administrativas do país. De acordo com F. de Azevedo,

“ a proclamação da independência política, a liberdade de imprensa, estabelecida na carta constitucional, e as lutas políticas que se desencadearam com violência extrema, favoreceram o surto do jornalismo no Brasil e lhe deram extraordinário poder de expansão (...). Sucederam-se as polêmicas de larga repercussão na opinião pública, provocadas pelas reações nativistas, pelos debates da Constituinte (1823) e pelas questões partidárias em que tomaram parte entre outros Bernardo Pereira de Vasconcelos, notável político, orador e jornalista, J. J. Carneiro de Campos, no *Tamoio*, “ órgão de um radicalismo infrene”, e sobretudo Evaristo da Veiga, livreiro, jornalista e político, que dirigiu a *Aurora Fluminense* (1827-1835) com uma notável lucidez, uma firmeza incorruptível, e uma coragem varonil (...). É, de fato, pela ação decisiva da imprensa que o movimento político de 1830 e 1831 se tornou bastante vigoroso para forçar a abdicação de D. Pedro I e por termo ao primeiro Império (...). A imprensa que precedera, na influência sobre o espírito público, à eloquência parlamentar, foi o leito profundo e ramificado como uma rede potâmica, para onde se canalizou a torrente impetuosa das paixões, atravessa o seu período de maior prestígio e projeção. Era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo”.⁸⁴

⁸⁴ AZEVEDO, Fernando de. Op. Cit., pp. 328-329. Sobre a participação decisiva de Evaristo da Veiga nos embates políticos que levaram à abdicação de D. Pedro I, consultar SOUSA, Octávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Vol. 6 - Evaristo da Veiga, 2ª ed., RJ, José Olympio, 1957.

CAPÍTULO II

IMPrensa E PARLAMENTO: UMA RELATIVA CONFUSÃO DE FRONTEIRAS

01. O PÚBLICO, A IMPrensa E O IMPÉRIO

Durante o período imperial, é inseparável a qualidade e importância da atuação política da imprensa daquela promovida pelo parlamento dado que, de forma crescente, os integrantes da esfera de discursividade pública passavam a exercer, simultaneamente as duas atividades. Este procedimento tornou-se uma das características mais marcantes das práticas políticas e jornalísticas do período. Foi através dele que a imprensa gradativamente incorporou valores, princípios, incumbências e comportamentos próprios dos segmentos políticos envolvidos na construção do Estado, nobilitando-se, incluindo-se entre as atividades socialmente prestigiadas, projetando-se como agente ativo no processo político; equiparando-se, em representatividade pública, ao parlamento. Procedimentos estes ancorados, entretanto, no atributo da representatividade imparcial de sua fala. Elemento feito inquestionável que, quando associado a outros atributos da esfera pública, tais como o universalismo e a paridade, alimentou uma posição da expressão jornalística para além da intencionalidade privada, como se ela revelasse a *verdade* dos fatos. Concorreram ainda para solidificar esta posição outros elementos tais como a incorporação da retórica parlamentar e a

absorção dos critérios analíticos das emergentes ciências naturais e humanas (jurídicas e filosóficas, principalmente), cujos procedimentos, quando aplicados às análises das instituições estatais e das suas políticas legislativas e de ação social, auferiam um grau aparentemente indiscutível de credibilidade e veracidade aos termos destas análises, ocultando assim o que nelas derivavam de interesses e vínculos particulares às noções de funcionamento do Estado e de progresso econômico e social. A política partidária e parlamentar, por sua vez, ao automediar-se pela imprensa, não apenas amplificou sua loquacidade, como pode incorporar, vantajosamente, atributos próprios do compromisso público do jornalismo, como a suposta convergência entre opinião e verdade, advinda da supremacia formal do interesse público sobre o privado, traduzível, sobremaneira, no grande véu com que um sempre aclamado interesse nacional pode conduzir a satisfação de interesses políticos setorizados. Incorporou, além disso, um *modus operandi* característico do fazer jornalístico, um tipo de condução da argumentação política ancorada na consideração de fatos imediatos, numa espécie de análise de conjuntura, por vezes respaldada em enquadramentos de fôlego científico e filosófico mais abrangentes.

O panfletarismo passional e contundente manteve sua linha discursiva principalmente nos movimentos em torno de causas específicas como a abolição da escravatura e o republicanismo. Manteve-se também em críticas às políticas dos chefes locais das províncias; em denúncias à manipulação do eleitorado, ao domínio dos cargos públicos e das arbitrariedades cometidas por estes grupos dominantes no exercício destes. A posição destes periódicos, quando não sucumbiam ao “conhecido mal da morte ao primeiro número”⁸⁵ consolidava-se pela persistência crítica de seu discurso, em geral de autoria única, conferindo ao seu autor a centralidade em um grupo de adeptos e a responsabilidade pelo fomento deste eixo próprio de referencialidade crítica dos fatos. Destacam-se, em geral, pela perseverança com que delegam à prática jornalista uma legitimidade sustentável, sobretudo, por uma perspectiva e intencionalidade situáveis para além do partidarismo e do interesse privado. Este aspecto é que separa e distingue formalmente a prática jornalística da prática política

⁸⁵ VIANA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869). RJ, Imprensa Nacional, 1946, p. 72.

partidária e parlamentar. O partidarismo, nesta última, é o elemento fundamental do assembleísmo político. Já para a carta de princípios do instituto jornalístico é o seu pecado mais grave, irredimível. A fixação desta distinção normativa de campos, necessária à visibilidade pública da especificidade da instituição jornalística, traduzia-se no exercício de uma crítica cujo espelho eram abstrações do direito liberal retoricamente redivivas. Este espelho, entretanto, era historicamente flexível o suficiente para admitir versões particulares do papel do Estado e de suas deliberações, o que permitia a intersecção aparentemente contraditória entre as duas práticas. Além disso, o fato de grupos políticos produzirem seus próprios panfletos aumentava um circuito de opiniões impressas que permitia a tergiversação da normatividade jornalística, ao mesmo tempo que dela se valia para efeito de legitimação pública de suas intencionalidades privadas.

Muitos jornalistas sustentavam-se nesta situação aparentemente *intermediária* entre sociedade e Estado, ancorados no ideário dos direitos privados individuais e na defesa moral de transparência de um Estado que refletisse a sociedade. Situação publicamente pressuposta como intermediária, veraz e *representativa*. Esta última característica revela-se em sua parcialidade, curiosamente, sobretudo, nos levantes populares, quando, em geral, emergia o contraste da posição social destes autores, pela desconfiança que as camadas cultas tinham do suposto potencial anárquico das camadas populares, o que comprometia o procedimento de intermediação, à medida que ele se referia, em essência, aos termos de uma dialogicidade e intermediação entre membros de uma mesma camada. No fundo, a “sociedade” era apenas a beneficiária, em última instância, da correção moral com que esta camada culta deveria dirigir o Estado.

Estes jornalistas-panfletários, liberais e moralistas, vinculados a grupos políticos, muitos deles eleitos para o parlamento e escolhidos para funções públicas para certos períodos de tempo, de acordo com o andar das marés, conservadores ou liberais, não se confundiam com as grandes populações escravas e iletradas do país. De acordo com J. M. de Carvalho, isto era comum aos principais jornalistas do período imperial:

“quando o povo aparecia por conta própria na política ele o fazia de maneira a assustar os próprios liberais. Revoltas como a dos Cabanos, a Cabanagem, a Balaiada, eram vistas com desgosto por Evaristo, Ottoni, Lisboa. Para eles, eram manifestações da ralé, das fezes sociais, da patuléia. Lembravam a política dos vizinhos latino-americanos, símbolo da barbárie política. Durante a Balaiada, que Timon [pseudônimo de João Francisco Lisboa] estranhamente não comenta em seu *Jornal*, Lisboa tomou posição clara em defesa da ordem, apesar de acusado de chefe oculto e agente intelectual do movimento. Os liberais bem-te-vis, Lisboa entre eles, criaram pela imprensa o ambiente favorável à revolta contra o presidente conservador. Mas, iniciada a rebelião, não se reconheciam em líderes como Raimundo Gomes, como o Balaio, e muito menos como o preto Cosme. Para Lisboa, eram as fezes da sociedade que se manifestavam na revolta, ameaçando abrir diques à anarquia e mesmo à guerra de raças. Teófilo Ottoni, talvez o mais puro tipo de liberal da época, dizia que a democracia que buscava era a da classe média, a da ‘gravata lavada’.”

86

Apesar do forte nacionalismo de suas penas, um abismo silencioso e desconhecido os separava de um tratamento efetivamente democrático da causa liberal. Suas carreiras como jornalistas e políticos findavam pelo desencanto, pelo cansaço ou pelo descanso em algum posto público do Estado.⁸⁷

Entender esta confusão de fronteiras entre os fazeres político e jornalístico implica em procurar identificar a origem dos integrantes destes dois campos institucionais. O estudo de J. M. de Carvalho sobre as razões que favoreceram a unidade política brasileira em torno de uma monarquia representativa, em contraste à fragmentação observada nas colônias espanholas, separadas em dezessete estados independentes, é particularmente esclarecedor do perfil e da dinâmica impressos à esfera pública política do país. Sua análise sobre a formação e composição da *elite política brasileira*, aceitas

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. “Introdução”, em LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon: Partidos e Eleições no Maranhão*. SP, Cia das Letras, 1995, pp. 21-22.

⁸⁷ Ainda conforme o texto introdutório de J. M. de Carvalho, “o liberalismo de João Francisco Lisboa naufraga no moralismo de Timon. Os outros grandes jornalistas liberais seus contemporâneos, também perplexos diante do descompasso entre o ideal do governo representativo e as condições do país, ou se bandearam para o campo conservador, como Vasconcelos e Torres Homem, ou se adaptaram às condições concretas de luta, como Lopes Gama, ou temperaram os desencantos com uma adesão teimosa aos princípios políticos, como Teófilo Ottoni. Timon abandonou a arena e refugiou-se no estudo da história, onde recuperou algo do seu liberalismo ao combater, por exemplo, as idéias de Varnhagen sobre a escravidão do índios”. Conforme CARVALHO, J. M. “Introdução”, em LISBOA, João Francisco. *Jornal de Timon*. Op. Cit., p. 26.

aqui suas ressalvas sobre as necessárias limitações com que esta categoria de análise se depara em meio a variáveis econômicas, políticas e sociais de significativa densidade explicativa, aponta para um conjunto de características comuns à sua conformação que podem, com grande margem de acerto, ser aplicáveis ao perfil dos jornalistas contemporâneos a ela.

Segundo o autor, “a imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não pareciam constituir um grupo de elite à parte da elite política”.⁸⁸ Os jornalistas integravam a restritíssima camada de indivíduos com formação em nível superior, constituída, segundo ele, por

“advogados, juízes, procuradores, padres, médicos, cirurgiões, professores e homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos, além de parte reduzida dos capitalistas e proprietários, isto é, um grupo que não deveria passar de 16.000 pessoas ou seja, 0,3% da população ativa ou 0,1% da população total.”⁸⁹

Isto significa concordar que eles, jornalistas, compartilhavam muitas das características de formação e comportamento desta elite, tais como sua expressiva homogeneidade ideológica, decorrente não propriamente da origem social de seus integrantes, mas do tipo de educação, treinamento e carreira a que se submetiam, coagidos que eram, em grande medida, a integrar a burocracia estatal ou o parlamento, dados como as instâncias privilegiadas de prestígio público e de sustento econômico. Onde a iniciativa burguesa foi tímida, o Estado adquiriu maior importância sobre o perfil das elites e instituições políticas. A formação jurídica adquirida a princípio em Coimbra e, posteriormente, em São Paulo e Olinda, constituía-se em condição essencial à ocupação de cargos executivos e legislativos e, ainda, à participação nas esferas de polemização acerca dos princípios e procedimentos de construção do Estado, promovidas, sobretudo, pela pressão daqueles grupos sociais esclarecidos responsáveis pela instituição e defesa da representação

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Op. Cit., p 44.

⁸⁹ . Op. Cit., p.74.

parlamentar. Magistrados e juristas foram, até a década de 70, os segmentos mais influentes e presentes no processo de consolidação do Estado imperial brasileiro. Juntamente com os militares, ocuparam a maioria dos cargos executivos e legislativos até as décadas de 60 e 70, quando então, grupos formados por profissionais liberais passaram a dominar este espaço.

Os jornalistas são entendidos, desde o princípio, como profissionais liberais, à exemplo dos médicos, advogados, engenheiros, professores e outros. A posição destes setores em relação ao Estado era mais distanciada do que a dos magistrados e advogados. J.M. de Carvalho faz uma distinção importante entre estes dois últimos segmentos. Segundo ele,

“o advogado tem uma relação com o Estado muito distinta da do magistrado. O último é um empregado público, encarregado de aplicar a lei e defender os interesses da ordem. O advogado é um instrumento de interesses individuais ou de grupos, e como tal pode tornar-se porta-voz de oposições tanto quanto do poder público.”⁹⁰

A maioria dos jornalistas do período imperial que posteriormente seguiram carreiras políticas e dos políticos que se lançaram pelo jornalismo eram formados em direito. Muitos tinham cargos públicos, em geral exerciam a advocacia e tinham o jornalismo como fonte secundária de sustentação, assumindo-o como profissão paralela à de advogado, encontrando-se, assim, aptos tanto a concorrerem a posições junto à burocracia estatal e ao parlamento, quanto a opinarem sobre suas deliberações, seja a partir do instituto partidário ou do jornalístico.

A política e o jornalismo abrigaram confusões de fronteiras não apenas entre si, mas com todas as profissões ancoradas em exigências de qualificação educacional, abrangendo inclusive, a Igreja. No caso particular do jornalismo, sua intersecção com o campo político foi mais visível pela incorporação explícita desta prática como mais um dos recursos próprios à manifestação política. Ingressar na

⁹⁰ CARVALHO José Murilo de. Op. Cit., p. 78.

política implicava não apenas em vincular-se a um grupo ou partido, mas, sobretudo, aparecer, manifestar-se publicamente por meio de discursos impressos e feitos circular no interior de uma elite intelectualmente treinada para decifrar seus termos e opinar sobre eles. Este é o relato de Joaquim Nabuco sobre a prática do jornalismo como um dos instrumentos de preparação para a política dos estudantes olindenses já na década de 30: “os estudantes exercitavam-se para a política em folhas volantes que fundavam”. Seu pai, Nabuco de Araújo,

“logo no primeiro ano do curso funda (...) com Ferraz e Cansanção de Sinimbu o *Eco de Olinda*; Souza Franco, que aos dezenove anos estivera preso na barra do Tejo como conspirador da Independência e entrara tarde para a academia, redigia nesse tempo a *Voz do Beberibe*, Sérgio Teixeira de Macedo, que passava pela Universidade de Coimbra, escrevia o *Olindense*. Eram esses pequenos jornais, folhas exclusivamente políticas, contendo apenas dissertações retóricas sobre teses constitucionais e, às vezes, em “parágrafos” soltos, à moda norte-americana, pequenas verrinas condensadas.”⁹¹

Das academias aos partidos, permanecia o recurso ao jornalismo como, segundo J.M. de Carvalho, “um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição, muitas vezes sem representação alguma na Câmara.”⁹² Mas para além da instrumentalização do jornalismo por grupos e partidos políticos, ele manteve a especificidade do seu espaço e função institucionais, cuja evidência mais imediata está no reconhecimento da profissão de jornalista, mesmo que não fosse exercida de forma exclusiva. Atuar como jornalista permitia, certamente, uma grande visibilidade no espaços públicos do debate político, acarretando no acesso destes profissionais a carreiras políticas e no decorrente deslocamento de perspectiva de suas manifestações, permeadas então pela ótica partidária. Muitos dos mais conhecidos jornalistas do período imperial tornaram-se posteriormente políticos.⁹³ Uma mobilidade viável no interior da restrita camada de indivíduos

⁹¹ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Vol. Único, RJ, Nova Aguilar S. A., 1975, pp. 52-53.

⁹² CARVALHO José Murilo de. *A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial*. Op. Cit., p. 44.

⁹³ Estudem-se, por exemplo, as carreiras de Luís Augusto May, Evaristo da Veiga, Sales Torres Homem, Justiniano José da Rocha, Ferreira Vianna e tantos outros; jornalistas que passaram à tribuna sem abandonar, entretanto, a prática do jornalismo. Vide MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. SP, Cia Editora Nacional, 1956 e VIANA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812- 1869)*. Op. Cit.

aptos a atuarem no seletivo cenário político brasileiro. Foi esta mobilidade que, em grande medida, alimentou a idéia de que o jornalismo político desta época, enquanto prática, constituía-se basicamente num instrumento do fazer político, num “fórum alternativo para a tribuna”. Concorria muito para isto o particularismo de intencionalidades de jornalistas que se valiam de suas penas como meio de ingresso no campo parlamentar e de jornais efetivamente patrocinados por grupos, partidos, políticos e pelo próprio governo. O jornalismo político, pela sua natureza opinativa, por mais que proclamasse um distanciamento do interesse privado, não podia furtar-se ao parcialismo porque a opinião é necessariamente seletiva, por mais abstrato que seja o esteio do seu raciocínio. E também porque ele era, de certa forma, instância partícipe do processo de construção do Estado, solidária, nos momentos mais críticos, com os princípios partilhados pela elite política brasileira, tais como o da indissolubilidade da unidade do Estado, o do compromisso com a sua consolidação (com divergências ainda conciliáveis quanto ao grau de centralidade do seu poder), o da restrição a medidas democratizantes de participação popular, o da aversão a políticas radicais de mudança do sistema político, entre outros. Por mais críticos, liberais e independentes que tenham sido os jornalistas do período imperial, eles se mantiveram, em geral, fiéis aos princípios políticos de seus pares.⁹⁴

Havia diferenças de reconhecimento e de posição social entre jornalistas que se tornaram políticos e outros segmentos desta elite política que se valiam do jornalismo apenas para adquirir visibilidade pública. Os atributos de nascimento, de origem social, de maior ou menor descendência da aristocracia rural brasileira, de formação acadêmica, entre outros, pesavam sobre os processos de hierarquização das relações de prestígio e estabeleciam uma certa distinção entre estes grupos. Sales Torres Homem, por exemplo, começou sua carreira política como jornalista, com o incendiário *Libelo do Povo*, instrumento de provocação e crítica radicais e diretas ao

⁹⁴ Para ilustrar mais uma vez este comportamento, leia-se o depoimento de J. Nabuco sobre Evaristo da Veiga quando ele afirma que no ápice das insatisfações com a regência de D. Pedro I, “os mais ardentes revolucionários tiveram que voltar, a toda pressão e sob a inspiração do momento, a máquina para trás, para impedi-la de precipitar-se com a velocidade adquirida. Foi esse o papel de Evaristo sustentando a todo transe a monarquia constitucional contra os seus aliados da véspera. Os revolucionários passavam assim de um momento para outro a conservadores (...)”. NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Op. Cit., p. 61.

partido conservador. Por este caminho, entre panfletos e artigos posteriores no *Correio Mercantil*, ingressou no campo parlamentar e teceu sua notoriedade e permanência dentro dele, adaptando-se, quando oportuno, aos influxos conciliatórios da política partidária da década de 50. Este percurso lhe permitiu substituir a primeira modesta esposa costureira por outra de genealogia e herança abastadas, assim como receber o título de Visconde de Inhomirim. Mas, por toda a vida pública, por mais irrepreensível que tenha sido considerada sua formação acadêmica e desenvoltura política jornalística e parlamentar, precisou conviver com a lembrança - sempre renovada pelos seus desafetos - de sua origem mestiça, “filho de uma preta quitandeira, que estacionava no largo do Rosário para fazer o seu negócio” e imprecisa, porque filho de um “sacerdote de vida desregrada (...), negociista, senhor de escravos, metido em brigas, de conduta tão escandalosa que até acabou proibido de celebrar o ofício divino, era o padre Apolinário Torres Homem.”⁹⁵

Os jornalistas, como profissionais liberais, não se confundiam, em geral, com aqueles segmentos da elite política de origem rural abastada e com tradição familiar no exercício de cargos prestigiosos da burocracia estatal portuguesa. O reconhecimento de valor e importância de suas intervenções no cenário político imperial devia-se, sobremaneira, ao esforço e engenhosidade pessoais de suas práticas argumentativas e alianças. Eles representavam, neste sentido, a corporificação, por excelência, dos novos princípios que regulavam a sociabilidade, a mobilidade e a consensualização de valores e procedimentos nas sociedades modernas, cujas instituições emergentes mais visíveis eram a imprensa e o parlamento. A condição ocupacional originária de jornalista - entendida ou não ainda como vocação - permitia-lhes enxergar o campo político de uma perspectiva, de certa forma, externa a ele; ou distinguir, mais claramente, as diferenciadas fontes de discursividade política, já que nem todas elas partiam por si do instituto jornalístico. Esta distinção de fontes tornaram-se temporalmente mais evidentes à medida que o jornalismo se desenvolvia como prática em si, consolidando-se em jornais de longa

⁹⁵ O primeiro depoimento é do padre e várias vezes deputado João Manoel de Carvalho, nas suas “Reminiscências sobre Vultos e Fatos do Império e da República”, citado por MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo, em *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Op. Cit., pp. 6-7. É deste último o relato sobre a origem paterna de S. Torres Homem. Segundo ele, a condição de mulato não o agradava e “não era por outro motivo que ele fazia raspar o crânio e sobre ele colocava suas artísticas perucas, fabricadas pelos melhores fornecedores de Paris essencialmente para seu uso.” Op. Cit., p. 10.

duração, sustentados por recursos materiais próprios e orientados por políticas editoriais internas mais definidas no campo político. São estas nuances que responderam pelo desenvolvimento particular do campo institucional do jornalismo. Crescia a separação de fronteiras, a delimitação de um campo próprio ao que se fixou como o fazer jornalístico - que explica, por exemplo, o surgimento de jornais com um certo perímetro de independência em relação aos setores (grupos, partidos e governo) constitutivos do campo político.

A crítica que Francisco Otaviano faz em 1857, no *Correio Mercantil*, um dos mais sólidos jornais da época, à falta de bandeiras dos partidos conservador e liberal comprova-se, segundo ele, pelo silêncio destes perante a opinião pública. A “esterilidade política” se expressava na ausência de uma imprensa partidária. Já era claro, portanto, para uma certa fonte de discursividade jornalística, a falta daquela outra. Era claro também, mesmo com a ausência dela, que “o que não morreu foi o espírito público”⁹⁶, ou seja, um outro jornalismo, para além do explícito vínculo político-partidário, lá estava cultivando a prática jornalística, sustentando os “interesses da nação”, denunciando os focos de deteriorização da “sociedade brasileira”. Ao jornalismo político-partidário competia, segundo Otaviano, a luta por ideais; dirigir politicamente a sociedade. Estas fontes jornalísticas diferenciadas eram capazes, portanto, já nesta época, de identificar funções, responsabilidades e procedimentos próprios a cada uma delas.

A partir da segunda metade do século XIX, estas distinções de atributos do jornalismo tornaram-se mais evidentes porque também já existia um passado ou uma tradição na qual se espelhar e localizar. O jornalismo de bandeiras, manipulado como instrumento de luta cristalizou-se como recurso próprio de partidos, grupos e setores da elite que dele se valiam como meio de ascensão na esfera política, de defesa de princípios que buscavam firmar um perímetro para o que deveria ser consensualizado como a nacionalidade brasileira. É contemporâneo de um período em que, segundo Wilma Costa,

⁹⁶ OTAVIANO, Francisco, artigo publicado no *Correio Mercantil* de 05.12.1858, conforme citação de NABUCO, Joaquim, em *Um Estadista no Império*. Op. Cit., p 327.

“ o esforço de pensar globalmente o país confunde-se com o penoso afã de construir uma identidade nacional(...) através da imprensa ou de outras formas de aproximar-se da opinião pública (escritos, panfletos, campanhas eleitorais)”.⁹⁷

Joaquim Nabuco, José do Patrocínio , Quintino Bocaiúva, Tavares Bastos, Ruy Barbosa entre tantos outros, são exemplos deste empenho de auto-esclarecimento político global publicamente realizado. A abolição, o federalismo, o reformismo liberal, as questões militares e religiosas, o republicanismo, foram as bandeiras que fomentaram a continuidade histórica do jornalismo como instrumento de luta política.

02. RUY BARBOSA: O APOGEU E DECLÍNIO DE UM MODELO

Ruy Barbosa parece encerrar o caso mais acabado e o último dos representantes desta tradição. Oriundo de uma família com tradição política, desde cedo preparado para dar continuidade a este legado, com estudos de direito em Recife e São Paulo e de oratória, humanidades e línguas, envolveu-se com o jornalismo para dar vazão aos seus ideais federativos de inclinação republicana inspirada na tradição liberal inglesa e à defesa do abolicionismo. Ideais alojados num agressivo projeto reformista liberal que se a princípio não discordava da manutenção do instituto monárquico , pouco a pouco o desqualificava com denúncias sobre a própria sanidade mental da família real. Ruy Barbosa não fundou um jornal. Desenvolvia suas fervorosas idéias abolicionistas e federativas no *Diário de Notícias*, um jornal já de certo porte, não mais exclusivamente caracterizável como um pasquim incendiário e partidário, mesmo que Ruy tenha conseguido torná-lo, pela veemência dos seus artigos, um jornal “prestigioso, lido e temido,

⁹⁷ COSTA, Wilma Peres. “A questão da Emancipação em Joaquim Nabuco e Tavares Bastos”. Apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1995, p. 3.

avidamente disputado pelos leitores (...) o arauto da ala extremada do Partido Liberal".⁹⁸

O jornalismo para Ruy Barbosa, entretanto, não era a sua ocupação primeira, antes dela vinham suas obrigações e vínculos contratuais como advogado de escritório privado, de onde provinha seu sustento financeiro. De acordo com seu próprio depoimento, não exerceu o jornalismo com fins de lucratividade pessoal, tendo sido muitas vezes pouco ou não remunerado pelo seu trabalho nesta área. Interessava-lhe, sobretudo, ingresso e reconhecimento no campo político parlamentar. Sua carreira política demonstra a medida de sua vitória neste propósito.

Ruy Barbosa corporificou, como talvez nenhum outro mais tenha podido posteriormente fazê-lo, o padrão mais representativo de um conceito historicamente construído do jornalismo como agente dinamizador do processo político brasileiro, responsável pela direção do movimento liberal de consolidação jurídico-administrativa das instituições do país. Como propagador das idéias liberais de nacionalidade que insuflavam a esfera da discursividade pública brasileira.⁹⁹ O radicalismo de Ruy Barbosa era extensivo tanto ao campo deliberativo das políticas nacionais como às funções e atributos do jornalismo. Segundo sua concepção,

⁹⁸ Oliveira Lima concorda com esta perspectiva: "a imprensa foi o grande veículo das idéias no Brasil. Em parte alguma é sua influência mais característica e tem sido mais poderosa. Logo que se desencadeou fez a Independência, como depois a abdicação e por fim a república (...). Nos últimos tempos do Império, Ruy Barbosa foi além da linha, entrando pela "dilaceração impiedosa" e contribuindo mais do que ninguém, com sua campanha no *Diário de Notícias*, a derrubar o trono que Evaristo da Veiga salvara em 1831. Os extremos tocaram-se e no círculo desenhado pela monarquia na evolução política do Brasil, Ruy voltou à fase destruidora do primeiro reinado. Apenas, como dispunha de um formidável talento, manejou uma ironia ferina em vez da agressão (...). Ferreira de Araújo e Quintino Bocaiuva foram os últimos, no regime passado, dessa escola em que foram corifeus Francisco Otaviano e Justiniano José da Rocha." Conforme LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência - O Império Brasileiro 1821 - 1889*. 2ª ed., SP, Ed. Melhoramento, 1962. pp. 492-493.

⁹⁹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Ruy - O Homem e o Mito*. RJ, Civilização Brasileira, 1964. Segundo o autor, "a 7 de março daquele ano (1888) ingressa no *Diário de Notícias*, jornal em crise, como, em geral, os que tinham consagrado suas colunas à causa dos escravos. Feita a abolição, tinha-se esvaziado, perdido o conteúdo, o prestígio, sem campanhas nobres ou idéias altas a sustentar. Perdera, ao mesmo tempo, a colaboração de Arthur Azevedo, cronista popularíssimo, que fora até pouco um dos seus sustentáculos. Mudara de mãos, no auge dessa crise, e foi então que Ruy assumiu o cargo de redator-chefe, com a remuneração inicial de 200\$000 mensais. Iria transformá-lo no arauto da ala extremada do Partido Liberal, dando-lhe uma bandeira nova, em substituição ao estandarte abolicionista: a da luta pela federação, idéia que vinha de 1831 e que, nos últimos anos, tomara grande impulso, principalmente através da ação parlamentar de Joaquim Nabuco." P. 105.

“a imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa por perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça (...). Já lhe não era pouco ser o órgão visual da nação, mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista (...). Participa, nesses organismos collectivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade que os povos respiram(...). Entre as sociedades modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perenne: a imprensa. Eliminae-a da economia desses seres moraes, eliminae-a, ou envenenae-a, e será como se obstruísseis as vias respiratórias a um vivente, ou puzésseis no vazio, ou a condemnasseis à inspiração de gases lethaes. Taes são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que eles respiram as exalações perniciosas.”¹⁰⁰

O jornalismo como sacerdócio, como “vista da nação”, para além do mal, essencialmente político, comprometido com noções ecléticas e abstratas, mas nem por isso menos parciais ou historicamente irreconhecíveis, de sanidade, unidade, liberdade, moralidade e progresso, estandarte de mudanças políticas, econômicas e sociais norteadas por estas noções, transformava-se, entretanto, pouco a pouco, mais em um acervo ideal de valores, do que numa prática amplamente assumida e exercida. O processo de nobilitação da escrita jornalística foi correlata à presença preponderante, durante a século XIX, de uma elite aparentemente auto-legitimada por estes valores. Nobres ideais políticos desdobravam-se em nobres campanhas alçadas por nobres personalidades. Este circuito manteve-se internamente estável e inquestionável enquanto coube essencialmente à elite política brasileira a condução da dinâmica do espaço da discursividade pública, do parlamento e do Estado. Com a proclamação da República rompeu-se, de certa forma, a estabilidade deste circuito, porque desapareceram os grandes impasses herdados pela transitoriedade do regime político monárquico constitucional.

Concorre também para o declínio deste padrão a complexificação interna aos processos de produção jornalística. Ruy

¹⁰⁰ BARBOSA, Ruy. *A Imprensa e o Dever da Verdade*. RJ, Biblioteca Nacional, 1920, pp. 15-17.

Barbosa, por exemplo, sofreu os influxos destas duas ordens de fatores. Com a instalação do Governo Provisório em 1889 e sua ascensão ao cargo de ministro da Fazenda, desafoguearam-se as bandeiras. Suas investidas jornalísticas tinham como inimigos os críticos às suas reformas financeiras. Eram, portanto, localizadas e conjunturais. Eleito e reeleito nos anos seguintes para o Senado, sua atuação na imprensa restringiu-se a críticas ao governo de Floriano Peixoto. Insatisfeito com o ambiente do *Jornal do Brasil*, no qual publicou artigos por três meses, lançou, em 1898, o jornal *A Imprensa*. Pretendia reviver plenamente seu conceito de jornalismo político opinativo e analítico, preocupado com as grandes questões nacionais, mas conflitos de origens diversas e intransigíveis já não podiam mais sustentar este tipo de ambição. Ruy Barbosa ocupava a parte editorial do jornal, com longas colunas sobre assuntos que, tratados de forma mais informativa e graficamente mais leve em outros jornais, não eram capazes de mobilizar um público significativo. Tinha contra si, além disso, as críticas de editoriais de jornais de grande circulação, muitos deles escrevendo a soldo do Catete. A anacronia de seus textos revelava-se, segundo Magalhães, em muitos aspectos:

“além da bandeira revisionista, que não desperta entusiasmos, nem nos meios políticos, nem nas massas populares, indiferentes a tal tese e ainda sob a influência das lutas recentes, muitos dos seus artigos são simples retratações de pontos de vista anteriores, abjurações de conceitos e idéias que outrora defendera. Perde-se também em longas explanações sobre contratos de serviços públicos, problemas de câmbio e empréstimos externos, impostos e taxas, luz, gás, telefone, água, *funding loan*. Como tudo isso era árido e cansativo, diferente das investidas demolidoras de 1889 !(...)

Vez por outra, falto de assunto, queria brilhar pela forma bombástica, pelo estilo castigado, pela riqueza vocabular, escrevendo bonito para deslumbrar os leitores, num gasto pródigo de palavras raras, num gesto que o levava a escrever “guarir” ou “guarecer” em vez de curar (...).

A verdade é que as novas teses de Ruy e as suas longas páginas, com pretensões antológicas, buriladas com esmero, não faziam subir extraordinariamente a circulação, nem melhoravam a receita. Nem os brindes de livros de José de Alencar, de fosforeiros e cinzeiros japoneses oferecidos aos assinantes, nem os palpites para o jogo-do-bicho, nem os folhetins populares (...) reanimavam o jornal. *A Imprensa* apenas se arrastava, em meio às maiores dificuldades financeiras.

Ruy Barbosa ralava-se com o esforço perdido, com a labuta inútil. E a verdade é que o grande jornalista de 1889 parecia, naquele momento, uma mentalidade atrasada, em relação ao seu tempo.”¹⁰¹

Seus conflitos não eram internos apenas à sua incapacidade de levantar novas e grandes causas de relevância nacional. Muitos deles resultavam das limitações que o próprio meio jornalístico lhe impunha, dado que este, no caso específico do próprio jornal por ele criado, estruturava-se em padrões equivalentes aos demais; ou seja, não se resumia numa publicação política de natureza e finalidade exclusivamente opinativas. Acolhia outros profissionais de jornalismo, ocupando-se com outros tipos de redação informativas, literárias e publicitárias. Requeria um retorno financeiro capaz de arcar com os custos do que então se assomava também um empreendimento de caráter financeiro.

Ruy desentendia-se com a política editorial impressa ao jornal, discordava de diagramações que fugissem ao padrão das “colunas corridas, no formato britânico da época, sem ilustrações, sem nada, em suma, que pudesse distrair a atenção do leitor para outra coisa que não fosse o seu próprio artigo, prato de resistência da *Imprensa*”.¹⁰² Criticava severamente os erros tipográficos que identificava em seus artigos n’*A Imprensa* ou reproduzidos em outros jornais, com ameaças de abandono dos seus corpos editoriais. Confrontou-se, por fim, com jornalistas de uma geração recente, pouco reverentes aos nomes e feitos dos mais expressivos políticos e jornalistas do período imperial, chocou-se com uma nova camada de produtores de opinião envolvidos em disputas de reconhecimentos públicos imediatistas, localizados e essencialmente corporativos. Já não pesavam como antes a ascendência familiar, os méritos parlamentares e a retórica erudita. Foram razões desta sorte que o envolveram no conhecido episódio em que foi detratado de sua idoneidade por um jornalista do próprio jornal em que era o redator-chefe, *A Imprensa*, fato que, associado à insustentabilidade econômica e às continuas críticas externas, levaram-no ao fechamento em fins de março de 1901. Segundo Magalhães

¹⁰¹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Ruy - O Homem e o Mito*. Op. Cit., pp. 111-112.

¹⁰² . Op. Cit., p. 121.

“o jornal agonizante, não resiste ao tríplice impacto, que envolve o seu nome e o do seu redator chefe(...) terminou assim, bruscamente, essa tormentosa passagem de Ruy Barbosa pelo jornalismo. Daí por diante só publicaria um ou outro artigo avulso, a largos espaços. O formidável demolidor de 1889 pendura a clava. Não conseguira mais afinar o seu diapásão com o dos sentimentos populares (...) o declínio de Ruy Barbosa, como homem de imprensa, depois de ter perdido a bandeira da federação, é tão melancólico quanto o de José do Patrocínio, depois de ter perdido a bandeira da abolição.”¹⁰³

¹⁰³ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Op. Cit., pp. 127-128.

CAPÍTULO III

IMPrensa E ESFERA PÚBLICA COMO FINS EM SI MESMAS

01. RECONSIDERANDO AS NOÇÕES DE PÚBLICO E PRIVADO

O fio condutor à compreensão da inadequação dos padrões do jornalismo político do período imperial aos processos de produção jornalísticos contemporâneos ao início da era republicana, pode partir do que Habermas caracterizou como a “inversão estrutural de esfera pública”. Do ponto de vista, como apontou Hohendahl, essencialmente normativo e paradigmático, a esfera pública política reuniu os princípios e procedimentos necessários ao desenvolvimento de mecanismos emancipatórios, próprios das sociedades modernas, que culminaram com a instituição da democracia representativa. Apesar das limitações historicamente observáveis de acesso e condução dos seus processos comunicativos intersubjetivos, sua efetividade foi, conforme Habermas, “mais do que mera ideologia”, à medida que previu condições formais de superação do domínio das próprias classes que a conduziram. A inversão de sua estrutura, finalidade e modo de funcionamento ter-se-ia dado na convergência da fixação político-jurídica das cartas constitucionais dos Estados de direito (que deslocou suas instituições da condição de instruções privadas do público para a de instituições públicas de domínio privado), com o processo de

expansão da lógica instrumentalista própria à racionalidade econômica das sociedades ocidentais modernas, primordialmente capitalistas, cuja dinâmica invadiu progressivamente os espaços de uma outra racionalidade comunicativa e dialógica de interesse essencialmente público.

Este processo foi entendido por Habermas como a “refeudalização” da esfera pública. Suas características foram: a) a indistinção crescente das noções de público e privado e, deste modo, dos espaços da vida pública e privada e das fronteiras entre sociedade e Estado; b) a quebra da crença no princípio da existência de uma condição de igualdade entre indivíduos na esfera da discursividade pública (oriundo da idéia de autonomia experimentada no espaço familiar e das atividades econômicas) devido à evidência das crescentes desigualdades entre as classes sociais; c) a quebra, decorrentemente, na crença da possibilidade da existência de um interesse comum a todos e sua substituição pelas negociações setorizadas de interesse entre representantes do interesse econômico, privado, associações civis, partidos e setores da burocracia estatal; criando-se um circuito de manipulação do poder no qual a noção genérica de público passou a servir apenas como elemento de aclamação das políticas de acomodação de interesses segmentados da sociedade coordenados pelo modelo de Estado do bem-estar social; d) o predomínio de um modelo de “sociedade do trabalho” publicizou seus princípios e procedimentos restringindo o perímetro do espaço privado à noção de intimidade, onde se alojaram as práticas e preferências pessoais de usufruto do tempo livre, na forma de um lazer descompromissado feito de puro entretenimento; e) a participação dos indivíduos na dinâmica social, na condição não mais de críticos formadores da discursividade e do interesse público, mas como meros consumidores atomizados de uma cultura massificada e desestimulante de processos de sociabilidade política e de formação crítica da vontade.

A desvantagem de se refletir o processo de institucionalização da comunicação no interior da categoria habermasiana de espaço público, consiste no fato de que o autor, ao tempo que abre um campo explicativo capaz de abranger a especificidade dos elementos formativos e dinamizadores deste

processo, súbita e irreversivelmente o desintegra e o faz num momento crucial à compreensão das novas atribuições e intervenções assumidas pelas estruturas de comunicação nas sociedades capitalistas contemporâneas. O caminho para a superação deste impasse consiste em manter teoricamente a contribuição habermasiana no nível de abstração no qual ela pode fornecer as fundações normativas das instituições políticas e culturais da modernidade. A relação entre o ideal normativo e a análise histórica deve considerar a extensão de realização do primeiro na especificidade espaço-temporal da segunda. É pertinente a consideração de C. Calhoun ao explicar que

“no centro deste impasse está a inabilidade de Habermas para encontrar nas sociedades capitalistas avançadas uma base institucional para uma efetiva esfera pública política correspondente em caráter e função àquela dos primórdios da formação do Estado e do capitalismo, porém correspondente em escala e participação às realidades do Estados de capitalismo tardios.”¹⁰⁴

Os trabalhos posteriores de Habermas têm em mente este problema e procuram, de certo modo, conhecê-lo em profundidade e buscar caminhos para a sua superação, tanto nos estudos sobre os aspectos da legitimidade nos modernos Estados constitucionais das sociedades capitalistas contemporâneas, como na proposição de um novo paradigma fundado na “sociedade da comunicação”.

Legitimidade, para o autor, é uma qualidade atribuída a processos concernentes ao reconhecimento, por parte dos sujeitos integrantes de uma dada formação societária, de um conjunto de normatizações políticas responsáveis pela integração destes sujeitos numa identidade coletivamente consensualizada. Do ponto de vista desta definição, sempre houve, para Habermas, em qualquer etapa histórica das diferentes formações societárias, a necessidade de fixação de uma dada forma de legitimidade, porque, em essência, se

¹⁰⁴ CALHOUN, Craig. “Introduction”, em CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts, and London, MIT Press, 1992, p. 30. Tradução da autora do original “at the center of this impasse is Habermas’s inability to find in advanced capitalist societies an institutional basis for an effective political public sphere corresponding in character and function to that of early capitalism and state formation but corresponding in scale and participation to the realities of later capitalism and states”.

legitimidade é consenso, é fundamental sua existência como unidade que promove a integração social dos indivíduos pelo ordenamento político das suas ações, de modo a diminuir o nível de conflitos de poder e de desagregação social.

Com a fundação da moderna dicotomia Estado-sociedade, segundo o autor, cresce a necessidade de legitimidade agora aferível no âmbito da recente esfera política, que se confunde com a esfera pública do Estado, por oposição à vasta esfera privada da sociedade. É no espaço desta esfera estatal que se concentram os ordenamentos políticos suscetíveis de legitimidade por parte de sujeitos que tendencialmente vão submeter sua aferição de legitimidade à efetiva possibilidade de fundar tais ordenamentos em princípios não mais do direito natural, mas do direito racional, resultantes de uma discursividade publicamente não sujeita a coerções externas, cujos resultados se objetivam em leis abstratas e genéricas.¹⁰⁵

O Estado de direito burguês pretende assegurar, na sua formulação constitucional, as condições para a promoção da legitimidade no interior da sua própria estrutura e das suas atribuições, como instância formalmente representativa da vontade política de toda a sociedade. Para Habermas, entretanto, a atuação deste Estado constitucional nas sociedades de capitalismo tardio tem-se constrangido a submeter-se aos princípios de uma ação instrumental e estratégica, dada a crescente necessidade de intervir como agente econômico, regulamentando o âmbito das relações privadas do capital e trabalho, como forma de manter a sua própria legitimidade e, assim, integração social e respectiva identidade. Isso porque, ao mesmo tempo que não pertence à esfera da produção capitalista, depende da sua estabilidade e produtividade, seja para manter-se enquanto estrutura institucional, seja para garantir politicamente o cumprimento dos seus ordenamentos jurídicos e manter a integração social, seja para assegurar a própria estabilidade das condições sociais de vida da população.¹⁰⁶

O Estado, que formalmente deveria ser o foro irradiador e organizador de processos discursivos tematizadores dos princípios

¹⁰⁵ HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit., Cap. IV.

¹⁰⁶ HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. 2ª ed., SP, Brasiliense, 1990. Cap. IV- Legitimação.

práticos organizacionais da sociedade, de modo ilimitado, aberto e não coercitivo, deslocou a sua fonte de legitimidade deste âmbito para um outro de convencimento ideológico, que consiste em, segundo Habermas¹⁰⁷, não ingenuamente “ocultar” sua dependência do sistema econômico, mas em afirmar a necessidade deste como princípio organizador das relações sociais que melhor satisfaz os interesses gerais de toda a sociedade. Vê-se, deste modo, implantada uma racionalidade não discursiva, mas técnica e estratégica, que longe de requerer a problematização das normas sociais, exclui do âmbito da legitimidade a própria necessidade dos modelos de participação discursiva dos sujeitos sociais, em nome de uma exclusiva e não contestável autoridade tecnicamente justificável.

Isto tem levado muitos teóricos do Estado a considerar a legitimidade como uma variável dependente da eficácia das ações do Estado, no sentido de corrigir os resultados disfuncionais do sistema econômico e a privilegiar perspectivas sistêmicas na especulação em torno dos possíveis mecanismos econômicos sobre cuja intervenção o Estado seja capaz de manter uma auto-regulação do sistema político e social. Mas Habermas não acredita nestes procedimentos analíticos, ele considera que o Estado é sempre uma instituição auto-legitimadora. Suas ações necessariamente colocam em pauta uma resposta em termos de maior ou menor reconhecimento da sua legitimidade por parte dos integrantes da sociedade. Para ele, o sistema capitalista impõe ao Estado o enfrentamento de suas crises econômicas, que se refletem então como crises de eficácia do Estado e, assim, de legitimidade. Estes podem ser os “perigos” de ausência de legitimidade, resultantes da sua ineficácia na implementação de políticas de correção das crises econômicas. Mas, para Habermas, neste nível de deslegitimação, a sociedade não questiona propriamente o sistema econômico capitalista. Pode ocorrer, entretanto, e aqui revela-se a irredutível posição do autor em relação à concepção de legitimidade enquanto atributo de um processo de reconhecimento político, que pressupõe a participação discursiva de sujeitos - mesmo que esta participação seja temporariamente não requisitada por uma ideologia tecnocrática -, que os argumentos instrumentais estratégicos que sustentam as ações estatais não mais

¹⁰⁸ _____, “Técnica e Ciência Enquanto Ideologia”. Textos Escolhidos. Col. Pensadores. SP, Abril Cultural, 1983.

consigam solucionar problemas práticos. Nesse caso, a crise de legitimidade pode levar a uma crise de valores e das próprias normatizações até então consensualmente aceitas. Reaparece nítida a dimensão da legitimidade não como aferição de eficácia, mas como processo de reconhecimento que se fixa essencialmente nos fundamentos de validade de normas. Este, para Habermas, continua a ser o critério original para o problema da legitimidade no Estado moderno.

Na análise deste Estado social característico das atuais sociedades de capitalismo tardio, Habermas¹⁰⁸ aponta para um tendencial esgotamento do artifício tecnocrático que procura orientar suas ações intervencionistas no campo econômico, suas normatizações jurídicas internas e a rotinização das estruturas sociais, políticas e culturais da sociedade, de modo correlato à dinâmica do capitalismo. O autor questiona até que ponto este Estado conseguirá conciliar tal processo produtivo com os termos da democracia que formalmente deve promover. O cerne da contradição inerente à atuação do Estado social está na incompatibilidade entre os fins gerais a que se propõe, quais sejam, os da promoção da emancipação humana, cuja via política formal é a democracia representativa e os métodos objetivos a que tem lançado mão, quais sejam, as normatizações jurídico-administrativas, que visam humanizar os conflitos entre capital e trabalho. Para o autor, a atual configuração deste Estado intervencionista tem sua fonte no paradigma da “sociedade do trabalho”, que remonta à época do capitalismo liberal do século XIX. As premissas deste modelo fundam-se numa defesa do trabalho como instância capaz, por si só - o que historicamente não se realizou -, de promover autonomia, liberdade, igualdade e emancipação à espécie humana. Este equívoco histórico, ou, conforme Habermas, este “utopia” não pode jamais cumprir suas promessas emancipatórias, tendo em vista que a categoria do trabalho, fundada na relação sujeito-objeto, opera conforme uma racionalidade instrumental, cuja lógica interna desenvolve-se em função da dinâmica produtora de uma materialidade que não se confunde com as necessidades humanas decorrentes das relações entre os sujeitos em sociedade.

¹⁰⁸ HABERMAS, Jürgen. “A nova Intransparência”. Em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 18, SP, setembro de 1987, pp. 103-114.

A subordinação do projeto humano de emancipação à lógica de produção capitalista resultou, conforme Habermas, na supremacia de uma racionalidade instrumental, não apenas no campo do trabalho, mas da interação humana linguisticamente mediada, cuja lógica pressupõe uma outra racionalidade não-instrumental, mas comunicativa. Esta “colonização” da esfera interativa da sociedade por uma racionalidade estranha à sua lógica imanente, redundou no recrudescimento das formas discursivas através das quais é possível levar adiante um projeto emancipatório. É neste sentido que Habermas considera premente superar o Estado social e seu paradigma, em favor de uma “nova utopia” fundada no paradigma da “sociedade da comunicação”. O que está em questão é a constatação de que a esfera do trabalho, em si, não contém uma dimensão auto-legitimadora. Ela se situa no âmbito da lógica processual do desenvolvimento material, na cadeia infinita da relação instrumental entre meios e fins. Sua racionalidade é autônoma e, de certo modo, indiferente, às necessidades oriundas das relações dos homens entre si.

Somente na esfera interativa da vida humana é possível gerar processos de legitimação, dado que estes resultam essencialmente de uma discursividade exclusiva da capacidade humana de interação linguisticamente mediada, voltada para o entendimento, estabelecendo fundamentos de validade para as ações socialmente relevantes. É neste espaço que são formulados os consensos necessários à coordenação e à justificação da validade destas ações, seja daquelas próprias à esfera institucional interativa - político-jurídica, social e cultural -, seja daquelas relativas à produção material da existência.

As justificações tecnocráticas tendencialmente procuraram reduzir a amplitude e o poder de determinação das interações fundadas numa racionalidade comunicativa. Na atualidade, entretanto, assiste-se objetivamente ao enfraquecimento dessa razão tecnocrática, pela incapacidade do Estado social de controlar a força da lógica interna do desenvolvimento capitalista, no sentido de proporcionar formas de vida igualitárias e emancipatórias. Ocorrem então não apenas crises de eficácia e de motivação, como também crises de legitimação. Insistir neste paradigma do trabalho, para Habermas, significa caminhar para o

abismo. Para ele, somente com a supremacia de uma razão comunicativa é possível gerar fundamentos de validade para normatizações efetivamente legítimas. Somente por meio dela podem ser elaboradas as noções fundamentais de liberdade, igualdade e emancipação de modo não-distorcido, dentro da premissa de que são os homens que produzem as suas próprias formas de vida.

Habermas defende uma compreensão histórica “reconstrutiva” do conceito de legitimidade, ancorada nos diferentes “níveis de justificação” ou “fundamentos legitimadores” que corresponderam aos diversos “tipos de poder” respectivos às consecutivas formações societárias que configuram as etapas básicas da evolução social. Há, para o autor, uma sugestiva homologia estrutural entre as fases do desenvolvimento cognoscitivo do Eu e as imagens e concepções morais e jurídicas destas formações societárias. Na comparação estrutural feita por Habermas, nas sociedades antigas, os mitos justificam o poder das famílias dominantes. Na representações míticas, natureza e sociedade são fenômenos permutáveis e articulados. Tal imagem do mundo corresponde na psicologia cognitiva de Piaget, segundo Habermas, à fase egocêntrica da criança, onde ela relativiza os fenômenos em função da sua própria existência como eixo central de articulação da realidade. Nas sociedades imperiais, onde já se configura a existência de uma organização estatal, as representações mitológicas tornam-se tradições e cedem lugar a um nível de justificação das normatizações do poder com base em um direito natural fundado em filosofias, cosmologias e religiões. Esta etapa corresponde à fase sociocêntrica da criança, que passa a distinguir suas fantasias das percepções objetivas dos fatos do mundo. Nas sociedades modernas, passa-se a tematizar os fundamentos das normatizações do direito natural, que devem então ser delimitadas em um nível de justificação do poder político baseado em procedimentos e premissas. Isto equívale à etapa universalista do Eu, capaz de operar hipóteses, separando objetivamente a capacidade humana genérica de linguagem, consciência e ação da capacidade individual prática de realizar ações.¹⁰⁹

O nível de justificação, portanto, da legitimidade do Estado constitucional moderno, pressupõe a existência de certas condições

¹⁰⁹ HABERMAS, Jürgen. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Op. Cit.

objetivas de validade inquestionáveis, quais sejam, a formação discursiva da vontade (procedimentos) em condições de liberdade e igualdade entre os sujeitos participantes (premissas). Tais condições garantem a formação de consensos considerados racionais, à medida que resultam de uma discursividade onde, a partir de múltiplas reivindicações de razão que se fizeram ouvidas e debatidas, obtêm-se um entendimento considerado aceitável por todos e, neste sentido, universalizável. É deste modo, em essência, que ordenamentos políticos adquirem legitimidade. Há o requisito contemporâneo de uma racionalidade que não está intrinsecamente nos conteúdos em debate, mas nas condições formais da comunicação no âmbito da esfera pública política.

A questão da legitimidade é mais claramente importante para Habermas, ao localizá-la no terreno das suas preocupações teóricas formuladas na teoria da ação comunicativa. Importa sobretudo ao autor resguardar o campo das ações comunicativas que constituem a esfera interativa da sociedade, daquelas de natureza instrumental e estratégica, que orientam a esfera do trabalho. Há, para Habermas, a possibilidade de um processo emancipador da espécie humana, se todas as decisões acerca dos problemas práticos da sociedade forem legitimadas no âmbito de uma interação discursiva de caráter radicalmente democrático. A própria esfera do trabalho deve submeter-se às regulamentações racionais e universais estabelecidas na esfera comunicativa. Isto, para o autor, já ocorre, mesmo que fundadas de modo não universal e numa racionalidade instrumental que invadiu o campo comunicativo. É por acreditar na necessidade de legitimação da política em bases racionais e universais e por considerar que esta pertence ao âmbito das ações comunicativas - porque formulam normatizações baseadas em fundamentos de validade -, que Habermas prioriza as condições formais nas quais é possível uma legitimidade da ação política não-ideológica, não deformada, em que prevaleça a livre contestação destes fundamentos com vistas a uma universalidade da vontade política.

No que concerne aos processos de legitimação das sociedades contemporâneas, cabe agora observar o quão profundamente, na visão de Habermas, eles pertencem ao âmbito da

ação comunicativa, indissociáveis que são dos processos sociais de aprendizagem e de suas normatizações. Ao explorar reconstrutivamente o problema da legitimidade do Estado moderno, Habermas tem como eixo de preocupação a elucidação do fundamento lingüístico mais profundo que faz a mediação discursiva da intersubjetividade humana. É no terreno lingüisticamente mediado das ações interativas, que o autor encontra a fonte geradora dos processos de legitimação do poder político. A ação comunicativa contém em si a possibilidade da geração de ordens legítimas, dada a sua imanente intenção de entendimento, observável nos pressupostos pragmáticos dos atos de fala comunicativos.

Habermas não se deteve na construção de modelos atualizados de esfera pública política, parecendo-lhe mais promissor buscar a origem dos seus fundamentos no campo das competências humanas. Isto justifica o então nomeado “giro lingüístico” promovido no decorrer de sua obra. O que se obtém a partir disto é uma ciência reconstrutiva cujos contornos inauguram um novo paradigma normativo do mundo. A natureza normativa deste paradigma da “sociedade da comunicação” se, por um lado, aponta para um campo “potencial” da ação humana de caráter racional e emancipatório, por outro, torna-se alheia e vulnerável à dimensão contingente da processualidade histórica das sociedades contemporâneas. É neste aspecto que muitos dos seus críticos vêem na sua obra uma ambição totalizadora, um utopia de reconciliação uníssona da vontade humana ou a feição de uma metanarrativa. Tal impasse tem origem na ambígua condição das sociedades modernas, ao mesmo tempo institucionalizadas em regras de validação emancipatórias, mas dinamizadas em função de regras instrumentais da ação. Esta ambigüidade se reflete nas esferas de conhecimento a tal ponto que talvez, no decorrer histórico dos seus desenvolvimentos internos, já não seja possível concebê-las nos limites e com as finalidades em que elas foram originalmente descritas por Weber.

Esta parece ser a preocupação básica de T. McCarthy,¹¹⁰ quando não é capaz de vislumbrar uma “ética comunicativa” inerente às

¹¹⁰ MCCARTHY, Thomas. “Reflexión sobre la Racionalización en la Teoría de la Acción Comunicativa”, em *Habermas y la Modernidad*. Cátedra, Madri, 1988, p.283.

esferas culturais e políticas. O que parece ser evidente é que, na particularidade do desenvolvimento histórico delas, a razão instrumental atuou não apenas como um fator de deformação, mas sim como um fator constitutivo da natureza destas esferas e das ações dos seus atores. Neste sentido, os consensos de validação sobre os conteúdos cognitivos e morais nelas obtidos nos seus “processos internos de aprendizagem” não necessariamente asseguram um caráter emancipatório às noções consensuais de verdade, justiça e veracidade historicamente elaborados. Por mais que tenham sido processados por meio de regras dialógicas de argumentação, seus sujeitos-falantes agiram sempre coagidos pelos limites das suas concepções privadas do mundo e no interior de estruturas de argumentação pública com regras próprias de funcionamento e exclusão.

Para muitos autores, a configuração contemporânea destas esferas em sociedades ditas pós-industriais assumiu um tal grau de complexidade interna, de novas finalidades e de inter-relação com outras instituições não apenas do mundo da vida, mas também e principalmente do mundo sistêmico, que a atitude de expurgar delas a dimensão instrumental, de purificá-las de interesses alheios à sua finalidade original ou de requerer delas um conceito de mundo total, já não é mais concebível em termos teóricos ou práticos. O antigo impasse descrito por Hannah Arendt - e que constitui a razão pela qual ela descrê na possibilidade de fundação de uma esfera essencialmente pública na modernidade - sobre a emergência do interesse privado à luz da esfera pública como processo histórico inevitável de uma sociedade fundada sobre a hegemonia da faculdade humana da fabricação, do trabalho e responsável pela consequentemente inevitável dissolução do público no privado, parece ainda não ter encontrado uma solução.

Este processo pode ser explorado no terreno da institucionalização das estruturas de comunicação de largo alcance territorial e populacional, ou, como são negligentemente chamados, dos “meios de comunicação de massa”.¹¹¹ Pode-se sintetizar os questionamentos acerca destas instituições perguntando qual é a

¹¹¹ O termo “massa” pressupõe conceitos de sociedade e de indivíduo largamente superados pelas Ciências Sociais, mas displicentemente usados por muitos dos seus integrantes, inclusive por Habermas, quando pretendem qualificar as instituições contemporâneas de comunicação. Isto denuncia, de qualquer modo, o reconhecimento da presença efetiva destas instituições nas sociedades contemporâneas.

natureza específica do “potencial cognitivo e moral” nelas produzido. De acordo com as poucas, mas sugestivas abordagens de Habermas sobre elas, estas pertenceriam ao âmbito da esfera prático-moral. Habermas privilegia o caráter político-moral destas instituições, como espaços públicos não referidos à produção de conhecimentos, mas sim à produção de opiniões. O autor as concebe mais precisamente como instituições originárias do desenvolvimento da “esfera pública burguesa”, regidas pelas suas premissas e procedimentos, cuja finalidade é a de constituir o espaço por excelência do debate público cultural e político. Esta concepção está clara na análise que fez sobre a origem e evolução da imprensa - tomada como padrão básico -, onde prevalece uma perspectiva instrumental desta como “veículo”, “meio” e, portanto, como “espaço” do debate simultaneamente - mas em esferas distintas - cultural e político. Para Habermas,¹¹² com a implantação do Estado de direito, não foi resolvida a cisão moderna entre Estado e sociedade devido ao que ele nomeou de “inversão estrutural da esfera pública”, ou seja, o Estado incorporou instâncias privadas de debate público tornando-as públicas, mas então orientadas pelo controle do interesse privado. Neste sentido, as instituições de comunicação, apesar da sua fixação constitucional como instituições públicas, por permanecerem no âmbito da sociedade, podem vir a ser, para o autor, o potencial espaço público contemporâneo, onde, segundo ele, se for possível o livre e igual acesso das diferentes opiniões e reivindicações de todos os segmentos e grupos sociais, pode-se reviver a dimensão essencialmente pública da vida em sociedade.

Esta perspectiva sofreu alterações nas reflexões que dedicou exclusivamente aos “meios de comunicação de massa” nas últimas páginas de sua teoria da ação comunicativa. A preocupação básica do autor consiste em resistir à insistência, seja das análises empíricas funcionalistas, seja da teoria crítica, em compreender a atuação das instituições de comunicação contemporâneas (imprensa, rádio e televisão) do ponto de vista da sua racionalidade instrumental. Habermas as requisita como instituições pertencentes ao mundo da vida, como esferas de opinião pública, cuja racionalidade é comunicativa. Há nelas, segundo o autor, um duplo potencial ambivalente:

¹¹² HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit.

“ao canalizar unilateralmente os fluxos de comunicação em uma rede centralizada, do centro à periferia e de cima para baixo, os meios de comunicação de massa podem reforçar consideravelmente a eficácia dos controles sociais. Porém a utilização deste **potencial autoritário** resulta sempre precária já que as próprias estruturas da comunicação trazem inseridas o contrapeso de um **potencial emancipatório** (...) pois as comunicações, por mais que se as abstraia e padronize, sempre podem ser contraditas por atores capazes de responder autonomamente por seus próprios atos”.¹¹³

O reconhecimento desta ambivalência é bastante sugestiva. O “potencial autoritário” resulta da especificidade estrutural destes “meios” e não própria e exclusivamente do eventual exercício de uma racionalidade instrumental. O autor está dialogando diretamente com Adorno e Horkheimer, no conhecido texto em que eles qualificam conceitualmente a natureza e a função dos “meios de comunicação de massa” como uma “indústria cultural”. Habermas prefere localizá-los no âmbito das “formas generalizadas de comunicação” constitutivas do mundo da vida. Os “meios de comunicação de massa”, segundo ele, “condensam” o entendimento lingüístico,

“liberam os processos de comunicação da provincialidade que supõem os contextos limitados no espaço e no tempo e fazem surgir espaços de opinião pública implantando a simultaneidade abstrata de uma rede virtualmente sempre presente de conteúdos de comunicação muito distanciados no tempo e no espaço e pondo as mensagens à disposição de contextos multiplicados. Estes **espaços públicos criados pelos meios hierarquizam** o horizonte de comunicações possível ao mesmo tempo que **retiram suas barreiras**; o primeiro aspecto não pode separar-se do segundo e nele se radica a ambivalência de seu potencial”.¹¹⁴

Na descrição da origem e desenvolvimento da imprensa o autor não procurou descrever elementos estruturais internos ao meio, que pudessem estabelecer limites próprios à dinâmica do processo de

¹¹³ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Vol II, Madri, Taurus, 1988, pp.552-553.

¹¹⁴ HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Vol II, Op. Cit., p. 552.

produção de opiniões. Quando se refere à “refeudalização” do espaço público nas sociedades de direito, o novo perfil da “imprensa de negócios” - por oposição à “imprensa de opinião” - resulta não especificamente de mudanças estruturais, mas da intervenção do controle privado no espaço da opinião; sendo este controle responsável, por sua vez, por um determinado desenvolvimento estrutural da imprensa. Adorno e Horkheimer, por seu lado, quando associam aos “meios de comunicação” (na época, o rádio e o cinema) à metáfora do ser onipresente, a fazem entender como um mecanismo criado com a finalidade de obter um controle irrestrito sobre toda a sociedade. Em ambas as interpretações, o desenvolvimento estrutural dos meios de comunicação não são um dado intrínseco à especificidade formal da instituição, mas decorrência de uma intencionalidade exterior a ela.

Nesta última abordagem de Habermas há uma perspectiva diferente em relação à institucionalização das estruturas de comunicação. Há a descrição de uma arquitetura particular e de um conjunto de propriedades que se apresentam ao autor como um dado e não como um problema. No seu entender agora há diferentes estruturas de comunicação com diferentes feições internas de exercício da opinião, das quais se depreende um potencial autoritário que deve conviver com um outro intrínseco potencial emancipatório. O que interessa ressaltar nesta nova perspectiva do autor é: a) o acréscimo de novas variáveis oriundas da especificidade do espaço público ao processo da ação comunicativa em si; b) o reconhecimento das instituições de comunicação como espaço público independente do exercício de uma razão instrumental no seu interior; c) a legitimidade do caráter institucional de comunicação como um espaço particular, singular, com limites e regras próprias na esfera interativa da formulação de consensos sociais.

Numa reavaliação recente das suas proposições acerca da desintegração da categoria histórico-sociologicamente datável de esfera pública burguesa, Habermas mantém, em grande medida, a idéia da necessidade de retomada dos princípios, do lugar e das funções políticas da esfera pública, atualmente, segundo ele,

“simultaneamente pre-estruturada e dominada pelos *mass media*, desenvolvida numa arena infiltrada pelo poder, na qual, por meio de seleções e contribuições localizadas, luta-se numa batalha não apenas pela influência mas pelo controle dos fluxos de comunicação que modificam o comportamento enquanto suas intenções estratégicas são mantidas escondidas tanto quanto possível ”. ¹¹⁵

É, de certa forma, constrangedor, confrontar-se esta última imagem dos “mass media” com a anteriormente descrita. Se há algo que efetivamente se possa concluir deste retrocesso analítico, isto consiste em deduzir que o autor, por um lado, ainda não tem respostas teóricas para a natureza, estrutura e dinâmica do espaço público nas sociedades contemporâneas e, por outro, opera com uma imagem expressamente inflexível e restrita das instituições de comunicação.

Habermas, ao mesmo tempo que insiste em lidar com o problema da pluralidade como um sistema de forças privadas em competição entre si e contra a burocracia estatal, em busca de equilíbrios de poder apoiados no consentimento de “massas passivas”, reconhece, sem entretanto incorporar esta auto-crítica, que operou com uma visão muito pessimista do “público”, das suas formas de mobilização, comportamento, das suas subdivisões e tomadas de posições políticas. Em lugar, todavia, de partir desta reconhecida opacidade da noção de público, que infelizmente, para ele, muitas vezes se confunde com a de “massa” - o que denuncia claramente a ausência de familiaridade teórica com um campo caro, por exemplo, à sociologia política, à sociologia da cultura, essencial, por sua vez, a qualquer esboço de uma atual configuração do espaço público - ; em lugar de procurar identificar as instituições, os movimentos, os procedimentos de formação de opinião dentro deste espaço, Habermas toma a categoria, em toda a sua indecifrada complexidade interna como elemento dentro do que deve ser ainda, para o autor, o eixo explicativo do que se coloca como o problema mais abrangente, qual seja, a permanência da exigência normativa das democracias deliberativas de

¹¹⁵ HABERMAS, Jürgen. “Further Reflexions on the Public Sphere”, em CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Op. Cit., p.437. Tradução da autora, do trecho “the public sphere, simultaneously prestructured and dominated by the mass media, developed into an arena infiltrated by power in which, by means of topic selection and topical contributions, a battle is fought not only over influence but over the control of communication flows that affect behavior while their strategic intentions are kept hidden as much as possible.”

um espaço público com funções políticas. O eixo para esta reflexão, segundo Habermas continua sendo o que foi posto no texto original de 1961, consiste no que deve vir a ser uma “teoria contemporânea da democracia” que ofereça saídas para as condições nas quais talvez possa “emergir um interesse geral do tipo ao qual uma opinião pública possa referir-se como critério”.¹¹⁶

Sugere então alguns percursos para o desdobramento teórico deste eixo. Um deles poderia apoiar-se em normas corporificadoras de uma possível “universalização de interesses”. Para tanto, deveria haver um processo simultâneo de “institucionalização de práticas de debate público racional”, legalmente asseguradas e de tal sorte a imunizar seu espaço e dinâmica de intervenções estratégicas de grupos de interesse. Tudo isto, entretanto, segundo o autor

“requer mais do que garantias do Estado constitucional; isto também precisa do espírito de apoio de tradições culturais e modelos de socialização, de uma cultura política e uma população acostumada à liberdade”.¹¹⁷

Esta linha de sugestões termina, entretanto, em dúvida sobre a possibilidade de que se rompa o circuito contemporâneo dos “mass media” e delega à pesquisa empírica o papel inicial de averiguação das condições de constituição destes procedimentos regeneradores do espaço público político. Outro caminho, por fim, mantém-se nas linhas gerais da sua teoria da ação comunicativa. Habermas sugere um procedimento reconstrutivo identificador dos potenciais racionais intrínsecos às formações culturais e sociais. Isto levaria ao evidenciamento da “relativa autonomia estrutural e a história interna de sistemas culturais de interpretação.” Por este caminho, segundo Habermas, eliminar-se-ia a necessidade de construção de modelos de movimentos

¹¹⁶ HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit., p.324. Citado pelo autor em “Further Reflexions on the Public Sphere”. Op. Cit., tradução da autora do trecho “the unresolved plurality of competing interests makes it doubtful whether there can ever emerge a general interest of the kind to which a public opinion could refer as a criterion.” p.441.

¹¹⁷ HABERMAS, Jürgen. “Further Reflexions on the Public Sphere”. Op. Cit. Tradução da autora do trecho “a public sphere that functions politically requires more than the institutional guarantees of the constitutional state; it also needs supportive spirit of cultural traditions and patterns of socialization, of the political culture, of a populace accustomed to freedom.” p. 453.

e instituições específicas de um período histórico. Este percurso, em gradações diversas e não especificamente preso à rubrica teórica da busca de potenciais racionais é o que tem sido trilhado por muitas linhas contemporâneas de reflexão da sociologia da cultura, em particular no campo do que se denominou de “estudos culturais”. É na intersecção possível destas expectativas teórico-metodológicas que se pode esboçar avanços sobre os impasses deixados pelo acervo de proposições firmadas por Habermas.

Um dos principais entraves não compreendidos propriamente pelo autor, apesar das considerações feitas sobre o intrínseco potencial emancipatório das estruturas de comunicação, mas dado como principal responsável pelo embotamento das funções políticas do espaço público contemporâneo, consiste no que se assemelha, em suas descrições, à presença maciça, intransponível, irremovível e indissolúvel dos “mass media” do centro do espaço público, como um gigante controlador de seus elementos, relações, fronteiras e dinâmica interna. Esta figura adquire tais contornos no imaginário habermasiano sobretudo porque ele, no afã de comprovar historicamente a efetivação de uma nova ordem de regulação da vida política moderna, trabalhou com uma noção de natureza e finalidade das instituições de comunicação restrita às evidências do que foi primordialmente o seu desempenho público - no caso, essencialmente político, crítico, reformador e revolucionário - no período específico de confronto da vontade política burguesa com as estruturas monárquicas de poder dominantes.

Um dos exemplos a que recorre para demonstrar a inversão estrutural do espaço público consiste na oposição entre a “imprensa política” e “imprensa de negócios”. Cada uma supostamente representativa da condição, respectivamente, integrativa e desintegrativa do interesse público comum. A simplicidade desta oposição obscurece o espectro de variáveis que institucionalizaram historicamente a natureza e abrangência da atuação social das estruturas de comunicação. Este problema se ramifica basicamente em questões relativas, primeiro, à origem destas estruturas e, dentro dela, ao que concerne à precedência da finalidade informativa sobre a opinativa, ao controle de agentes privados e à dependência de suportes materiais manipuláveis sob

condições dadas para além do espaço essencialmente interativo da vida cotidiana. Relativas, em segundo lugar, às formas de diferenciação e inter-relação institucional com as esferas de conhecimento emergentes durante os séculos XVIII e XIX e, dentro disso, às estratégias de auto-legitimação num terreno que se poderia situar, a princípio, como intermediário entre o que Habermas denomina de mundo sistêmico e mundo da vida, se for possível ainda manter uma linha divisória entre eles. E também relativas à expansão do público interlocutor e às suas pluralizações de intervenções e demandas, fragmentações, processos de emancipação, aprendizagem e participação na referencialidade interna às estruturas de comunicação. Estas são questões complexas e centrais na redefinição do que se pode contemporaneamente vislumbrar como o lugar e a ação institucional da comunicação no espaço público das sociedades de capitalismo avançado.

Quando se investiga a origem histórica das instituições de comunicação, cuja estrutura precursora foi a imprensa, observa-se que finalidades de natureza propriamente política só foram esboçadas a partir de um certo estágio de seu desenvolvimento interno. Anteriores a elas encontram-se formas discursivas cujas intencionalidades eram de ordens diversas. O que conferia o caráter de novidade e especificidade a estas práticas comunicativas era, fundamentalmente, a construção de uma referencialidade sobre a vida social feita a partir de seleções de eventos, narrativas, processos e experiências passíveis de interesse e compartilhamento por um número indefinível de indivíduos contemporâneos a estas representações.

Resumindo aqui o que já foi objeto de reflexão em estudos preliminares a este trabalho, observa-se que a informação já nas suas primeiras configurações institucionais continha atributos tais como o de ser: a) um elemento de comunicação entre indivíduos privados; b) produto de uma prática originária do terreno das necessidades, interesses e atividades privadas de indivíduos, criada e mantida por eles; c) um recurso de atualização da ação e iniciativas privadas de indivíduos nas suas relações com o contexto social em geral; d) um relato perecível, baseado em fatos da atualidade imediata, de caráter transitório, de certa durabilidade e de teor específico, pouco abrangente e localizado; e) um relato específico que requer já uma certa

competência para ser elaborado; f) uma prática que exige a edificação de uma estrutura material e organizacional capaz de operacionalizar e sistematizar os procedimentos de coleta, seleção, redação e distribuição de informações; que requer critérios internos de seleção e edição de dados conforme certas perspectivas sobre a realidade; g) uma prática que demanda o domínio de certas habilidades manuais e mentais, conhecimentos de processos sociais, educação formal e disposição de envolvimento neste tipo emergente de atividade produtiva (intelectual e econômica).¹¹⁸

Desde o século XI já circulavam, de modo disperso, localizado e irregular, manuscritos sobre eventos ocorridos em lugares distantes. Séculos depois, surgiram sistemas de intercâmbio privado de correspondências de teor comercial, os primeiros correios e centros de troca de informações, geralmente nas mesmas cidades de grande movimentação financeira e de mercadorias. A partir do século XV apareceram os primeiros jornais, com seções diversas sobre assuntos comerciais, comunicados religiosos e monárquicos, descrições de guerras, acidentes, catástrofes, eventos fantásticos, histórias populares e outros tantos relatos singulares. A emergência do conceito de notícia no contexto destas publicações é entendida por muitos autores, inclusive por Habermas, como uma decorrência das atividades de impressão; lugar e meio pelo qual os proprietários de tipografias auferiam um lucro paralelo à impressão de epístolas comerciais, livros, folhetos, etc. Deste ponto de vista, a notícia seria a filha bastarda destas publicações e menos louvável também seria a esfera pública daí originária, que assim deve seu nascimento, sobretudo à ambição de lucratividade de um pequeno segmento de artesãos tipográficos. Talvez remonte a esta época o desprezo a que tanto se sujeitou a prática jornalística nas suas diversas formas históricas. A interpretação de Habermas sobre as razões que deram origem à notícia e ao seu respectivo público são exemplares. Segundo ele,

¹¹⁸ Considerações gerais sobre a origem e o desenvolvimento da informação nas sociedades modernas foram elaboradas em fase preliminar a este trabalho, já com a intenção de dar resposta aos impasses teórico-analíticos da categoria habermasiana de esfera pública burguesa. Seus resultados estão pressupostamente incorporados aos termos da presente argumentação. Vide RIBEIRO, Lavina Madeira. Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação. Op.Cit. Em particular, o ensaio “Considerações sobre a Origem Histórico - Sociológica da Informação e sua Contemporânea Conformação Institucional”, pp. 26-62.

“toda informação epistolar tem o seu preço, está, portanto, muito próximo querer aumentar o lucro mediante o aumento da tiragem, já por isso, uma parte do material noticioso disponível é periodicamente impresso e vendido anonimamente passando a ter assim, caráter público.”¹¹⁹

Acredita-se, entretanto, como já foi dito em estudo anterior, que as condições que possibilitaram o surgimento da notícia e de um novo público leitor não concernem própria e primordialmente à suscetibilidade da informação ao tratamento mercadológico, mas ao fato de que com as mudanças ocorridas no cenário da vida urbana produtiva das sociedades modernas, ampliou-se significativamente o número de indivíduos interessados nestas informações publicadas confidencialmente. Este primeiro tipo de interpretação não explica as razões de difusão dos tipos específicos de relatos emergentes nestes primeiros jornais ou a origem do público que eles inauguraram. Observa-se que a notícia dá origem a e resulta de um novo processo de comunicação de caráter público, ou seja, voltado genericamente para os integrantes de um novo tipo de interação social. Ela é uma criação histórica específica dos contextos urbanos das emergentes sociedades modernas europeias. A notícia se institucionaliza como bem público porque consegue progressivamente comprovar-se como fonte de referência genérica de procedimentos, normatizações e valores a serem reconhecidos, definidos, assimilados e sustentados por todos os indivíduos no curso de suas atividades e conceituações diárias. É no espaço específico do fornecimento desta referencialidade cotidiana que a notícia consolida historicamente a sua legitimidade institucional.

O desenvolvimento da imprensa se deve à dinâmica de expansão e diversificação de iniciativas produtivas e intelectuais individuais e grupais, que faz os contornos das feições da vida urbana, advindos do crescimento das cidades, do comércio, da produção de mercadorias, das interligações entre localidades culturalmente distintas. Os fatos e interpretações gerados neste ambiente heterogêneo e em movimento passam a ser referentes cada vez mais necessários à integração e organicidade deste ambiente, à orientação de um número

¹¹⁹ HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Op. Cit., p.35.

crescente de indivíduos oriundos de ordens tradicionais fechadas, que agora fazem e sofrem os influxos desse novo processo social. Assim, as notícias não se confundem com as representações da jurisprudência natural ou religiosa. Elas têm origem nos elementos novos criados na esfera privada das sociedades modernas em formação. Esta é uma característica que lhe garante um lugar específico no terreno das instituições seculares criadas por estas novas sociedades. Cabe à imprensa o registro do que H. Arendt definiu como a “emergência da esfera do social ao plano do interesse público”.¹²⁰

Este registro foi sempre evidentemente parcial, seletivo e vinculado às correlações de forças políticas, econômicas e culturais predominantes e mutáveis em qualquer período histórico. Esta permeabilidade instável e desigual à presença dos diversos elementos constitutivos da processualidade social moderna explica as diversas configurações institucionais que assumiu historicamente nos distintos contextos territoriais em que se difundiu. Daí a variabilidade de temáticas e padrões de noticiabilidade ou gêneros discursivos empiricamente observáveis em contextos históricos específicos. Em certas regiões européias, a imprensa conviveu com a forte intervenção policial dos Estados absolutistas, serviu, em certos períodos, como mera porta-voz dos seus interesses. Outras modalidades sustentaram-se economicamente explorando o imaginário fantástico de públicos localizados e outras puderam agir com certa margem de autonomia discursiva.

A partir do século XVIII, a prática jornalística foi incorporada, enquanto recurso, por grupos e movimentos de caráter literário e, posteriormente, político, emergentes em muitas cidades européias. Paralelo aos padrões já existentes, surgiu o que se chamou de jornalismo literário e político com grande poder de integração e mobilização das camadas sociais com acesso à formação educacional. Estes padrões fazem parte, segundo Habermas, das formulações objetivas da esfera pública burguesa, respectivamente, como “esfera pública literária” e “esfera pública política”. Isto não significa que a imprensa tenha abandonado suas funções noticiosas e padrões historicamente

¹²⁰ ARENDT, Hannah. A Condição Humana, RJ, Forense Universitária, 1983.

criados. Esta observação é particularmente vital ao retorno à análise histórico-sociológica institucional da comunicação no Brasil.

Uma das críticas feitas à reconstrução habermasiana da esfera pública burguesa nestas configurações literária e política, consiste na identificação de uma negligência do autor em relação à falta de reconhecimento da diversidade de padrões discursivos existentes no espaço desta publicidade intersubjetiva em construção. Habermas, de certa forma, idealizou um tipo de finalidade institucional da imprensa, de caráter essencialmente crítico e político, sem perceber que esta era apenas uma das suas potencialidades, a qual, por razões historicamente datáveis, foi expressivamente explorada, mas que não esgotava em si o espectro de possibilidades discursivas da prática jornalística. Ela apenas refletiu o prestígio e importância do campo político numa época envolta na formulação de novos critérios de normatização da vida em sociedade.

02. NOVAS CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS DA IMPRENSA NO BRASIL

No caso específico da origem e desenvolvimento da imprensa no Brasil, o jornalismo político antecedeu o jornalismo literário o qual, por sua vez, cresceu juntamente com o jornalismo noticioso fundado em critérios discursivos internos e bases econômicas de auto-sustentação. O jornalismo político, durante o séc. XIX, inaugurou e dinamizou uma esfera pública de presença decisiva nos rumos político-jurídicos das instituições nacionais. Mas ao mesmo tempo que este padrão jornalístico, como já foi visto, tinha fontes diferenciadas de manifestação, comportando-se, muitas vezes, como exclusivo instrumento do fazer político, outras formas de produção jornalística emergiam com intenções muitas vezes explícitas de operar

numa área institucional própria, ancoradas em critérios internos de noticiabilidade e de opinião.

O *Jornal do Commercio*, criado em 1827, na cidade do Rio de Janeiro, foi um dos jornais pioneiros neste esforço de delimitação de um lugar institucional próprio de atuação pública, aparentemente desvinculado das demais instituições políticas existentes. Retomava em certa medida, padrões discursivos semelhantes aos praticados outrora pelo *Correio Braziliense*. É sintomático o fato de seu fundador, Pierre Plancher, ser um tipógrafo, como outros franceses que se estabeleceram no Brasil com suas máquinas de impressão e pequenas oficinas onde se imprimiram grande parte das publicações da época, sendo eles próprios, por vezes, autores de algumas das folhas políticas em circulação.¹²¹

O jornal tinha uma orientação interna de auto-sustentação financeira. Comportava um quadro de redatores responsáveis pelo noticiário econômico, nacional e estrangeiro e pela captação de anúncios. Além disso, incorporou progressivamente gêneros discursivos diversos, respectivos a uma ampliação do leque temático e das suas formas de tratamento. Politicamente, o jornal optou por uma linha editorial isenta do passionalismo e da agressividade comuns ao jornalismo político do período pré-imperial. Isto lhe valeu o atributo de jornal conservador, moderado e governista. Passou à historiografia como o periódico mais tradicional da imprensa fluminense, lugar de resistência às forças políticas críticas aos ministérios no poder do período imperial. A chamada “sisudez” do seu jornalismo político, opinativo e analítico conseguiu, entretanto, conviver, nas décadas finais do século XIX, com os folhetins, com o crescimento dos textos informativos, dos anúncios e com o jornalismo literário. No começo do século XX, já com novo proprietário, era um dos jornais mais vendidos e o que mais circulava no meio político “oferecido nos hotéis e salões aos freqüentadores”.¹²² Segundo C. Neto,

¹²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit. Conforme o autor, “os Plancher, os Seignot, Picot, Mongenot, Villeneuve eram figuras comuns no comércio fluminense, inclusive no ramo, pouco promissor, da tipografia. Alguns preferiam fazer jornais governistas, outros, o inverso.” p. 110.

¹²² _____. Op. Cit., p. 112.

“ o vovô da nossa imprensa marchando para o segundo centenário, veio da monarquia e se adaptou à República, sem perder um milímetro da sua força, do seu prestígio. Era diferente de todos os jornais: no formato enorme, na paginação de colunas largas, no estilo conservador, na extensão das matérias. Mas, com aquela fisionomia pesadona e com o peso fora do comum de cada exemplar era sempre o *Jornal do Commercio* (...) surgiu com a finalidade de consagrar-se à defesa dos interesses do comércio, tornou-se o órgão autorizado das classes conservadoras e foi no passado, durante muitas décadas, a folha oficiosa do governo (...) suas colunas tinham diariamente a colaboração de altas figuras das finanças, da economia, das letras, da política e das ciências em geral(...) não sendo um jornal popular, era, no entanto, conhecidíssimo. Para isso concorriam muitos fatores: antigüidade, repercussão das notas políticas atribuídas ao oficialismo, e comentadas por toda a imprensa, e informação de tudo - comércio, indústria, atos oficiais, assuntos econômicos e financeiros, política, movimento do porto, como a entrada e saída dos navios, noticiário forense, do Congresso, artes, vida associativa e literária, fatos policiais, enfim, todo e qualquer assunto relativo à vida do país, bem como do estrangeiro.”¹²³

A passagem do jornalismo político-partidário para um jornalismo ainda com larga cobertura na área política, mas também informativo, literário e apoiado em bases editoriais e financeiras próprias coincide com a progressiva ampliação e heterogeneização do espaço público. O que Habermas interpreta como sua *inversão*, foi, mais propriamente, no caso brasileiro, um processo de desvinculamento parcial entre o espaço institucional da imprensa e aquele próprio da política, num período em que se desenvolviam simultaneamente mudanças qualitativas irreversíveis nas condições concretas de vida das grandes cidades brasileiras.

Fixando-se em bases comerciais, incorporando novos recursos materiais e técnicos disponíveis, voltando-se para um público diferenciado da restrita elite política nacional, o jornalismo brasileiro foi, aos poucos, delimitando a especificidade do seu próprio espaço institucional. Os procedimentos pelos quais procurou abranger as novas fronteiras deste público nascente não podem ser interpretados exclusivamente à luz das suas necessidades financeiras, e também não implicaram no abandono da argumentação política. Além disso, não

¹²³ CARVALHO NETO, Manuel C. de. *Norte, Oito Quatro*. RJ, Biblioteca Nacional, 1977, pp. 6-7.

apenas o jornalismo político se ressentiu da concorrência com outros gêneros discursivos na ocupação do espaço das páginas impressas e vendidas. O jornalismo literário como será visto, sofreu também as pressões deste desvinculamento, visível na progressiva passagem das publicações integrais de contos, poesias, romances e folhetins para os artigos ligeiros, a informação cultural e as crônicas sociais e de costume.

¹²⁴

A urbanidade fluminense expressava estas mudanças materiais do país. Conviviam uma pluralidade de atividades, discursos e expectativas que inauguraram a experiência da modernidade e provocaram mudanças substantivas nas instituições da esfera pública. Transformações advindas não apenas dos dados demográficos e materiais, mas, sobretudo, do novo ritmo impresso à sociabilidade e à diversificação de interesse e iniciativas. É contemporâneo deste ambiente o primeiro jornal “popular e barato”¹²⁵ fluminense, inaugurado em 1875: a *Gazeta de Notícias*. Ela concerne a uma espécie de produto resultante dos novos atributos e expectativas da vida urbana - pública e privada - da cidade. O conceito de *popularidade*, neste caso, é relativo ao exercício, praticamente inédito, de uma política editorial francamente voltada para o diálogo com as camadas médias da sociedade - pequenos e médios comerciante, profissionais liberais, estudantes, mulheres - no nível de abstração, no ritmo e diversidade próprios aos seus interesses. J. Veríssimo registrou em 1900 o aparecimento da *Gazeta* em 1875 como a inauguração no Brasil do

“ jornal barato, popular, livre de compromissos partidários ou semelhantes, e também o jornal fácil de fazer, sem sistema na distribuição das matérias, à portuguesa. Escritores dos mais estimados, e realmente distintos, do tempo, dando a sua colaboração à *Gazeta* a tornaram querida em todo o país, onde a sua grande liberdade de apreciações e conceitos, a sua veia espirituosa, a sua variedade e leveza a fizeram popular.” ¹²⁶

¹²⁴ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*. 2ª ed., RJ, Departamento de Imprensa Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 124.

¹²⁵ MAUL, Carlos. *Grandezas e Misérias da Vida Jornalística - Memórias*. RJ, Liv. São José, 1968, p.33.

¹²⁶ VERÍSSIMO, José. *LIVRO DO CENTENÁRIO (1550-1900)*. RJ, Imprensa Nacional, 1900, p.41.

A noção de *imprensa popular* tem, neste jornal, a sua primeira formulação mais acabada. Neste momento, ela se define por oposição ao discurso “sisudo”, longamente opinativo e analítico do jornalismo político, reconhecido então como a mais legítima forma de manifestação pública. Opõem-se aos grandes temas da identidade política nacional debatidos na tradição jornalística do período imperial os então assuntos ligeiros, corriqueiros, imediatos e, principalmente, variados, próprios à esfera de uma experiência privada nova, em estado de latente demanda de tematização num espaço intersubjetivo de discursividade pública. Opõem-se também aos padrões discursivos opinativos e, sobretudo, analíticos, detalhados e técnicos os padrões de um emergente jornalismo “leve”, “espirituoso”, “superficial”, “frívolo” e “despretensioso”. O que a noção de *popular* parece indicar neste estágio é o prenúncio do início de um longo processo de incorporação de setores novos da população brasileira no circuito de uma interatividade pública, sob condições e com expectativas entretanto, muito distintas do que até então configurou-se como a estrutura e finalidade desta prática no país.

Foram as instituições de comunicação que, historicamente, em boa medida, forjaram esta via de acesso e interatividade com o grande público. Este processo coincidiu com a sua auto-delimitação institucional e sem uma presença coerciva extrema ou co-responsável de outras instituições sociais públicas ou privadas além daquelas de natureza educacional, cujos braços, entretanto, atingiam de forma bastante desigual, em termos de socialização, as diferentes camadas sócio-econômicas do país. Quanto mais distantes estas estivessem da fundação agrária e aristocrática, das atividades do grande comércio exportador e importador e da indústria nascente, menos sujeitas ficavam aos parâmetros de comportamento promovidos pelo ambiente educacional. Este grande público, heterogêneo em seus recursos materiais e em suas expectativas de localização e mobilidade sociais, não dispunha dos referenciais que orientaram a tematização da relação Estado e sociedade durante o período de construção política de suas identidades, valores e normas. A falta desta tradição de participação política os impediu de solidarizarem-se com padrões discursivos criados e mantidos por uma camada restrita de intelectuais e políticos. Somente alguns setores deste grande público emergente se interessaram em

aderir às últimas grandes causas do jornalismo do período imperial, como a abolição e a República.

O quadro político, cultural e social da vida urbana na cidade do Rio de Janeiro, na passagem para o século XX, revelava um estado de transição rumo a uma complexidade que não garantia, entretanto, adequação aos padrões do que se poderia chamar de sociedade burguesa ou sociedade industrial. Entre os anos de 1872 a 1880, a população do Rio de Janeiro praticamente dobrou, passando de 226 mil a 522 mil habitantes. Na década seguinte, somaram-se a este número, entre imigrantes e migrantes, mais 200 mil. Este rápido crescimento populacional, alimentado pela imigração (30% da população era de estrangeiros, dos quais 70% eram portugueses) implicou na ampliação significativa da base da pirâmide ocupacional (1,1% composta por banqueiros, capitalistas e proprietários; 27,4% por profissionais liberais, técnicos, comerciantes e funcionários públicos; 25% por operários do Estado, das novas indústrias têxteis e do setor de transportes e 46,5% de empregados domésticos, jornaleiros e sem ocupações definidas). Segundo J.M. de Carvalho,

“O acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa, domésticas, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas, chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas.”¹²⁷

Politicamente, excluídos os menores de 21 anos, os analfabetos e as mulheres - e sem as restrições do voto censitário - menos de 20% da população estava apta a votar e desta parte, apenas 7% votou nas primeiras eleições diretas para presidente de 1894 e 13% para o Congresso em 1896. Conforme J.M. de Carvalho,

“as coisas não mudaram muito com o passar do tempo. Nas eleições presidenciais de 1910, 21 anos após a proclamação da República, havia no Distrito Federal 25.246 eleitores, isto é, 2,7% da população

¹²⁷ CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que Não Foi. SP, Cia. das Letras, 1987, p.17. Dados ocupacionais citados pelo autor, conforme censos de 1890 e 1906, p. 75.

calculada para este ano. Apenas 8.687 compareceram às urnas, isto é, 34% dos eleitores e 0,9 % da população total. Computando somente os votos apurados - a química eleitoral da época conseguia anular muitos votos - verificamos que representavam 18 % dos eleitores e 0,5% da população total. Pode-se dizer que a República conseguiu quase literalmente eliminar o eleitor e, portanto, o direito de participação política através do voto.”¹²⁸

As fraudes eleitorais, as punições governamentais, a violência aberta faziam com que grande parte da população preferisse não participar da “fantasia” da soberania popular representativa. Movimentos, imprensa e partidos operários despontaram seja por iniciativa de setores do operariado, de intelectuais positivistas, socialistas, anarquistas e de militares. Mas nenhum teve vida longa, ou porque os republicanos reagiam a mudanças nas regras do jogo político ou porque as várias correntes não conseguiram superar seus próprios impasses conceituais e estratégicos. O que predominou foi a cooptação dos militares, do funcionalismo público e de vários setores da classe operária e dos profissionais liberais - inclusive a imprensa - com o Estado na busca corporativa direta de privilégios econômicos sem recorrência ao aval da esfera pública. A participação política popular era localizada e dissolvia-se no desenlace do próprio conflito. Socialmente, entretanto, a população comparecia em peso às festividades religiosas, ao carnaval, às associações de ajuda mútua. Recortava-se em comunidades de alta solidariedade no espaço das colônias de imigrantes, dos cortiços e dos subúrbios. Segundo J.M. Carvalho, a convivência de elementos da tradição cultural do Império com os da tradição liberal individualista, nos contatos entre classes distintas no interior destas comunidades solidárias fez com que a população fosse

“construindo algumas ocasiões de auto-reconhecimento dentro da metrópole moderna que aos poucos se formava. A grande festa da Penha foi tomada do controle branco e português por negros, ex-escravos, boêmios; as religiões africanas passaram a ser freqüentadas por políticos famosos (...), o samba foi aos poucos encampado pelos brancos, o futebol foi tomado aos brancos pelos negros. Movimentos de

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p.86.

baixo e de cima iam minando velhas barreiras e derrotando as novas, que se tentavam impor com a reforma urbana”.¹²⁹

O contraste entre os integrantes da esfera pública política do período imperial e o que se vislumbra como integrantes potenciais da esfera pública política e cultural das duas décadas pré-republicanas em diante é visível na convivência de padrões jornalísticos com as mais distintas orientações. A imprensa panfletária encontrava ainda forte eco nos debates públicos do final do século, envolvida nas polêmicas em torno da abolição, da escravatura, da questão militar e das idéias republicanas. Existiam também pequenas publicações sobre assuntos específicos, sem sustentação financeira e de curta existência. Novos jornais de forte orientação política também apareceram nesta época, na linhagem daqueles jornais criados para defender ideais de grupos, partidos e personalidades, como, por exemplo, *O Paiz* (1884 - 1930), dirigido por Quintino Bocaiúva; *A Imprensa* (1898 - 1914), de Ruy Barbosa; *A Gazeta da Tarde* (1880 - 1901) e a *Cidade do Rio* (1887 - 1902), de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio; *A Reforma* (1869 - 1879), defensor do partido liberal; *A Nação* (1872 - 1876), do partido conservador e *A República* (1870 - 1874), do movimento republicano.

A maioria destes jornais, entretanto, já não se confundia com a publicação essencialmente político-partidária. Simultânea à participação ativa na esfera pública política, muitos deles se dispunham também como empreendimentos auto-sustentáveis. Tinham já uma estrutura interna responsável pela sua manutenção para além da ambição política manifesta. Isto significou a presença de padrões jornalísticos mais diversificados, a separação entre opinião, informação, literatura e publicidade. Significou também a presença de um corpo de jornalistas com divisões de atribuições, hierarquias, ritmos de produção; uma definição de estratégias editoriais e todo um conjunto de procedimentos necessários à continuidade temporal dos jornais e à manutenção e ampliação do público-leitor. Os autores dos textos opinativos, por sua vez, já não tinham vínculo exclusivo com uma só publicação. Eles assumiam e abandonavam as chefias editoriais de jornais, ou levavam suas colunas de um para outro no decorrer de entendimentos provisórios, onde se percebe que os jornais já não se

¹²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. Op. Cit., p.156.

confundiam necessariamente com os jornais políticos precedentes justificáveis, sobretudo, pela intencionalidade de seus autores. A imprensa já tinha estrutura e dinâmica relativamente próprias, à medida que partia dela, de forma crescente, a iniciativa de reunir nomes - políticos, jornalistas, artistas, literatos - capazes de consolidar sua aceitação pelo grande público. Os jornais de maior circulação eram aqueles que, de certo modo, conseguiam, por um lado, agregar nomes que tinham repercussão pública e, por outro, que ampliavam formas e conteúdos criando um espaço de referência e atualização mais próximo da diversidade de interesses e expectativas em andamento no meio urbano.

É interessante observar este movimento de autores na imprensa e suas disposições particulares de maior ou menor flexibilização discursiva no contato com este processo de auto-delimitação institucional da imprensa. Carlos de Laet, por exemplo, escreveu uma coluna sob o pseudônimo de *Nec* no *Diário do Rio de Janeiro*, de junho de 1876 à janeiro de 1878. Neste mesmo ano escreveu também n' *O Cruzeiro*. Segundo A. Chediak,

“de 16 de junho de 1878 a 24 de junho de 1888, Laet redigiu para o *Jornal do Commercio* o “Microcosmo”, folhetim semanal publicado aos domingos, nos mesmos moldes de sua colaboração nos jornais anteriores. Tudo se comportava nessa crônica: religião, história, educação, teatro, concerto, literatura, filosofia, crítica, necrológio, a vida política do País, especialmente da Corte, os acontecimentos mundanos da cidade do Rio de Janeiro, tudo isso ia registrando Laet no rodapé (...) Em abril de 1888 elaborou um “Microcosmo” para *A Época*, periódico quase todo redigido por João Ribeiro. Em dezembro de 1888 fundou a *Tribuna Liberal*, órgão do Gabinete Ouro Preto (...). A 20 de dezembro de 1889 fecha-se a *Tribuna* e Laet, já então seu redator-chefe, foi preso. Em janeiro de 1889, Laet, o monarquista, reapareceu com o “Microcosmo”, em *O País*, reduto dos republicanos. Na véspera da proclamação da República, 14 de novembro, saía o último artigo de Laet no jornal de Quintino Bocaiúva. Sua atuação em *O País* foi a mesma que a do *Jornal do Commercio*.”¹³⁰

¹³⁰ CHEDIK, Antônio J. “Prefácio”, em LAET, Carlos de. *Obras Seletas*. Seleção e organização dos textos por Romero Senna. RJ, Agir. Fund. Casa de Ruy Barbosa; Brasília, INL, 1984. pp. 13-16.

Ruy Barbosa, como já foi visto, transitou por alguns jornais até criar o seu próprio, insatisfeito que estava com a convivência de seus artigos com outros padrões e orientações editoriais dos quais discordava. Isto não o levou, entretanto, a deixar de reproduzir seus artigos em jornais menores. José do Patrocínio, por sua vez, conforme analisou Barbosa L. Sobrinho, não conseguiu adaptar-se às mudanças em curso no conceito de prática jornalística. Segundo ele, “o aparecimento, em 1875, do jornal moderno - *Gazeta de Notícias* -, publicado por Ferreira Araújo, jornal barato, sem ligações partidárias, agitando todos os assuntos com vivacidade e procurando nos acontecimentos diários a nota sensacional” era incompatível com a noção herdada por muitos jornalistas sobre a necessária função política e crítica da imprensa. Ele mostra que

“na sua escola se formou o grande agitador do abolicionismo - José do Patrocínio. Mas este tribuno ardente não podia, pelas fatalidades do seu temperamento, seguir os processos de Ferreira Araújo. Considerar **o jornal como um fim**, preocupar-se com o que ele pudesse apresentar de interesse, de novidade e de “furo”, observando os acontecimentos sob o ponto de vista de seu interesse presente - eis ali manifestações a que não se subordinava o temperamento vigoroso e “*frondeur*” de José do Patrocínio.”¹³¹

Sutis diferenças alojadas num mesmo teto: o do jornalismo como instrumento e recurso do fazer político. Em José do Patrocínio prevalece a instrumentalidade mobilizadora, em Ruy Barbosa, a de caráter educativo, analítico e reflexivo, a de formação de princípios por uma intelectualidade que pensa a política e vê o jornal como instrumento de difusão destes princípios.

Como já foi descrito em estudo anterior,¹³² as duas décadas finais do século XIX são identificadas pela historiografia brasileira como o período denominado de primeira fase de industrialização ou, adotado como sinônimo, de modernização, da imprensa brasileira. Esta denominação pretende abranger processos relativos à assimilação de

¹³¹ SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Problema da Imprensa*. RJ, Anuário do Brasil, 1923, pp. 123-124.

¹³² RIBEIRO, Lavina Madeira. *Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação*. Op. Cit.

novos recursos materiais de impressão, à criação de uma infra-estrutura de produção mais sofisticada, à preocupação de racionalização da estrutura organizacional interna dos jornais responsável pela coleta, redação e edição de textos, desenvolvida com base numa crescente diferenciação e especialização de funções, ou seja, com uma política de qualificação profissional, resultante da demarcação do perfil do profissional de jornalismo, em suas diferentes, delimitadas e hierárquicas funções e relações de subordinação, assim como em suas remunerações e critérios de ascensão profissional. Ainda à configuração das estratégias de distribuição, de lucratividade, de ampliação do público leitor, de pluralização temática e formal e também à definição interna da política editorial que orientava sua intervenção discursiva na esfera pública. Estes processos, entretanto, quando entendidos como indicadores de mudança de um padrão supostamente artesanal, para outro industrial, tendem a ser analisados em função do que neles implicou a origem do que se considerou nas análises de conteúdo, como a mercantilização da informação ou, nas análises institucionais, de formação de sistemas de produção massiva de informação, caracterizados pela supremacia das determinações tecnológicas, dos interesses de setores econômico e politicamente hegemônicos e da lógica produtivista do capitalismo.

O modelo artesanal que se opõe e antecede este modelo industrial se caracterizaria pela inexistência de uma política econômica interna voltada para uma auto-sustentação financeira, com características tais como uma publicidade inexpressiva; vendas por assinatura, aquisições na própria gráfica ou distribuição gratuita nas ruas; baixo investimento em aquisição de equipamentos gráficos e de papel, com tecnologia importada da Europa de acordo com as necessidades mínimas para a impressão; baixa tiragem; pequeno número de páginas, periodicidade irregular e de curta duração; número restrito de leitores; pequena estrutura organizacional interna com inexpressivos modos de coleta de informações, de hierarquização das funções e fusão destas e critérios de racionalização da produção baseados em fatores de estratégia e ação política e não em critérios de lucratividade e expansão do público-leitor. Isto tudo se compatibilizaria dentro do que Habermas descreveu como o processo de “inversão estrutural da esfera pública”.

Observados sob a lente dos dados históricos, esta oposição simplista entre modelo artesanal/industrial e o respectivo processo denominado de *industrialização* ou de *modernização* da imprensa deparam-se, entretanto, com uma série de elementos que lhes atribuem contornos muito específicos desnaturalizando as suas opacas generalizações explicativas e criando novas perspectivas para o impasse categorial disposto por Habermas.

Nas décadas finais do século XIX foram criados 746 jornais no Rio de Janeiro.¹³³ Deve-se pensar aqui em publicações dos mais variados fôlegos e intencionalidades, entre outros, panfletos, jornais de partidos, de grupos, de segmentos profissionais, de associações diversas e de imigrantes. Destes, menos de uma dezena tinham ambições e recursos materiais e humanos próximos ao que se caracterizou como responsáveis pela primeira configuração industrial da prática jornalística. Além do *Jornal Commercio* e do *Correio Mercantil* (1848-1868), poucos foram os jornais relativamente enquadráveis nos termos do denominado modelo industrial de produção jornalística. Entre eles, talvez, *O País*, instalado a princípio, conforme L. Edmundo, num

“casarão velho, sombrio, a pedir, como o seu companheiro de lado [*Jornal do Commercio*], a esmola de uma boa picareta, a graça de um desabamento, ou então, um incêndio providencial. Em cima está a redação, em baixo, a loja da gerência, com o seu longo balcão, as mesas da contabilidade e umas quatro ou cinco portas abrindo para a rua”.¹³⁴

O País dialogava diretamente com o mesmo público da *Gazeta de Notícias*. Entre os anos de 1885 a 1890, participou diretamente da campanha republicana pela pena do então diretor Quintino Bocaiúva. Era o jornal mais vendido depois do *Jornal do Commercio* e da *Gazeta de Notícias*. Além da intervenção no plano

¹³³ Conforme dados fornecidos por MALANGA, Eugênio em “Publicidade: Baluarte da Imprensa”, publicado no Caderno Comunicação & Problemas, Ano II. Vol. II, n.º 1, março, 1966. p.31.

¹³⁴ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. 5.º vol., 2ª ed, RJ, Conquista, 1957, p. 929.

político, *O País* tinha uma política editorial com forte ênfase no jornalismo literário, informativo e na publicidade. A partir da vitória republicana, manteve uma linha opinativa próxima e favorável aos governos eleitos. Ainda segundo L. Edmundo, Quintino Bocaiúva, mesmo afastado do jornal e eleito governador do Rio de Janeiro, vivia com o jornal

“no mais íntimo contato, uma estafeta do Palácio servindo de agente de ligação entre a curul presidencial da Praia Grande e a empresa da rua do Ouvidor, que vive a receber, diariamente, *sueños*, comentários, sugestões, escritos pela mão do mestre ou pela de seus secretários, carniça viva e succulenta para o editorial, sempre muito bem informado em coisas do governo.”¹³⁵

Nas três décadas em que foi publicado, posteriores a 1900, *O País* investiu em recursos infra-estruturais e organizacionais sem, entretanto, alterar sua linha editorial. Seu então proprietário, João Laje, valia-se, segundo a crônica e historiografia da época, sem restrições, dos subsídios permanentes do poder público e de outros artifícios para manter *O País* na faixa dos mais populares jornais do seu tempo. Investiu na compra de rotativas novas, inovou as técnicas de impressão com fotografias, construiu um prédio novo para o jornal, ampliou o corpo redacional, especializou suas funções e manteve autores como Artur Azevedo. Segundo L. Edmundo,

“ não se conhece, pelo tempo, cronista mais lido, mais popular. Pode ser que, pela imprensa, outros de maior brilho e mais talento existam e existem, com certeza. Essa popularidade, porém, que decide o sucesso da venda avulsa de um jornal, só Artur a possui, como ninguém. Dois fatores explicam o seu grande prestígio sobre as camadas populares: a indiferença que sempre revelou pela política, em primeiro lugar, depois, um verdadeiro culto à simplicidade. Não procura fazer literatura no que traça, mas, simplesmente, jornalismo. Escreve com clareza. E como tenha muito talento e muita graça, o que ele compõe avulta, sempre impressiona e garante sucesso.”¹³⁶

¹³⁵ EDMUNDO, Luiz. Op. Cit., p. 929.

¹³⁶ _____. Op. Cit., pp. 937-938.

Em 1887, foi lançado o *Diário de Notícias*, onde, por algum tempo, escreveu Ruy Barbosa e onde Silva Jardim desenvolveu seu republicanismo jacobino. Foi outro jornal a concorrer com *O País* e os demais pela atenção de um público mais ampliado, estruturando-se em bases auto-sustentáveis, com infra-estrutura própria. Em 1891, fundou-se o *Jornal do Brasil*, numa linha editorial intermediária entre o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. Por algum tempo foi favorável ao retorno da monarquia, na época em que Joaquim Nabuco chefiou a redação do jornal. Em 1892 foi vendido a uma sociedade anônima composta por portugueses comerciantes enobrecidos pelo Império, em 1894, à firma Mendes & Cia e, em 1904, a outra sociedade anônima. A troca repetida de proprietários não alterou a expectativa de inovar progressivamente seus recursos materiais, estratégias de venda e sua política editorial. O *Jornal do Brasil* foi um dos primeiros periódicos a investir em correspondentes no exterior (Alemanha, França, Bélgica, Itália, EUA, Portugal, Inglaterra) a receber notícias de agências internacionais (Havas), a ter seções especializadas, edições vespertinas, a publicar o jogo do bicho e anúncios pequenos na 1ª página, a fazer reportagens com repercussão (entrevista com os exilados em 1894; cobertura da revolta dos marinheiros em 6 edições diárias em 1910, e a conferência de Paz em Haia, em 1918, entre outras). Em termos operacionais, o jornal incorporou as inovações tecnológicas do período, como os clichês obtidos por zincografia, a impressão em cores, os linotipos, as máquinas de escrever. Em 1910 transferiu-se para uma nova sede e, em 1916, segundo N. W. Sodré, “tinha o maior parque gráfico da imprensa brasileira.”¹³⁷ Segundo L. Edmundo,

“ não há jornal, pela época, com um quadro de desenhistas e caricaturistas tão forte e numeroso (...) o que a folha publica estimulando o gosto por uma arte, entre nós, apenas conhecida através de semanários ilustrados, é um acontecimento notável. E em muitas coisas mais o “Jornal do Brasil” se notabiliza, pela época. Quem possui, pelo começo da centúria, as melhores máquinas de imprimir? O “Jornal do Brasil”. Que empresa monta, de forma regular, entre nós, a primeira oficina de gravura? A do “Jornal do Brasil”. Que jornal tem, primeiro, a idéia de se insurgir contra a estólida tradição do título solitário, morno, cediço, arejando-o, dando-lhe caráter, interesse, valor, com

¹³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit.

criação de irrequietos e sugestivos subtítulos? O “Jornal do Brasil”. O interesse que essas pequenas novidades acordam no espírito do público até então habituado às normas das velhas gazetas portuguesas! O jornal é vivo, novo, alegre e movimentado. O que possui de mau não é dele é do tempo. Herdou. Há rotinas que se herdaram e que ficam. Explora, a folha, como imprensa que se tem por moderna, escândalos com os quais, o público, constantemente, se entretém (...). É lembrança do jornal a secção modelar de palpites de bicho, com a *assinatura* - Joaninha, fonte fantástica de receita, logo imitada por todos os jornais. Quando a folha, porém, aumenta a tiragem, extraordinariamente, é pelo mês do carnaval. Tiragens estupendas! (...) Repórteres e redatores fazem a ronda dos blocos e cordões, publicando o nome de seus modestos diretores, dos carnavalescos que os freqüentam, dando em gravura cuidada, o estandarte social, a fachada da sede de modestas e pobres associações, promovendo concursos organizando prêmios ...”

138

Em 1901 surgiu o *Correio da Manhã*, com os recursos materiais deixados com o fechamento d’*A Imprensa*. Seus editoriais se auto-definiam como um periódico de oposição “em prol dos interesses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral.”¹³⁹ Era o jornal que, segundo A. Arinos “exercia papel de grande relevo, expressando o descontentamento da classe média.”¹⁴⁰ Lima Barreto manteve um diálogo crítico e literário rigoroso com o *Correio da Manhã*. Ele serviu como inspiração para uma das mais severas interpretações da prática jornalística da época, registradas no conhecido “*Memórias do Escrivão Isaias Caminha*”.

O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* destacavam-se pelo maior distanciamento dos interesses de grupos hegemônicos sem, entretanto, abrir mão do partidarismo. Suas políticas editoriais, de certo modo, apontavam para incorporações diversas da tradição. O primeiro, renovava-a substituindo grandes causas nacionais mais abstratas por causas políticas imediatas e locais tratadas de modo a sugerir um diálogo com um grande público politicamente ativo. O segundo, fazia da tradição o ponto de partida aferidor dos avanços técnicos, formais e temáticos alcançados, apostando numa imagem mais fluida do grande

¹³⁸ EDMUNDO, Luiz. Op. Cit., pp. 952 - 953.

¹³⁹ *Correio da Manhã*, RJ, de 15. 06.95.

¹⁴⁰ MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil*. Op. Cit., p.125.

público movido pela competência do seu livre-arbítrio e pela particularidade de suas afinidades individuais. Segundo Carvalho Neto, sobre o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*,

“O primeiro, ainda com poucos anos de existência já figurava entre as maiores forças da imprensa do país. Seu fundador, Edmundo Bittencourt, jovem advogado antes quase desconhecido, imprimiu-lhe desde o primeiro número uma orientação de tal forma independente que não tardou o jornal a polarizar a simpatia do povo. Suas companhas, de cunho nitidamente popular, alcançavam grande repercussão na cidade e no país, abalavam os exploradores do povo e inquietavam os responsáveis pela política dominante. O nome de Edmundo Bittencourt tornou-se assim uma legenda de bravura, de intrepidez. Os velhos costumes políticos, com os seus vícios, as oligarquias crônicas, tão nocivas às instituições democráticas e ao progresso nacional, tiveram-no pela frente num combate sem tréguas. O *Correio da Manhã* crescia dia a dia na simpatia do público (...) o JORNAL DO BRASIL, com dez anos a mais de existência do que o CORREIO, havia ampliado e consolidado sua influência na opinião pública com a linha de independência que adotara. Seu contato com o povo, desde a fundação, era através do farto noticiário dos acontecimentos que ocorriam na cidade e fora dela e de acolhida dada a tudo que se relacionasse com o interesse coletivo. Manteve mesmo durante muitas décadas uma seção popularíssima: (O próprio *Jornal do Brasil* era cognominado ‘O Popularíssimo’) ‘Queixas do Povo’, substituída pelas ‘Cartas dos Leitores’, onde, num critério louvável, são hoje inseridas até as críticas ao próprio jornal. Suas reportagens eram excelentes e o serviço informativo local, do interior e do exterior, do melhor que havia na época. O corpo redacional já se distinguia pelo número de nomes brilhantes de que se compunha. A política ocupava muitas colunas das suas edições. Além dos debates sempre agitados, tempestuosos, nas duas casas do Congresso e no então Conselho Municipal, as conversas de bastidores, os mexericos, as maliciosas ardiduras contra adversários e até mesmo entre correligionários, no desejo de anular uns aos outros, eram magistralmente aproveitados pelos hábeis redatores especializados que ofereciam aos leitores, sob o título de ‘Coisas da Política’, mantido ainda pelos dias que correm, deliciosos ‘pratinhos’ tão ao sabor da gula popular.”¹⁴¹

De acordo com a análise de N. W. Sodré, o jornalismo deixou de ser um empreendimento individual. Isto levou à queda, nos anos seguintes, do número de periódicos criados. Segundo ele, a imprensa definiu seu lugar e função:

¹⁴¹ CARVALHO NETO, Manuel. Op. Cit., p. 143.

“vendia informação como se vendia outra qualquer mercadoria. E a sociedade urbana necessitava de informação para tudo, desde o trabalho até a diversão (...). As folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas, com estruturas específicas, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função.”¹⁴²

Esta é a linha interpretativa predominante nos estudos brasileiros sobre o processo que Habermas denomina de “inversão estrutural da esfera pública”, mas que aqui será entendido como o processo de auto-delimitação institucional da comunicação. Visto deste modo, abrem-se possibilidades analíticas capazes de ingresso em níveis mais aprofundados de observação do lugar e da especificidade de intervenção social da imprensa nas estruturas da vida cotidiana das populações urbanas do país. O relevo ao caráter supostamente predominante da intencionalidade comercial da prática jornalística apresenta-se, neste aspecto, como um escudo inviabilizador da compreensão do lugar e intervenção sociais próprios da imprensa. Inviabiliza, por exemplo, algo de extrema importância para a visibilidade das condições nas quais se operacionalizaram historicamente os princípios e procedimentos próprios à esfera pública política. Da perspectiva descrita por Sodré, os elementos de continuidade desta esfera política ter-se-iam praticamente dissolvido no fluxo operativo das prioridades econômicas. Esta visão é, entretanto, empobrecedora da dimensão do espaço público político alimentado pela imprensa. Ela encobre o grave e central problema da passagem da comunicação direta, própria do assembleísmo isegórico, para a da comunicação representativa, correlata à forma de participação política nos Estado de direito contemporâneos. Lidar com o problema desta passagem da manifestação face-a-face, própria de esferas públicas restritas, para a manifestação representativa, decorre das condições concretas de sociabilidade criadas pela expansão e complexificação da urbanidade contemporânea ao século XX; requer, do ponto de vista teórico-metodológico, a identificação dos recursos objetivos pelos quais as instâncias do espaço público asseguraram a continuidade institucional das suas funções e finalidades públicas.

Dois fenômenos simultâneos são importantes neste aspecto: a separação entre opinião e informação e a ampliação formal e temática

¹⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit., p. 257.

da discursividade jornalística no campo das suas intersecções incorporativas com as esferas literária, científica e artística emergentes. No que concerne ao primeiro, vários aspectos matizam tal separação, tais como a maior desinstrumentalização da imprensa como recurso alternativo à tribuna. A fronteirização do instituto jornalístico em relação a grupos, personalidades e partidos, revela uma mudança do lugar da imprensa da função de meio para a de fim em si própria, o que leva à redelimitação dela com mais um agente político singular. Isto dificulta a visibilidade direta do que seriam necessariamente as fontes externas que a orientam, as quais, ou negociam com a política editorial do jornal ou perdem mesmo suas integralidades no tratamento que sofrem ao serem referidas no texto jornalístico. Tem-se, ainda, formalmente, o desenvolvimento de padrões opinativos fundados por um lado, em auto-legitimações com base em critérios de representatividade autorizada, popular e imparcial (numa incorporação dos procedimentos da neutralidade científica) e, por outro, nos critérios liberais da livre manifestação. Estes recursos procuraram minimizar e absorver o impacto da ampliação da esfera pública e as dificuldades decorrentes de incorporação de novos contingentes humanos ao circuito político referencial da esfera pública e da democracia recém-instaurada, onde, constitucionalmente, a informação é um dos elementos vitais ao seu exercício. É pertinente a observação de Nicholas Garnham sobre o fato de que

“a operação da mídia de comunicação, entretanto, nunca realmente se confrontou com o problema da representação. Nossos pensamentos sobre comunicação permanecem ainda largamente presos dentro de um paradigma da comunicação individual direta face-a-face.”¹⁴³

Isto implica, segundo o autor, no predomínio de três formas básicas de compreensão do fenômeno: na idéia de satisfação de escolhas individuais de consumo, na de expressão de autorias singulares ou objetivas, que escondem a questão dos “complexos problemas

¹⁴³ GARNHAM, Nicholas. “The media and the Public Sphere”; em CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Op. Cit., p. 367. Tradução da autora da citação original: “The operation of the media of communications, however, has never really confronted this problem of representation. Our thinking about communications still remains largely trapped within a paradigm of direct individual face-to-face communication.”

institucionais de mediação” e na idéia de um desejável retorno a formas interpessoais de comunicação proporcionáveis pelas novas tecnologias. A permanência deste paradigma talvez explique porque instituições, grupos, movimentos e integrantes da esfera pública não tenham criado normas e procedimentos para as instituições de comunicação compatíveis com a ampliação e heterogeneização crescentes da esfera pública. Em muitos países europeus a regulamentação e o funcionamento destas instituições ficaram, em grande parte, sob controle direto do Estado. Esta medida, entretanto, não ofereceu soluções satisfatórias para o problema da representação, dado que o acesso às instituições de comunicação ficou ainda exposto ao jogo instável e conjuntural das correlações predominantes de forças políticas, culturais e sociais em curso.

A questão da representatividade na imprensa brasileira não foi objeto de rigoroso interesse do Estado republicano. A anuência extremamente liberal da sua fixação em bases de iniciativa privada comercial pareceu-lhe uma decorrência natural de práticas já em andamento desde o período imperial. Pareceu-lhe ainda o correlato, no plano das publicações, de um processo geral de expansão de iniciativas privadas de investimento comercial na incorporação de tecnologias representativas das desejáveis noções de progresso e de modernização em curso nas sociedades européias e nos Estados Unidos. O país adotou a estratégia - cujo modelo mais acabado é o norte-americano - de substituição da busca de mecanismos asseguradores da representatividade, pela exigência legal de um compromisso ético-formal das instituições de comunicação de exercício da neutralidade e pela responsabilização do público pelo julgamento dos fatos a partir da premissa da competência individual de exercício do livre-arbítrio. Este modelo de estratégia fixou regras de legitimação que permitiram às publicações produzir representações com uma margem flexível de autonomia no exercício de seu compromisso público de imparcialidade em relação ao público. Quanto menos envolvido ele estivesse no ambiente destas representações, menos poderia intervir no curso dado a elas pela discursividade, por exemplo, jornalística. Ao público, por sua vez, coube todo o peso de gerenciar a medida efetiva do exercício desta imparcialidade sem qualquer suporte legal de acesso e direito à livre-manifestação e de controle no interior das instituições de comunicação.

O princípio privado da livre iniciativa prevaleceu de fato sobre o do direito público à informação.

Isto não significa, como sugerem as interpretações correntes, ancoradas nas *fases* de desenvolvimento estrutural das instituições de comunicação, que a imprensa tenha obliterado o espaço da discursividade política. Pelo contrário, ela aumentou quantitativamente as suas dimensões, abrigo integrantes até então postos à margem do seu circuito. E se não houve historicamente, por parte da elite política brasileira, reflexões e movimentos por deliberações político-jurídicas que assegurassem a igualdade de acesso às estruturas para toda a população, foi porque esta elite sempre considerou como pares apenas aqueles indivíduos em condições de formação e autonomia econômica semelhantes às suas; viu-se, neste estágio de auto-delimitação institucional da imprensa, coagida a enxergar e dialogar com este público mais ampliado, desconhecido e, muitas vezes, depreciado por não compartilhar as tradições de erudição, de manifestação pública, e composição dos quadros burocráticos e parlamentares do Estado familiares a ela.

Apesar de estruturados como empreendimentos financeiros, dependentes da venda avulsa, das assinaturas e da publicidade, estes jornais continuaram a privilegiar a temática política dispondo-a nas suas primeiras páginas, contratando, como já foi mencionado, personalidades do cenário público político para articularem os textos opinativos. O que estava em jogo politicamente neste processo de iniciação do regime republicano era a urgência de auto-legitimação do Estado perante a sociedade. As considerações de Habermas sobre a necessidade de legitimação do Estado no espaço interativo da discursividade pública, no caso brasileiro, se confirmou. Seja pelas intervenções, depredações e fechamentos efetuados nos primeiros anos da República contra jornais opostos à política vigente, seja pela continuidade da prática estatal de subsídio permanente aos jornais, de controle sobre a importação de equipamentos e papel. Foi sobretudo por meio destas medidas semi-veladas de cooptação da imprensa que o Estado procurou incorporar a sociedade aos seus termos. Segundo J.M de Carvalho, os ideários republicanos não foram capazes de

“criar um imaginário popular republicano (...) o esforço despendido não foi suficiente para quebrar a barreira criada pela ausência de envolvimento popular na implantação do novo regime. Sem raiz na vivência coletiva, a simbologia republicana caiu no vazio.”¹⁴⁴

Coube aos jornais, em grande medida, a manutenção do vínculo entre Estado e sociedade. A antiga elite política remanescente do período imperial pouco fez no sentido de legitimar o novo regime, em pouco anos já associado à idéia de degeneração, despotismo e corrupção. A grande população urbana, por sua vez, foi praticamente isolada dos processos eleitorais e pouco se interessou em intervir com propostas concretas de mudanças qualitativas das regras do jogo político. O que resultou deste quadro geral de desencantamento e desinteresse, segundo J. M. de Carvalho, foi a dispersão da noção de cidadania, de interesse público, de integração, de comunidade. Contribuíram ainda para este processo o fato de que, segundo o autor,

“além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão(...). O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo (...) dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição utilitarista do interesse público como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público”.¹⁴⁵

O Estado, à exemplo da tradição imperial, continuou a ser o eixo de acolhimento das expectativas de cidadania dos mais diversos setores sociais:

“ levava a isso a longa tradição estatista do país, herança portuguesa reforçada pela elite imperial. A sociedade escravocrata abria também

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil. SP, Cia das Letras, 1990, p.141.

¹⁴⁵ _____. Op. Cit., p 30.

poucos espaços ocupacionais, fazendo com que os deslocados acabassem por recorrer diretamente ao emprego público ou à intervenção do Estado para abrir perspectivas de carreira. Bacharéis desempregados, militares insatisfeitos com os baixos salários e com minguados orçamentos, operários do Estado em busca de uma legislação social, migrantes urbanos em busca de emprego, todos acabavam olhando para o Estado como ponto de salvação. A inserção de todos eles na política se dava, mais pela porta do Estado do que pela afirmação de um direito de cidadão; era uma inserção que se chamaria com maior precisão de estadania.”¹⁴⁶

Contribuíam para este centralismo as correntes predominantes do pensamento político da época, concordantes quanto à necessidade de fortalecimento da autoridade tutelar do Estado sobre a sociedade como procedimento gerador de auto-legitimação pública. Cabia ao Estado a função racionalizadora do movimento de interação orgânico-historicista das instituições e práticas sociais. Isto significava, basicamente, delegar ao Estado a condição de única instância autorizada a diagnosticar - tecnocraticamente - as disfunções do modelo de desenvolvimento institucional imaginado e a intervir coercitivamente sobre elas no sentido de dissolver resistências, amorfismos, conflitos e desvios do modelo desejado.

Da sociedade não se esperava mais formas de representatividade de vontades políticas para além da minguada presença eleitoral e da expressão corporativa passível de cooptação pelos agentes da burocracia estatal. Todas as demais manifestações e organizações de corpos políticos eram vistas como fatores disfuncionais. Segue-se, assim, conforme Lamounier, uma

“segura deslegitimação de todo intento de projeção de interesses particulares numa arena *pública* mais ampla (...). Não por acaso, a instituição partidária é, aos olhos dos ideólogos do período estudado, fundamentalmente ilegítima: perigoso criador de artificialismos, o partido político seria acima de tudo um transmissor do vírus da facção, perturbador do Estado natural de solidariedade.”¹⁴⁷

¹⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. Op. Cit., p. 29.

¹⁴⁷ LAMOUNIER, Bolívar, “Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República”, em FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano, 2º Vol. Sociedade e Instituições (1889-1930). SP, Difel, 1977, p. 368. Segundo Lamounier, “temos de um

Esta mesma perspectiva se amplia à imprensa, instituição que, pela sua especificidade funcional, deste modo, a partir de então, deveria encontrar uma regularidade discursiva na esfera política como porta-voz do Estado, como agente iniciador e educativo da sociedade nos princípios e “noções de integração subjetiva ao nível dos valores e lealdades” associadas a “representações hierárquico-coercitivas”.¹⁴⁸ Foi com argumentos desta natureza que Campos Sales justificou sua política de subsídios à imprensa. O governo segundo ele, precisava necessariamente do consenso popular sobre a legitimidade de suas políticas públicas e o único recurso capaz de atingir este objetivo em grande escala eram as “gazetas industriais abertas à concorrência”. A “missão” da imprensa, no seu entender, era a de “preparar a opinião pública para a aceitação de certas medidas”, mas, se conduzida por “parasitas perniciosos, mercadores sem escrúpulos da inteligência e da própria honra”, e não por “homens cultos e de honra”, sua ação pública poderia “ser prodigiosamente funesta, criando falsas correntes de opinião, em desacordo com as tendências naturais e com as necessidades de uma situação”.¹⁴⁹ Descrevendo a prática do subsídio governamental à imprensa desde o período imperial, Campos Sales reconheceu que

“com tais precedentes, e dada a situação excepcionalmente difícil em que se encontrava o meu governo, não duvidei em enveredar pelos que me antecederam. Mantenho ainda agora a convicção da legitimidade do ato perante a moral social”.¹⁵⁰

Campos Sales, na sua perspectiva, estava apenas reagindo à “tirania da imprensa” lutando contra “corsários” que degeneravam a “fisionomia moral da nossa época”. Ao governo estariam, portanto, associadas as iniciativas “honradas” e apropriadas de condução do país.

lado, a visão entre os papéis do ‘cidadão’ e do “trabalhador”, que se excluem mutuamente como unidades do processo de representação de interesses junto ao Estado, equivalendo na prática institucional à segregação dos organismos de representação classista em face dos político-partidários. De outro, os impedimentos que se erguem à formação ou alianças. Sob este aspecto, o alvo principal é obviamente a instituição do partido político, que é por excelência articulador e agregador de interesses e veículo para sua comunicação ampliada.” p. 369.

¹⁴⁸ Op. Cit., p. 360.

¹⁴⁹ CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília, Ed. UnB, 1983, p. 174.

¹⁵⁰ Op. Cit., p. 179.

A imprensa que não se solidarizasse com seus propósitos não se enquadraria como instituição voltada para o suposto interesse público. Deste modo, segundo ele, fez-se necessária a intervenção estatal no sentido de “não descuidar de alguns jornais e jornalistas” que pudessem “embaraçar a solução dos problemas da administração, tentando *criar falsas correntes de opinião*, em desacordo com os intuitos do governo”.¹⁵¹

A imagem que o contemporâneo Alcindo Guanabara registrou da atuação política de Campos Sales foi a de um estadista tolerante e de “serena energia” que foi capaz de superar os “incitamentos da imprensa oposicionista”. Segundo Alcindo, “enfraquecida” diante da “sombra da liberdade que o Presidente sempre lhe respeitou e garantiu como nenhum outro governo jamais fez nesta terra e ela própria mais de uma vez houve de reconhecer”.¹⁵² Para ele “os agitadores conhecidos, que procuravam pela desordem nas ruas embaraçar a ação do governo” perdiam sempre terreno diante da magnitude de um projeto de governo que necessariamente deveria ser reconhecido por todos como o melhor caminho político e administrativo para o país. Alcindo ratificou, em relação à imprensa, a imagem de liberdade democrática construída por Campos Sales, citando, inclusive, trechos de um dos seus discursos no parlamento, onde Campos Sales afirmou que não suspendeu

“uma só garantia, nenhuma só liberdade foi violada. Desapareceu o alarma das regiões do poder e cessou, conseqüentemente, o regime inquietador das *prontidões*. Os clamores que injustamente se levantaram contra a autoridade tiveram formal contradita, antes de tudo nos próprios fatos, e depois na calma firmeza de minha conduta tolerante. Nunca atravessamos, entretanto, uma fase em que tivessem sido mais livres, mais ilimitadas, mais veementes e talvez mais sediciosas as expansões da imprensa e da tribuna”.¹⁵³

As classes médias do período, por sua vez, apesar de constituírem o público-alvo destes jornais comerciais de maior circulação, também não se configuraram enquanto forças, grupos e movimentos capazes de assegurar uma crescente pluralidade de

¹⁵¹ CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Op. Cit., p 180.

¹⁵² GUANABARA, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*. Brasília, Ed. UnB, 1983, p. 89.

¹⁵³ SALES, Campos. Discurso no Parlamento, citado por GUANABARA, Alcindo. Op. Cit., p.89.

manifestações de interesses na esfera pública. Pertenciam a este segmento heterogêneo pequenos agricultores que migraram para a cidade em busca de melhores oportunidades de ascensão social, descendentes da aristocracia rural empobrecida por razões diversas, industriais e comerciantes com negócios de pequeno e médio portes, artesãos, alfaiates, carpinteiros, sapateiros e profissionais liberais. Muitos dos seus integrantes pertenciam à burocracia estatal e ao corpo militar. As classes médias não elaboraram um pensamento e prática políticas diferentes daqueles do complexo dominante agrário-exportador. Serviriam de certo modo de ponte entre este segmento hegemônico e as classes menos favorecidas. Identificavam-se, em grande medida, com o pensamento político autoritário dominante e com os valores aristocráticos (elitismo, busca de privilégios e distinções, dependências familiares e econômicas) das classes que dominavam o Estado. Não havia, segundo Paulo S. Pinheiro, uma “vocação de oposição às classes dominantes”.¹⁵⁴ As oposições em geral se davam entre frações desta mesma classe. Sua presença política particular fazia-se sentir apenas nos momentos em que via-se ameaçada de nivelamento com as classes operárias, não reconhecidos os elementos que sustentavam este distanciamento, como, por exemplo, o acesso   formação educacional e   burocracia estatal. Ou quando ocorriam crises no interior do que o autor denomina de “dominação oligárquica tradicional”; crises tais como “a proclamação da República e crise do império, revolta da vacina e revolta militar de 1904, tenentismo e política dos governadores, revolução de 1930 e crise os sistema federativo”.¹⁵⁵ Para o autor,

“as classes médias jamais tiveram um desempenho que visasse diretamente o aumento de seu poder no sistema político brasileiro(...). Se em alguns momentos pareceu que elas se opunham ao bloco no poder isso se deveu ao fato de sua ligação com dissidências, não-hegemônicas, das classes dominantes, interessadas em compor com as classes médias (...). O papel das classes médias se restringiu ao que poderíamos chamar de “mediadoras” da redefinição que o bloco no poder e o Estado começam a sofrer durante a Primeira República. Elas provocaram sucessivos reajustamentos do projeto dominante tradicional através das aspirações contraditórias que lhes eram próprias (...). A estrutura da dominação no caso se acomoda, se define, as

¹⁵⁴ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política” em Fausto, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Op. Cit., p.23.

¹⁵⁵ _____, Op. Cit., p. 34.

classes médias são “atendidas” concretamente e a dependência delas em relação às classes dominantes permanece inabalada.”¹⁵⁶

Os jornais refletiam este conjunto de variáveis definindo perfis editoriais do campo político mais ou menos próximos aos interesses conjunturais do Estado e das classes médias. Na dinâmica deste diálogo intervinham desde a capacidade dos jornais de arcarem com estratégias discursivas autônomas em relação aos subsídios governamentais até a decisão interna às chefias editoriais de acatarem, em graus diversos, posturas de conviência com as orientações do poder estatal. A variável mais importante nessa relação imprensa e Estado é o público. Quanto mais próximo dele, menos a imprensa se vulnerabilizava às pressões estatais. A contradição da época, entretanto, consistia na dificuldade de agregação ou de identificação clara de um público, como já foi visto, heterogêneo e sem projetos políticos próprios, ou seja, no momento em que os jornais ampliavam suas condições materiais de discursividade, o público almejado não tinha faces e demandas discerníveis que pudessem ser traduzidas em políticas editoriais consistentes. O Estado, por sua vez, dependia desta imprensa em crescimento para legitimar-se perante a “opinião pública”. B. L. Sobrinho resume do seguinte modo o sistema de subvenções:

“o auxílio aos jornaes procedia-se de três modos: ora como subvenção entregue aos mantenedores da folha partidária, ora como pagamento de artigos feitos por gente do Governo e estampados em secções ineditoriaes mediante retribuição, ora, indiretamente, como favores concedidos aos directores das folhas ministeriaes (...)

Na República, temos o testemunho de Campos Sales (...)

Elle informa que o Governo provisório não subvencionou a imprensa, mas suspeita que Floriano o houvesse feito e diz que Prudente de Moraes utilizou o velho processo, encarregando o seu Ministro da Fazenda de organizar a defesa de seu governo no jornalismo (...). Sabemos que nenhum governo, depois, dispensou o *sythema* eficiente e, como uma preocupação altamente discreta todos eles procuravam, como o Paraná e Campos Sales, não sêr diferentes dos outros.

Atravez de informação que me merece confiança, soube que o governo ao Sr. Wenceslão Braz despendera 55 mil contos com a imprensa. Rodrigues Alves, que pessoalmente nunca usara do processo, não ignorava que vários de seus ministros subvencionavam a imprensa

¹⁵⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Op. Cit., p. 36.

e, por isso, era pensamento seu legalizar o uso, abrindo verbas de 'publicidade' nos orçamentos da despesa.(...)

A ausência de uma imprensa partidária isola os governos em meio ao jornalismo, privando-os de defesa. Se elles se alheiam desse aspecto, fechados numa indifferença reçumante de desprezo, as gazetas pouco a pouco vão fortalecer o bloco de opposição prendendo os governos nas malhas de uma hostilidade geral, obstáculo considerável à actividade e à efficiência. Que fazer, senão accudir-se do processo das subvenções ? (...) O periodista se vê entre as duas soluções: viver do público, ou do governo, desde que não é fácil, ou talvez não seja possível, conciliar as duas cousas".¹⁵⁷

Apesar da permanente e central presença do Estado na dinâmica da discursividade política encenada pela imprensa, não são aconselháveis generalizações sobre um perfil, conforme Habermas, supostamente *passivo* das *massas* urbanas ou sobre um inevitável engajamento dos jornais com os grupos políticos e econômicos dominantes. Sem detalhar aqui a importância paralela dos jornais vinculados a movimentos operários¹⁵⁸ e associações diversas de interesse, observa-se que muitos dos jornais de porte empresarial participaram ativamente no cenário político da época, para além das orientações desejadas pelo Estado. Foram responsáveis por alguns movimentos de grande participação popular (como, por exemplo, no evento da revolta da vacina) e conseguiram manter um público-leitor relativamente solidário aos termos fixados por suas políticas editoriais. Se, por um lado, são muitos os depoimentos que confirmam a expressa intimidade de jornais como, por exemplo, *O País*, com os governos eleitos,¹⁵⁹ outros tantos realçam a continuidade da noção da prática jornalística como compromisso incondicional com o bem público, corporificada, em geral, na figura do seu editor-chefe e de uma equipe de jornalistas que lhe é fiel. Mas mesmo integrando a hoste governista,

¹⁵⁷ SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Problema da Imprensa*. Op. Cit., pp. 148-153.

¹⁵⁸ Consultar o minucioso trabalho sobre a estrutura e intervenção dos jornais da classe operária em FERREIRA, Maria Nazaré. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis, Vozes, 1978.

¹⁵⁹ Guastini descreve o expediente de João Lage, proprietário d' *O País*: "Dr. Cardoso de Almeida, Secretário da Fazenda, solicitou minha intervenção junto ao João Lage no sentido do seu jornal iniciar um campanha contra as Docas de Santos, a propósito da taxa de capatazias, que ele considerava ilegal. Transmitti, no mesmo dia, o pedido, e Lage, sempre bem humorado, respondeu-me com estas linhas: - 'Essa história das Docas que o Cardoso pediu, como se fosse notícia de casamento ou de batizado, é coisa muito complexa e ainda a ser discutida pelos tribunais. Diga ao Cardoso, que vou pensar no caso, mas faça-lhe esta consideração: - As Docas, na pior das hipóteses, publicam seu relatório anual, n' *O País*, e a Secretaria da Fazenda, de São Paulo, não publica o seu ...'. " Conforme GUASTINI, Mário. *Tempos Idos e Vivos*. SP, Ed. Universitária, 1945, pp. 15-16.

os jornais viam-se necessariamente constrangidos a participar do embate de opiniões e informações promovidos pelos diversos outros jornais de maior circulação. O público inevitavelmente compartilhava dos movimentos desses confrontos e aprendia suas regras de funcionamento. A descrição de Victor de Sá é característica deste processo. Segundo ele,

“entre os grandes expoentes da imprensa brasileira, cujos nomes, nos desses oito lustros, se destacaram pelo arroubo com que debatiam os assuntos e as idéias, sobretudo as suas idéias, por vezes ingratas (...) permito-me apontar três deles como representantes exponenciais de uma época. Bricio Filho, diretor de “*O Século*”, autor da campanha contra a medida profilática da vacinação; Edmundo Bittencourt, na direção do “*Correio da Manhã*”, e o português João Lage, à frente de “*O País*” (...). Do segundo, cuja impetuosidade vocabular ultrapassava todos os limites, teve a sua fase gloriosa na célebre arrancada civilista, personificada no insigne Ruy Barbosa, contra aquilo que se convencionou denominar de hermismo. Na estacada oposta, com o brilho e o fascínio de sua privilegiada inteligência encontrava-se o terceiro, representando o pensamento oficial. Entre os dois últimos, travou-se implacável duelo. As atenções gerais se voltaram então para o embate, que empolgava o ambiente político-social.”¹⁶⁰

O *Correio da Manhã*, já no seu editorial de lançamento, definia-se como um jornal a serviço da “causa do povo”, posição, aliás, igualmente assumida por todos os outros de igual porte empresarial. Mas, efetivamente, foi um dos poucos a se firmar materialmente pelo alcance das campanhas que promoveu. Ainda conforme Guastini,

“a orientação do *Correio da Manhã* veio traçar diretrizes novas para o jornalismo carioca. Alguns órgãos passaram a imitá-lo: outros não se afastaram da sua velha maneira. Efetivamente, o *Correio da Manhã* alvoroçou e alarmou. As suas campanhas marcaram época. Nunca teve contemplações com potentados, nem com pequenos. Ao contrário, os grandes, fossem quais fossem, é que mais sentiram seus efeitos. (...) Edmundo dizia as coisas com veemência e, não de raro, com virulência. Os tópicos sempre perfeitos (...). Destemido, Edmundo jamais se impressionou com as ameaças que recebia (...). Desafiado para duelos por atiradores notáveis como Pinheiro Machado, aceitava

¹⁶⁰ SÁ, Victor de. *Um Repórter na ABI*. RJ, Ed. A noite, 1955, p. 14.

o desafio (...). Passava, a pé, sozinho, pelas artérias mais movimentadas, chamando a atenção e a admiração dos transeuntes. Todos o apontavam: era 'o homem que não tinha medo de ninguém'. E as edições do '*Correio da Manhã*' se esgotavam (...). Verdade é que o jornal de Edmundo Bittencourt introduziu método novos no jornalismo nacional. Classificado durante largo tempo, como líder da "imprensa amarela", é fora de dúvida que ele não se limitava aos ataques: - defendeu sempre, com denodo e entusiasmo, todas as boas causas, muito servindo ao Brasil (...). Demolindo, construiu."¹⁶¹

Pensando do ponto de vista do processo de verticalização institucional do jornalismo deve-se considerar que ele decorreu, portanto, deste complexo conjunto de variáveis. Historicamente, a imprensa surgiu no país numa atuação pública horizontalizada correlata às diversas manifestações dos diferentes grupos integrantes da restrita esfera pública política do período imperial. Fatores como a crescente entrada em cena de novos segmentos sociais sem recursos ou projetos próprios de intervenção neste cenário político, a falta de mecanismos reguladores de uma representatividade equânime dos diferentes setores sociais urbanos emergentes no espaço da expressividade pública, a contraditória fixação constitucional do instituto jornalístico no Estado republicano, a manipulação estatal da imprensa como mecanismo de legitimação de suas políticas públicas tutelares e, decorrentemente, o incentivo e o fortalecimento da verticalização estrutural e discursiva da prática jornalística e o apoio incondicional do mercado a este processo, visto como consolidação de um espaço privilegiado de legitimação também das suas intencionalidades comerciais, produtivas e das suas formas de organização da divisão do trabalho e de acumulação de riqueza, entre outros, contribuíram, sobremaneira, para a modo como se configuram as estruturas contemporâneas da comunicação pública. Em momento algum pode-se priorizar uma perspectiva puramente economicista para o processo de verticalização institucional do jornalismo. O cerne deste processo se define historicamente pelos fatores acima mencionados e dentre eles, sobretudo, pela ausência de uma pluralidade palpável de manifestações discursivas por parte do heterogêneo público urbano emergente correlato à diversidade de interesses e expectativas potencialmente inerentes a ele. As variantes da verticalidade estrutural e tutelar da imprensa são fenômenos

¹⁶¹ GUASTINI, Mário. Op. Cit., pp. 17-19.

compreensíveis dentro da mesma ordem daqueles relativos à conformação do perfil e do comportamento do Estado, dos setores políticos e econômicos que legitimavam e às condições em que grande parte da sociedade civil passou, gradativamente, a participar como instância inevitavelmente presente e decisiva no desenvolvimento ulterior destes fenômenos.

O que esta reflexão enseja teoricamente é uma ampliação qualitativa dos termos em que historicamente se definiu a relação Estado-sociedade civil. Se esta polarização foi satisfatória para o auto-esclarecimento de um então corpo de súditos sobre o direito ao autogoverno e à normatização institucional do seu espaço social, já não será mais capaz de contê-la a partir de um determinado momento histórico, que começa já no início do século XX, com a formação dos grandes centros urbanos e conseqüente elevação da entropia relativa à heterogeneização de interesses grupais e de classes sociais. Observados historicamente, os princípios (liberdade e igualdade) e procedimentos (acesso direto ao espaço comum de discursividade) do espaço público emergente no grande território privado da sociedade civil cristalizaram-se enquanto norma mas jamais efetivam-se completamente enquanto fato histórico. O debate contemporâneo relativo à desejável normatização de formas equânimes de representatividade da diferença (como novo procedimento de viabilização da operacionalidade do espaço público) poderia ser aplicável igualmente às primeiras formulações históricas da esfera pública moderna porque, para além da legitimação dos seus princípios e procedimentos, o que se verificou, concretamente, foi uma condução sempre parcial dos assuntos de interesse de toda a sociedade civil. Quantitativamente, sua participação foi irrisória, porque restrita às camadas cultas e economicamente autônomas das sociedades modernas. A legitimação formal dos princípios e procedimentos não se traduziu totalmente em fatos históricos equivalentes aos seus termos. Historicamente, a imprensa só pode servir como instituição pública para aqueles segmentos de alguma forma familiarizados e habilitados a lidar com a especificidade da questões exploradas nesta oposição Estado-sociedade civil. Ela jamais dialogou objetivamente - mesmo que o tenha feito idealmente - com toda a sociedade civil do seu tempo. Ela dialogou com as camadas envolvidas no ambiente concreto e simbólico de sua discursividade. E

nos limites deste diálogo é que foram historicamente configuradas as suas estruturas de funcionamento e formas de intervenção pública.

A gradativa “emergência do social” , como disse H. Arendt, tem início com o crescimento dos centros urbanos, com a industrialização, com a passagem campo-cidade, com o acesso desigual, mas crescente, ao instituto educacional e com a elevação formal da sociedade civil à condição de território não apenas de direito ao exercício de iniciativas privadas, mas também de direito ao exercício de uma permanente cidadania política. É para este ambiente novo que a imprensa necessariamente precisou voltar suas atenções institucionais, mesmo que o tenha feito nos limites dados pelo confronto entre a forte tradição discursiva na qual até então se legitimou e as novas variáveis impostas pelas transformações estruturais do contexto histórico-sociológico nacional. A maior ou menor liberdade de atualização e hierarquização de temáticas políticas e sociais e de seus respectivos setores e grupos de interesses só pode ser vislumbrada dentro de uma hierarquia maior de forças políticas presentes neste cenário de discursividade pública. Como já foi visto, a participação das diversas camadas urbanas emergentes no espaço público político da Primeira República foi por demais desarticulada e desidentitária. A imprensa pode, neste sentido, consolidar-se estrutural e discursivamente por vias, em grande medida, traçadas pela sua própria referencialidade interna. Isto lhe permitiu um poder relativamente grande de seletividade e de construção de formas próprias de tratamento das questões políticas, econômicas, sociais e culturais da época, de acordo, por um lado, com as diversas formas conjunturais de aliança com grupos e setores das esferas estatal e econômica e demais setores sociais e, por outro, com o desenvolvimento de critérios formais internos de auto-legitimação pública da sua posição institucional.

A ausência política do grande público urbano como força organizada em grupos de interesse e pressão junto às instituições (partidos e imprensa, sobretudo) do espaço público da Primeira República contribuiu para a legitimação estrutural da imprensa num modelo vertical, empresarial, tendencialmente tutelar, baseado em critérios de representatividade fundados na autoridade política, científica e na autonomia singular. Este processo encontrou

legitimidade também no campo de interseção com a história das idéias e toda a sua polêmica acerca do irracionalismo da “massas” e da necessidade de formação de mecanismos reguladores do processo social, capazes de conter suas potenciais forças desintegrativas oriundas supostamente do atomismo e amorfismo ideológico das crescentes populações urbanas e da decorrente incapacidade de auto-governo. Ao centralismo autoritário defendido pelo Estado e seus ideólogos, à hierarquização crescente da divisão do trabalho no sistema produtivo, corresponde, no plano das instituições públicas de comunicação, o verticalismo da sua estruturação interna e das suas formas de promoção de opiniões e debates públicos, de produção de notícias e de interação com o público. Prevaleceu uma noção de público fundada na nuclearidade de indivíduos isolados em características como a sua heterogeneidade, sua incapacidade de formação de laços integrativos baseados em identidades, sua desarticulação e suposta demanda de mecanismos externos centralizados para a organização das suas ações e interpretações na realidade.¹⁶²

Apoiada assim, também, no pensamento político dominante, a imprensa pode legitimar-se como mais uma instância pública centralizadora, organizadora e selecionadora dos conteúdos e formatos da discursividade da esfera pública urbana da época. Mas a mera oposição Estado-sociedade civil foi tendencialmente minada pela própria discursividade pública gerada pelos diferentes jornais com maior circulação no meio urbano carioca da época. Isto significa que

¹⁶² Esta perspectiva foi bem trabalhada e resumida por Clarisse Nunes ao analisar os critérios de racionalização do ensino público na cidade do Rio de Janeiro na década de 30. Segunda a autora, “a resistência das crianças à aprendizagem escolar não era lida pela maioria dos educadores sobre o ângulo das dificuldades econômicas ou da diferença de práticas culturais. Era localizada sob a ótica da ampla gama de distinções existentes nos indivíduos. Essa leitura foi reforçada pelo legado das representações políticas instituídas na Primeira República e cuja capacidade de sobrevivência se estendeu muito além dela.

Esse legado foi construído tanto pelo pensamento autoritário quanto pelo pensamento político de esquerda. Em que pesem as diferenças dessas duas vertentes, os traços fundamentais que elaboraram das classes populares urbanas forjaram uma imagem que apresenta, pelo menos, três características básicas: a heterogeneidade da sua composição, fator impeditivo de qualquer construção ordenadora de sua identidade (seja do ponto de vista da nação ou da revolução); o efeito nefasto desta heterogeneidade sobre a capacidade de ação prática coletiva popular a exigir uma intervenção de fora, que organizasse a sua dispersão e, finalmente, a falta crônica de aptidão deste povo para a coletivização, já que os grupos que o compunham eram não só carentes de integração entre si como com outros grupos da sociedade. Esta reflexão marcou uma forma de perceber as classes populares urbanas e suas práticas culturais, que apareceram como obstáculos sociais e políticos.” Conforme NUNES, Clarisse, “A Escola Reinventa a Cidade”, em HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos A. Messeder (org). A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia no Anos 20-30. RJ, Rocco, 1994, p.186.

por mais limitados que fossem seus vínculos com a diversidade de interesses dos diferentes grupos deste espaço urbano, por mais estreitos que fossem os contatos com os grupos políticos e econômicos hegemônicos, por maior que fosse a pressão dos interesses econômicos do setor comercial dos empreendimentos jornalísticos, o fato da manutenção de um circuito intenso de notícias e opiniões diversas sobre assuntos relativos à processualidade social em desenvolvimento implicava, por si, na sustentação de uma esfera permanente de verbalização não homogênea sobre a realidade, com reflexos também permanentes sobre a manutenção do pressuposto da participação diferenciada e dinâmica do público em geral neste espaço. Mesmo com intencionalidades parciais criou-se e manteve-se um sistema potencial e ininterruptamente incorporador em níveis diversos de eficácia dos indivíduos e grupos à sua esfera de discursividade. Este sistema, por outro lado, por menor que tenha sido sua solidariedade à diversidade de expectativas de diferentes segmentos da sociedade civil, necessariamente os coagiam a aprender suas regras e acompanhar o fluxo intermitente de suas referencializações e atualizações da ação social. Conhecer e familiarizar-se com seus mecanismos e conteúdos tornou-se uma das condições e um indicador de pertencimento ao processo social.

Neste sentido, por mais verticais que tenham-se configurado estruturalmente as instituições de comunicação, elas se mantiveram ainda como instâncias originárias e inseridas também no amplo terreno da sociedade civil, tomando-o como objeto, por excelência, do seu interesse e participando com mais um agente público e privado dentro dele. Já não valiam mais então os termos da oposição Estado-sociedade civil porque ampliaram-se consideravelmente, no interior da discursividade jornalística, a variabilidade de arranjos de interesses entre diferentes setores destas duas grandes categorias originais. Os embates opinativos promovidos internamente e entre os jornais dissolveu esta oposição inicial numa rede complexa de coincidências e descontinuidades temporais de interesses, sem permitir mais, a princípio, uma clara identificação exclusiva do instituto jornalístico com nenhuma das duas categorias. Coube ao público, neste sentido, como necessário participe deste processo, adotar posições e assumir partido no interior do fluxo sempre mutante destas ordenações

de interesse, sem, entretanto, que seja fixável a existência de um conjunto necessário de forças determinantes de sua solidariedade a nenhum destes arranjos.

Equivocam-se, portanto, as interpretações que, preponderantemente, delegam à força do industrialismo e do centralismo estatal um poder de domínio sobre o curso da discursividade promovida pela “grande imprensa” das primeiras décadas do século XX. No que tange à pressuposta força de determinação do sistema econômico, a denominada primeira fase de industrialização da imprensa,¹⁶³ como explica Wilson Bueno, “se constituiu em uma exceção, formando seus elementos autênticos bolsões ou ilhas dentro do cenário jornalístico nacional.”¹⁶⁴ Do ponto de vista, portanto, prioritariamente empresarial, as alterações técnicas e comerciais observadas no perfil estrutural de alguns jornais desde o final do século XIX não implicaram na afirmação de que eles se tinham estruturado ou sido fundados com critérios exclusivamente econômicos, como ações correlatas a uma suposta dinamização do setor industrial e do mercado capitalista no ambiente produtivo da economia nacional. Ainda segundo Wilson Bueno, a maioria destes jornais surgiu em resposta a demandas ainda oriundas de setores do espaço público e cultural, não tinham o caráter prioritário de empreendimentos comerciais. Conforme o autor, foi sobretudo a evolução do custo dos equipamentos de impressão que exigiu a adoção de posturas mais comerciais por parte da imprensa. O crescimento dos índices demográficos e, mesmo, de alfabetização, não implicou em aumentos proporcionais de tiragem e de ampliação do público-leitor. Para Wilson Bueno, a incorporação de critérios comerciais e de novos formatos discursivos neste período são apenas “indícios” da aproximação de um processo maior e integrado de mudanças econômicas estruturais que, historicamente, se desencadearam a partir do final da década de 30, com as políticas de racionalização do crescimento administrativo e industrial do país implementados pelo Estado Novo.

¹⁶³ Caracterizada pelas interpretações de autores como Nelson W. Sodré, na *História da Imprensa no Brasil*, Op. Cit., e por Juarez Bahia, no conhecido estudo *Jornal, História e Técnica*. Vol. I, 4ª ed, SP, Ática, 1990.

¹⁶⁴ BUENO, Wilson C. *Caracterização de Um Objeto-Modelo Conceitual Para a Análise da Dicotomia Imprensa Industrial / Imprensa Artesanal no Brasil*. SP, Dissertação de Mestrado, ECA - USP, 1977. p. 99.

Nas três décadas anteriores prevaleceram orientações políticas ainda fortemente vinculadas ao sistema agrário-exportador. A imprensa, tampouco, foi um baluarte do industrialismo. Como empresa comercial, apesar de tendencialmente ter buscado inspiração no concorrencial, volumoso e lucrativo mercado jornalístico inglês e norte-americano (importando-lhe critérios publicitários, organizacionais e padrões discursivos) precisou conviver com variáveis econômicas de outra sorte, como as baixas tiragens, a dependência dos financiamentos e das políticas estatais de importação de maquinário e de papel, a incipiência do mercado interno, entre outros.

Contribuíram também para a legitimação de um modelo vertical de institucionalização de imprensa, critérios e procedimentos internos à sua discursividade. Este processo atingiu tanto os textos políticos quanto os originalmente literários, na fixação do fundamento da natureza pública do instituto jornalístico no princípio formal elementar da imparcialidade discursiva no processo de “representação” dos “fatos” da realidade social. As auto-adesões reiteradamente manifestas pelos jornais da época às “causas populares” significavam a assunção formal de um compromisso público com a sociedade em geral, decorrente da presunção de que eles estariam habilitados a identificar e abstrair um pressuposto interesse geral resultante do conjunto de interesses privados em jogo em cada situação gerada na cotidianidade da vida social. O pano de fundo deste princípio confirma-o com a crescente legitimidade das regras e dos princípios do conhecimento científico, em seu empenho básico centrado na intenção de fundar parâmetros de unificação e estabilização dos processos sociais. A trabalhos semelhantes se dedicavam, paralelamente, as instituições dos Estados de direito emergentes: centralizar, totalizar, ordenar, ajustar, classificar e controlar anomias e disfuncionalidades orgânicas. A idéia original positivista de que a realidade social poderia ser observada constatada, mensurada e ordenada, pode substituir largamente a problematização política e filosófica sobre o curso da vida social, delegando a especialistas a autoridade de representar, diagnosticar, organizar e planejar o seu desenvolvimento.

A separação progressiva entre o texto informativo, opinativo e publicitário no espaço gráfico dos jornais evidencia este

deslocamento básico de competência no tratamento das questões sociais do âmbito da politização crítica dos fatos, cuja legitimidade se ancorava do princípio de uma racionalidade imanente ao auto-governo da sociedade civil mediada pela livre manifestação dos indivíduos numa esfera pública imune a coerções externas, para o âmbito da representação objetiva dos fatos legitimada pelos recursos oriundos da possibilidade de uma racionalização científica dos seus elementos constitutivos. As próprias noções de fato e de seu noticiamento eliminam, em grande medida, o seu inerente substrato político. Nas três décadas finais do século XIX, as faculdades de Direito de São Paulo e Recife, os institutos de pesquisa e históricos e os museus criados no Rio de Janeiro, na Bahia e no Pará, entre outras localidades, trataram de incorporar largamente o pensamento positivista e evolucionista à polêmica romântica em torno da busca de uma cultura nacional. A convicção fornecida pelo paradigma positivista, de que a realidade social tinha uma existência exterior e independente passível de equacionamento pelo homem teve consistência suficiente para legitimar, no plano da representação jornalística, o princípio da imparcialidade da informação.

Os procedimentos de noticiabilidade dos modelos inglês e norte-americano, por sua vez, já se apresentavam desde o início do século XIX como uma solução formal de continuidade institucional da imprensa no processo de passagem para sociedades complexas, com grande força de persuasão, dada a expansão significativa de suas estruturas operacionais no decorrer de todo século XIX e início do século XX. Estes modelos organizavam-se sobre a hegemonia da notícia - da referencialidade direta, objetiva e relativamente sucinta dos fatos, da variabilidade de assuntos tratados para além, inclusive, do âmbito local a que se dirigiam -, do investimento tecnológico em recursos capazes de aumentar a capacidade reprodutiva do material impresso, da autonomia financeira e da busca pela expansão do público-leitor.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Para efeito de melhor visualização da incipiência empresarial do jornalismo brasileiro nas três décadas precedentes e posteriores à passagem para o séc. XX, vale compará-la com o vigoroso desenvolvimento tecnológico comercial e discursivo alcançado, por exemplo, pelo jornalismo inglês no mesmo período. Se nos grandes jornais do RJ do início do séc. XX as tiragens não excediam a faixa dos 10 a 15 mil exemplares, já em 1854, segundo John B. Thompson, os jornais dominicais ingleses atingiam tiragens em torno de 110.000 exemplares. Conforme o autor, "ainda mais: a leitura de jornais, e especialmente os jornais dominicais era provavelmente maior que sua venda real, pois eles eram lidos nas casas de café, tavernas, salas de leitura e clubes. Pelo fim do século XIX, o principal jornal dominical, *Lloyd's Weekly News*, tinha uma circulação ao redor de 1 milhão de cópias. Os jornais

Apesar dos elementos constitutivos deste modelo não terem alcançado no Brasil o mesmo tipo de desempenho verificado nos seus países de origem, eles serviram, entretanto, como parâmetro e horizonte possível para o lugar institucional a ser ocupado pela imprensa no processo de complexificação da vida urbana nacional.

Do ponto de vista interno ao jornalismo, a separação básica dos gêneros informativo e opinativo pode ser considerada como um marco de uma mudança qualitativa fundamental à consolidação do tipo de regularidade operativa institucional que se instaurará, a partir de então, no interior das suas formas de intervenção pública. Têm-se a delimitação de um território particular de discursividade que não se confundirá mais facilmente como antes com as demais fontes públicas de produção simbólica. Os gêneros do discurso jornalístico tendem a fixar progressivamente limites próprios às formas originais de discursividade oriundas dos demais espaços políticos e culturais sujeitando-as aos seus princípios e padrões internos de representação. A particularidade das regras desta nova arquitetura de gêneros jornalísticos estabelecerá condições muito específicas de uso público da linguagem no seu interior. O conceito de notícia emergente na contemporaneidade desta prática jornalística não o confunde mais com o discurso essencialmente político. Como já descrito em estudo anterior, a normatização imposta pelo princípio da neutralidade noticiosa levou a sujeitar a noção de referencialidade da realidade social a enquadramentos baseados em critérios de racionalidade muitas vezes estranhos aos seus próprios termos, ao exercício de uma razão científica que aparentemente poderia prescindir do julgamento de valor e de propriedade das configurações sociais em que os “fatos” noticiosos têm origem. Arrefece, sobremaneira, as disposições de polemização acerca deste “fatos”, substituindo-as pela identificação das regularidades internas ao discurso jornalístico, pelo domínio de suas regras de funcionamento e exploração de suas debilidades lógicas e não mais políticas. O hábito da leitura noticiosa encaminha o discernimento público sobre o curso da realidade social para o plano do exercício individual privado de domínio dos códigos de regularidade do

diários também aumentaram sua circulação substancialmente no curso do séc. XIX, e, em 1890, o *Daily Telegraph* tinha alcançado a circulação de 300.000.” THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna - Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995, p. 235.

funcionamento das instituições sociais; domínio este exigidos para efeito de atualização e sucesso das escolhas e iniciativas privadas. Caberiam aqui análises empíricas sobre a medida da incorporação da normatividade noticiosa ao jornalismo brasileiro do início do século XX porque, a princípio, tem-se ainda, no interior destes jornais, uma forte presença do procedimento opinativo, referível, sobretudo, nas campanhas promovidas por estes jornais em torno de causas políticas nacionais, locais, e de questões sociais. A tradição polemizadora do jornalismo político anterior ao período republicano ainda se constituía em fonte considerável de prestígio e legitimidade do discurso jornalístico. Para a continuidade do aprofundamento da análise relativa a esta redefinição da localização institucional da comunicação no Brasil neste período de transformação qualitativa das suas estruturas em geral, faz-se necessário contemplar também a interface historicamente constituída entre a imprensa e os movimentos literários e artísticos. Somente em vista da atuação não apenas política mas também cultural da imprensa chegar-se-á a um quadro mais abrangente das fronteiras criadas entre estas diferentes práticas e, em especial, aquelas específicas da comunicação.

CAPÍTULO IV

IMPrensa E LITERATURA

01. A EMERGÊNCIA DA EXPERIÊNCIA PÚBLICA LITERÁRIA E ARTÍSTICA

Toda reflexão até agora aqui desenvolvida debruçou-se especificamente sobre o perfil da institucionalização política da prática jornalística. Esta, entretanto, não foi a única fonte de delimitação da especificidade da sua localização e percurso institucional. Na reconstrução histórico-sociológica da esfera pública burguesa operada por Habermas, com base no modelo inglês, a configuração literária antecedeu à política. No universo das publicações fluminenses emergentes desde o início do séc. XIX, deu-se o inverso do exposto pelo autor. O que se aproxima, no caso brasileiro, do modelo de esfera pública literária descrito por Habermas, teve origem, de formas diversas, no interior do movimento e dos espaços públicos criados e promovidos pela imprensa política.

De um ponto de vista mais abstrato, o que está em questão é o processo de diferenciação das esferas do conhecimento descrito por Kant e Weber, relativo ao que Habermas caracterizou como a expressão concreta do pensamento pós-convencional, que cindiu a razão objetiva, até em então limitada à religião e a metafísica, em três

esferas autônomas - ciência, moral e arte; componentes estruturais do “mundo da vida”, mutuamente referidos e responsáveis pelo “potencial cognitivo” que assegura os consensos responsáveis pela coordenação da ação social. Interessa especificamente o lugar que as instituições de comunicação assumiram em relação a estas esferas. Isto ocorreu segundo o autor, nos espaços do debate público de instituições científicas, políticas e artísticas. Além disso, outra questão teórico-analítica fundamental, está na mobilidade dos conceitos originais de público e privado, no sentido de uma expansão das instituições e experiências privadas para o terreno do interesse público.

As manifestações científicas e artísticas geradas no ambiente da primeiras publicações brasileiras não tinham o caráter de um tipo especializado de jornalismo, seja científico ou literário. A imprensa serviu como modelo para a forma de circulação destes conhecimentos, os quais, por sua vez, lhe tomaram de empréstimo sua nomenclatura ou razão social sem, entretanto, enquadrarem-se nos limites formais e ambições sociais da atuação pública preponderantemente política do jornalismo da época.

Datam do início do século XIX, um conjunto de publicações sugestivamente autodenominadas de *revistas*, *jornais* ou *semanários*, mas voltadas para a exposição de assuntos específicos à esfera emergente do conhecimento científico e da produção literária da época. Publicações como o *Jornal Literário, Político e Mercantil*, de 1813, o qual, segundo J. Veríssimo, “durou dois anos, deixando 3 volumes in-8º pequeno e in-8º grande, com estampas, hoje raríssimas, dos quais se acham artigos de história, geografia, ciências, todos relativos ao Brasil”.¹⁶⁶ E outras poucas como os *Anais Fluminenses*, *Artes e Literatura*, de 1822; o *Jornal Científico, Econômico e Literário*, de 1826; o *Beija-Flor - Anais Brasilienses de Ciências Políticas e Literatura*, de 1830, a *Revista Brasileira de Ciências Artes e Indústrias*, do mesmo ano.

Dois movimentos simultâneos devem ser observados: o referente ao ingresso das temáticas culturais no espaço institucional das publicações e à separação gradativa de suas diferentes esferas de conhecimento no interior da discursividade pública em construção no

¹⁶⁶ VERÍSSIMO, José. *Livro do Centenário (1500 - 1900)*. Op. Cit., p. 42.

período imperial brasileiro. Apesar da evidência de que a maioria dos ensaios, comentários, informações e pequenos tratados, destas diferentes esferas encontravam-se ainda reunidos, em geral, numa mesma publicação, é perceptível, já a partir da década de 30, uma tendência no sentido da especialização discursiva destes conhecimentos e, portanto, da diferenciação de fronteiras, o que inclui seus objetos de interesse, paradigmas, produtores e público-alvo. Há, entretanto uma série de fatores que as conduziram a certas importantes intersecções capazes de explicar o fato de atuarem, simultaneamente, por vezes, numa mesma publicação e no mesmo espaço público. Fatores como a coincidência de produtores e públicos atuando paralelamente em mais de uma destas esferas, com a existência, por exemplo, de políticos que publicavam também textos literários ou de engenheiros políticos ou de médicos literatos e, por outro lado, de públicos relativamente homogêneos em termos de origem social ou de formação cultural interessados em participar das discussões em muitas esferas ao mesmo tempo.¹⁶⁷ Há ainda, do ponto de vista das condições de materialização destes conhecimentos, o compartilhamento de uma mesma forma de construção lingüística, ancorada na palavra, no uso da argumentação verbal, a qual os reuniu na comunhão de um mesmo recurso de expressão de seus construtos, qual seja, do meio impresso e dos mesmos procedimentos de polemização pública suscitados por estes meios. Do ponto de vista das idéias, havia a perspectiva comum de definir os contornos da nacionalidade brasileira, de incorporar valores e conhecimentos viabilizadores deste conceito, associado, na esfera de reflexão científica, à noção de progresso pela evolução de técnicas e recursos materiais de produção de riqueza.

A *Niteroy, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, por exemplo, lançada em Paris no ano de 1836 por um grupo de brasileiros lá reunidos para estudarem, entre eles Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco de Sales Torres Homem, João Manuel Pereira da Silva e Cândido de Azevedo Coutinho, publicou artigos sobre literatura, música, química, economia, direito e astronomia. Em seus exemplares foram impressas as

¹⁶⁷ Para uma leitura de inúmeros perfis onde as “quatro qualidades” andam juntas; do literato que é jornalista, político e orador, consultar MELLO, Teixeira de; DÓRIA, Franklin; ASSIS, Machado de. *Compêndio de História da Literatura Brasileira*. RJ, s/ed., 1909.

primeiras manifestações do romantismo brasileiro e, mais ainda, os elementos iniciais da chamada teoria do nacionalismo literário.¹⁶⁸

Em 1831 foi lançado o *Semanário Político, Industrial e Comercial do Rio de Janeiro*, segundo H. Vianna, “foi a nossa primeira revista política e econômica, em que, a começar do título, foram abandonados anteriores objetivos literários, vagamente científicos ou artísticos”.¹⁶⁹ Observa-se, a partir deste período, o princípio de um processo de especialização de esferas do conhecimento. Esta primeira revista política e econômica apesar de ter feito circular apenas um único exemplar, circunscrevia de forma mais rigorosa os limites do seu objeto de interesse, no caso, questões relativas à economia política, ao comércio e à manufatura. Tratavam-se de ensaios dirigidos a um público supostamente interessado nas regras de racionalização da produtividade econômica e não de textos propriamente jornalísticos (noticiosos ou opinativos).¹⁷⁰ Nesta mesma linha publicou-se, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o *Auxiliador da Indústria Nacional*, entre os anos de 1833 a 1898, voltado para os segmentos produtivos nacionais - agricultores, comerciantes e fabricantes. Foi uma revista que acompanhou o desenvolvimento da política agrícola do país e dos recursos para sua expansão.¹⁷¹

¹⁶⁸ Na análise de Antônio Cândido, este grupo de Paris estabeleceu “o ponto de partida para o Nacionalismo Literário”, para a emergência do romantismo no Brasil e toda a sua força integradora das aspirações nacionalistas ao espírito iluminista da época. Em CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. 2º Vol., 6ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, pp. 13-14.

¹⁶⁹ VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812 - 1869)*. RJ, Imprensa Nacional, 1946. p. 71.

¹⁷⁰ Em período um pouco anterior encontram-se ainda, numa mesma publicação, produções de áreas diversas do conhecimento. Exemplo disso foi o *Jornal Científico, Econômico e Literário*, editado por apenas três vezes, no Rio de Janeiro, em 1826. Em suas páginas esboçavam-se títulos tais como - “Teoria do Universo ou da Causa Primitiva do Movimento e de seus Principais Efeitos”; - “Ensaio Sobre a Origem dos Corpos Organizados e Inorganizados”; - “Sobre o Comércio Interior, Canais, Estradas, Pontes e Calçadas”; - “Inventos Modernos”; - “Agricultura e Economia Rural”; - “Química Agrícola”; - “Memória Dirigida à Extinta Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil, por um dos Redatores deste Jornal, a qual foi Submetida à Comissão de Agricultura”; - “Sonetos à Futura Prosperidade do Brasil”, “Villa Rica” (poema de Cláudio Manoel da Costa), “Fábula e Pensamento Solto” e “Sentenças e Máximas”. O *Jornal* contava ainda com mais duas seções dedicadas a “Viagens” e “Variedades”. Conforme VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812 - 1869)*. Op. Cit., p. 72.

¹⁷¹ Conforme Marcelo e Cybelle de Ipanema, “na Revista inseriam-se as atas das sessões da Assembléia Geral; pedidos para informar de privilégios acompanhados de Avisos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras e Públicas; memórias sobre assuntos de interesse da lavoura e da indústria, como, por exemplo, máquinas de descascar e de secar café, exposição sobre cultura da cana, sericultura, preparo da terra, extinção de formigas, etc. A esta sociedade e a esta revista devem a ciência, a indústria e a tecnologia brasileiras excepcionais serviços. Seu papel, no desenvolvimento do país, transcende os

Vale descrever aqui o levantamento e os comentários feitos em 1900 por José Veríssimo sobre o perfil destas primeiras publicações, suas vinculações a grupos, associações e institutos públicos nacionais, no intuito de revelar, por um lado, a grande confusão de fronteiras mas, por outro, a progressiva especificidade destas publicações à época já observável entre a prática publicista do jornalismo e a das demais áreas de conhecimento. Na descrição de Veríssimo,

“ Em 1839 começou o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, fundado no anno anterior, a publicar sua *Revista*, que é sem dúvidas, não só a mais antiga, porém a mais considerável e conhecida publicação periódica do Brasil. Sae trimestralmente, e os seus 61 volumes são o mais copioso repositório existente de notícias e informações para a história, geographia e ethnographia do Brasil. De 1839 a 1845 uma “sociedade de litteratos brasileiros” (Pedro de Alcantara Bellegarde, João Manoel Pereira da Silva e Josino do Nascimento Silva) publicou a *Revista Nacional e Estrangeira*, “escolha de artigos nacionaes e traduzidos”. Existem della cinco volumes i- 8º. A *Minerva Brasiliense*, jornal de sciencias, lettras e artes, publicado por uma associação de litteratos (Gonçalves Magalhães, Salles Torres Homem, F. Bernardino Ribeiro, Pinheiro Guimarães, Silva Maia, cônego Januário Barbosa, Joaquim Caetano, Norberto Silva e outros) é uma das revistas mais notáveis que possuímos. Durou de 1843 a 1845, deixando quatro volumes. Uma associação de litteratos, entre os quais se achariam os mesmos da *Minerva*, publicou também de 1849 a 1856 a *Guanabara*, revista mensal, artística, scientifica e litterária, que deixou três volumes. Esta revista transformou-se em 1857 na *Revista Brasileira*, que sob a direcção que Candido Baptista de Oliveira, scientista de real mérito, político e estadista dos mais intelligentes e laboriosos que tem tido o Brasil, durante até 1861, restando della quatro volumes in-4º, com estampas scientificas. Em 1856 o dr. Francisco de Paula Menezes publicara com o título de *Revista Brasileira* um “jornal de litteratura, theatros e industria”, que apenas durou aquelle anno. Saiu em 1859 e durou até 1862, deixando 16 volumes in-4º com estampas ruins feitas aqui e alguns magníficos retratos gravados em Paris, a *Revista Popular*, “noticiosa, scientifica, industrial, histórica, etc.”, publicada pelo editor B. L. Garnier, duas vezes por mez. O mesmo editor publicou de 1863 a 1878 o *Jornal das Famílias*, do qual ficaram 16 volumes in-8º de litteratura amena e recreativa, modas e economia doméstica. É também do anno de 1863 a *Bibliotheca Brasileira*, revista mensal, por uma associação de homens de lettras.

Dirijia-a o sr. Quintino Bocaiúva, depois um dos grandes nomes da política e do jornalismo brasileiro, e nella deixaram artigos ainda benemeritos de leitura Sousa Franco, Miguel Antônio da Silva, José de Alencar, Felício dos Santos e outros. Era excellentemente impressa e bem feita. Com aquelle título, durou apenas um anno, ou antes três meses, que o seu primeiro tomo é constituído com os números de Julho, Agosto e Setembro de 1863, formando um volume in-4º de 386 páginas. Associações profissionais ou technicas, como o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, o Instituto Polytechnico Brasileiro a já mencionada Imperial Academia de Medicina, e outras de menor importância publicavam cada uma a sua revista, mais ou menos regularmente e mais ou menos benemérta de apreço.

A do Instituto dos Advogados durou nove annos, de 1862 a 1870 e deixou oito volumes, a do Instituto Polytechnico, 12, 1867-1879, deixando quatorze volumes.

Também institutos officiaes, como a Bibliotheca Nacional, o Museu Nacional, e alguma das faculdades superiores deram a lume jornaes dos seus trabalhos ou de estudos e documentos a elles concernentes. Dessa publicações, que algumas, as das faculdades superiores especialmente, não vingaram, convem destacar os *Annaes da Bibliotheca Nacional* e os *Archivos do Museu Nacional*, que, embora publicados irregularmente, ainda existem e constituem, cada um no seu gênero, um magnífico repositório de contribuições para o estudo do Brasil e das suas cousas. Os *Annaes* começaram a sair sob a direcção do bibliothecario a quem se deve a restauração da nossa grande Bibliotheca, o dr. Ramiz Galvão, em 1876, e contam hoje 20 volumes; os *Archivos do Museu* também começaram a sair no mesmo anno e formam nove volumes. Em 1874 publicou-se a segunda *Revista Brasileira*, ou terceira si houvermos de considerar a do dr. Paula Menezes, de 1856, jornal de litteratura, theatros e indústria, que apenas publicou poucos números. Editou-a N. Midosi; saía quinzenalmente e deixou 10 volumes in-8º. Depois de longo intervallo, apenas occupado por publicações ligeiras ou ephemerias sem nenhum character de revista, saiu em 1895 a lume a terceira *Revista Brasileira*, editada primeiro pela casa Laemmert & Comp., depois por uma sociedade. Procurou no formato e na disposição, como nos seus intuitos geraes, reatar a tradição das que o mesmo título e sob a direcção de Cândido Baptista e de N. Midosi a precederam. Quinzenal nos primeiros dous annos, passou depois a mensal, a findar este anno de 1899, o seu quinto anno de existência, terá 20 volumes. Vingar-se finalmente esta terceira tentativa para dotar o nosso paiz de uma revista que, de longe siquer, imite congêneres publicações estrangeiras e seja o órgão, defeituoso embora, da nossa vida intellectual?

Não se deve esquecer entre as publicações periódicas brasileiras o *Annuario do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro*, que acaba de publicar o seu 16º volume. O *Brasil Médico*, jornal hebdomadario

de medicina, acaba também de entrar o seu 14º ano, e o *Direito*, jornal mensal de jurisprudência no seu 26º, com oito volumes. ”¹⁷²

O fato é que, durante o século XIX, idéias, movimentos e instituições culturais se desenvolveram no duplo sentido de criar um espaço cultural comum a um público culto, livre do julgo religioso e estatal e de delimitarem suas especificidades discursivas. Artes e ciências buscavam legitimidade na esfera da apreciação, da exposição e da argumentação racional e os meios impressos eram, em grande medida, um recurso privilegiado para a promoção de seus objetivos de visibilidade no espaço público, assim também como os teatros e cafés. A prática publicista do jornalismo podia ainda ser compreendida como meio de promoção de uma produção de conhecimento em geral. A incipiência institucional do discurso jornalístico facultava a apropriação de idéias e movimentos culturais e dos seus respectivos padrões discursivos, sem impor claras limitações formais e temáticas. Faltava-lhe uma estrutura mais definida de produção material, organizacional, profissional e discursiva que impusesse restrições à integralidade original da intencionalidade discursiva das diversas manifestações das esferas científica e artística. As idéias e práticas destes movimentos culturais emergentes compartilhavam com a política e o jornalismo a aspiração de fundar novos critérios de formação de valores, normas, comportamentos e critérios de sociabilidade e de concepção de mundo que substituíssem progressivamente as representações simbólicas da tradição.

Este processo amplo de racionalização do mundo, em sua fase inicial, convergiu instâncias diferenciadas de produção simbólica em um mesmo espaço público. Esta convergência não impediu, entretanto, que elas logo visualizassem a particularidade do seu objeto e racionalidade e buscassem definir os seus próprios meios de expressão pública e espaços institucionais. Se, por um lado, a ciência tendencialmente foi-se alojar no ambiente acadêmico das escolas, das faculdades, institutos de ensino e pesquisa, museus, arquivos e bibliotecas, a arte literária, por sua vez, criou significativos laços de proximidade com a prática jornalística. Razões para esta ampla intersecção discursiva encontram-se na importância historicamente

¹⁷² VERÍSSIMO, José. *Livro do Centenário (1500 - 1900)*. Op. Cit., pp. 44-46.

atribuída à prática literária pelo restrito público constituinte da esfera pública política do século XIX.

A tradição educacional herdada das escolas jesuíticas privilegiava, sobremaneira, a gramática, a retórica, o estudo filosófico, de línguas e teológico. Bacharéis e clérigos formavam a camada culta da elite brasileira educada em Portugal. Os cursos jurídicos criados em Olinda e São Paulo vieram a reforçar a valorização do bacharelismo a serviço, então, da causa nacional brasileira, de forte matiz crítica e reformista. Foram indivíduos cultivados na retórica, no eruditismo filosófico, lingüístico, literário e jurídico os ocupantes das posições socialmente mais privilegiadas na administração estatal e no parlamento. À exceção dos cursos de medicina, nenhuma outra formação técnico-científica possibilitava um acesso ao mesmo nível de prestígio. Ao bacharelismo era associada a formação literária, considerada indispensável ao alargamento de uma concepção humanística mais abrangente da realidade histórica. A “aristocracia do espírito”, como a vê F. de Azevedo, buscava na literatura um meio de aumentar sua autoridade discursiva. Foi no ambiente literário, segundo o autor,

“que se estabeleceram e se estreitaram as comunicações entre profissionais; pois se as letras ornando o diploma e fortuna, facilitavam o acesso à vida pública, não eram elas, pelo idealismo que costumavam estimular, as mais capazes de habituar os homens, colocados em pontos de observação, a ver sem amargura a política em estado de nudez (...). Para libertar-se da tirania da profissão e escapar às especializações estreitas, não havia outro recurso para o brasileiro senão a literatura que lhe alargava os horizontes, lhe dava novas armas intelectuais (...). Assim, pois, se poucos profissionais deveram todo o prestígio que conquistaram, exclusivamente ao exercício de sua profissão, a maior parte dos que, entre eles, atingiram as eminências intelectuais, não só desempenharam as letras, mais nela procuraram e às vezes encontraram um ponto de apoio e o meio eficaz para dilatar a sua autoridade além da fronteira das profissões liberais. Em alguns as letras acabaram por dominar a profissão; em outros, prevaleceu sobre as letras (...) e, em raros, a profissão e a arte literária, elevando-se a um alto grau, associaram-se e equilibraram-se. (...). Esta atração pelas letras chegou a generalizar-se de tal modo no Brasil que nenhum profissional parecia julgar-se completo sem se dobrar de um “letrado”. Os bacharéis (...) foram os mais sujeitos a essa atração. Não havia quase estudantes de direito que não pagasse esse tributo à poesia e à

retórica ou perpetrasse, na mocidade, alguns “pecados” literários (...). Foi a época dos poetas, dos organizadores, cronistas, eruditos, gramáticos e letrados.”¹⁷³

A literatura, a seu modo, forjou, assim como a política, o seu próprio missionarismo patriótico, traduzível, até meados da década de 70, no predomínio dos ideais românticos nas manifestações poéticas e nos romances produzidos neste período. O projeto romântico foi decisivo para o surgimento de uma literatura localizadamente nacional distinguível da tradição européia e, em particular, da portuguesa. Compartilhou com a esfera política os ideais e ambições de construção de uma soberania nacional e, para tanto, requereu o reconhecimento público de elementos, práticas e valores considerados próprios à cultura brasileira. Assim o fizeram autores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, na defesa de um indianismo que, em repúdio aos colonizadores, era equiparável a estes em atributos morais e cavalheirismo. Duas vertentes simultâneas marcaram a intervenção romântica sobre a concepção de mundo em curso: por um lado, a busca dos mitos nacionais, de elementos regionalistas, de revisão dos valores, de um ponto de vista particular, das questões sociais, da vida urbana, por outro lado, o individualismo voltado para uma extrema valorização da particularidade da experiência singular, intransferível, que levava a um estado de não-identidade, isolamento e auto-sacrifício. Conforme A. Cândido,

“esta atitude nova, denotando individualismo acentuado, desejo de desacordo com as normas e a rotina, é em parte devida à nova posição social do escritor, entregue cada vez mais à carreira literária, isto é, a si próprio e ao vasto público (...). Em consequência, torna-se não apenas mais sensível à condição social dos outros homens como, cada vez mais disposto a intervir a seu favor.”¹⁷⁴

Na interpretação habermasiana, a esfera pública literária forneceu o ambiente e os recursos para um amplo processo de auto-esclarecimento psicológico. Favoreceu a emergência de novos valores e

¹⁷³ AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. Op. Cit., pp. 305-306.

¹⁷⁴ CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol 2. Op. Cit., p. 34.

procedimentos publicamente tematizados por uma produção literária que refletia as novas necessidades e experiências vividas por um contingente humano oriundo de estruturas sociais tradicionais, condicionados, a partir de então, a novas regras de sociabilidade e de iniciativa individual. O romance seria, neste ambiente, um gênero emergente especificamente deste conjunto de expectativas e condicionantes estruturais historicamente configurados. Conforme Ian Watt, o romance convencionou-se numa regra narrativa que privilegiava o realismo advindo da experiência humana, com todos os elementos básicos que a conformam, como a presença dos elementos particulares ao tempo e espaço das ações descritas e os perfis individuais dos personagens envolvidos “apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que comum em outras formas literárias.”¹⁷⁵

O público, sobretudo urbano, encontrou neste gênero em particular uma via larga de acesso à compreensão e formalização das suas próprias experiências particulares de vida. Encontrou, além disso, no realismo formal próprio aos seus enredos, poucos obstáculos lingüísticos à auto-identificação, solidariedade e empatia, com seus personagens e experiências por eles vividas. Conforme Ian Watt,

“ há diferenças importantes no grau em que as diferentes formas literárias imitam a realidade, e o realismo formal do romance permite uma imitação mais imediata da experiência individual situada num contexto temporal e espacial do que outras formas literárias; e isso com certeza explica por que a maioria dos leitores nos dois últimos séculos têm encontrado no romance a forma literária que melhor satisfaz seus anseios de uma estreita correspondência entre a vida e a arte.”¹⁷⁶

Românticos e naturalistas brasileiros mantiveram esta relação de verossimilhança com a realidade. Privilegiaram as colorações próprias às localidades, aos conceitos sociais e costumes nacionais. Para A. C. C. C.

“esta tendência naturalizou a literatura portuguesa no Brasil, dando-lhe um lastro ponderável de coisas brasileiras. E como além de recurso estético foi um *projeto* nacionalista, fez do romance verdadeira forma

¹⁷⁵ WATT, Ian. A Ascensão do Romance: Estudos Sobre Defoe, Richardson e Fielding. SP, Cia. das Letras, 1990. p. 31.

¹⁷⁶ WATT, Ian. Op. Cit., p. 32.

de pesquisa e descoberta do país (...). O ideal romântico-nacionalista de criar a expressão nova de uma país novo, encontra no romance a linguagem mais eficiente .”¹⁷⁷

José de Alencar percorreu o campo, o meio urbano e o indianismo. Joaquim Manuel de Macedo, em 1844, ficou famoso com o romance climatizado aos costumes nacionais d’ *A Moreninha*. Manuel Antônio de Almeida nas suas *Memórias de um Sargento de Milícias*, apresentou a vida urbana do Rio de Janeiro do começo do século XIX, segundo A . Candido,

“com uma visão mais profunda, embora instintiva, da função, ou ‘destino’ das pessoas nessa sociedade; tanto assim que o real adquire plena força quando é parte integrante do ato e componente das situações. Manuel Antônio, apesar de sua singeleza, tem uma coisa em comum com os grandes realistas: a capacidade de intuir, além dos fragmentos descritos, certos princípios constitutivos da sociedade -, elemento oculto que age como totalizador dos aspectos parciais.” ¹⁷⁸

Grande parte dos romancistas e poetas brasileiros que alcançaram prestígio de crítica e público publicavam suas criações literárias nos jornais que, à época, já não se confundiam mais como meros porta-vozes de grupos político-partidários. Eram jornais que tinham uma ambição de auto-delimitação institucional diferenciável da exclusiva prática política; que apresentavam indícios de uma tendencial complexidade material, organizacional e discursiva, com uma divisão maior de funções, um apelo a um público mais heterogêneo e uma maior diversidade temática e formal. À exceção de nomes como Gonçalves Dias, que pouco contato manteve com a vida literária do Rio, muitos foram os literatos vinculados, de formas diversas, ao espaço da discursividade jornalística, seja pela publicação seriada de seus romances ou na função de jornalistas (críticos, cronistas, colunistas, redatores e outras). Joaquim Manuel de Macedo, além de romancista, foi jornalista, político, deputado provincial e geral, tendo redigido, inclusive, de 1852 a 1854, n’*A Nação*, jornal do Partido Liberal.

¹⁷⁷ CÂNDIDO, Antônio. Op. Cit., p. 112.

¹⁷⁸ CANDIDO, Antônio. *O Discurso e a Cidade*. SP, Duas Cidades, 1993, p. 35.

Manuel Antônio de Almeida, sobreviveu praticamente do ofício de tradutor de folhetins para jornais, onde publicou crônicas, críticas e anônima e parceladamente, entre os anos de 1853 e 1854, no *Correio Mercantil*, seu conhecido romance. José de Alencar escreveu folhetins e colunas políticas por muitos anos para o *Jornal do Commercio*, chegando a ser, em 1855, redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. Além disso, foi também advogado, político e funcionário público.

Machado de Assis foi tipógrafo da Imprensa Nacional e do *Correio Mercantil* tornando-se depois colaborador em diversos jornais. Franklin Távora fundou a *Revista Brasileira*, onde foram publicadas, entre 1879 a 1881, obras suas e de escritores como Machado de Assis e Sílvio Romero. Olavo Bilac assumiu o cargo de cronista da *Gazeta de Notícias* deixado em aberto por Machado de Assis em 1897, mas desde 1880, já se fazia ler na *Gazeta*.

02. A PRÁTICA LITERÁRIA NO AMBIENTE JORNALÍSTICO

Além deste nomes, muitos outros poderiam ser aqui relacionados como evidência do estreitamento de interesses entre imprensa e esfera literária. Pode-se considerar esta aproximação de práticas como um consórcio frutífero para ambos os lados. Para além do fato de que literatos e políticos muitas vezes se confundiram na mesma pessoa ou de que ambas as práticas compartilhavam os mesmos espaços, recursos de expressão e ideais patrióticos, elas dialogavam sobre temáticas muito próximas às expectativas e experiências do crescente público-leitor - mesmo que ainda numericamente inexpressivo em relação à totalidade da população brasileira. A tradução de romances, em geral franceses, entre os anos de 1830 a 1854, chegou a uma média de quatro por ano. Criou-se um interesse por um novo tipo de narrativa e uma nova prática de leitura. A partir da década de

60, o jornalismo incorporou, em grande parte, a publicação seriada de romances nacionais e estrangeiros, denominados então de folhetins, com o crescente predomínio dos nacionais. O público-leitor foi o grande incentivador desta prática, alimentada pelo aumento das vendas e das tiragens e dos jornais.

A imprensa das últimas três décadas do século XIX diversificou sobremaneira seu acervo temático e formal. Ao dinamismo imposto pelas inovações estruturais no modo de vida urbano corresponderam uma expansão qualitativa das formas de diálogo no espaço público intersubjetivamente promovido pela imprensa. O jornalismo cultural procurou, de certa forma, tematizar experiências até então não atingidas pela discursividade pública política. Críticas literárias, resenhas, ensaios, polêmicas de longo curso sobre o que deveria ser considerado como próprio à nacionalidade brasileira, como, por exemplo, o debate levado pela imprensa entre Joaquim Nabuco e José de Alencar,¹⁷⁹ entre outros, a reprodução de poemas, de contos e romances entre tantas manifestações específicas do fazer literário tiveram espaço integral nas páginas do jornalismo fluminense da época. Eram padrões oriundos da literatura incorporados sem mutilações pela imprensa tornando-a, cada vez mais, a instância que conferia maior visibilidade pública às práticas literárias.

Tudo isso significou uma expansão substantiva do campo temático da reflexividade jornalística e das suas fontes de legitimação institucional. Da intersecção com a esfera literária emergiram gêneros próprios da sua especificidade discursiva, voltada para a atualização temática dos elementos da paisagem e da experiência urbana. A crônica literária foi uma das resultantes mais exploradas neste convívio. Olavo Bilac, por exemplo, desenvolveu o gênero levando-a às mais diversas áreas da vida social, como a urbanização, a sanitização da cidade do Rio de Janeiro, problemas sociais, questões de segurança, de exploração de menores, políticas de emprego, como um “terapeuta encarregado de diagnosticar a sociedade em que circulava com entusiasmo e desenvoltura.”¹⁸⁰

¹⁷⁹ Uma leitura dos argumentos nacionalistas de Alencar e da reação universalista de Nabuco pode ser feita em COUTINHO, Afrânio (org.). *A Polêmica Alencar - Nabuco*. RJ, Tempo Brasileiro, 1965.

¹⁸⁰ DIMAS, Antônio. Na “Introdução” do livro por ele organizado de BILAC, Olavo. *Vossa Insolência - Crônicas*. SP, Cia. das Letras, 1996, p. 16.

A crônica exigia do escritor abrir mão do puro subjetivismo e estilística literários em favor de um realismo e de um certo compromisso com toda a sociedade (características oriundas dos princípios formais do discurso jornalístico). Era um meio caminho entre estas duas escrituras que permitia, por um lado, ironias, figuras de linguagem e subjetivismo próprios à personalidade autoral, mas, por outro, requeria proximidade com os eventos correntes da vida social, com a cotidianidade e seu desenrolar de fatos e ações. Isto resultava em produções sujeitas à fugacidade destes eventos e à dinâmica que os desatualiza no tempo. Conforme A. Dimas,

“ciente da multiplicidade de temas à sua disposição e não menos ciente do relativo poder de fogo de sua coluna, o cronista cumpria sua proposta dentro dos moldes brandos que o gênero requer. (...) Diferente do poeta que se protege e se resguarda no casulo do ócio fecundo e prolongado, favorável à criação que dispensa o convívio imediato, o cronista está sujeito ao burburinho da informação cotidiana, trazida pelo próprio jornal, para o qual devolverá a matéria que lhe serviu de suporte ou de pretexto. Nestas condições, espremidos pelo tempo e pelos acontecimentos em ação, sua reflexão sai a jato e sua intimidade ideológica torna-se, portanto, mais porosa porque não pode contar, em princípio, com o manejo medido da língua, o que o deixa exposto à curiosidade futura.”¹⁸¹

Outra vertente desta intersecção de esferas manifestou-se no gênero humorístico corporificado pela caricatura, pela charge e ilustrações de uma forma geral. O ponto de partida eram os temas do cotidiano explorados pelas notícias, pelas colunas e crônicas. A partir da década de 60, surgiram muitas publicações com especial ênfase sobre este gênero, como, por exemplo, a *Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiuss, formado em belas-artes, que durou de 1860 a 1876. Além de outras como a *Ilustração Brasileira* (1876-1878), a *Vida Fluminense*, *O Mosquito*, *A Vespa*, *O Malho*. São inúmeras as efêmeras publicações neste gênero e seus desenhistas tanto produziam para elas como para os jornais de maior porte como *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Jornal do Brasil*, entre outros.¹⁸²

¹⁸¹ DIMAS, Antônio. Op. Cit., p. 17.

¹⁸² Para uma detalhada descrição dos mais operosos caricaturistas e desenhistas do período, consultar COSTA, Licurgo e VIDAL, Barros. *História e Evolução da Imprensa Brasileira*. RJ, Ed. Comissão Org. do Centenário de Portugal, 1940, pp. 75-89.

O humorismo casou-se com noticiário, a crônica, o colunismo, os artigos; com as críticas e quase todos os gêneros do jornalismo, inclusive com a publicidade. Foi, de certa forma, mais um recurso lingüístico criado neste ambiente em que se expunham, criticavam, exploravam e debatiam desde as questões mais amplas da nacionalidade brasileira àqueles mais imediatas dos problemas e situações da vida urbana fluminense. Articuladas a esta rede de manifestações incessantes de atualizações, as charges e caricaturas também criaram sua própria esfera auto-reflexiva, com seus salões de humor, palestras, publicações, exposições e conferências. Havia entre seus produtores o senso de participar da intelectualidade da época, formando intersecções com integrantes da esfera política e da esfera artística, recorrendo, como a maioria, à busca das marcas de uma nacionalidade pensada a partir dos problemas da vida urbana imediata, da vida das ruas, por meio de um potencial crítico do humor que atingia tanto as camadas mais cultas, como as mais populares - e reunia, entre seus produtores, integrantes oriundos também de ambas.¹⁸³

Como descreve M. Velloso, “esses intelectuais expressam, de maneira original, o impacto da modernidade na vida cotidiana da cidade e da nacionalidade. Colaborando em quase todos os jornais e revistas humorísticas ilustradas, eles funcionam como verdadeiros formadores da opinião pública da época”. Ao mesmo tempo que “registram com agilidade e perspicácia o clima controverso de valores que marca a modernidade”, simultaneamente, como percebeu a autora,

“esses intelectuais demonstram sua sintonia com as demandas da modernidade. Agilidade na comunicação, reinvenção da linguagem, impacto visual, valorização das formas, da imaginação e da fantasia(...). Cabe observar que é no simbolismo que ocorre a passagem de uma estética romântica para uma estética modernamente irônica, onde a linguagem é constantemente criticada e recriada. É precisamente desse entrecruzamento de influências que vai se esboçar uma estética inspirada sobretudo na visualidade e no humor.”¹⁸⁴

¹⁸³ É revelador o depoimento de Nair de Tefé, filha do Barão de Tefé e esposa de Hermes da Fonseca. Em BARBOSA, Francisco de Assis. Testamento de Mário de Andrade e Outras Reportagens. RJ, MEC, Imprensa Nacional, 1954, pp. 32-45. Ler “Nair de Tefé: Sou Francamente pelo Sorriso em Matéria de Caricaturas”.

¹⁸⁴ VELLOSO, Mônica. “A Modernidade Carioca na Sua Vertente Humorística”. Trabalho apresentado ao XIX Congresso Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, outubro/95, pp. 03-05.

O convívio entre literatos e jornalistas - até onde já é possível esta distinção -, a abertura temática e decorrente abrangência de novos segmentos leitores no interior deste publicidade promovida pela imprensa provocou também a difusão de publicações voltadas para públicos específicos. O público feminino e seus interesses fizeram-se visíveis em publicações jornalísticas voltadas para eles. Violante Bivar, em 1852, foi considerada a primeira jornalista brasileira a ingressar nesta prática. Fundou um jornal segundo ela, “justamente quando a sua idade (35 anos) já permitia uma maior compreensão das coisas”, feito apenas por mulheres e para elas voltado no sentido de “dignificá-las”, chamado de *Jornal das Senhoras*, que sobreviveu até 1855. Nele foram impressos romances (traduzidos por ela própria do inglês) comédias, poesias, contos de leitoras, artigos sobre moda e críticas à educação permitida às mulheres da época. Posteriormente, redigiu *O Domingo*, até sua morte, em 1875.¹⁸⁵ Em 1861, para este mesmo público, foi impresso, por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, *A Primavera* e, em 1862, por Júlia de A. S. Aguiar, *O Belo Sexo*. *O Jornal das Famílias*, impresso em Paris pela Garnier, era uma versão adaptada das revistas francesas *Conseiller des Dames* e do *Magazin des Demoiselles*, com seções dedicadas à suposta curiosidade feminina da época por assuntos tais como contos, novelas, poemas, moda, culinária, conselhos, reflexões, folhetins, afazeres domésticos, religião, etc. Conforme F. Mauro,

“de um total de duzentos e vinte e seis contos e romances publicados no *Jornal das Famílias*, oitenta e dois, ou seja, trinta e sete por cento, foram escritos por Machado de Assis(...). Mas havia também outras seções no *Jornal*. Por exemplo, “Mosaico” agrupava temas bastante variados: conselhos práticos de beleza e de economia doméstica, receitas de remédios, anedotas, máximas, considerações sobre a educação, sobre a mulher, exortações morais.”¹⁸⁶

¹⁸⁵ Segundo L. Costa e B. Vidal, “causava pasmo o seu desassombro. As próprias mulheres não escondiam a admiração que Violante lhes inspirava e Beatriz Francisca de Assis Brandão, um outro grande espírito feminino da época, não só lhe dedicou um trabalho literário, como também escreveu uma saudação em homenagem ao seu talento”. Conforme COSTA, Licurgo e VIDAL, Barros. *História e Evolução da Imprensa Brasileira*. Op. Cit., p. 61.

¹⁸⁶ MAURO, Frederic. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II* - Col. A Vida Cotidiana. SP, Cia. das Letras, 1991, p. 227.

Outros grupos mobilizavam-se também no sentido de ter suas próprias publicações. Assim, conforme Cybelle e Marcello de Ipanema,

“ as fartas publicações médicas recebem a companhia da *Revista da Sociedade Físico-Química* (1857). Os *Anais da Academia Filosófica* saem em 1858. O teatro, pela *Revista Teatral* (1860), de Eduardo Daniel Vilas Boas. A música pela *Gazeta Musical do Brasil* (1860-1861), de J. J. Soland de Chirol. Os advogados puderam apreciar a *Gazeta Forense* (1857-1858) entre outras. Crescem os títulos de jornais para jovens e por eles escritos. A *Esperança* (1863) é o órgão dos alunos do Colégio Tautphoeue. Representantes de grupos sociais, como *O Militar* (1854-1855) ou a *Revista Tipográfica* (1854). Em língua estrangeira são mais numerosos os jornais destinados à colônia portuguesa, como *O Português* (1861-1865) e surgem as publicações em italiano (...). A inglesa conta com o *Rio Commercial Journal*, com longa vida (1857-1875) e é numerosa a francesa citando-se o *Le Courier du Brésil* (1854-1862).”¹⁸⁷

A partir dos anos 60, pluralizaram-se e complexificaram-se as instituições envolvidas no espaço da discursividade pública promovida pelo meios impressos. Cresceu a importância dos teatros, dos salões, dos concertos públicos e do convívio à Rua do Ouvidor, o “beco dos faladores”,¹⁸⁸ onde encontravam-se as sedes dos principais jornais locais. A partir de 1860, fundaram-se também muitas associações. Segundo F. Mauro, “cada bairro queria ter o seu congresso, seu grupo ou clube recreativos.”¹⁸⁹

Livrarias e editores reuniam também públicos diversos interessados em debater política e literatura. Principalmente esta última, ganhava mais terreno com o passar dos anos, inúmeras eram as publicações literárias oriundas dos círculos, das associações e sociedades científicas. Além disso, algumas livrarias ofereciam assinaturas de

¹⁸⁷ IPANEMA, Marcello de e IPANEMA, Cybelle de. *História da Comunicação*. Op. Cit., pp. 189-190.

¹⁸⁸ Carlos de Laet, em crônica no *Diário do Rio de Janeiro*, em edição de 16.07.1876, descreveu a Rua do Ouvidor nos seguintes termos: “Oh! Rua do Ouvidor (...) pátria dos franceses e de todos os países e dos Boêmios de todas as idades, --- eu te saúdo! ... Pois fiquem sabendo que - Rua do Ouvidor - é bem um eufemismo; aquilo não é a Rua do Ouvidor, é o beco dos faladores”. Conforme citado por RENAULT. Delso. *O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro Segundo os Jornais (1870 - 1889)*. RJ, Cia. Brasileira; Brasília, INL, 1982, p. 80.

¹⁸⁹ MAURO, Frederic. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*. Op. Cit., p. 204.

jornais franceses, ingleses, americanos e portugueses. A cidade do Rio de Janeiro sofria mudanças progressivas a cada ano. Entre os poucos ônibus de 1837 às inúmeras linhas de bonde da década de 70, ao surgimento de novos bairros, ao crescimento do comércio e da movimentação de recursos materiais e financeiros, a vida urbana da cidade já não permitia uma visão homogênea e singular da sua experiência cultural. Esferas de discursividade mais específicas, menores, ou restritas interseccionavam-se de forma cada vez mais complexa com outras de ambição originalmente mais abrangente. A cidade multiplicou as fontes de sua auto-reflexividade pela incorporação de outros espaços e recursos lingüísticos, como o teatro, as publicações especializadas, segmentadas, o noticiário social a crônica urbana, a literatura de costume, moralista e ficcional.¹⁹⁰ Companhias internacionais regulares de teatro lírico começaram a incluir o Rio em suas temporadas desde 1844, criando o hábito de apresentações anuais. Próximos ao final do século XIX criaram-se os cafés-concerto, um misto de confeitaria e teatro, onde serviam-se cerveja, chopes, vinhos, vermouths, licores e champanha a uma platéia curiosa pelos números humorísticos e musicais apresentados em um palco disposto a um canto do ambiente.¹⁹¹

Autores de teatro também assinavam colunas, crônicas, artigos, críticas e publicavam peças, poemas e contos. Artur Azevedo foi um dos que mais atuou simultaneamente no teatro e no jornalismo da época.¹⁹² Síntese curiosa disso foi o seu ingresso no ambiente do teatro de revista, um gênero que se inspirava nos fatos políticos,

¹⁹⁰ Uma outra vertente de literatura realista centrada nas aventuras de heróis urbanos a desvendar crimes e outros mistérios criados nas relações citadinas, foram os fascículos encartados nos jornais e revistas, cujo apogeu maior de sua popularidade deu-se entre 1910 e 1940. Para um estudo mais detalhado, ler CARDOSO, Athos Eichler. O Fascículo de Literatura de Massa - Mercado Cultural no Brasil (1909 - 1940). Brasília, Dissertação de Mestrado, UnB, 1988.

¹⁹¹ Conforme COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. RJ, José Olympio, 1995.

¹⁹² Conforme Magalhães Júnior, "iniciando em *A Reforma*, cedo passava de revisor a tradutor e noticiário e, em breve, conquistava postos de relevo noutras folhas. Pertenceu, até 1878, à redação do *Diário do Rio de Janeiro*, que nesse ano deixou de circular. Ali escreveu o folhetim *Bric-à-Brac*, a crônica teatral e, além disto, publicou em rodapé alguns de seus contos entre os quais *Um capricho*, a curiosa história daquele infeliz Epidauro Pamplona, contra quem conspiravam os tipógrafos e revisores da imprensa... Usava Artur, então, o pseudônimo de "Dorante", que era, como se sabe, um personagem de Molière. Depois, fez parte da redação da *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio, onde publicou contos e folhetins. Desde então passou a ter colunas em que manifestava opiniões pessoais, embora quase sempre sem assinar, grafando apenas as iniciais A.A., ou então adotando pseudônimos que, em pouco, se tornaram populares e eram facilmente identificados". Em MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Artur Azevedo e Sua Época. 4ª ed., SP, LISA, 1971, p. 21.

culturais correntes do período reinterpretando-os em caricaturas cômicas. Segundo F. Süsskind,

“tratava-se de, geralmente nos últimos meses do ano, passar em “revista” o que se julgara mais marcante, os “principais acontecimentos” do período que findava: e era uma espécie de gangorra entre o registro factual e a ficcionalização cômica do cotidiano e do misto da perplexidade, perda de referenciais, melancolia e sedução pela modernização com que se viveram as reformas urbanas e as transformações políticas no fim do século passado, em que parecia se equilibrar a revista do ano. Como se a história e as reformas se tivessem acelerado de tal maneira que a sociedade fluminense necessitasse de mapas teatrais renovados anualmente para que pudesse manter seu autoconceito e um projeto coletivo de futuro .”¹⁹³

As platéias se reconheciam em personagens tipificados do meio urbano, coerentes, por um lado, com a proposta naturalista da literatura corrente e, por outro, com o ritmo da vida urbana e seus acontecimentos, suas transformações e, sobretudo, com as expectativas de um público “popular”, enquanto novos integrantes formativos da dinâmica da experiência urbana em curso, e, neste sentido, com os atributos de referencialidade atualizadora, integradora e tematizadora da imediaticidade factual da urbanidade, próprios aos discursos jornalístico. A exigência formal do gênero de exposição dos variados eventos ocorridos no ano impedia o avanço estético, facilitando os mecanismos de identidade dos públicos menos educados neste último aspecto. No decorrer da sua evolução, a proximidade com a factualidade, o corte relativo ao encadeamento dos eventos encaminhou o gênero, conforme F. Süsskind, a uma associação não mais com

“outras formas de comunicação teatral, e sim com o texto jornalístico. Mantém-se a divisão em quadros, as cenas curtas, os personagens alegóricos e a representação do dia-a-dia da Capital federal. Mas aumenta cada vez mais a necessidade de o texto de Artur e as caricaturas de Julião Machado figurarem o que contam detalhadamente (...). A obsessão pela “visibilidade total”, o desejo de

¹⁹³ SUSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. RJ, Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, pp. 7-8.

uma imitação fiel daquilo que se narra, persistem nesta transformação da revista em texto jornalístico em vez de teatral.”¹⁹⁴

Engolido pela lógica formal do jornalismo, sem ter conseguido encontrar recursos formais na estética teatral, o gênero, neste ponto, sucumbiu. Em 1907 Artur Azevedo foi buscar abrigo para *O Ano que Passa* no jornal *O País* :

“se em cena a revista não tem mais lugar, no jornal ainda teria. Se o seu naturalismo fantasioso entrara em declínio no teatro, ainda parecia aceitável num veículo como o jornal, bastante interessado no registro sintético, em tom de crônica, dos assuntos mais discutidos durante o mês.”¹⁹⁵

Esta flexibilidade do jornalismo à estética literária, entretanto, apresentava indícios da crescente incorporação seletiva desta, ajustada à supremacia das suas próprias propriedades formais.¹⁹⁶ O envolvimento de autores teatrais com o jornalismo e com as temáticas e os ideais nacionalistas da esfera pública política teve início desde as primeiras décadas do século XIX, com, por exemplo, Martins Pena, que era jornalista e teatrólogo, onde, pelo recurso à comédia de costumes, inspirada em situações e perfis de personagens da vida cotidiana fluminense da época, reviveu, pela veia cômica, sem impasses

¹⁹⁴ SUSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Op. Cit., p. 109.

¹⁹⁵ *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Op. Cit., p. 114. Nem todos os autores debitam o declínio do teatro de revista e de alguns periódicos literários ao mesmo conjunto de fatores. Antônio Martins acredita que *O Ano que Passa* já foi escrito explicitamente para ser impresso e não encenado. A peça foi publicada mensalmente em atos entre 04 de fevereiro a 25 de novembro de 1907, no jornal *O País*, com ilustrações de Julião Machado. Segundo o autor, por exemplo, “conjuravam-se vários fatores para o esvaziamento das casas de espetáculo a partir de 1895. As expectativas em relação ao século prestes a inaugurar-se com uma série de superstições e medos; o advento do cinematógrafo, dividindo platéias com a novidade do momento; a má fama da febre amarela e a resistência do povo às vacinas; a passagem ao largo da Baía de Guanabara, das companhias teatrais estrangeiras em demanda de Buenos Aires - , tudo isso agravado pelas flutuações cambiais, as dívidas externas e o aperto milenar do cinto brasileiro, se macomunava contra a arte de Talma.” O autor não compartilha da tese de Flora Sussekkind sobre o declínio da revista como incapacidade de renovação dentro da linguagem teatral e confusão de fronteira com o jornalismo. Prefere-se, entretanto, adotar esta perspectiva da autora, porque ela parece refletir melhor o processo de amadurecimento do público em sua competência de discernimento de gêneros e esferas particulares de discursividade. Quando o teatro se aproximou demais do jornalismo, deixaram de vigorar os recursos exclusivos - e atraentes - da sua expressividade teatral. Ler MARTINS, Antônio. *Arthur de Azevedo : A Palavra e o Riso*. SP, Perspectiva; RJ, Ed. UFRJ, 1988, p. 190.

¹⁹⁶ MARTINS, Antônio. Op. Cit., p.190.

e valores. Conforme M. Cacciaglia, “Martins Pena nos deixou o preciosíssimo testemunho da vida de seu tempo, pelo qual é possível reconstruir, com eficiência bem maior do que pelo estudo dos documentos oficiais, o perfil de toda uma época.”¹⁹⁷ Outros tantos autores assim também o fizeram, de forma mais ou menos abrangente, como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, além daqueles oriundos de outras esferas como a medicina, a advocacia, o jornalismo, a literatura e a política.

Mas vale observar que o teatro de revista foi a forma que, especialmente, conseguiu atingir a maior identidade e diálogo com o público potencial do meio urbano fluminense do final do século XIX. Desde as primeiras décadas do século XVIII a *Commedia dell'Arte* veneziana nascida no século XVI, disseminava-se nas praças parisienses confirmando o gênero da *revue de fin d'année*. Em 1859 o gênero foi encenado pela primeira vez no Rio de Janeiro. Mas somente nos dois últimos decênios deste século ele mobilizou grandes platéias. Coincidiu temporalmente com o crescimento da cidade e suas muitas mudanças estruturais. Como já foi anteriormente descrito, à exceção de uma minoria de privilegiados, altos funcionários, profissionais liberais, comerciantes, políticos e fazendeiros prósperos, a grande maioria da população fluminense era composta por escravos, trabalhadores sem remuneração fixa e, posteriormente, por imigrantes empobrecidos. Todos eles, na maioria, semi-alfabetizados ou analfabetos. Apenas 5% da população tinha acesso à instrução pública. O conceito de popularidade atribuído às peças do teatro de revista remete, certamente, à sua capacidade de lingüística e tematicamente dialogar e interagir com este público. Esta preocupação refletia, sobretudo, a expectativa de auto-tematização de seus integrantes, correspondida não só pelo teatro, mas pelo jornalismo da época. E realizada em grande medida pelo realismo inerente aos seus textos. Realismo que remetia a um estado presente de situações, experiências e fatos cotidianamente observados e vivenciados. Conforme N. Veneziano,

“a revista de ano brasileira (...) consistia num resumo crítico dos acontecimentos do ano anterior. Às vistas do público desfilavam os principais fatos do ano findo relativos ao dia-a-dia, à moda, à política,

¹⁹⁷ CACCIAGLIA, Mário. Pequena História do Teatro no Brasil. SP, T. A. Queiroz, Edusp, 1986, p. 48.

à economia, ao transporte, aos grandes inventos, aos pequenos crimes, às desgraças, à imprensa, ao teatro, à cidade, ao país. Era uma história miniaturizada sob o painel atual, em linguagem popular, teatralizada. Equilibrava-se entre o registro factual e a ficcionalização cômica.”¹⁹⁸

O teatro de revista viu sua continuidade no tempo, no cinema brasileiro da Atlântida, da Cinédia e, posteriormente, nos programas humorísticos da televisão brasileira, até hoje apresentados. Mas onde foi incorporado com grande força foram nas publicações humorísticas, nos encartes culturais, nas colunas de variedades, nas crônicas, nas charges e caricaturas da imprensa e das revistas periódicas das primeiras décadas do século XX.

Importa sobretudo, observar o lugar da coincidência formal e temática entre manifestações artísticas, literárias e de textos jornalísticos voltados para expressivos públicos urbanos emergentes e heterogêneos que, em geral, se encontram no terreno conceitual do que usualmente foi considerado como *popular*. O que os usos desta noção parecem indicar, entretanto, é que eles remetem ao momentos em que públicos novos e heterogêneos, não oriundos das restritas camadas cultas da sociedade reconheceram-se tematizados numa linguagem acessível aos seus códigos interpretativos. E esta tematização era, em geral, relativa às suas novas experiências de sociabilidade num ambiente urbano em processo de auto-diferenciação e auto-reconhecimento. É interessante observar que este movimento tematizador procurou abranger entretanto, em certa medida, diferentes segmentos sociais, o que se expressa nas diferenças formais e temáticas observáveis entre autores e publicações diversas em geral.

O realismo, enquanto categoria literária, permitia-se manifestar em um leque diversificado de arranjos estéticos, diferenciáveis em função de equilíbrios particulares, mais ou menos sofisticados ou bem sucedidos na capacidade de expressar uma totalidade da condição humana moderna depreensível da superfície da tipologias humanas, dos eventos fragmentados, das compartimentalizações históricas das relações e grupos sociais existentes

¹⁹⁸ VENEZIANO, Neyde. O Teatro de Revista no Brasil - Dramaturgia e Convenções. Campinas, SP: Pontes: Ed. Unicamp, 1991, p. 88.

na realidade em curso. Neste ponto, em particular, coincidem as concepções diversas da criação realista. Em Lukács, na imagem do escritor com uma “concepção do mundo inteira e amadurecida” que “precisa ver o mundo em sua contrariedade móvel”.¹⁹⁹ Imagem entendida por F. Lucas como resultante de um olhar desmistificador do mundo, que implicou, na sua manifestação mais depurada, para além dos conflitos do homem com o meio físico e o meio social, na exposição dos contrastes sócio-econômicos, que trouxeram “para a ficção os grupos humanos mais desfavorecidos pela sorte”.²⁰⁰ Sem propriamente valorizar a totalidade como expressão do conflito de contrários, Antônio Cândido concorda sobre a emanação de um senso de unidade subterrânea desmistificadora dos arranjos históricos. A capacidade de transparecer estes fundamentos diferencia as apresentações realistas numa escala que poderia ser imaginada como tendo numa extremidade o puro momento literário e, na outra, o relato jornalístico, onde praticamente se despe a realidade de um sentido, ou de uma racionalidade estético-expressiva integralizadora da existência. O relato jornalístico, neste sentido, é sempre um elemento do processo social, é parte do seu movimento. Por mais que situe o seu ponto de observação para além do particularismo das ações sociais, os condicionantes concretos (instantaneidade, provisoriedade, e outros) de sua aparição ou materialização discursiva o impedem de forjar uma visão integral da processualidade social. É neste sentido que seu realismo objetivamente não se confunde com o literário. Ao descrever os atributos do realismo de Machado de Assis, por exemplo, A. Cândido demonstra que sua “mirada desmistificadora” se efetiva porque

“há na sua obra um interesse mais longo, proveniente do fato de haver incluído discretamente um estranho fio social na tela do seu relativismo. Pela sua obra toda há um censo profundo, nada documentário, do *status*, do duelo dos salões, do movimento da camadas, da potência do dinheiro. O ganho, o lucro, o prestígio, a soberania do interesse são molas dos seus personagens (...). E os mais desagradáveis, os mais terríveis dos seus personagens, são homens de corte burguês impecável, perfeitamente entrosado nos *mores* da sua classe. (...) O

¹⁹⁹ LUKÁCS, Georg. Ensaio sobre Literatura. RJ, 1965, p. 78. Citado por LUCAS, Fábio. O Caráter Social da Literatura. RJ, Brasileira; Paz e Terra, 1970, p. 53.

²⁰⁰ LUCAS, Fábio. O Caráter Social da Literatura. Op. Cit., p. 57.

senso machadeano dos sigilos da alma se articula em muitos casos com uma compreensão igualmente profunda das estruturas sociais (...).”²⁰¹

Talvez o melhor atributo apropriável a estas produções “populares” seja o seu imanente realismo. Foi no jornalismo que ele encontrou um moto-contínuo. Desde as três últimas décadas do século XIX, hesitante ainda entre a opinião, a crônica e o noticiamento, o jornalismo dedicou progressivamente espaços cada vez mais significativos aos assuntos relativos à emergência da urbanidade e seus correlatos impasses. Tratou-se, mesmo que dentro de uma hierarquia temática significativa em suas ênfases e valorações, de refletir o avanço progressivo desta nova condição urbana. A vida política dividiu espaços crescentes com a vida econômica, cultural e social da cidade do Rio de Janeiro, e mesmo de outras regiões do país. Falou-se sobre agricultura, comércio de produtos, imigração, transportes, ferrovias, bondes, navegação fluvial e marítima, poluição e indústria, dívida externa, importação, moeda, impostos, inovações tecnológicas e suas aplicabilidades, conflitos internacionais, energia, sistema financeiro. No âmbito das questões sociais, tratou-se enfaticamente dos problemas relativos à escravidão e sua progressiva extinção, da colonização de regiões despovoadas, dos indígenas e dos sucessivos problemas urbanos, como das condições de saneamento, de distribuição de água, da contenção de prejuízos causados por incêndios, inundação e temporais, da mortalidade, desemprego, aluguel, do analfabetismo, das sociedades e associações de bairro e grupos, dos transportes urbanos, dos serviços de energia, telefonia, da construção civil, da elevação do custo de vida, da segurança, das infrações e da criminalidade, da prostituição, da representatividade das câmaras municipais, do empobrecimento da cidade, da formação de favelas e camadas marginais. Culturalmente, foram abordados os problemas relativos à falta de políticas educacionais, de escolas, centros de ensino técnico e superior e para o ensino obrigatório. Novos divertimentos foram surgindo como os banhos de mar, o veraneio, o circo, os teatros, corridas, carnaval, clubes recreativos, serestas, recitativos, conferências, concertos instrumentais, restaurantes, cafés, confeitarias, jogos, danças, ginásticas e esportes, bailes, salões, passeios nos arrabaldes e outros.

²⁰¹ CANDIDO, Antônio. Vários Escritos. SP, Duas Cidades. 1970. p. 31.

Discutiu-se muito sobre os novos costumes a serem adotados (moda, consumo de novidades em cosméticos, perfumes, comportamento, concursos de beleza, tratamentos) e sobre o relaxamento de tantos outros; sobre culinária, fotografia, pintura, novidades em literatura, sem falar na publicação de romances, poemas, críticas, artigos, polêmicas e crônicas literárias. Em 1884, conforme D. Renault,

“ dentre os mais vibrantes e mais lidos estão: *O Jornal do Commercio*, *a Gazeta da Tarde*, *A Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Republicano*, *The Rio News* e algumas revistas, como a *Revista Ilustrada*. *A Gazeta da Tarde* tinha uma tiragem de 19.000 exemplares, os outros, tiragens maiores ainda.(...) De qualquer modo, a imprensa é influente, poderosa. (...) Naqueles dias, é ela o único meio de comunicação coletiva. Por isso, a despeito de suas deficiências e de seus pecados, exerce ponderável influência na sociedade e dela saem homens notáveis: panfletários, escritores, políticos, diplomatas, poetas, tribunos, professores.”²⁰²

Pela diversidade de temas tratados, observa-se que a imprensa procurava abranger segmentos sócio-econômicos diferenciados, dividida numa tensão básica entre expectativas de um público heterogêneo, não abastado e de outro restrito às camadas econômica e culturalmente privilegiadas. O que, de certo modo, reunia estes interesses nas páginas impressas dos jornais, era a impressão de realismo imanente à processualidade social tematizada. Neste lugar encontravam-se gêneros ao mesmo tempo voltados para públicos distintos mas preocupados com a representação de uma experiência comum de urbanidade, de incorporação seletiva de valores, de criação de parâmetros e códigos, de busca de elementos de integração social. Literatos e jornalistas - até onde é possível identificar uma distinção entre eles - foram, basicamente, os artífices deste realismo recriado que extrapolava a esfera do debate preponderantemente político.

O denominado período da *Belle Epoque* foi uma reconstituição não apenas da urbanística da cidade do Rio de Janeiro,

²⁰² RENAULT, Delso. *O Dia-a-Dia no Rio de Janeiro Segundo os Jornais (1870 - 1889)*. Op. Cit., pp. 181-182.

mas sobretudo dos parâmetros e valores que configuraram um dos primeiros assentamentos ideológicos de uma nova noção científica de sociabilidade a ser defendida. Conforme Sevcenko,

“quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose (...): a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para desfrute exclusivo das camadas abuguersadas; um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”²⁰³

Os conflitos temáticos giravam, segundo o autor, entre padrões senhoriais e burgueses, entre campo e cidade, entre estagnação e movimento, entre pobreza e fausto, entre os ícones do nacionalismo imperial e os do cosmopolitismo industrial e consumista, entre os salões fechados e as grandes avenidas, praças e jardins.

Mas a população do Rio cresceu, entre 1900 e 1920 de 691.565 para 1.157.873 habitantes; quase toda ela, portanto, não foi incorporada pelas medidas sanitárias, higienizadoras e estéticas implementadas pelo Estado. Aglomerada em subúrbios, morros e bairros superpovoados, mal alojada e praticamente desempregada, parte dela insurgia-se em manifestações instantâneas de revoltas, parte se organizava em associações operárias anarquistas, socialistas e parte mantinha-se como força latente de desequilíbrio de uma rede instável de tensões políticas, econômicas, sociais. Um contraste desta ordem resultou numa fragmentação das representações das vertentes interpretativas das construções históricas e sociológicas por parte da intelectualidade que pensava o país, incluindo literatos, jornalistas, filósofos, políticos e outros tantos que se manifestavam publicamente. Uma das tendências foi a da busca de um conceito de nacionalidade forjado por critérios científicos positivistas que conferissem uma direção confiável, organizada e classificável à diversidade orientada para o futuro. Reuniram-se nestas perspectivas os teóricos de um Estado

²⁰³ SEVCENKO, Nicolau. Literatura Como Missão - Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. SP, Brasiliense, 1983, p. 30.

centralizador e autoritário, e, por caminho diversos, os primeiros cientistas sociais, historiadores e naturalista. Parte deles procurou uma equiparação dos centros urbanos do país ao cosmopolitismo europeu. Muitos decepcionaram-se com o ideário cosmopolista e com o regime republicano, vistos, respectivamente, como o predomínio da técnica sobre o espírito e como incapacidade de supressão das desigualdades, dos favoritismos e dos oportunismos políticos conjunturais. Mas todos, de algum modo, movimentaram o espaço da discursividade pública sobretudo no ambiente da imprensa. Ler jornais e revistas tornou-se um hábito para as camadas aptas a econômica e culturalmente adotá-lo. Conforme Sevcenko, “os intelectuais, por sua vez, vendo aumentado o seu poder de ação social, anseiam levá-lo às últimas conseqüências .” A imprensa era o lugar de ampliação máxima do alcance deste poder:

“ a nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual desse período foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassível territórios até então intocados e zelosamente defendidos. Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências.”²⁰⁴

Olavo Bilac, lembrando os tempos em que, no início da década de 80, se confundia ainda com o anonimato urbano, descreveu o quanto ansiava um dia poder entrar na *Gazeta de Notícias*, na sua “alta cidadela, coroada de estrelas”. Segundo seu depoimento,

“ não era pois o desejo de ganhar dinheiro que me impelia para esta formosa *Gazeta* (...). Eram Eça de Queiroz, Machado de Assis, Ramalho Ortigão , tantos outros ... Quando as minhas mãos abriam a *Gazeta*, e os meus olhos liam o nome de alguns desses mestres, assinando um soneto, uma crônica, uma novela, parecia-me estar vendo um ídolo, incensado pela admiração e pelo aplauso de um milhão de homens. É que a *Gazeta* , naquela tempo era a consagradora por excelência (...) Não era o dinheiro que queríamos: queríamos consagração, queríamos fama, queríamos ver o nosso nome ao lado daqueles nomes célebres. Nós todos julgávamos então que a

²⁰⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão*. Op. Cit., p. 99.

publicidade era um gozo, e que a notoriedade era uma bem-aventurança .”²⁰⁵

Olavo Bilac mostrou que a *Gazeta de Notícias* foi pioneira nesta abertura da discursividade jornalística ao espaço literário e artístico. Na sua descrição,

“da *Gazeta* nasceu a corrente que, canalizada depois na *Semana* e na *Vida Moderna*, se espalhou num movimento de franca renascença literária - talvez o mais belo e fecundo de quantos já houve no Brasil, depois do período do “indianismo” de Alencar e Gonçalves Dias (...). Foi também na *Gazeta* que os pintores, os escultores, os músicos encontraram sempre defesa, amparo, propaganda.”²⁰⁶

Observa-se, portanto, que a dinâmica do jornalismo fluminense, das três últimas décadas do século XIX em diante, operou no sentido de uma crescente incorporação do território da experiência urbana. Temáticas absorvidas em moldes distintos dados por uma ainda visível confusão de fronteiras entre procedimentos discursivos oriundos da sua própria esfera e de outras relativas ao conhecimento literário, artístico e científico. A imprensa ocupava uma posição privilegiada na esfera da discursividade pública, que, nestes tempos, ainda abrangia setores mais cultos e outros emergentes de públicos minimamente letrados e recém-adaptados à vida urbana.

Foram os literatos, sobretudo, os que mais contribuíram para esta ampliação do campo temático e formal da discursividade jornalística. Foram eles os responsáveis pela flexibilização dos três gêneros básicos do discurso jornalístico: o opinativo, o informativo e o publicitário. Flexibilização que, para além da matização destes já existentes, deu origem a uma série de outros novos gêneros, entre eles, em particular, a crônica, em suas diversas feições: literária, artística, social e política. A crônica está num lugar intermediário entre

²⁰⁵ BILAC, Olavo. Crônica “*Gazeta de Notícias*”, publicada no Jornal *Gazeta de Notícias*, em 02.08.1903. Em DIMAS, Antônio (org.). *Vossa Insolência*. Op. Cit., pp. 54-55.

²⁰⁶ BILAC, Olavo. “*Ferreira de Araújo*” publicada na Revista Kosmos, em janeiro de 1905. Em DIMAS, Antônio (org.). *VOSSA INSOLÊNCIA*. Op. Cit., pp. 188-189.

o noticiamento e o ficcionismo. Alguns autores atribuem-lhe uma nacionalidade puramente brasileira, fruto híbrido da intimidade gerada nas atividades comuns a jornalistas e literatos. Formalmente, ela incorpora da experiência cotidiana seu temário e o coloquialismo com o qual é vivida e comumente expressa. Abre mão da estilística e da pura evasão literária em favor de um envolvimento pessoal do autor com esta experiência, traduzido numa linguagem casual, direta, clara e leve. Mas traz também a perspectiva singular focal do olhar literário, de suas impressões sobre um acontecimento, situações ou personagens dirigidos para certos aspectos ou para significações inaparentes depreensíveis destes. A crônica conciliou-se historicamente, por um lado, com a narrativa epistolar, com os folhetins, os contos, os romances e, paralelamente, com as colunas de variedades, com o noticiário fragmentado dos fatos urbanos e seu tendencial alardeamento da desordem, do anormal, do insólito, das patologias e fraquezas humanas. Neste ambiente, nem toda a sua produção pode sobreviver ao desgaste do tempo e de suas transformações. Grande parte adquiriu a efemeridade do provisório poder de efetividade do jornalismo.

Para além disso, entretanto, a crônica, de forma mais direta e imediata do que os folhetins, romances e congêneres, contribuiu sobremaneira para elevar o grau de proximidade entre imprensa e seu grande e heterogêneo público urbano. O cronista, como cidadão comum, era uma encarnação do leitor ou uma espécie de companhia invisível traduzindo-lhe os obstáculos, a diversidade, a aparente confusão da vida cotidiana, cada vez mais vertiginosa, numa linguagem acessível e familiar ao repertório lingüístico mais comum, de uma forma subjetivamente sedutora e, por vezes, amiga. Vale observar mais amiúde, por exemplo, a obra de João do Rio, um dos cronistas mais conhecidos da imprensa fluminense do começo do séc. XX. Que, ao morrer, em junho de 1921, levou mais de cem mil pessoas ao seu enterro. Um “verdadeiro mar humano”, fenômeno impressionante, que nenhuma outra personalidade pública conseguiu mobilizar e que comprova a força discursiva deste gênero e, por conseguinte, do jornalismo em meio ao público da época.

No âmago desta incursão na crônica urbana do autor interessa, em particular, avaliar a medida e as formas pelas quais o

jornalismo consolidou sua legitimidade institucional com fundações dentro não apenas da esfera política, mas, igualmente do denso terreno privado da vida social. O reconhecimento desta outras importantes bases de sustentação institucional da comunicação pública implica na busca de orientações teórico-analíticas ausentes na reconstrução habermasiana da esfera pública. Implica em apontar limites nesta perspectiva responsáveis, de certa forma, pelos impasses por ela mesma criados para si própria, impasses que a impediram de abranger a dinâmica operativa da esfera pública em épocas posteriores ao modelo pensado. Implica em apontar para uma intersecção de racionalidades próprias do fazer artístico, científico e político em que se situa o potencial cognitivo do jornalismo. Potencial que legitimou e alimentou sua posição institucional hegemônica no espaço público deste período. Implica também em um remapeamento conceitual dos âmbitos públicos e privados da vida urbana realizados no recurso formal mais amplo a um tipo de realismo capaz de promover uma reflexividade como sistema referencial interno flexível ou abrangente o suficiente na incorporação relativa e intersecção aos seus termos da clássica polaridade erudito-popular.

03. MUDANÇAS QUALITATIVAS NA AMBIÇÃO FORMAL E TEMÁTICA DO JORNALISMO

03.1 A Contribuição de João do Rio

“ Quem era essa curiosa figura que encheu e dinamizou todo um período da vida carioca, que revolucionou os processos de fazer imprensa no Brasil, que introduziu entre nós a reportagem moderna interessada nos aspectos sociais e humanos da vida urbana; que criou um novo tipo de crônica; que produziu um romance e vários contos de boa qualidade; que fez teatro com talento e brilho, que entrou para a Academia Brasileira de Letras numa idade em que a maioria dos escritores lança o livro de estréia - e que morreu antes dos quarenta anos, talvez consumido, como o personagem de sua crônica ‘O Dia de um Homem em 1920’, pela ‘ânsia inconstante de acabar’?” ²⁰⁷

A primeira entrada em cena de João Paulo Alberto Coelho Barreto, conhecido publicamente pelo pseudônimo de João do Rio, foi com um conjunto de reportagens sobre cultos religiosos praticados no Rio de Janeiro. O assunto, até então desconhecido, repercutiu em quase toda a cidade, despertando a curiosidade e a familiaridade de leitores desavisados com as figuras do candomblé, de outros rituais africanos e seus sincretismos, além de cultos como o judaísmo, o protestantismo, e de seitas diversas. Em 1904 estas reportagens foram reunidas num livro de 275 páginas intitulado *As Religiões no Rio*. Posteriormente dedicou-se ao que seria seu objeto pleno de investigação: o espaço das ruas do Rio de Janeiro. Foram elas o lugar da incansável busca de uma identidade urbana feita dos paradoxos inerentes a um processo de transformação da cidade baseado no padrão civilizatório europeu. João do Rio registrou este momento singular de metamorfose de uma cidade que “despe a indumentária residual da colônia

²⁰⁷ MARTINS, Luís. *João do Rio - Uma Antologia*. RJ, INL, 1971, p. 9.

para vestir-se de praças e avenidas modernas”,²⁰⁸ mas de forma parcial, desigual e, mesmo, desumana. O autor transitou com igual empenho entre os pólos dessa passagem estrutural, explorando seus extremos e evidentes descompassos entre a “fauna marginal” e a “face rutilante”²⁰⁹ da cidade. Os primeiros resultados deste esforço cotidiano de investigação jornalístico-literário (como o entende Luiz Martins) ou literário-jornalístico (como vê o Carlos Drummond de Andrade), impresso nas páginas da *Gazeta de Notícias* e da revista *Kosmos*, foram reunidos em 1908, no livro *A Alma Encantadora das Ruas*. Posteriormente, entre crônicas, conferências, impressões de viagem, contos, um romance e traduções de obras de Oscar Wilde, publicou mais um conjunto de textos sobre a vida urbana do Rio em 1911, com o título de *Vida Vertiginosa*. João do Rio produziu, como jornalista da *Gazeta de Notícias*, d’*O País*, da *Cidade do Rio*, d’*A Pátria*, além de muitas revistas da época, aproximadamente 2.500 textos, quase todos tendo por objeto o mundo das ruas.

Apesar da reconhecida importância de suas produções especificamente literárias, como seus contos, romance e peças teatrais, e mesmo considerada a proximidade do universo temático e estilístico destes trabalhos com sua produção jornalística (reportagens, crônicas, artigos, críticas e outras), interessa em particular a esta reflexão a forma e a abrangência temática da narrativa do autor que procurou contemplar cotidianamente, nos jornais da época, as condições e especificidades do viver urbano. Foi no ambiente destas representações sucessivas e tematicamente diversificadas que se estabeleceram os principais laços de afinidade entre ele e o grande público que chegou a cativar e, por conseguinte, de forma mais genérica, entre imprensa e sociedade.

João do Rio representou uma mudança qualitativa nas definições até então comuns de literatos e jornalistas e nas relações entre literatos e o grande público. A anterior precedência do instituto literário sobre o jornalístico parece ter chegado, neste autor, ao ponto culminante de uma paridade que, posteriormente a ele, tenderá ao

²⁰⁸ ANDRADE, Carlos Drummond de. “João do Rio na Vitruína”. Em (vários autores) *João do Rio - Um Escritor entre Duas Cidades*. Poços de Caldas; MG; Casa da Cultura/ Instituto Moreira Salles, 1992. p.

33.

²⁰⁹ _____, Op. Cit., p. 32.

privilégio do instituto jornalístico sobre o literário. Houve portanto, também aqui, uma passagem de critérios e parâmetros da representação jornalística do cotidiano do ambiente literário para o propriamente jornalístico, sendo este último uma versão nova que se definiu por oposição, mas, sobretudo, por incorporação dos elementos dados e criados pelo primeiro. Há ainda uma interface com os interesse e os procedimentos científicos, em especial, com o que viria a ser uma futura sociologia urbana preocupada com mapeamentos, inter-relações, qualificações, dinâmicas e mobilidades dos diversos segmentos sociais urbanos.

A tentação comum, quando da leitura dos textos de João Rio, é a adoção do olhar analítico próprio ao ambiente benjaminiano de reflexão sobre a modernidade e de suas análises sobre os seus elementos e interlocutores. Tentação em grande medida justificável, seja porque o próprio João do Rio, logo em seus primeiros textos, ensinou aos seus leitores, por exemplo, o sentido, os procedimentos do verbo *flamar*, os atributos do *flâneur* e se apresentou como um dos integrantes desta tribo, seja porque, à exemplo do mais legítimo dos modernos, concordou com o que para Charles Baudelaire sintetizava ser a essência heróica da modernidade: a introjeção espiritual e física do “espetáculo da vida elegante e das milhares de existências errantes que circulam nos subterrâneos de uma grande cidade.”²¹⁰

A *multidão*, conforme Walter Benjamin, foi o grande tema dos literatos do séc. XIX. Isto, como já visto, refletiu-se na literatura dos romances, contos e folhetins publicados na imprensa fluminense. Mas existiam demarcações específicas para o alcance histórico desta noção. Em João do Rio ela se moveu centrifugamente para além das fronteiras dadas, em geral, até o limite dos segmentos relativamente letrados, chegando, com ele, até os mais marginais e recônditos territórios da experiência urbana.

É interessante observar que o olhar do autor é moderno, mas o mesmo não podia ser dito, a princípio, das realidades em si que ele enunciava. Camadas de tradições oriundas de incorporações distintas da racionalidade moderna auto-legisladora conviviam num

²¹⁰ BAUDELAIRE, Charles. “Do Heroísmo da Vida Moderna”. Em *A Modernidade de Baudelaire*. RJ, Paz e Terra, 1988, p. 26.

mesmo território. O Largo de Paço, por onde passaram “na pompa dos pálios e dos baldaquins d’ouro e púrpura, as procissões do Enterro, do Triunfo, do Senhor dos Paços (...) apesar das reformas parece guardar a tradição de dormir cedo. À noite, nada o reanima, nada o levanta.”²¹¹ A Rua Benjamim Constant, “solene, grave, guarda três exemplos, e parece dizer com circunspeção e o ar compenetrado de certos senhores de todos nós conhecidos: - Faço as obras do Coração de Jesus, creio em Deus, nas orações, nos bentinhos e só não sou positivista porque é tarde para mudar de crença (...).”²¹² Expondo estes territórios da modernidade o autor descrevia que “cada rua tem um *stock* especial de expressões, de idéias, e gostos”, mas, do ponto de vista da cidade, o que se observa, simultaneamente, é o convívio de tradições diferenciadas operando - em parte ao seu modo, em parte em interação com as demais - atualizações de seus parâmetros de sociabilidade. Segundo ele,

“a gente de Haddock Lobo tem dinheiro mas raramente vai ao Lírico. Os moradores da Tijuca aplaudem Sarah Bernhardt como um prodígio. Os moradores da Saúde amam enternecidamente o Dias Braga. As meninas das Laranjeiras valem ao som das valsas de Strauss e de Berger, que lembram os cassinos da Riviera e o esplendor dos *Kersaals*. As meninas dos bailes de Catumbi só conhecem as novidades do Senhor Aurélio Cavalcante (...) e, até o namoro (...) é absolutamente diverso. Em Botafogo, à sombra das árvores do parque ou no grande portão, Julieta espera Romeu, elegante e solitária; em Haddock Lobo, Julieta garruleia em bandos pela calçada; e nas casas humildes da Cidade Nova, Julieta, que trabalhou todo o dia pensando nessa hora de fuga, pende à janela o seu busto formoso...”²¹³

No que concerne à análise da perspectiva sobre a realidade assumida pelo autor, há, certamente, múltiplas e articuladas influências que orientam a obra de João do Rio. O eixo organizador destas diversas incorporações tem, no seu âmago, o referente comum aos escritores duplamente envolvidos com as práticas literárias e jornalísticas da época, resumível na imaginação de um público interlocutor composto por segmentos urbanos com elementos diferenciados de origem social e de formação cultural. João do Rio invadiu não apenas física mas, também, enunciativamente os ambientes destes diversos segmentos

²¹¹ RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas. 3ª ed., RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1995, p. 10.

²¹² _____. Op. Cit., p. 10.

²¹³ _____. Op. Cit., pp. 10-12.

leitores e, sobretudo, os ultrapassou e os interagiu. Este é o aspecto crucial e singular da sua práxis discursiva, que implicou, do ponto de vista específico dos mecanismos de sustentação institucional do jornalismo, numa redefinição das fronteiras concretas e conceituais entre as noções de público e privado. Operadas no âmbito das representações construídas pela imprensa da época.

Dos cenários povoados por diplomatas, políticos, grandes proprietários rurais representantes da aristocracia da terra, por ricos comerciantes, financistas e altos funcionários do Estado, João do Rio, segundo Orna Levin,

“ num delírio de transfiguração, faz destes senhores a representação estética da modernidade (...). Na verdade, é o caráter fantasioso do luxo mundano que estava invadindo os livros e inaugurando um novo gênero - a crônica mundana. Aspirante à categoria de texto literário, esta crônica se fez publicar em volumes que reuniam uma série de escritos já publicados nas relações dos jornais e revistas. Eram textos curtos redigidos segundo uma fórmula fixa que combinava o registro social com a reprodução dos maneirismos do estilo *Art Nouveau*. ”²¹⁴

Estes espaços de convivência, a princípio, privados, são elevados publicamente à condição de indicadores referenciais da dinâmica de uma experiência então contemporânea da modernidade, no que ela concerne, especificamente, à substituição ou transformação ou passagem de ordenações tradicionais estáveis para outras fragmentadas, provisórias, mutáveis, constituídas a partir de uma redefinição constante dos usos, dos valores, dos procedimentos relativos à novas condições e referenciais de sociabilidade requeridos pelo cosmopolitismo moderno. O que Orna Levin identifica como “hiperfunção do espaço em todos os gêneros da obra de João do Rio”²¹⁵ parece, mais apropriadamente referível, no caso dos gêneros voltados para o jornalismo, à função institucionalmente outorgada pela imprensa ao autor - concessão esta derivada da necessidade intrínseca ao instituto jornalístico de publicizar atualizações referenciais da processualidade

²¹⁴ LEVIN, Orna Messer. *As Figurações do Dândi - Um Estudo Sobre a Obra de João do Rio*. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 1996, pp. 73-74.

²¹⁵ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 76.

urbana e, provavelmente dada, pela natureza oportuna e flexível da desenvoltura e aspirações pessoais, literárias e jornalísticas do autor -, de ser um dos enunciadores dos elementos constitutivos das mudanças substantivas da urbanidade experimentada e construída por heterogêneas camadas sociais reunidas em relações e hierarquias particulares de interatividades práticas e discursivas. São nos diferentes territórios edificados e dinamizados por estas camadas que se encontram os elementos organizadores de um sistema referencial que os jornais tenderão a fazer pretensamente comum, numa forma de reflexidade apropriável pelos componentes mais íntimos da experiência individual e por aqueles mais genéricos das grandes instituições sociais públicas e privadas. Coincidem, portanto, dois processos simultâneos sobre a multiplicidade dos territórios sociais: aquele discursivo, respectivo ao atributo atualizador, referencial e integrativo do instituto jornalístico, potencial, implícita e tendencialmente voltado para a ampliação crescente do seu raio de penetração espacial sobre toda a representação e prática urbana e, paralelamente, a própria dinâmica histórica da passagem de tessituras sociais fechadas em hierarquizações oriundas dos tempos coloniais e imperiais, diferencialmente atualizadas numa rede heterogênea e ainda pouco previsível, reconhecida e organizável em termos de elementos, origens, expectativas e mecanismos de interação social.

Voltando ao ponto de vista do autor, o que especialmente evidencia sua permeabilidade é a forma particularmente simultânea de trânsito em territórios desiguais e contraditórios. Criando representações no interior da intersecção entre jornalismo e literatura e, portanto, do recurso a uma fusão mais ou menos complexa de racionalidades utilitaristas, morais e estético-expressivas, interessou particularmente a João do Rio assumir o papel de nomeador e intérprete dos elementos que supostamente articulariam uma visão ampliada da processualidade social contemporânea à sua época. Um procedimento inovador não apenas do ponto de vista formal, mas também do ponto de vista temático. Dois aspectos básicos são essencialmente importantes na sua trajetória pública. O primeiro concerne à permanência da tutela do discurso autorizado sobre as condições de discursividade no grande espaço público institucionalizado pela imprensa. O segundo, simultaneamente, às

repercussões da incorporação explícita e concreta de segmentos diferenciados, muitos deles marginais e até então inominados, no espaço da representatividade pública.

A crítica literária à obra de João do Rio privilegia a perspectiva relacional das suas construções com o movimento histórico da expressividade estética. Interessam sobretudo as formas e os limites da apropriação dos objetos sensíveis da realidade pelo autor. Isto implica em direcionar o foco da análise no sentido da natureza da estética realizada e, não, propriamente, das repercussões que esta ação provoca sobre os objetos representados. Os relatos biográficos também se agrupam neste campo, onde pesam a individualidade, as motivações e os limites internos e externos ao autor e sua obra. Estes estudos são importantes à medida que fornecem os parâmetros com os quais o objeto foi apropriado e, decorrentemente, a moldura na qual ele foi publicamente aberto ao reconhecimento público, com toda a especificidade dos atributos que lhe foram estética, moral e instrumentalmente conferidos.

O que está em questão na obra de João do Rio é a natureza de sua sintonia com as demandas da modernidade. Esta sintonia continha os paradoxos que ele próprio revelava. Ao mesmo tempo que o autor se apresentava numa posição de observador e enunciador privilegiado perante a heterogeneidade do meio social, capaz de desvendar sua aparente opacidade, era também, ele próprio, uma vítima das suas engrenagens, à medida que não podia conter as forças concretas do seu movimento. E para onde elas o levavam? Para o convívio e o trânsito simultâneo no interior, por um lado, das restritas esferas remanescentes do elitismo imperial, então envolvidas em simulações de um novo formato de aristocracismo de metrópole embalado à moda francesa, com o qual o autor compactuava e usufruía suas prerrogativas de distinção social e, por outro, para o contato direto com a vida das ruas, em todo o seu desigual estado de aspiração e de possibilidades de participação no circuito de um cosmopolitismo progressista, onde o autor se dividia entre o fascínio, a busca de uma nova identidade urbana regenerativa e integralizadora ou, conforme O. Levin, de “um mito inaugural da nova pátria”²¹⁶ e a nostalgia de um

²¹⁶ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 140.

passado então pulverizado pelo utilitarismo capitalista e pela experiência vertiginosa de um tempo sincronizado à velocidade incessante da lógica industrialista.

Para ultrapassar a fronteira temática e estética habitual, foi preciso, à revelia de sua afinidade com o modelo já então anacrônico do dândi-europeu - que lhe assegurava um “descompromisso expresso”²¹⁷ com a realidade -, incorporar muitos dos elementos característicos da modernidade que dissolviam o heroísmo literário próprio ao sôfrego esforço de caminhar em direção contrária à multidão, com toda a angústia, repugnância, mágoa e solidão imanentes a esta forma de leitura artística da emergência das *massas*. João do Rio incorporou, em suas reportagens e crônicas, a agilidade e urgência da vida urbana, a pluralidade discursiva da época, a versatilidade, a ironia, o humor, a renovação da linguagem tirada das ruas, a supremacia do registro visual sobre o interpretativo, carregando de novas formas e colagens, de impacto imagético, a construção instantânea imediatista e superficial da alteridade, a sucessão de ordinariedades da experiência cotidiana, a curiosidade pelo inédito, pelo insólito, pelo mistério, pelo patológico, a impressão de fragmentariedade, de divisão *ad infinitum* da experiência urbana fluminense.

Esta postura lhe permitiu invadir os mais diversos territórios urbanos, mesclando o jornalismo à literatura, à investigação sociológica, aos julgamentos prático-moral. Pelo olhar literário da análise de Orna Levin, seu registro da identidade das ruas, das tipologias humanas ali contidas, foi, para o autor, uma “experiência de cunho eminentemente ficcional.”²¹⁸ Para ela, este comportamento é representativo da literatura decadentista que via o espaço urbano pela metáfora do labirinto. João do Rio teria sido, então, o interlocutor desta perspectiva estética na exposição dos espaços obscuros, marginais e criminais (cais, ruelas, becos) da cidade. Conforme O. Levin,

“através do *flâneur*, João do Rio levou a literatura até os espaços lúgubres a que ninguém havia chegado, destampou a panela

²¹⁷ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 105.

²¹⁸ _____, Op. Cit., p. 148.

borbulhante da cidade, engrossando o caldo das reportagens semanais com depoimentos inéditos. Porém, o contato direto da prática jornalística com as condições de fato miseráveis da população fizeram das crônicas de João do Rio uma espécie de arremedo do romance decadentista europeu. O *flâneur*, incorporado ao perfil do repórter carioca, deslocou o dandismo para um gênero muito distinto daquele que o originou. No Brasil, a crônica jornalística literalmente obrigou o dândi a cair no mundo transformando o escritor na personagem desta experiência de cunho eminentemente ficcional.”²¹⁹

Pode-se entretanto observar este mesmo processo do ponto de vista do fazer jornalístico, avaliando em que medida esta *quedada do autor no mundo*, significou uma experiência e uma expressividade de cunhos não preponderantemente *ficcional*, sim, também, informativo, referencial, integrativo, político e, mesmo, científico. Para a autora estas últimas propriedades são uma espécie de resultantes derivadas das suas representações essencialmente literárias. É, segundo ela, o *Autor*, entenda-se, o *escritor*, que “cria em torno do repórter, uma imagem de competência”. Em suas palavras,

“na realidade, a estratégia mercantil e o sucesso editorial junto a um público que João do Rio considera mal-informado e inculto dependem muito mais da imagem de competência que o Autor cria em torno do repórter. Imagem de gravidade e seriedade, a despeito dos assuntos tratados. O repórter e o escritor numa união prestigiosa, escrevem sobre os mais diversos temas alegando que a nova literatura está isenta de preconceitos morais. Para dizer de outro modo, ao dedicar sua atenção a problemas de toda ordem, o literato como que incarna a imagem do filósofo, do pensador, do homem que reflete e se preocupa com as questões da humanidade.”²²⁰

Estas mesmas imagens entretanto, vinham sendo encarnadas por jornalistas brasileiros desde meados do século XIX, pela incorporação de perspectivas tomadas de empréstimo da ciência e da política, aplicadas às questões públicas da época. A valorização, por sua vez, de “problemas de toda ordem”, já era anteriormente familiar à prática jornalística quando, segundo a autora, a literatura começou a “dedicar

²¹⁹ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 148.

²²⁰ _____ Op. Cit., p. 100.

sua atenção” a eles. Até que ponto, por exemplo, podem ser consideradas preponderantemente literárias as crônicas mundanas de João do Rio, quando a própria autora atribui à iniciativa do jornalista - e não a do literato - de valer-se do imanente “apetite (do público) para saber das novidades que as redações lançam” para criar suas crônicas. Segundo ela,

“o jornalista sério e respeitoso vai inventar uma *interview*, vai formular problemas de ordem político-social e refletir, dando a devida importância aos pequenos fatos frívolos. A diferença do jornalista prático, imediatista, interessado nas coisas fúteis, pela mera curiosidade, o repórter consciencioso assume com descaramento a frivolidade, transformando-a numa solução inteligente para a sobrevivência da escrita.”²²¹

Não seria então uma - para não dizer rendição - incorporação estratégica do princípios, procedimentos e objetos do jornalismo pela literatura como forma de *sobrevivência*, resultando, entretanto, numa impossibilidade de separação de ambos? A denominada *estratégia mercantil* e o *sucesso editorial* não são consoantes à operosidade discursiva da grande imprensa da época, centralizada na necessidade de ampliar o raio da suas intervenções discursivas sobre a territorialidade urbana?

O que João do Rio parece ter percebido com clareza foi a abertura, essencialmente moderna, do grande e heterogêneo público, a uma busca permanente de si mesmo. Uma expectativa, conforme W. Benjamim, de transparência, instrução ou exemplariedade.²²² A estilística literária se agrega à disposição do autor de saciedade dessa busca, como recurso, de certa forma, carismático e, neste sentido, até mesmo populista, à medida que se introduz nos diversos espaços identitários sem uma garantia de engajamento para além de uma solidariedade literária simultaneamente particular e genérica, cujo projeto social se resume na confiança na sua própria pessoa. Quando, em outro momento, Orna Levin credita o recurso de João do Rio a

²²¹ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 101.

²²² BENJAMIN, Walter. “Imagens do Pensamento”. Em *Obras Escolhidas I*. SP, Brasiliense, 1987, p. 188.

flanerie como “a fórmula adequada para incluir a ocupação jornalística dentro do projeto de reconstrução da pátria. Pois, ao contrário do resto da sociedade, o *flâneur*, apesar vadio, é profundo, sente e reflete sobre a fertilidade do mundo”,²²³ parece evidente que o autor tem por objetivo reorientar o discurso jornalístico no sentido de aproximá-lo mais da fragmentariedade deslocadora e desintegrativa da experiência da modernidade emergente. Sua intencionalidade parece viabilizável do ponto de partida do instituto jornalístico, via incorporação do paradigma literário da *flanerie*. Como define a própria autora,

“ser *flâneur* significa sair pela cidade com uma sensibilidade superior, vislumbrando o resgate da identidade pulverizada na apreensão daquela forma diminuta do tempo que está no instantâneo da rua. Flanar tem por sinônimo fotografar o testemunho da cidade e comentar a miséria, sem cólera.”²²⁴

Um procedimento oriundo da literatura, que nos textos jornalístico-literários de João do Rio conduz a fronteiras difusas na interface como o jornalismo. Onde terminaria a referencialidade instrutiva, identitária e começaria o puro ficcionismo? Preocupada, sobretudo, com a inadequação do João do Rio literato aos padrões clássicos do dândi e do *flâneur*, caracterizada, segundo ela, pelo impasse entre a “necessidade de anunciar” o novo sem conseguir se “desgarrar do tradicional”,²²⁵ Orna levin conclui pela distância imposta arquetipicamente entre o *flâneur* e o jornalista. E esta é basicamente a questão que deveria ter sido explorada ou seja, a medida que os procedimentos e princípios próprios ao jornalismo e à sua institucionalidade pública conduziram a criação do autor a uma posição nova, híbrida e singular não mais exclusivamente literária ou jornalística. Porque segundo a própria autora, “a distância entre o *flâneur* e a realidade que ele vê, de certo modo, corresponde àquela entre o escritor e o jornalista. O repórter da rua, através da *flanerie* familiariza a literatura com o mercado.”²²⁶ Talvez mais do que isso, compromete a própria exclusividade da racionalidade estético-expressiva, mesclada então com outras racionalidades externas à sua esfera.

²²³ LEVIN, Orna M. Op. Cit., p. 141.

²²⁴ _____ Op. Cit., p. 141.

²²⁵ _____ Op. Cit., p. 206.

²²⁶ _____ Op. Cit., p. 206.

A distância vislumbrada à época entre o literato e o jornalista, correspondia, numa perspectiva aberta, àquela entre duas humanidades: a que se despedia do passado, pois dele fez parte ancestral e espiritualmente, por linhagem ou por formação cultural e a que deste passado emergia, inédita, ingênua, “bárbara”, soberana e irreversível. Do ponto de vista da primeira, conforme W. Benjamim:

“ ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’. (...) A tenacidade é hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros; na maioria bárbaros mas não no bom sentido. Porém os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia . Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa que um dia talvez retribua com juro e com os juro dos juro.”²²⁷

A nova humanidade *precisa instalar - se* e a instância básica nesta passagem de domínio sobre territórios e representações foi a imprensa, que teve um lugar central, porque foi no interior da sua esfera discursiva que se materializaram as negociações de sentido sobre o mundo. A imprensa foi o lugar, por excelência, no caso brasileiro, onde se forjaram e dinamizaram os referenciais atualizadores da ação social. Tais referências, hegemonicamente oriundos dos setores *autorizados* (científicos, políticos e estéticos) remanescentes do passado político e cultural do país precisaram conviver com o limites operativos das representações jornalísticas. Limites oriundos da sua própria natureza institucional pública - e das prerrogativas daí advindas de referencialização, socialização, integração e atualização - e privada, neste momento tornada mais uma entre os muitos agentes privados do mundo urbano de produção de sentido e bens materiais. Isto implicou,

²²⁷ BENJAMIN, Walter. “Experiência e Pobreza”. Em *Obras Escolhidas II*. 3ª ed., SP, Brasiliense, 1987, p. 119.

neste momento, do ponto de vista histórico do desenvolvimento das esferas de conhecimento, na sujeição à possibilidade de acesso a uma visibilidade pública feita pela intersecção com as demais esferas, moldadas pelos critérios da representação jornalística. Benjamim vislumbrou este processo e, citando Tretiakov, mostrou como isto resultou, para a literatura, numa separação de estilos, escolas e gêneros provocando, por um lado, o surgimento de novas correntes literárias e, por outro, uma incorporação ao jornalismo em muitos dos seus procedimentos criadores. Segundo Tretiakov,

“ assim há uma disjunção desordenada entre as ciências e as belas letras, entre a crítica e a produção, entre a cultura e a política. O jornal é o cenário dessa confusão literária. Seu conteúdo é a *matéria*, alheia a qualquer forma de organização que não seja a que lhe é imposta pela impaciência do leitor. Essa impaciência não é só a do político, que espera uma informação, ou a do especulador, que espera uma indicação, mas, através dela a impaciência dos excluídos, que julgam ter direito a manifestar-se em defesa do seus interesses. O fato de que nada prende tanto o leitor a seu jornal como essa impaciência, que exige uma alimentação diária, foi há muito utilizado pelo redatores, que abrem continuamente novas seções, para satisfazer suas perguntas, opiniões e protestos.” ²²⁸

Diferentemente da ciência, da arte e da política que, historicamente, puderam cercear o acesso do grande público ao seu interior e, deste modo, assegurar uma certa autenticidade às suas próprias racionalidades operativas, o instituto jornalístico, pela sua intrínseca necessidade de abertura potencial a toda a sociedade, precisou desenvolver *formas de organização* da sua discursividade através de incorporações particulares destas racionalidades criando um novo tipo de discurso, genericamente denominável de *informação*. Este discurso por sua vez - e aqui discorda-se da apressada noção de Tretiakov de “impaciência do público” como principal móvel organizador da discursividade jornalística - formulou um tipo novo de racionalidade que contém elementos das demais, sujeitos entretanto aos seus princípios referencializadores e atualizadores da ação social. Neste aspecto, não conduz essencialmente à elaboração de uma forma de

²²⁸ TRETIAKOV, Sergei. Citado por BENJAMIN, Walter, em “O Autor como Produtor”. Em Obras Escolhidas I. Op. Cit., p. 124.

conhecimento, mas também não é puro senso comum. Não é mais conhecimento porque quando sujeitas ao princípio referencializador e atualizador, sofrem intervenções específicas de uma racionalidade instrumental, estratégica e conjuntural, que mantém correlações provisórias de interesses privados concretos sobre a dinâmica social e a natureza da referencialidade que sobre ela deve ser reconstruída cotidianamente. Mas não chega a ser apenas senso comum, porque vale-se de critérios discursivos incorporados das racionalidades próprias às esferas de conhecimento e também porque solicita destas esferas enquadramentos - falas autorizadas - dos fatos correntes da realidade imediata.

Se o jornal, para Tretiakov, do ponto de vista literário, é o lugar onde “se dá a humilhação mais extrema da palavra”,²²⁹ ele foi, entretanto, uma das instituições que mais diretamente se viu pressionado a diariamente conviver com e nomear as mudanças de sua época. Tornam-se, portanto, deslocadas e equivocadas as expectativas, de qualquer área de conhecimento, de que o jornalismo seja unicamente o *meio* de expressão de seus objetos, sem qualquer modificação de sua forma original de construção discursiva. O jornal só poderia, se fosse o caso, *humilhar a palavra* que não surgisse do seu próprio ambiente, porque quando oriunda de outras esferas e retraduzidas como informações, já não lhe cabem mais exclusivamente os atributos iniciais. A perspectiva esboçada por Tretiakov levaria a uma formulação do tipo: até que ponto João do Rio *humilhou* a literatura de sua época? Esta não parece ser a forma mais apropriada de compreender a natureza de sua obra e a repercussão pública que alcançou, neste segundo aspecto, em particular, encontram-se também elementos importantes sobre os mecanismo legitimadores da institucionalidade pública da imprensa.

A preocupação referencial, atualizadora e integrativa de João do Rio se voltou, em grande parte, para o mundo das ruas. Do conceito de rua explorado pelo autor depreendem-se algumas evidências básicas no sentido de uma ampliação do campo identitário construído pela imprensa, com repercussões sobre a mobilidade configurativa da sua abrangência institucional. A rua é a “via pública”, o novo e dinâmico lugar de uma sociabilidade essencialmente imbuída

²²⁹ TRETIAKOV, Sergei. Op. Cit., p. 125.

das marcas da modernidade. A rua pertence, do ponto de vista da clássica oposição Estado-sociedade civil, a esta última, considerada, nesta oposição, como relativa à grande esfera da vida privada (trabalho, vida familiar). Para além do modelo clássico, tem-se depois uma conformação representativa desta esfera nas instituições privadas de um público (imprensa, partidos, organizações civis). No espaço desta representatividade, a imprensa foi progressivamente transformando os elemento partícipes da grande esfera privada da sociedade em objetos de interesse público, modificando assim substantivamente as fronteiras conceituais entre o público e o privado. Isto se deu, principalmente, com a emergência do jornalismo informativo, com a publicidade e com a incorporação da discursividade estético-expressiva - o que resulta num deslocamento do *locus* discursivo da imprensa da esfera política, para as dimensões também culturais, sociais e econômicas da vida em sociedade. As implicações deste deslocamento levaram à complexificação da demarcação territorial, prática e interlocutória do espaço público.

Quando João do Rio expôs à luz da reflexividade pública espaços urbanos, práticas, valores, comportamentos e agentes falantes oriundos do obscuro reino da privacidade, requereu, por um lado, para estes novos elementos, um direito de ingresso e visibilidade no espaço público e, por outro, uma redefinição dos limites deste espaço. Abriu suas portas e fez entrar em cena uma multidão até então deixada à margem dos jogos discursivos da vida pública da época. Se não fosse, em grande medida, a natureza híbrida (meio jornalística, meio literária) do seu olhar sobre a vida urbana da cidade do Rio de Janeiro, talvez mantivessem-se mais limitadas as potencialidades identitárias da imprensa. O olhar subjetivo do autor sobre o mundo objetivo, cultural e social trouxe um espectro novo de elementos para o campo das possibilidades temáticas e formais da expressividade jornalística.

A tradição anterior a ele prezava sobretudo por um tratamento do social focado a partir da ótica das expectativas, demandas e críticas por políticas públicas do Estado sobre estas esferas da vida urbana. Eram tematizadas e organizadas da perspectiva da ação política saneadora, progressista, etc. Com a entrada do registro direto sobre estas esferas da perspectiva de dentro delas para o mundo,

fixaram-se aberturas à mudanças de expectativas sobre o lugar e o modo da fala sobre o social e o cultural, mesmo que isto tenha sido mostrado por intermédio de um interlocutor que se confundiu artificialmente com os personagens e experiências destas esferas; ou seja, mesmo que seja ainda uma fala autorizada *sobre* o social e o cultural e não emanadas diretamente deles.

O popular parece se confundir com o público e com o nacional no que concerne à busca de realidade inerente à exposição pública do cotidiano heterogêneo da cidade; à busca do público por si mesmo. A refronteirização conceitual do público e do privado, neste caso, força uma ruptura temática da polaridade hegemônica entre público como afeto preponderantemente às questões de justiça e normatividade jurídico-estatal e o privado, como próprio aos assuntos relativos à boa vida. No entender de Hohendahl,

“ enfatizar a natureza *pública* da esfera cultural é muito importante porque os teóricos políticos tendem a marginalizar questões culturais (especialmente estéticas) como privadas, pessoais, nem falsas ou verdadeiras e, portanto, em última instância, irrelevantes para os processos de tomada de decisão política. Uma distinção rígida entre as esferas política e cultural, como atualmente é enfatizada pelas instituições políticas, constrangerão necessariamente nossa compreensão sobre aqueles assuntos dispostos sob a categoria da boa vida.” ²³⁰

Refronteirizar tematicamente a noção de público implica privilegiar, dar espaço e abertura para esferas da vida cultural e social e para o que dentro delas concerne aos movimentos, às práticas, aos valores, às produções, às instituições e idéias envolvidos necessariamente com o processo de construção de identidades e de

²³⁰ HOHENDAHL, Peter Uwe. “The Public Sphere: Models and Boundaries”. Em CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Op. Cit., p. 108. Tradução da autora do original “to emphasize the *public* nature of the cultural sphere is so important because political theorists tend to marginalize cultural (especially aesthetic) questions as private, personal, “nicht wahrheitsfähig” (not truth or false), and therefore ultimately irrelevant for the process of political decision making. A rigid distinction between the political and the cultural spheres, as it is reinforced by contemporary political institutions, will necessarily constrain our understanding of those concerns that come under the category the good life.”

participação no amplo projeto de configuração da nacionalidade brasileira desde o século XIX.

A refronteirização formal do conceito de público, dentro deste novos ambientes, implica também numa ruptura das noções territoriais histórico-sociologicamente evidenciadas, dos interlocutores lá instalados e dos recursos de linguagem até então vislumbrados como próprios ao âmbito da operacionalidade verbal do espaço público. Implica numa reterritorialização que abranja uma rede de múltiplos e distintos espaços de expressividade pública, parcial, hierárquica, oposicional e alternativamente interseccionados, originários de segmentos sociais em posições distintas de centralidade, de poder e de reconhecimento na teia das inter-relações sociais. E, além disso, na ruptura da supremacia de uma racionalidade prático-moral específica de uma hegemonia histórica da esfera política, como lugar de organização, negociação e controle do processo social. Formalmente, isto significa ampliar recursos de formação de identidades, consensos, e significações integrativas para além da argumentação verbal dada pelos atos de fala, do pensar e do julgar e das competências e regras racionais que lhes são imanentes. Significa incorporar procedimentos de várias linguagens estético-expressivas e outros originários de formas distintas de interação e compreensão do mundo sensível, como aquelas sedimentadas pelo convívio com linguagens não verbalizáveis, como a imagética, a corporal, a pictórica e outras tantas.

Tematicamente, a contribuição jornalístico-literária de João do Rio, como já foi mencionado, está na incorporação das *ruas* ao espaço da reflexão pública. Uma incorporação inegavelmente unida pela sensibilidade literária e, por isso, seletiva e parcialmente envolvida com sua efetividade histórica. O temático emerge pelo recurso ao imagético, sintoma da fragmentariedade moderna, e do imagético, parte para sua configuração cultural, social e humana sob o pano de fundo permanente da sentimentalidade literária. A rua, em João do Rio, funciona como uma categoria sociológico-literária mais abstrata que dá coerência e regularidade aos valores, comportamentos e práticas dos heterogêneos segmentos sociais e meios urbanos. Tal coerência chega ao ponto de ser possível, para o autor, falar deste segmentos por intermédio da unidade neles vislumbrada, cuja consistência singular,

volta para seus habitantes moldando-lhes suas práticas e concepções da realidade. Deste modo, a rua fala pelos seus moradores e neles se corporifica. Este foi, basicamente, o método criado pelo autor para conferir uma certa ordenação diferencial à diversidade de uma, a princípio, opaca, ameaçadora e indecifrável mancha humana - a multidão, a horda, a massa - até então pejorativa, manipulativa, cautelosa, marginal e indistintamente tratada pela maioria das falas autorizadas da época.

Na coletânea *A Alma Encantadora das Ruas*, de 1908, estão reunidos os textos sobre as ruas do Rio de Janeiro, originalmente publicados na *Gazeta de Notícias* e na revista *Kosmos*, editada por Olavo Bilac. Logo no primeiro deles João do Rio definiu sua categoria genérica de reflexão como a via pública, o lugar-comum da alteridade, dos esforços coletivos, criadora de um “tipo humano universal”. O lugar que resume o conforto humano material e simbólico é, entre “sábios e charlatões”, “a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas.”²³¹ Esta rua universal que ilumina e “dá vida” à civilização, que tem uma alma coletiva que a todos abriga, das crianças aos criminosos é simultaneamente tecida por fios de diferentes origens. É genérica, comum, pública, mas também fragmentada em singularidades. A dinâmica advém do contato das diferenças e a rua é o palco destes embates que modificam continuamente o singular e o comum. Assim, por exemplo, descreve o autor, que

“a rua é transformadora das línguas. Os Cândido de Figueiredo do universo estafam-se em juntar regrinhas para enclausurar expressões; os prosadores bradam contra os Cândido. A rua continua matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventam, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros.”²³²

Os eleitos desta multidão pontilhada de singularidades as contém de um pólo ao outro da diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais, pelo recurso descritivo adjetivamente sentimental de uma

²³¹ RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. Op. Cit., p. 4.

²³² _____. Op. Cit., p. 4.

densa tipologia humana que vai de políticos, comerciantes de grandezas diversas, intelectuais, profissionais liberais, artistas, mercadores, trapeiros, mendigos e marginalizados de toda ordem. Cada rua comporta uma profissão ou uma herança cultural comum e isto as faz, segundo o autor, pensar, ter idéias, filosofias e religiões, há, assim,

“ruas inteiramente católicas, ruas protestantes, ruas livres-pensadoras e até ruas sem religião(...). Oh! Sim, a rua faz o indivíduo, nós bem o sentimos. Um cidadão que tenha passado metade da existência na Rua do Pau Ferro não se habitua jamais à Rua Marquês de Abrantes ! Os intelectuais sentem esse tremendo efeito do ambiente, menos violentamente, mas sentem. Eu conheci um elegante barão da monarquia, diplomata em perpétua disponibilidade, que a necessidade forjara a aceitar de certo proprietário o quarto de um cortiço da Rua Bom Jardim. O pobre homem, com as suas poses a Brummell, sempre de monóculo entalado, era o escândalo da rua. Por mais que saudasse as damas e cumprimentasse os homens, nunca ninguém se lembrava de o tratar senão com desconfiança assustada. O barão sentia-se desesperado e resumira a vida num gozo único: sempre que podia, tomava o bonde de Botafogo, acendia um charuto, e ia por ali altivo, airoso, com a velha redingote abotoada, a “caramela” de cristal cintilante... Estava no seu bairro, até parece, dizia ele, que as pedras me conhecem !”²³³

A corporificação da rua pelos seus moradores corresponde à introjeção de um acervo cultural com o qual cada um deles negocia publicamente suas necessidades, expectativas e limitações. Interessa, em particular, esta concepção do espaço público da rua - em tudo que ela abrange do ponto de vista da experiência prática, racional e inconsciente, afetiva, verbal, sensorial, visual, objetiva e subjetiva - como o lugar das negociações materiais e simbólicas da vida urbana, da fixação de consensos não exclusivamente mediados por interlocuções verbais racionais, mas por múltiplas vias de expressividade. Como o lugar do reconhecimento provisório e da acomodação dinâmica de sentidos comuns construídos a partir de elementos oriundos do que originalmente se concebeu como próprios da experiência privada, das necessidades e vivências particulares não compartilháveis publicamente

²³³ RIO, João do. *Op. Cit.*, pp. 10-13.

ou até então irrelevantes para a construção de *corpus* identitários comuns a toda sociedade.

A experiência da modernidade, entre seus atributos, parece ter deslocado o processo da construção de identidades coletivas dos espaços restritos da política e da cultura secular para o terreno movediço e complexo da experiência urbana, incluindo aí, por um lado, um monumental corpo de indivíduos com partícipes necessários deste processo e, por outro, novos dados materiais e simbólicos e novos recursos expressivos como elementos decisivos sobre a natureza e a dinâmica destas identidades. João do Rio, de certo modo, percebeu a presença destas novas regras de sociabilidade. Segundo ele, a rua

“ é para o homem urbano (...) a preocupação maior(...). Nós pensamos sempre na rua. Desde os mais tenros anos ela resume para o homem todos os ideais, os mais confusos, os mais antagônicos, os mais estranhos desde a noção de liberdade e de difamação - idéias gerais - até a aspiração de dinheiro, de alegria e de amor, idéias particulares (...) a rua é nossa própria existência, nela se fazem negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as idéias e as convicções, nela surgem as dores e os desgostos, nela sente o homem a maior emoção.”

²³⁴

Mesmo sendo o espaço, por excelência, da prática e dos interesses privados, é simultaneamente, a instância formativa e aclamadora do lugar comum. A política, de algum modo, precisa, então, “interessar à rua”. Segundo João do Rio,

“ os políticos vivem no meio da rua aqui, na China, em Tombuctu, na França; os presidentes de repúblicas, os reis, os papas (...). Todos quantos querem subir, galgar a inútil e movediça montanha da glória, anseiam pelo juízo da rua, pela aprovação da via pública (...) O homem, no desejo de ganhar a vida com mais abundância ou maior celebridade, precisa interessar à rua.” ²³⁵

²³⁴ RIO, João do. Op. Cit., p. 14.

²³⁵ _____ Op. Cit., p. 15.

A intuição deste novo paradigma da identidade coletiva permitiu ao autor explorar, com algum detalhe, os elementos e as motivações particulares a vários recortes da territorialidade urbana. Seguem-se, então, narrativas sobre os mais diversos espaços da experiência urbana da cidade do Rio de Janeiro, com características discursivas mescladas de interesse científico, sociológico, antropológico e literário, ajustadas aos princípios referenciais e rítmicos do jornalismo. Têm-se, por exemplo, descrições de profissionais humildes, suas regras operativas, posições dentro de uma hierarquia genérica de ocupações urbanas e os limites das concepções e expectativas destes grupamentos humanos nos contatos com outros de diferentes origens sociais e culturais. Desfilam, assim, a vida de trapeiros, ciganos, tatuadores, agentes funerários, livreiros, pintores de rua, músicos ambulantes, cocheiros, prostitutas, estivadores, policiais, mendigos e criminosos. Inexiste, entretanto, nestes relatos, um controle sistemático entre variáveis espaciais, ocupacionais, comportamentais e simbólicas ou uma ambição de registro abrangente da totalidade da experiência urbana. Percebe-se, em certa medida, uma aleatoriedade na escolha desse espaços e a falta de um eixo articulador de suas diferenças ou, em outros termos, de um modelo explicativo da dinâmica social no qual elas se interagiriam. Sua regularidade discursiva, de certo modo, está na adoção de um mesmo tipo de percepção formal de experiências marcadamente distintas. Postura esta que vai ter mais interesse em simplesmente dar visibilidade à alteridade urgida pela modernidade, sem um projeto maior de fundo crítico ou de invocação a um compromisso público de superação das flagrantes desigualdades sociais na qual ela se move. Por meio da categoria da *rua*, repete-se um mesmo padrão explorativo de uma urbanidade que, à época, ainda permitia o recurso a ele, ou seja, as marcas do passado, de suas segmentações, divisões visíveis do trabalho, de setorização espacial de suas diferenças sociais tornavam ainda viáveis uma apropriação da heterogeneidade pelas formas de expansão urbanística da cidade do Rio. Posteriormente, este recurso já não seria mais facilmente adaptável à distribuição espacial dos diferentes segmentos sociais.

Em *Vida Vertiginosa*, de 1911, mantêm-se, o que, particularmente, é aqui o interesse maior sobre a proposta discursiva

original da prática jornalística de João do Rio, que ele próprio apresenta no prólogo desta nova coletânea:

“ este livro, como quantos venho publicando, tem a preocupação do momento. Talvez mais que os outros o seu desejo ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sob o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e idéias. Do estudo dos homens, das multidões, dos vícios e das aspirações resulta a fisionomia característica de um povo. E bastam às vezes alguns traços para que se reconheça o instante psíquico da sua fisionomia (...).” ²³⁶

Interessa, sobretudo, o método que busca nos dados imediatos da experiência, objetivos e subjetivos, que inclui diferentes linguagens, a imagem, a identidade, ou, como disse João do Rio, a “fisionomia característica do povo”.

Talvez o trânsito entre camadas socialmente muito desiguais tenha permitido aos autor convencer-se da possibilidade de vir a delimitar esta *fisionomia de um povo*. Isto leva à consideração sobre as condições em que uma identidade urbana pode ser construída incorporando elementos de uma cultura laica que, simultaneamente, se mistura e se especializa, de uma outra cultura popular ancestralmente rural e endógena que tendencialmente se folcloriza em compêndios de cultura popular brasileira e de uma cultura desterritorializada engendrada pela modernização. Em que medida estas fontes se confundiriam numa experiência que fosse considerável comum a *todo um povo*, ou que arranjo foi publicamente objeto de tematização pela imprensa?

Considerando-se que o público-leitor imaginado por João do Rio era essencialmente heterogêneo, sua escritura tentou, de algum modo, abranger distintas reações e expectativas a essa nova ritualística cultural sincretista em que todos, no entender do autor, estavam irreversivelmente envolvidos e mergulhados. O pressuposto original é o da inevitabilidade das transformações impostas pela invasão do industrialismo e de toda a reorganização social e de mentalidade que ele

²³⁶ RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. RJ, H. Garnier, 1911.

implicitamente requer. Todos sofrem, a seu modo, as exigências de mudanças em seus patrimônios culturais particulares. E tais exigências se apresentam nas mais variadas formas: cheiros que incomodam damas sufocadas de fumaça, trepidações ressonando nos corpos, vaidades, mágoas e ciúmes que se formam, nostalgias, incorporações de hábitos até então inexistentes, rupturas de hierarquias familiares e ocupacionais, arranjos novos da língua entre outras. Procedimentos oriundos do cosmopolitismo inglês, francês, italiano, alemão, espanhol vêm em auxílio justificar as mudanças que se operavam nesta nova sociabilidade. Assim, descreve o autor:

“a Europa basta para mostrar a crise típica de transformação que deve ser muito mais rápida no novo mundo. O estudante é outro. A vida moderna tem uma divisa: *TOUT EST PAS PLUS, TOUT EST PERMIS*. O respeito, a distância cronológica das idades são sentimentos desconhecidos. Foram os nossos ascendentes que prepararam a revolução, somos nós que estabelecendo a igualdade criamos a anarquia. O ímpeto juvenil é incomensuravelmente maior agora do que em qualquer outra época. Há sintomas generosos: o de amor ao trabalho, o de conquista vertiginosa, o apetite de vencer, a segurança com que rapazes são mestres e vencedores na idade com que outrora tremiam diante do professor, o desenvolvimento pasmoso da personalidade, do orgulho, a maravilhosa maneira porque se aprende, estando o conhecimento no próprio ar que se respira. Há também violências e erros. A mocidade despreza o passado e quer ser a única obedecida (...). Tempo virá em que o ensino não passe de série de conferências sucedidas de diálogos amáveis, em que os conferentes também aprendam um pouco com os assistentes e ao começar peçam desculpas do seu pouco saber. Não há mais crianças - é sabido. Há homens jovens que sabem tudo e são práticos (...). Não haverá mais gente idosa (...). Os velhos são fósseis. Os homens que querem se prestigiar com essa ex-importância são vaiados. É a juventude, a vida nova, a vida vertiginosa.”²³⁷

A *vida vertiginosa* tem uma ânsia de visibilidade que a todos atinge. Dos anúncios, ao auto-elogio, das competências individuais, aos roubos e suicídios simulados para uma imprensa em prontidão, à personalidade publicamente explorada dos pacientes dos hospícios. Segundo João do Rio,

²³⁷ RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., p. 65.

“ os mais audaciosos assassinos e desordeiros, quando são presos, têm repórteres da sua confiança aos quais mandam chamar para que a notícia seja verdadeira, bem clara, bem cheia de pormenores e bem com o seu nome. Bem considerada, a vida não é senão um penoso trabalho de dar na vista. (...) Aparecer é uma questão nacional.”²³⁸

O procedimento ou a intenção de expor o mundo à luz dos espaço público é também o objetivo comum nos mais variados gêneros nos quais o autor se expressou. Seria ele o mediador desta inerente ânsia de visibilidade de todos em geral, ou estaria também o autor buscando tornar visível ao mundo a particularidade do seu modo de estar-no-mundo e de querer ser explicado e compreendido? Uma das maneiras possíveis de desvendar este duplo procedimento pode ser encontrada nas reflexões de Walter Benjamin sobre a crônica, o romance, e o jornalismo; reflexões que alinhavam alguns dos aspectos até agora discutidos sobre os textos de João do Rio. Na diferenciação que Benjamin estabelece entre a antiga *experiência*, a “*Erfahrung*”, tecida secularmente num mesmo ambiente comunitário, que tem um passado comum e a *experiência vivida* contemporânea à modernidade, a “*Erlebnis*”, sem tradição comum, que isola o indivíduo num presente sem passado, localiza-se segundo o autor, a resposta para a emergência destas formas discursivas. Percebe-se a pertinência da crônica urbana quando, “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história .”²³⁹

Esta equivalência dos eventos se deve ao fato de que já não há mais um pano de fundo que dê um sentido único e diferencial a cada um deles. Perdidos numa época sem ordenamentos pré-estabelecidos de sentido, tudo se torna objeto de exposição em busca de auto-explicação e pode requerer para si um estatuto de verdade e valor semelhantes aos demais. A crônica, o romance e o jornalismo são essencialmente referenciais norteadores de uma mutável experiência que alimenta uma busca incessante e universal de sentido para o mundo objetivo, social e subjetivo. Pergunta Benjamin:

²³⁸ RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., p. 75.

²³⁹ BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. Em *Obras Escolhidas I*. Op. Cit., p. 223.

“qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo do século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores podem nos conduzir quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie.”²⁴⁰

O romance, conforme o autor, é uma procura do homem isolado por si mesmo e de um sentido externo a ele que supere sua impassibilidade diante do mundo. Reproduzível em larga escala pelos avanços da tipografia, o romance dialoga com o outro isolado contando (ambos, autor e leitor) apenas com os dados das suas singulares experiências e as dos que lhes são próximos. É explicativo, referencial e, mesmo, educativo. Da mesma forma age a crônica e o jornalismo. A informação conforme Benjamin, é uma

“uma forma de comunicação essencialmente preocupada em nomear, justificar e explicar a realidade imediata: a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível “em si e para si”. Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém (...) é indispensável que a informação seja plausível (...). Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações.”²⁴¹

Inexiste, entretanto, uma ambição de interpretação dos fatos com condição de perenidade no tempo. Tais escrituras servem para preencher vazios permanentes que se deixam consumir a cada apreensão. Assim, portanto, torna-se plausível o intuito de João do Rio de percorrer diferentes espaços urbanos conferindo-lhes iguais direitos de acesso ao temário público; torna-se também justificável a ânsia de visibilidade por todos resvalada. Efemeridade e explicação, visibilidade e esquecimento são as condições de acesso ao sentido. Mas algo de

²⁴⁰ BENJAMIN, Walter. “Experiência e Pobreza”. Op. Cit., p. 115.

²⁴¹ _____. “O Narrador”. Em Obras Escolhidas I. Op. Cit., pp. 202-203.

novo e promissor é simultaneamente vislumbrável nestas formas hegemônicas de intersubjetividade pública promovidas pela imprensa. Algo que, segundo Benjamin, pode ser caracterizado como uma permanente abertura da escrita ao ingresso do leitor no interior de sua construção numa condição de co-autoria. Pelo próprio fato de não poderem fixar um sentido perene e total da experiência, tais escrituras criam a possibilidade de apropriações particulares e de novas significações. A fragilidade do sentido permite que outros com ele coabitem num mesmo objeto.

Polemizando especificamente com o materialismo histórico, Benjamin, a certa altura de suas considerações demonstra que o importante na reflexão sobre cultura e desenvolvimento material é a busca da compreensão mais imediata do modo como um determinado formato estético-expressivo se situa *dentro* de um a dada processualidade da produção literária de sua época.²⁴² No caso específico do jornalismo, as respostas parecem indicar para uma localização sintonizada com as demandas específicas das mudanças materiais em curso nas sociedades modernas. Neste sentido, a obra de João do Rio, ao tempo que explicita, referencializa e dá uma visibilidade particular às fragmentações provocadas pelas transformações sociais, políticas e econômicas do país, também lhes atribui uma possibilidade de auto-entendimento e mobilidade pelo próprio fato de que, a partir desta publicização mediatizada, torna-se possível a cada um destes fragmentos estabelecer relações entre si de acordo com significações por eles próprios engendrados.

Estas considerações têm em mente uma discussão mais ampla e abstrata em torno do que poderia ser a princípio pensado em termos do *potencial emancipatório* destas novas formas discursivas. Há um entrecruzamento relativamente complexo de questões neste campo particular de reflexão concernentes basicamente, às formas pelas quais ele é viabilizável e às condições objetivas nas quais ele pode ser efetivado.

²⁴² BENJAMIN, Walter. "O Autor como Produtor". Em *Obras Escolhidas I*. Op. Cit., p. 122. Diz Benjamin: "antes, pois, de perguntar como uma obra literária se situa no tocante às relações de produção da época, gostaria de perguntar: como ela se situa *dentro* dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente a função exercida pela obra no interior das relações literárias de produção de uma época".

Uma das considerações correntes à obra jornalístico-literária de João do Rio é relativa a uma suposta falta de crítica social em suas abordagens dos diferentes segmentos sociais. Ele pecaria por referendar as distinções sociais da época e por omitir-se de juízos políticos sobre as desigualdades sociais. As poucas vezes em que o autor se manifestou nestes termos decorreram de intencionalidades originárias de outras expectativas de apreensão da realidade.²⁴³ O que basicamente está em questão é a medida em que a proposta discursiva do autor contém implicitamente atributos que permitam ao público participar compreensiva e praticamente dos sentidos por ele (autor) construídos. Em outros termos, o que se procura são as formas pelas quais o público pode ser potencialmente incorporado como agente ativo à esfera intersubjetivamente partilhável pela singularidade discursiva do autor. Isto remete à discussão sobre as formas pelas quais o instituto jornalístico constrói um sistema referencial identitário pretensamente comum e abrangente a toda a sociedade. Se a questão da crítica social for entendida do ponto de vista da teoria crítica, o problema recai preponderantemente sobre a busca da dimensão emancipatória implícita ao discurso do autor. A discussão se encaminha de braços abertos para as questões de justiça desdobráveis na esfera de uma racionalidade prático-moral de natureza essencialmente política. O conceito de emancipação esteve historicamente vinculado à esfera do debate político, favorecendo a polaridade público/justiça e privado/boa vida. O impasse que se apresenta no espaço público da imprensa é, a princípio, a avaliação do potencial emancipatório de suas diversas formas ou gêneros discursivos. Em que medida uma proposta discursiva, como a de João do Rio, que temática e formalmente rompe com esta polaridade clássica, incluindo o reino da vida privada como objeto privilegiado de tematização pública e linguagens não exclusivamente racionalizadas em termos prático-morais pode ser emancipatório?

Pensar o exercício da crítica social por meio do conceito de emancipação parece implicar numa limitação teórica que tem esbarrado, historicamente no paradigma *sociedade do trabalho*. A idéia de emancipação, de alguma forma, remete implicitamente à de libertação

²⁴³ Comungam este ponto de vista autores com Orna Levin e Antônio Cândido, entre outros.

ou domínio do sujeito em relação a um sistema material e mental de organização da vida produtiva. Perante este sistema caberia classicamente a uma racionalidade prático-moral, equacionar os termos político-jurídicos de preservação da autonomia do sujeito em relação à matéria e às ideologias. Habermas equaciona *esclarecimento e emancipação*, em sua versão original kantiana, como processos de racionalização da obscuridade ou do que subjugava o homem a uma situação de inferioridade e subordinação ao reino social e natural. Observa-se, entretanto, no decorrer de sua descrição conceitual, o predomínio de uma racionalidade prático-moral como eixo articulador das demais formas de entendimento sobre o mundo e, por conseguinte, o privilégio da esfera político-jurídica como instância última de alcance de um estado de emancipação desejável. Segundo ele,

“ desde o século XVIII, quando Kant falou da saída do homem de sua ‘culposa minoridade’, os conceitos tais como ‘esclarecimento’ e ‘emancipação’ referem-se a processos nos quais a gente experimenta em si mesma como se transforma quando aprende a se comportar racionalmente sob pontos de vista normais. Esclarecimento (*Aufklärung*) é um reflexo da auto-experiência no decurso de processos de aprendizagem. Emancipação tem a ver com libertação em relação a parcialidades que, pelo fato de não resultarem da casualidade da natureza ou das limitações do próprio entendimento, derivam, de certa forma, de nossa responsabilidade, mesmo que tenhamos ‘caído’ nelas por ilusão. A emancipação é um tipo especial de auto-experiência porque nela os processos de auto-entendimento se entrecruzam com o ganho de autonomia. Nela se ligam idéias ‘éticas’ e ‘morais’. Se for verdade que nas questões éticas nós procuramos obter clareza sobre quem nós somos e quem nós gostaríamos de ser, e que nas questões ‘morais’ nós gostaríamos de saber o que é igualmente bom para todos, então é possível afirmar que na conscientização emancipatória as idéias morais estão conectadas a uma nova auto-compreensão ética. Nós descobrimos quem nós somos porque aprendemos, ao mesmo tempo, a nos ver numa relação com os outros.”²⁴⁴

Seu desencantamento, entretanto, com o idealismo imanente à dimensão moralista da noção histórica de emancipação o levou a questionar seu uso. O conceito de modernidade, segundo Habermas,

²⁴⁴ HABERMAS, Jürgen. *Passado como Futuro*. RJ, Tempo Brasileiro, 1993, p. 99.

“ não está mais ligado a nenhuma promessa de felicidade (...) Para que os conceitos morais fundamentais, tais como, por exemplo, autonomia e dignidade humana, solidariedade e igualdade *continuem sendo* convincentes, é necessário que se apresentem como modificáveis em processos de auto-aplicação, isto é na aplicação crítica ao seu próprio uso. A emancipação - em sentido categórico - torna os homens mais independentes mas não necessária e automaticamente mais felizes.”²⁴⁵

Por temor ao idealismo imanente ao conceito de emancipação, o próprio Habermas decidiu substituí-lo pelo de entendimento e agir comunicativo, assim, segundo ele, os processos de aprendizagem e de tematização do mundo da vida encontram nas suas condições efetivas de realização um inevitável recurso lingüístico voltado *também* ao entendimento, por mais que convivam com estratégias manipulativas. Conforme Habermas,

“ o agir comunicativo realiza-se normalmente numa linguagem comum e num mundo explorado pela linguagem, pré-interpretado, em formas de vida compartilhadas culturalmente, em contextos normativos, em tradições, rotinas, etc.; em resumo, em mundos da vida que são porosos uns em relação aos outros, que se interpenetram e se interligam.”²⁴⁶

²⁴⁵ HABERMAS, Jürgen. *Passado Como Futuro*. Op. Cit., p. 102.

²⁴⁶ *Passado como Futuro*. Op. Cit., pp. 105-106. O desvio para a filosofia da linguagem tem por finalidade desvendar a natureza desta razão comunicativa, responsável pelo desenvolvimento de certos processos históricos de caráter potencialmente consensuais, próprios das sociedades modernas, como a instituição da democracia representativa e a separação e especialização das esferas de conhecimento; sobre os quais, nem a teoria da racionalização de Weber, nem a Teoria Crítica foram satisfatoriamente claras. No terreno da linguagem, Habermas tem como objetivo identificar a natureza das suas regras básicas de funcionamento a fim de assumi-las como procedimentos inevitáveis e “incondicionais” no âmbito da interação comunicativa produzida pelos atos de fala. Atos que delimitam uma nova teoria da ação que privilegia a dimensão simbólica da ação e lhe pressupõe um caráter também performativo empiricamente observável na materialidade dos discursos proferidos intersubjetivamente. A racionalidade da ação comunicativa apóia-se em dois aspectos básicos: nas regras imanentes aos atos de fala e na relação intersubjetiva dos seus atores. Ao fixar a dimensão emancipatória da razão nos procedimentos formais da linguagem, Habermas encontra um parâmetro para a noção de crítica fora dos limites explicativos da filosofia da consciência, do relativismo e do decisionismo. Um parâmetro que prescinde da identificação de uma teleologia inerente à ação social dos indivíduos, a qual, no entender de Habermas, levou Weber a delimitar uma teoria monológica da ação em termos de uma tipologia “estreita” de finalidades de ação - utilitárias, valorativas, afetivas e tradicionais -, em que predomina a ação utilitária como fator explicativo do processo de racionalização das sociedades modernas. Leia-se HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Vol I, Madrid, Taurus, 1988, pp. 359-365.

Um conceito importante e complementar ao de ação comunicativa é o de “mundo da vida”, repensado sociologicamente por Habermas, a partir de sua primeira formulação fenomenológica feita por Husserl. O *mundo da vida*, para Habermas, é a totalidade do saber não-tematizado, intuitivo,

A questão da crítica, neste ambiente conceitual, estaria subentendida nas próprias condições pragmáticas dos atos de fala, seria inerente a qualquer âmbito da formação de consensos sobre o mundo objetivo, social e subjetivo. Ao deslocar-se a proposição de uma imanente operatividade do agir comunicativo nos processos de interação humana para a esfera pública da discursividade jornalística,

pressuposto, são as convicções mais profundas não problematizadas, auto-evidências implícitas e pré-reflexivas. Ele tem três características. A primeira consiste na forma de uma certeza imediata, é um saber sempre inquestionado, dado como válido na recorrência impensada a ele para a vivência das experiências diversas do cotidiano. Quando, entretanto, trazido à luz da crítica pública, esta característica se dissolve, dado que este saber não havia ainda sido elaborado do ponto de vista de exigências de validade questionáveis. A segunda característica é sua força totalizadora, o mundo da vida está em toda parte, como um pano de fundo, de modo transcendente à materialidade da vida e dos corpos, das épocas e dos espaços históricos. É um mundo de significados compartilhados intersubjetivamente, cujo eixo vital está na capacidade humana do exercício da linguagem. A terceira característica é o holismo do seu saber constitutivo, como uma floresta densa e indiscernível do ponto de vista dos seus elementos diversos em estado original de entrelaçamento profundo, relacionando-se com as características dadas de imediatez e totalidade. Somente as situações de fala e os exercícios reflexivos publicamente criticáveis tornam o saber do mundo da vida em "saber acerca do mundo", conforme Habermas, adquirido *a posteriori*, nas diversas categorias do saber tematizado.

O mundo da vida, alerta o autor, não é um sistema - com limites visíveis e um ambiente exterior a ele -, também não é um continente exterior aos sujeitos ou, pelo contrário, um todo que os abarca como partes. De acordo com Habermas, são três os componentes estruturais do mundo da vida - cultura, sociedade e personalidade: "para mim, cultura é o armazém do saber, do qual os participantes da comunicação extraem interpretações no momento em que se entendem mutuamente sobre algo. A sociedade compõe-se de ordens legítimas através das quais os participantes da comunicação regulam seu pertencimento a grupos sociais e garantem solidariedade. Conto entre as estruturas de personalidade todos os motivos e habilidades que colocam um sujeito em condições de falar e de agir, bem como de garantir sua identidade própria. Para os que agem comunicativamente, a cultura forma o cone luminoso no interior do qual surgem entidades que podem ser representadas ou manipuladas; ao passo que as normas e vivências se lhes afiguram como algo no mundo social ou num mundo subjetivo, ao qual eles podem referir-se assumindo um enfoque expressivo ou conforme as normas."

Estes componentes do mundo da vida são, conforme o autor, respectivamente, "condensações e sedimentações dos processos de entendimento, da coordenação da ação e da socialização", resultantes do agir comunicativo em toda a sua extensão. São sistemas interpretativos tematizados emergentes do barro denso e composto do mundo da vida. Apesar de específicos, por um lado, como tradições, heranças, formações simbólicas, padrões interpretativos culturais, como normatizações político-jurídicas, ou ainda como formas de identidades, estes componentes se comunicam e se deixam mutuamente permear uns pelos outros. A prática comunicativa diária dos sujeitos alimenta o que Habermas chama de "jogo conjunto" entre mundo da vida e seus componentes. São processos de aprendizagem desencadeados pelos sujeitos, enquanto agentes da ação comunicativa - enquanto puras "estruturas simbólicas" -, que movimentam este jogo complexo; que mantêm vivas todas as suas instâncias simbólicas e que as definem mutuamente e em suas especificidades.

Faz-se necessário observar que a ênfase habermasiana acerca da consolidação destas estruturas do mundo da vida - não apenas como formações simbólicas, mas também como formações institucionais da esfera interativa da vida em sociedade - como resultantes do agir comunicativo e não do agir instrumental (apesar deste também ser viável linguisticamente), concerne à constatação de que tais estruturas são, em essência, evidências do entendimento humano sobre um acervo de saber comum não-sistemizado. Para Habermas, o agir estratégico ocorre por sobre tais componentes, já dados enquanto fontes simbólicas compartilhadas intersubjetivamente; de certo modo, precisa deste entendimento *a priori* para levar adiante a consecução dos seus objetivos particulares. HABERMAS, Jürgen. Pensamento Pós-Metafísico - Estudos Filosóficos. RJ, Tempo Brasileiro, 1990. Cap. 4.

depara-se com uma série de impasses que problematizam a qualidade dos consensos possíveis nos termos da interação intersubjetiva lá existente. Variáveis como a disparidade de condições de exercício da fala entre emissor e receptor, a intervenção inevitável de estratégias próprias à racionalidade instrumental e o recurso a linguagens não-verbais, vêm de encontro à intencionalidade consensual do agir comunicativo limitando-o de forma significativa. Interessa, em particular, articular os termos desta consensualidade possível com o acervo identitário construído, mantido e transformado permanente pelas instituições de comunicação. De que forma esta identidade gerada pelo instituto jornalístico se mantém e se modifica?

Isto remete à identificação da dinâmica de sua interatividade; dos mecanismos que a mantêm. O fio condutor desta dinâmica pode ter formalmente, como elementos estruturais dados, os procedimentos de racionalização próprios às três formas respectivas ao pensar, julgar e querer. Este é o *pano de fundo* provedor de uma intencionalidade voltada para o entendimento coletivo. Cabe admitir as regras inerentes aos modos operativos da racionalidade científica, político-jurídica e artística em suas competências verbalizadoras acerca do mundo da vida. Mas cabe incluir nesta dinâmica elementos oriundos de uma racionalidade instrumental que sempre, por razões conjunturais, interfere sobre as formas e condições do entendimento comunicativo criando arranjos provisórios e parciais de sentido. Cabe ainda incluir outros elementos oriundos de linguagens experimentadas não-verbalizáveis, de expressividades intuitivas, inconscientes, híbridas. As condições objetivas nos quais estes elementos se dinamizam são dados pela especificidade histórica do instituto jornalístico. Condições relativas à sua finalidade referencial, atualizadora, identitária e integradora, à sua ambição de alcance de toda a sociedade; aos vínculos concretos com o mercado e sua lógica própria de funcionamento; às formas internas de organização dos processos de produção de informações; às formas de construção do discurso e de interação com o seu público-leitor. Isto leva à já mencionada idéia de que no âmbito das produções de sentido do jornalismo funciona, conforme Benjamin, *uma nova forma de comunicação*, onde se vislumbraria um novo tipo de racionalidade. A contribuição de Luís Signates ao perfil deste novo tipo

de racionalidade próprio à discursividade das instituições de comunicação, sugere, segundo ele,

“dois momentos da construção de sua racionalidade específica: primeiro, o momento da apropriação dos valores em trânsito, sejam advindos do mundo da vida ou dos subsistemas sociais, pela via de processos de identificação / reconhecimento / mímese. Seria a natureza ôntica de seu funcionamento, que, por significar um movimento do outro para o mesmo, seria definidora de uma racionalidade do tipo *identitário*. E, um segundo momento, vinculado à natureza das conexões que propicia no desempenho em direção aos subsistemas e ao mundo da vida, numa lógica de disponibilidade e acesso, e não obrigatoriamente de colonização; seria a qualidade pragmática de seu funcionamento, que, por significar um movimento do mesmo para o outro, isto é, por apropriar os códigos verbais e não-verbais para se estender ao mundo percebido no interior das formações ideológicas da cultura, seria definidora de uma racionalidade do tipo *referencial*.”²⁴⁷

Poderia-se entender que, no momento potencial desta racionalidade, estariam presentes as demais racionalidades das esferas de conhecimento científico e artístico na condição de recursos a serem apropriados em função de uma pretensão identitária, a qual, para se efetivar enquanto ato, desempenha apropriações estrategicamente oportunas a um tipo de referencialidade alimentada pela sua própria dinâmica semantizadora e pelas correlações de sentido oriundo das suas inter-relações com o público e as demais instituições sociais. Assim, o tipo de referencialidade gerada nesta dinâmica é inevitavelmente seletiva, parcial, transitória e efêmera porque ela é regida, simultaneamente, pelo mundo cíclico. As fundações da racionalidade própria às instituições de comunicação estão encravadas no terreno da circularidade cotidiana da vida privada, da processualidade do tempo histórico. Depende de iniciativas, ações, expectativas e interações que ocorrem para além das suas fronteiras, onde elas participam apenas como mais um agente, por mais expressivo que seja neste espaço maior. Elas não podem se isolar ou antecipar a natureza e o ritmo desta processualidade, ela se alimenta de suas mutações e se legitima em razão delas.

²⁴⁷ SIGNATES, Luís. “Sobre a Racionalidade Específica do Campo da Comunicação”. Goiânia, Ensaio, junho de 1997.

Admitindo-se a pertinência destas reflexões, deve-se procurar entender a articulação desta nova racionalidade ora configurada, com perguntas sobre a natureza específica da intervenção do público nos termos da sua dinâmica operativa. Retorna-se novamente ao problema das condições objetivas de participação ativa do público no interior desta discursividade mutante e cotidianamente auto-regenerativa. As reflexões de Habermas especificamente sobre as instituições de comunicação têm grande peso sobre este debate ao localizá-las no terreno histórico-sociológico de formação e desenvolvimento da esfera pública moderna. Foi por intermédio desta categoria que se vislumbrou a especificidade da sua origem e conformações históricas institucionais. Habermas também impôs aos usuários desta categoria o desafio da superação do próprio modelo por ele criado, oferecendo em troca uma teoria potencial da ação, que mantém o princípio formal da razão comunicativa como parâmetro inaugural e fundante da modernidade. Como manter este parâmetro sem vincular as instituições de comunicação e, mesmo, a própria modernidade a um projeto de emancipação humana? Isto implica em manter as características de reflexividade, de busca de entendimento sem localizá-las no terreno de uma perspectiva evolucionista da cultura, a qual traz em geral implícita ou uma idéia essencial de compromisso humano com a história ou de uma auto-depuração intrínseca ao próprio processo cultural da humanidade.

Deve-se considerar a presença efetiva e simultânea de racionalidades comunicativas e instrumentais como procedimentos intrínsecos ao processo de institucionalização da comunicação, evitando-se assim observá-lo sob a ótica de relações de domínio e subordinação e recusando-se conceitos como os de *colonização*, *refeudalização* ou *deformação* da razão crítica. As instituições de comunicação permanecem, assim, em certa medida, presas às contingências do tempo e espaço históricos em geral nos quais se dá o movimento da sociedade como um todo. Há conexões tendencialmente complexas entre as esferas de conhecimento e as instituições de comunicação que devem ser consideradas do ponto de vista da performance destas últimas, com suas estratégias de referencialidade moldadas em gênero diversos de discurso.

Habermas opera com uma noção de esfera pública em que a relação intersubjetiva entre os agentes é mediada exclusivamente pela linguagem verbal e, por isso, pode defender a razão comunicativa como mecanismo coordenador das ações sociais. Sua indiferença em relação à especificidade da dinâmica interativa promovida pelas instituições de comunicação é conveniente à necessária premissa de sua teoria da ação comunicativa, da centralidade e supremacia do discurso verbal do exercício do debate e da opinião. A perspectiva essencial do autor de atribuir às instituições de comunicação a condição primordial de espaço de formulação de opiniões é vulnerável perante os processos que lá se desenvolvem. Os diversos gêneros do discurso jornalístico até agora analisados apontam para a configuração de modelos de produção de informações em gêneros surgidos a partir de uma evolução própria em termos formais; padrões estes que estabelecem condições particulares de acesso e de diálogo com o público; que incorporam ou pressupõem uma experiência anterior com linguagens sonoras, gestuais, imagéticas e outras; que se integram parcialmente à fala, que exigem do público competências e perspectivas para além do domínio verbal, que não implicam sempre em formulação de opiniões por parte do público, que, por vezes, exigem uma experimentação prática dos seus discursos como modo de interação.

O que se observa nos padrões de comunicação pública posteriores à imprensa é uma diversificação contínua das formas e condições de interação entre emissores e receptores. A intersubjetividade mediada por diferentes linguagens, diferentes objetos de interesses e diferentes padrões de comunicação não implica necessariamente e, por vezes, nem mesmo almeja estabelecer verbalmente juízos de opiniões sobre o mundo. Somente em determinados padrões e com certas limitações operacionais que modificam substancialmente a noção do exercício pleno da crítica, estaria o público envolvido em processos de formulação de opiniões sobre o mundo objetivo, social ou subjetivo.

No texto final de sua teoria da ação comunicativa, Habermas recusa a insistência, seja das análises empíricas funcionalistas, seja da teoria crítica, em compreender-se a atuação das instituições de

comunicação contemporâneas (imprensa, rádio e TV) do ponto de vista da sua racionalidade instrumental. Habermas as requisita, como já foi visto, como instituições pertencentes ao mundo da vida cuja racionalidade é comunicativa.

Uma alternativa à noção de emancipação está na sua substituição pela de *reflexividade*, já que, como foi visto, não é possível desalinhar o atributo idealista da primeira e sua remissão ao campo da interação essencialmente política. A contribuição de Giddens resulta particularmente pertinente ao presente impasse sobre a participação do público, à medida que parte da premissa de uma interconexão crescente entre indivíduo e estrutura. Os indivíduos são agentes de práticas sociais que asseguram o caráter “recursivo” e “recriável” da vida cotidiana e das instituições sociais. Eles têm papel e posição sociais que lhes conferem uma *identidade social* em parte por eles manipulável. É a nível do “Self” individual que se situam os processos geradores de seu agenciamento e identidade social. A modernidade, segundo o autor, demanda um “novo senso do Self” auto-gerido pelo exercício intermitente de uma reflexividade que monitora a ação e constrói a identidade. O *Self* habita o núcleo da “consciência discursiva”, mas sofre motivações oriundas de uma “consciência prática” (interações corpóreas do indivíduo com as estruturas da vida cotidiana, cujas percepções não são verbalizáveis) e do “inconsciente”. Esta incorporação de uma *consciência prática* amplia o campo, as formas e condições das situações de interação social para além de uma dinâmica interativa puramente verbal.

A monitoração destas instâncias e das instituições sociais é dada, segundo Giddens, por um “sistema referencial interno” à reflexividade que a transforma numa cultura auto-referencial movida pela “dúvida” e expostas a “riscos” até então inexistentes. Este sistema referencial interno é o mecanismo operativo e dinamizador da reflexividade. Cabe a ele romper laços com a tradição, reinventando-a em bases espaço-temporais mais ampliadas e no interior de uma referencialidade por ele mantida. É fundamental que todos os indivíduos dominem a sua lógica incorporativa, seus códigos e elementos constitutivos experimentando-os, escolhendo-os e avaliando-os nos limites particulares de suas trajetórias biográficas. Deste modo

eles conseguem ampliar significativamente a esfera pública da vida social por meio do que Giddens denomina de “seqüestro da experiência”, um mecanismo que tematiza as experiências mais privadas da vida individual cotidiana, tornando-as referentes comuns a toda a sociedade. Para Giddens, as instituições de comunicação tem um “papel central e constitutivo no universo da atividade social .” ²⁴⁸

Apesar de propor uma configuração teórico-conceitual da reflexividade, segundo o autor, ambientada ao que denomina de “alta modernidade”, ela é propriamente pertinente como paradigma da modernidade. Neste sentido, pode ser apropriado como recurso explicativo da dinâmica emissor-receptor própria ao universo interativo da comunicação. O que o conceito de reflexividade parece indicar é a existência de um mecanismo dinamizador das representações sociais movido substantivamente pela natureza das referencialidades criadas, mantidas e experimentadas por todos os integrantes do seu sistema. Este sistema é abrangente, contém a heterogeneidade, é incorporativo, convive com a diferença, é consensualizador, estabelece espaços interseccionados de representações e experiências coletivas. Depende, fundamentalmente, dos agentes individuais como instâncias motivadoras, criadoras e dinamizadoras de sua referencialidade, já que são eles os agentes que a corporificam em suas permanentemente mutáveis configurações. O fato de ser movido pela *dúvida* e pelo *risco* é pertinente à improbabilidade inerente ao sistema referencial de conseguir antecipar, totalizar ou planejar um controle pleno dos seus elementos referenciais constitutivos e das formas como serão discursiva e praticamente incorporados, selecionados e transformados pelos indivíduos e instituições sociais.

A mudança das noções de espaço e tempo, própria do ambiente da modernidade, redefiniram as noções de familiaridade e experiência, dada a abolição do lugar histórico concreto como base tradicional de suas configurações; tais noções passaram a incluir elementos *reinventados* no plano público das instituições de

²⁴⁸ A obra de Anthony Giddens já foi objeto específico de reflexão em tempo anterior a esta Tese, e poderá ser consultada em RIBEIRO, LAVINA. Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação. Op.Cit., pp. 71-79. Interessa em particular ao presente esforço teórico indicar a pertinência do conceito de *reflexividade* para a elucidação do lugar do público na interatividade promovida pelas instituições de comunicação. Consultar GIDDENS, Anthony. Modernity and Self-Identity. Cambridge, Polity Press, 1992, p.5.

comunicação, sem a exigência, a princípio, de contato direto com eles. Para que haja a possibilidade de redefinição, reinvenção, incorporação seletiva de noções de familiaridade e experiência herdadas de ordens sociais tradicionais é preciso que haja, concretamente, a convivência de um público no interior de um sistema referencial. Somente a convivência assegura a possibilidade da reinvenção prevista no domínio dos seus códigos e mecanismos de funcionamento.

Este tipo de abordagem apresenta uma flexibilidade maior sobre as diversas formas e intensidades de participação dos indivíduos no interior da dinâmica discursiva das instituições de comunicação. Do ponto de vista teórico, não há um aparente impedimento sobre a possibilidade de incluir entre os mecanismos da *consciência discursiva* da reflexividade todas as considerações aqui delimitadas sobre a racionalidade intrínseca à discursividade da comunicação e seus processos de apropriação na relação com outras práticas discursivas científicas, políticas e culturais. Entender a natureza da participação do público no interior da dinâmica desse sistema referencial reflexivo implica em avaliar de que modo e em que medida ele está interagindo com este sistema. Se fosse possível uma adequação do conceito de emancipação, nos tempos do paradigma da reflexividade, não seria no sentido de uma libertação absoluta da dominação e da necessidade. Seria no sentido de uma crescente apropriação seletiva e particular de novas representações simbólicas que se delimitam, se expandem e se especializam a partir de uma referencialidade interna. Emancipar-se significaria dominar progressivamente as premissas, os procedimentos, os códigos e padrões de uma discursividade praticamente vivida e experimentada. Esta descrição pode, por sua vez, ser compatível com o que Habermas denomina de *processos de aprendizagem*. Exercícios cotidianos de interação num universo prático e simbólico mutante, instável, ancorado em regularidades discursivas que devem ser continuamente dominadas e recriadas.

A reflexividade promovida no interior das instituições de comunicação deve ser considerada do ponto de vista das suas históricas especificidades estruturais, organizacionais e discursivas. Em todos estes momentos há um universo de variáveis que emolduram as condições objetivas do seu exercício. De acordo com Anthony Giddens, as

instituições de comunicação desenvolveram-se (em estruturas, recursos materiais, organizacionais e humanos) de modo compatível com as condições históricas concretas das diferentes sociedades. Elas interpenetram, desde os seus primórdios, os âmbitos do indivíduo e da sociedade.

O que se pode, a princípio, empiricamente, absorver deste já longo debate teórico sobre o lugar do público no espaço discursivo da comunicação, é a avaliação de que, no caso brasileiro e, em especial, no meio urbano do Rio de Janeiro, a imprensa tornou-se uma instituição central, constitutiva e formativa da experiência da modernidade vivida neste meio. Tornou-se o lugar privilegiado de demarcação de novos sistemas referenciais-identitários fundamentais à reordenação prática e simbólica de suas iniciativas individuais e institucionais. Neste sentido, uma avaliação mais sistemática do potencial crítico da obra de João do Rio, se submetida aos parâmetros teórico-conceituais ora delimitados, demonstra que o autor procedeu a uma série de inovações formais e temáticas no sistema referencial interno à discursividade jornalística da época, com repercussões importantes sobre a abrangência territorial e humana deste sistema. Incluiu novos agentes, novos objetos, práticas, valores e perspectivas sobre a realidade, os quais, ao ingressarem simbólica e praticamente neste sistema, coagiram seus participantes a dominar, ou a aprender sobre seus elementos, a compreender seus padrões discursivos e localizá-los criticamente em relação aos demais. O fundamental neste processo não é propriamente a competência dos interlocutores para compartilhar os mesmos sentidos criados pelo autor, mas sim, para apropriá-los e sobre eles reagirem de alguma forma.

Se João do Rio não construiu discursos sobre segmentos sociais marginalizados do ponto de vista da crítica política, por outro lado, trouxe estes segmentos para o interior da referencialidade pública - obrigando seus interlocutores a, de algum modo, admiti-los como novos integrantes deste espaço. Se eles, por sua vez, não construíram por si próprios o perfil de sua marginalidade, reconheceram-se, por outro lado, como objetos de interesse público e foram coagidos a assumir uma posição discursiva e prática dentro deste sistema referencial. Este sistema já não lhes é de todo mais estranho ou

extrínseco ao seus ambientes marginalizados. A partir daí é possível a estes segmentos dar início ao exercício de domínio de seus elementos, códigos e padrões e de interferência sobre o curso da identidade por ele promovida.

Este é, efetivamente, no caso brasileiro, um trajeto de longo curso, principalmente para uma população preponderantemente analfabeta, pobre e sem perspectivas de mobilidade social a curto ou médio prazo. Mas é imanente à reflexividade das instituições de comunicação, para efeito da sua própria sobrevivência enquanto sistema referencial e identitário, simultaneamente formular versões parciais, provisórias e precárias desta identidade social mais ampla, mas exigir dos integrantes do seu público a competência de domínio sobre a lógica discursiva dos seus diversos padrões, o que os leva, após um tempo de convívio, a ter familiaridade crítica com os limites de sua atuação pública e saber de que modo interferir, independente do fato de terem ou não acesso direto aos locais de produção discursiva e a seus produtores.

A parcialidade, a incorporação seletiva de valores e práticas pela comunicação pública, se, por um lado, é omissa, por outro, ao deixar espaços de significação precariamente cobertos ou ausentes de sua discursividade, deixa aberto a que o público deles se apropriem e recriem seus referenciais de acordo com perspectivas próprias e, deste modo, interfira sobre a dinâmica semantizadora desses espaços. Este processo se assemelha à noção de obra aberta sugerida por Benjamin como atributo da literatura moderna e também desenvolvida por Umberto Eco.

O que João do Rio veio comprovar foi a flexível e plural potencialidade formal e temática da imprensa e demais publicações da época para configurar processos identitários e referenciais mais amplos. A abertura própria à modernidade, segundo Giddens, consiste no fato de que o conhecimento não está a serviço apenas da investigação intelectual especializada, mas das condições cotidianas da modernidade. Conforme o autor,

“ é a mistura de *ceticismo* e *universalismo* que confere às disputas entre peritos um sabor particular. Peritos discordam não porque defendem

posições pré- estabelecidas, mas a serviço, sobretudo, da separação destas diferenças. O pluralismo aqui tem uma forma diferente da diversidade cultural dos sistemas pré-modernos e está claramente relacionado aos grandes princípios da democratização. Peritos freqüentemente discordam, mas em favor de um universalismo atribuído ao discurso público. Tal discurso é o meio e o produto da conjunção de crítica e universalismo .”²⁴⁹

As instituições de comunicação, na sua própria configuração estrutural, confirmam esta abertura potencial ao pluralismo não apenas de temas, mas de procedimentos. Tenderão a ser instituições complexas, altamente compartimentadas, especializadas, racionalizadas. Atores-comunicativos, não necessariamente atores-falantes, adentram e participam nestas estruturas sob condições e limites concretos e suas performances são incorporadas a um universo lingüístico multiforme, cujos elementos e suas dinâmicas não lhes permitem qualquer imunidade em seus propósitos originais. Estas instituições são a constatação da inevitabilidade dos limites espaciais que se interpõem aos atos de sujeitos-falantes e interferem no exercício de suas regras argumentativas. Na história do desenvolvimento destes meios foram elaborados padrões de comunicação (jornalístico, teatral, literário, cômico, lúdico, esportivo, cinematográfico, científico, jurídico, educativo, etc.) que: a) já não se confundem em termos de estrutura e finalidade, com aqueles que lhes serviram originalmente de modelo; b) estabelecem relações mútuas de referência entre si em função de significações que operam num campo de consensos resultantes do estímulo e do exercício de competências racionais e sensoriais múltiplas e não exclusivamente verbais; c) promovem discursos descritivos, normativos e valorativos, por um lado, com poder de intervenção nos “processo de aprendizagem internos” das diferentes esferas cognitivas e morais e, por outro, capazes por si mesmo de gerar identidades genéricas e fragmentárias nos termos de um processo próprio de

²⁴⁹ GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. Reflexive Modernization - Politics, Traditions and Aesthetics in the Modern Social Order. California, Stanford University Press, 1994, p. 86. Tradução da autora do original: “ It is the *mixture of scepticism and universalism* which gives the disputes of experts their particular flavour. Experts disagree not just because they are defending different pre-established positions but in the very service of overcoming those differences. Pluralism here has a different form from the cultural diversity of premodern systems, and is clearly related to broad principles of democratization . Experts frequently disagree, but in the interests of a universalism that lends itself to public discourse. Such discourse is both the means of and produced by the conjunction of critique and universalism”.

aprendizagem; d) contém uma dimensão de “*poiésis*” que demanda o recurso a técnicas, materiais e habilidade oriundos da sua própria inventividade e do mundo sistêmico da produção.

João do Rio, de certa forma, brincou com o mundo e com os limites potencialmente abertos de expressão no espaço institucional da comunicação. Era, por um lado, uma voz de perito - enquanto agente autorizado a formar referencialidades sobre imagens e experiências urbanas - mas, por outro, um personagem destas imagens e experiências explorando a competência do recurso lingüístico em absorver significações criadas para além dos limites racionais da fala exclusivamente intelectual. Conforme descreveu Gilddens, numa expectativa de superar posições pré-estabelecidas pelas racionalidades legitimadoras das falas publicamente autorizadas. Para o público, isto abriu portas novas de acesso ao espaço público que não exigiam, como antes, um certo nível prévio de formação intelectual. Abriu condições formais de configuração de espaços comuns de valor e experiência sem o necessário cerimonial das emissões públicas verbais de opiniões, saberes e conhecimentos por indivíduos intelectualmente aptos a realizá-las.

Muitos dos seus textos são uma mescla de construtos literários, morais, psicológicos com reflexões críticas sobre a “civilização moderna”, instituições públicas e muitos segmentos da sociedade da época. O tema, por exemplo, do abuso sexual contra crianças e do comércio disso, é desenvolvido num apanhado dos impactos visuais dos espaços em que ocorrem (ruas, prostíbulos, confeitarias e outras), dos tipos humanos que transitam e habitam estes espaços, das razões psicológicas e sociológicas que lhes justificam as atitudes e, por fim, do sentido político-moral do fato descrito, onde se esboça uma visão sobre o processo social e sua confusa noção de civilização transfigurativa de padrões tradicionais sobre valores e comportamentos, com repercussões sobre mecanismos de opressão, marginalização, desprestígio, desrespeito humano e reforço de estruturas políticas socialmente desigualitárias. Assim, por exemplo, no texto “*Modern Girls*”, João do Rio e um amigo bebem numa confeitaria quando surgem duas meninas, uma com doze e, no máximo, quatorze anos a outra. “Tinha ainda vestido de saia entrada, presa às pernas, como uma bombacha. A cabeça de ambas desaparecia sob enormes chapéus de palha com flores e frutas. Ambas

mostravam os braços desnudos, agitando as luvas nas mãos. Entraram rindo...” A mãe as acompanhava, as meninas pediram chopp e whisky e a mãe um xarope de groselha. Daí, segundo descreve João do Rio, entrou

“ um sujeito de cerca de quarenta anos, o olho vítreo, torcendo o bigode, nervoso. O sujeito sentou-se de frente, despachou o criado rápido, e sem tirar os olhos do grupo, em que só a pequena olhava para ele, mostrou um envelope por baixo da mesa. A pequena deu uma gargalhada, fazendo com a mão um sinal de assentimento. E emborcou com galhardia o corpo de cerveja.”²⁵⁰

Segundo o autor, aquela era uma cena rotineira naquele ambiente. A mãe empobrecida assim agia por vislumbrar a possibilidade remota de um casamento ou

“ por uma série de razões obscuras em que predominaria de certo o desejo de gozar uma vida até então apenas invejada. O homem nervoso era um desses caçadores urbanos. A menina, a troco de vestidos e chapéus iria com ele talvez...

- É a perdição! Bradou o Pessimista.
- Você é de um cinismo revoltante!
- E você ?
- Eu, revolto-me! ”

João do Rio esboça também o perfil moral e faz o registro jornalístico-político-sociológico do evento, creditando à civilização a força alimentadora da

“miséria desonesta que manda as meninas, as crianças, para a rua e explora-as. Há matronas que negociam com as filhas de modo alarmante. Há cavalheiros que fazem de colecionar crianças um esporte tranqüilo. A cidade tem mesmo, não uma só, mas muitas casas publicamente secretas freqüentadas por meninas dos doze aos dezesseis anos (...). E o mal das civilizações, com o vício, o cansaço, os esgotamentos, dá como resultado as crianças pervertidas. Pervertidas em todas as classes; nas pobres por miséria e fome , nos burgueses por ambição e luxo, nos ricos por vício e degeneração .”²⁵¹

²⁵⁰ RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., pp.89-91.

²⁵¹ . *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., p. 257.

Em crônica denominada “O Sr. Patriota”, João do Rio traçou o perfil dos indivíduos politicamente engajados em preocupar-se com cenários de ameaças à pátria. Este texto é particularmente curioso, porque ao espelhar a perspectiva pela qual ele enxerga a militância política da época, tem-se a medida da diferença que se estabelece entre ele e estes indivíduos e grupos políticos, em relação aos limites e modos de concepção da realidade nacional e de ação dentro dela, em particular nos espaços de discursividade pública. *O Patriota* tem uma aparência física cujos elementos distinguem uma espécie de ordem monástica. Conforme descrição de João do Rio,

“ de físico varia às vezes. É em certos momentos jovem, com a cara suarenta, o cabelo por cortar, o olhar cintilante. Em outros surge velho, de grandes barbas, brandindo o guarda-chuva. Quase sempre, porém, aparenta ter de quarenta a cinqüenta anos. Mas o seu moral não varia como não variam as roupas, que segundo o filósofo tem uma secreta correspondência com o moral. Veste mal, muito mal. Parece esfregado d’óleo, tão reluzente está, e com dignidade, com ênfase, como um profeta, clama em favor da pátria. É no país inteiro o único homem que compreende o patriotismo sem interesse e ama verdadeiramente o Brasil. Como ? Sabendo tudo sempre péssimo e clamando por medidas de extrema violência (...). É o único homem que pensa sempre da mesma forma, o único homem coerente porque pensa sempre mal dos outros homens, das outras coisas, só compreendendo uma intenção boa e honesta: a própria (...). Internamente o Patriota é ainda mais grave. Não há um homem que preste, não há um ato do governo que não seja considerado um verdadeiro desastre para a causa pública. O Brasil, que ainda não se bateu com todos os países dos quais já devia ter saído vencedor, é levado à ruína pelos seus estadistas, uns ladravazes desavergonhados. ” ²⁵²

Este texto trata da inflexibilidade formal e temática de militantes e críticos da esfera política, que podem ser vistos como antípodas de João do Rio no plano da expressão pública. O autor realça sobretudo a direção do olhar destes personagens que obliteram a diversidade em função de uma única responsabilização da nacionalidade ao estreito domínio de um Estado corrupto e incapaz. Estas oposições entre flexibilidade/inflexibilidade, heterogeneidade/homogeneidade,

²⁵² RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., pp. 261 -262.

múltiplas responsabilidades, atores, espaços/unicidade que contém, organiza, domina e explica o todo, demonstra a distância que guarda a proposta discursiva do autor daquelas firmemente ancoradas no remoto recurso ao planfletarismo político e no predomínio de uma concepção da sociedade cujo olhar parte do Estado para ela. Em João do Rio o olhar plaina, mergulha e passeia na esfera da vida fora do Estado. Sua sociedade e o patriotismo nela existente são dados imediatos à experiência cotidiana. Não está prevista a sua salvação ou a presença do Estado como resposta (aliás não solicitada) para a sua efetivação objetiva. O próprio autor faz o contraponto, diz “O Patriota”:

“ - não é possível que a nossa Pátria estremecida caminhe muito tempo à beira desse precipício criado pela inércia maliciosa e a arrogância dos históricos de última hora ... É a baixeza, a liquefação dos caracteres - aqui, nos Estados sob o domínio ganancioso e amordaçado das oligarquias, em todo esse Brasil, do Amazonas ao Prata (e reflete o autor...) era à porta de um botequim. Na rua cheia passava gente nervosa e apressada a trabalhar; onde os olhos pousavam viam-se movimento, a vida, labor, agitação de homens movendo-se para a conquista do conforto .” ²⁵³

A definição que João do Rio faz da natureza e função do jornal na sociedade, reflete muito da sua forma singular de entender o processo de interação simbólico e prático desenvolvido pela imprensa e, de maneira mais ampla, o próprio movimento da sociedade e os elementos, arranjos, forças e motivações que demarcam a sua trajetória no tempo. Daí se depreende porque seus objetos partiram sobretudo do terreno das iniciativas privadas, com toda heterogeneidade de suas expectativas e possibilidades de ação no mundo. Segundo João do Rio, um jornal não pertence ao seu dono ou aos grupos políticos e econômicos com os quais se alia. Pertence à vida da cidade e às especificidades de ações estratégicas que perfazem sua confusa, heterogênea e mutável teia de interesses:

“ jornal, na sua função de bazar socialista, é hospício de alienados, é feira de vaidades, é creche, é tribunal, é imprensa de teatro da vida, é

²⁵³ RIO, João do. Vida Vertiginosa. Op. Cit., p.263.

agência de celebridades, é monte-socorro de indigentes mentais, é cassino, é fábrica. Todos vêm ao jornal, todos pedem ao jornal, todos dependem do jornal. Como nos grandes armazéns, sujeitos há que, com o auxílio do dono do jornal, ou dos redatores, ou dos contínuos saem com mobílias inteiras, cadeiras, roupas, brinquedos para crianças, espingardas e soldados para as esposas. Há uma infinita série de sessões (...) Os caixeiros servem a crédito com o sorriso nos lábios. Acredita você na gratidão de qualquer dos clientes? (...). A maioria servida grátis grita também. Os que não gritam e foram servidos às vezes com sacrifício - comerciantes, políticos, industriais, mundanos, literatos, falam mal, insultam pelas costas ou pela frente mesmo.(...).Fundar um jornal hoje em dia é o mesmo que preparar um campo de futebol, deixá-lo invadir por uma turba de bisonhos jogadores e ficar jogando eternamente, sem descanso e sem redes (...). Nunca mais pensem em dirigir uma opinião que não existe.”²⁵⁴

03.2 O Contraponto de Lima Barreto

Um contraponto importante na análise das possibilidades abertas de intervenção do público sobre a natureza da dinâmica referencial-identária gerada no espaço interativo das instituições de comunicação, está na posição assumida por outros literatos-jornalistas da época, como, por exemplo, Lima Barreto. Escritor que por toda a vida habitou a parte mais arcaica e periférica da cidade do Rio de Janeiro; parte relativamente isolada do impulso urbanístico modernizador promovido, desde 1904, pela administração do prefeito Pereira Passos e, por isso mesmo, mais desligada do cosmopolitismo então apregoado. Lima Barreto refletiu esta condição desprivilegiada dos ambientes que lhe eram afetivamente mais próximos, na forma de críticas radicais às inovações da época, desde as promovidas pelo Estado, às operadas por iniciativas de grupos de industriais, engenheiros, intelectuais, esportistas, feministas e outros.

²⁵⁴ RIO, João do. No Tempo de Venceslão. RJ, Villas-Boas & Cia, 1917, pp. 187-191.

A diferença fundamental entre as obras de João do Rio e Lima Barreto está na natureza do enfoque pelo qual a realidade foi representada. Se em João do Rio, o eixo que organiza a heterogeneidade do olhar consiste na demonstração da inevitabilidade do contato com a diferença, como uma petição de reconhecimento público dela; de um liberalismo pluralista horizontalizável pelo reconhecimento da especificidade dos seus diferentes elementos constitutivos, em Lima Barreto, o eixo que organiza sua compreensão desta mesma realidade consiste em expor a iniquidade, a hierarquia e a inflexibilidade da condição humana na modernidade. Em comum aos dois autores, por um lado, o objeto de interesse: a vida das ruas, as experiências da esfera privada, a tipologia humana da urbe e seus ambientes particulares, em geral, os mais marginalizados, por outro lado, a linguagem próxima ao coloquialismo da época expressa em ironias, caricaturas e denúncias, procedimentos que, assim como os de João do Rio, pretendiam-se fazer linguisticamente acessíveis a um público grande e heterogêneo, elevando potencialmente a capacidade deste para incorporar seu modo particular de compreender a realidade e nela agir.

A participação de Lima Barreto neste cenário discursivo da época consistiu, em certa medida, na submissão da literatura à crítica política, social e cultural da realidade. Esta é uma outra vertente importante da prática jornalística cultural da época. O missionarismo próprio ao jornalismo político remanescente do período imperial reapareceu, então, no campo literário. Na interpretação de Sevcenko sobre as convicções literárias de Lima Barreto, ele conclui que

“ a arte é pois um instrumento particularmente eficaz e predestinado. Sua correta utilização tem um efeito decisivo sobre a comunidade humana. Sendo um canal de comunicação entre os homens, é ao mesmo tempo um veículo de valores éticos superiores e um condicionador de comportamentos. Uma tal equação de energias positivas não poderia ser desperdiçada como o era pelo personagem que ‘confundia arte, literatura, pensamento com distração de salão’. A única relação compatível com a sua grandeza e potencialidade é a ‘militância’. ” ²⁵⁵

²⁵⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Op. Cit., p.168.

Da crítica ao Estado corrupto oligárquico e clientelista resvalava para a denúncia da miséria, da exclusão, da insegurança e humilhação de grande parte da população brasileira. A imprensa, pela sua centralidade institucional na sociedade carioca da época, também foi alvo de contínuas críticas à sua subserviência e oportunismo diante dos grupos políticos e econômicos hegemônicos, à sua manipulação tendenciosa dos fatos, das vidas humanas, das idéias e dos comportamentos públicos. O autor não admitia a noção de civilização como sinônimo de emancipação política e social. Ao contrário, a via como instrumento de domínio ideológico de uma elite justificadora de seus procedimentos de exclusão e marginalização social das camadas pobres da população citadina. Seus personagens são fragmentados, desiludidos, mal-sucedidos e desprezados. Há vestígios de um idílio patriarcal sob o pano de fundo de uma natureza solidária. Sua literatura está impregnada de um ímpeto de conferir visibilidade aos conflitos da sociedade contemporânea à sua época. É evocativa de uma solidariedade supostamente inexistente e de valores tradicionais que se dissolviam. Lima Barreto tinha clara a opção de interferir sobre a visão de realidade dos seus contemporâneos, postura que Nicolau Sevcenko considera como missionária, idealista, relativista e voluntarista.²⁵⁶ O próprio Lima Barreto explicou que

“ o termo *militante*, de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o (...). Ele mostrou que desde muito as letras francesas se preocuparam com o debate das questões da época, enquanto os portugueses limitavam-se às preocupações da forma, aos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram militantes; enquanto estas eram contemplativas e de paixão.”²⁵⁷

Sua ruptura com os literários da época é de ordem temática e formal. À sua militância opõe-se a atitude do descompromisso político ou da menção à realidade sem o recurso explícito do engajamento em causas sociais. Ao formalismo retórico

²⁵⁶ SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão. Op. Cit., p. 200.

²⁵⁷ BARRETO, Lima. Citado por BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto e a Reforma da Sociedade. Recife, Pool, 1987, p.25.

opõe-se uma linguagem em estilo simples e direto, com fortes traços da escritura jornalística e documental (e com o que, dentro dela, remete à incorporação do olhar científico e político-moral sobre a realidade). Sua atuação literária e jornalística na Primeira República teve em comum a denúncia contra o sistema político e a organização social.²⁵⁸ Por esta razão, quase sempre publicou fora dos grandes jornais da época, sendo aceito em publicações menores ou de oposição ao regime. Segundo Beatriz Resende,

“ Lima Barreto aparece no horizonte cultural da Primeira República como intelectual independente num momento em que a cooptação dos intelectuais com o poder é mais do que freqüente, é praticamente a única situação existente numa cidade onde o saber autêntico não se constitui, por si só, em valor ou forma de ascensão social. ”²⁵⁹

Segundo a autora, a modernidade está presente em Lima Barreto na busca da expressão deste conceito com sinônimo de democracia e, dentro dele, de exercício pleno da cidadania. Este seria o eixo unificador da identidade nacional, capaz de incorporar os segmentos marginalizados da vida pública nacional. Foi na crônica que o autor mais claramente desenvolveu estes pressupostos de uma literatura jornalisticamente engajada. Seu leitor é sempre tomado de sobressalto pelas más intenções de administrações corruptas, pelas falsas imagens de progresso, pelas ameaças aos seus direitos civis, pela equívoca *sabedoria livresca* dos intelectuais da época. Em outra vertente de suas crônicas, o leitor é levado ao mundo dos subúrbios, com seus costumes e personagens, pela lente mais ficcional do que militante, lugar onde se expõe a tradição, sua marginalidade e rupturas. Numa crônica sobre as Escolas Normais da cidade e as centenas de moças que

²⁵⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. Op. Cit., p. 36.

²⁵⁹ REZENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Campinas; SP; Ed. da Unicamp, 1993, p. 24. Este confronto permanente com a grande imprensa rendeu-lhe uma vida modesta, sem muitos recursos. Conforme a autora, “Lima Barreto foi colaborador apenas episódico em outras revistas conhecidas e grandes jornais como *O País*, *A Notícia*, *O Diário de Notícias*, *O Rio-Jornal*. Na *Careta*, Lima Barreto, como redator efetivo, vai ganhar cinquenta mil réis, o que não é de todo inexpressivo e mostra que sua relação com a imprensa não é de todo diletante, vai-se tornando uma necessidade. Na verdade, sua profissionalização na *Careta*, pelo perfil opinativo formador de opinião da revista, é, talvez, o máximo que lhe acontece em vida em aceitação pela intelectualidade carioca (...). A maior parte da sua colaboração irá, no entanto, para a pequena imprensa. São os jornais e revistas menos empresariais ou ligados a associações com perfil de progressista a anarquista, que lhe permitem, evidentemente, mais liberdade”. pp. 86-87.

se formam sem garantias futuras de acesso ao emprego de professoras e a um curso secundário, Lima Barreto aproveita para tecer uma longa crítica à política educacional dos governos federal, estadual e municipal e ao desrespeito civil a “mil e tantas meninas que querem aprender alguma coisa, batem à porta da Municipalidade e ela as repele em massa, admiro que os senhores que entendem de instrução pública, não digam alguma coisa a respeito.”²⁶⁰ A uma velha árvore ameaçada de ser derrubada por um “proprietário ganancioso”, Lima Barreto associa uma crítica à política urbanizadora da cidade do Rio, à falta de respeito pela natureza e pelo cidadão que paga impostos. Nas crônicas idílicas, a memória volta aos tempos imperiais, seus rituais plenos de sentido e ao dia da abolição dos escravos. A princesa Isabel lhe

“parecia loura, muito loura, maternal, com o olhar doce e apiedado. Nunca mais a vi e o imperador nunca vi, mas me lembro dos seus carros, aquelas enormes carros dourados puxados por quatro cavalos, com cocheiros montados e um criado à traseira. Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua justiça (...) Oh ! O tempo (...) Quanta ambição ele não mata ! (...) Obras, satisfações, glórias, tudo se esvazia e se esbate (...) Tenazmente, porém, ficamos a viver, esperando, esperando... O quê ?”²⁶¹

Do ponto de vista jornalístico, a instrumentalização da literatura a serviço das causas públicas a aproximou significativamente dos interesses referenciais e identitários potencialmente inerentes à imprensa: é forte o seu vínculo com as mudanças estruturais valorativas e comportamentais operadas à época. Neste aspecto, sua literatura *militante* pode, em grande parte, ser considerada como um gênero particular da discursividade jornalística, independente da sua posição mais ou menos marginal no interior dessa discursividade. Importa o apelo essencialmente referencial de sua estrutura, a busca de parâmetros nos quais assegurar o exercício democrático da cidadania. Há um cruzamento curioso com os gêneros do jornalismo político opinativo, no fácil trânsito para este âmbito de reflexão sobre a realidade. Do

²⁶⁰ BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. SP, Ática/FSP, 1995, p. 18.

²⁶¹ ————. Op. Cit., pp. 128-130.

ponto de vista político, Arnoni Prado considera que Lima Barreto não pode ser bem sucedido devido a uma

“ solução estética que desfigura o inconformismo proposto em suas bases (...) e acaba elegendo um nível de solidariedade puramente ético, que pára num modelo abstrato da consciência altruística burguesa, superada e conformista (...). Lima Barreto transforma a literatura militante em utopismo militante, em que a condição humana consegue fixar a grandeza de si mesma integrando-se ao fracasso geral da existência convertida em estranha liberdade. Repete-se no projeto estético, a regressão ideológica do projeto político: revolução e inconformismo, inflados, ameaçam apenas enquanto retórica do antipassado; enquanto ideologia, frustrados, apontam para a resignação.” ²⁶²

Independente do fracasso ou da resignação ao redemoinho pragmático, utilitarista e desumano de uma urbanidade feita de vidro e aço, o fato mais importante foi a da ampliação formal e temática gerada no interior da imprensa. Recorreu-se a estes dois autores com a intenção básica de explorar as fronteiras mais avançadas dos espaços, dos recursos e dos temários legitimadores da institucionalidade da imprensa no campo denso da experiência privada, da vida cultural e social da cidade.

04. JORNALISMO E LITERATURA SE DESPEDEM ... OU ... A TENDENCIAL CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DA IMPRENSA

A confusão de fronteiras entre jornalismo e literatura atingiu o seu auge na expressividade desse autores. Posteriormente, de forma gradativa, estas práticas encontraram nítidas separações institucionais. Este afastamento tende a ser explicado como uma

²⁶² PRADO, Antônio. Lima Barreto: O Crítico e a Crise. RJ, Cátedra, Brasília; INL, 1976, pp. 101-103.

tendência ao “industrialismo da imprensa”,²⁶³ quando em verdade são fatores de ordens diversas que historicamente se definiram neste período. O termo *industrialismo*, de qualquer forma, remete a ambientes importantes da imprensa, relativos à ampliação dos seus recursos infraestruturais de funcionamento e das suas condições organizacionais de divisão do trabalho, com especialização de setores e funções. O processo de desenvolvimento tecnológico, de incorporação de novos inventos técnicos e métodos de reprodução em grande escala, ocorridos sobretudo a partir da primeira década do século XX, repercutiu necessariamente sobre todo o conjunto de práticas constitutivas do fazer jornalístico. Em dois momentos significativos são claras as tendenciais separações entre jornalistas (que cada vez mais se auto-delimitam profissionalmente) e literatos. Um deles situa-se na esfera organizacional das especializações e hierarquizações de funções no espaço das redações, o outro, decorre destes deslocamentos, refletindo-se sobre os gêneros do discurso jornalístico então previstos e valorizados no interior destas reorientações estruturais; gêneros estes em busca de uma afinação maior e mais próxima à especificidade do discurso jornalístico.

A reportagem, sobretudo, cresceu em importância frente ao jornalismo opinativo, em suas variadas feições, seja no campo temático da política, como no da cultura e em novos tipos de noticiários especializados. Estas modificações formais levaram ao fortalecimento de um profissional de jornalismo educado e treinado em padrões específicos de construção do texto noticioso, que impunha suas regras discursivas a outros setores menos envolvidos em organizar materialmente seus próprios sistemas de produção cultural, como foi o caso, por exemplo, da literatura.

Como já foi visto, foi no ambiente da imprensa que a literatura brasileira promoveu-se publicamente. Os literatos tinham, independente da imprensa, seus próprios parâmetros e critérios críticos de legitimação da sua produção. Mas era na imprensa que ela saía dos restritos círculos artísticos e intelectuais e ganhava novos leitores. Além disso, o ofício duplo de jornalista e literato tornou-se,

²⁶³ Está é uma descrição corrente em autores de diferentes ambientes intelectuais, como Ruy Barbosa, Olavo Bilac e estudiosos como Brito Broca e Barbosa Lima Sobrinho, entre outros.

progressivamente, uma fonte de renda indispensável para a maioria dos que tinham preferencialmente ambições literárias. Até onde foi possível à lógica referencial do jornalismo brasileiro incorporar integralmente as produções literárias da época (contos, romances, poemas), os literatos serviram-se sem queixas do espaço jornalístico. De certo modo, parecia-lhes próprio ao jornalismo esta incorporação imaculada da literatura ao corpo das suas produções internas. Isto levou à constatação, segundo Miceli, de que “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais.”²⁶⁴ No começo do séc. XX, os maiores jornais já remuneravam relativamente bem seus profissionais, algo que, segundo Miceli, tornava o jornalismo um “ofício compatível com o *status* de escritor”. No seu entender,

“o que fora para alguns escritores românticos (por exemplo, Alencar e Macedo) uma atividade e uma prática ‘tolerada’, tornou-se depois para certos elementos de 1870 (por exemplo, Machado de Assis) uma atividade regular que lhes proporcionava renda suplementar cada vez mais indispensável, tornando-se a atividade central dos ‘anatolianos’ (...). O posto de editorialista era muito cobiçado e, para inúmeros escritores, constituiu ser a ponte para iniciar uma carreira política. Os escritores engajados nessas tarefas viam-se obrigados a se identificar com os interesses políticos do jornal para o qual trabalhavam; o êxito que alcançavam por meio de sua pena poderia-lhes trazer salários melhores, sinecuras burocráticas e favores diversos.”²⁶⁵

A carreira literária, conforme Miceli, na tradição da distribuição ocupacional dos membros das famílias de patrimônios empobrecidos ou de classes média e baixa, era intermediária entre a eclesiástica e a militar. Por seu intermédio teriam acesso às camadas dominantes e possibilidades de ascensão social: Lima Barreto, por exemplo, neto de escravos, promoveu-se a tipógrafo por apadrinhamento do Visconde de Ouro Preto, daí alcançou um cargo na Imprensa Nacional e, mais tarde, foi convidado para trabalhar na *Tribuna Liberal* e, posteriormente, foi aprovado na Escola Politécnica, quando então já não tinha mais o apoio de Ouro Preto; morreu o pai, ele abandonava a Escola, e começava a freqüentar a boemia literária de

²⁶⁴ MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. SP, Perspectiva, 1977, p. 15.

²⁶⁵ . Op. Cit., pp. 72-74.

sua época, a dar aulas particulares e colaborar na imprensa.²⁶⁶ Muitos foram os que, como Lima Barreto, tiveram acesso a outras carreiras, mas, em geral, por pobreza, doença ou por outras razões, voltaram-se para a literatura. Isto levou a que a carreira literária não tivesse uma posição clara na hierarquia ocupacional prestigiosa do período. Havia uma “posição em falso em relação à oligarquia” que favorecia potencialmente solidariedades basculantes a diferentes grupos e setores sociais. Favorecia também uma capacidade maior de perceber as mudanças processadas na vida urbana e de expô-las à percepção pública da época.

A participação dos literatos na imprensa provocou, como já foi visto, mudanças substantivas no interior das estruturas discursivas, das hierarquias funcionais, das políticas econômicas de expansão e de editoração dos jornais da época. Resultou ainda na emergência de publicações semanais, quinzenais, com propostas editoriais mais voltadas para o campo cultural, de entretenimento e utilidades, que passaram a constituir-se como novos elementos num outro sistema referencial interno às diversas formas institucionais de comunicação, gerando intertextualidades e circuitos mutuamente referenciais de informações. Conforme analisa Miceli, ao mesmo tempo que se desenvolvem os grandes jornais, os jornais político-partidários, a imprensa operária onde trabalhava, por exemplo, Lima Barreto,

“verifica-se o surgimento das revistas ilustradas (...). Estas revistas resultam de uma dosagem entre crônicas mundanas, as sessões de humor, a crítica literária, a promoção de figurões da política e das letras, a publicação de contos, versos e romances de aventuras, as variedades, a crítica teatral, a crítica de arte, a coluna de modas, entrevistas, reportagens, inquéritos, uma pitada de estudos e ensaios sociais; a receita de base consiste em misturar o mundanismo com todos os tipos de fórmulas literárias. Recorre-se à fotografia bem como às demais técnicas de ilustração, à litografia e à xilogravura, empregam-se amplamente as ‘charges’ e as caricaturas, multiplicando-se com isso as ilustrações coloridas. A maioria dessas Revistas - a *Revista da Semana*, *Kosmos*, a *Rua do Ouvidor*, *Fon-Fon*, *Careta*, etc. - visam atingir um público essencialmente feminino.

²⁶⁶ MICELI, Sérgio. Op. Cit., pp. 37-39.

Para se compreender em que consistiu a produção típica de um polígrafo, é preciso saber que tal produção responde a demandas precisas, a encomendas que lhe fazem as instâncias dominantes da produção cultural. A expansão da imprensa modifica a relação que os produtores mantêm com suas obras, uma vez que ela expropria os produtores do monopólio que detinham sobre seus instrumentos de produção e, ao mesmo tempo, modifica a própria estrutura das instâncias de consagração e o volume e as espécies de lucros daí derivados. O êxito e a consagração não são mais concedidos às obras "raras" de um produtor individual, mas sim aos grupos de produtores associados em empreendimentos intelectuais coletivos (jornais, etc.) que tendem a se tornar ao mesmo tempo as principais instâncias de consagração. Ao consagrarem os escritores que lhes são dedicados, estas instâncias se auto-consagram, vale dizer, tendem a impor o primado da instância sobre o produtor. No interior desta nova hierarquia de legitimidades, os 'grandes' cronistas - Paulo Barreto, Humberto de Campos, Medeiros e Albuquerque, etc. - tomam o lugar dos 'grandes' críticos literários da geração anterior e assumem o encargo de selecionar e consagrar os novos pretendentes.²⁶⁷

Vale observar a mudança de denominação do escritor da condição de literato para a de *polígrafo*. Sérgio Miceli abre aqui a porta do inevitável reconhecimento do processo de incorporação seletiva feita pela racionalidade identitário-referencial da comunicação sobre a racionalidade literária. E explora as decorrências estruturais de redemarcação de fronteiras entre ambas as práticas onde, neste primeiro assalto, a imprensa leva uma certa vantagem sobre o desavisado e despreparado espaço institucional da literatura. O que efetivamente se observa é uma crescente submissão da escritura literária e, portanto, dos seus autores, aos critérios discursivos, aos padrões, às políticas editoriais do jornalismo. Como bem demonstra Miceli, tal submissão desvirtua a integralidade do texto literário impedindo-o de pleitear qualquer legitimidade e consagração na sua própria esfera estético-expressiva. Já não é mais literatura e se desloca para um outro território de avaliação e reconhecimento próprio do jornalismo. Talvez haja um certo rigor de Miceli ao eleger alguns cronistas como os presidentes das bancas consagradoras do jornalismo em lugar dos anteriores críticos literários. O problema, neste aspecto, é mais complexo. A identificação das "instâncias consagradoras" - termo que não é de todo apropriável à natureza e lógica operativa da comunicação pública - não pressupõe a

²⁶⁷ MICELI, Sérgio. Op. Cit., pp. 75-77.

resposta do público, as intertextualidades com as demais publicações, as relações de maior ou menor complementaridade com os gêneros com os quais dialoga, enfim, não pressupõe todos os elementos constitutivos da dinâmica da informação gerada no ambiente público da comunicação. De qualquer forma, a ruptura e o choque entre, mais propriamente, jornais e literatos se estabeleceram. Brito Broca descreve tais inevitáveis incorporações da lógica jornalística sobre a intencionalidade original do literato:

“ na segunda fase de modernização da imprensa, de 1900 em diante, os jornais, sem desprezarem a colaboração literária, iam tomando um caráter cada vez menos doutrinário, sacrificando os artigos em favor do noticiário e da reportagem. As notícias de polícia, particularmente, que outrora, mesmo quando se tratava de um crime rocambolesco, não mereciam mais do que algumas linhas, agora passavam a cobrir largo espaço; surge o noticiário esportivo, até então inexistente, e tudo isso no sentido de servir o gosto sensacionalista do público que começava a despertar. Conseqüência: facultando trabalho aos intelectuais, aos escritores, os jornais lhes pediam menos colaboração literária - crônicas, contos ou versos - do que reportagem, noticiários, tarimba de redação. Foi ao que se amoldou logo um João do Rio, fazendo da reportagem um gênero literário, e vindo assim a servir simultaneamente ao jornalismo e à literatura. Nem todos porém, se adaptavam à situação ou a ela se submetiam: daí o protesto contra o chamado abastardamento da inteligência, ao qual preferiam muitos a esterilidade das mesas de café e os expedientes da boemia. Já que o jornal não lhes acolhia o soneto burilado ou o conto, não se conformavam em dar-lhe a reportagem ou noticiário, como qualquer redator anônimo (...)

Entre as inovações de nossa imprensa do início do século, com relação à literatura, podemos distinguir as seguintes: a década do folhetim, que evoluiu para a crônica de uma coluna focalizando apenas um assunto, e daí para a reportagem; o emprego mais generalizado da entrevista, muito pouco utilizada até 1890, e a crítica literária em cartaz mais regular e permanente.

Tudo isso decorreu da própria evolução da imprensa. Tornando-se mais leves, os jornais passaram a solicitar crônicas mais curtas e vivas, condizentes com as exigências da paginação, em vez dos folhetins que atravancam o texto. Ganhando ao mesmo tempo em caráter informativo o que perdiam em feição doutrinária, deviam naturalmente utilizar, em escala cada vez maior, os meios mais diretos de informação: a reportagem e a entrevista. Quanto à crítica literária regular - uma vez por semana, na maioria dos casos -, atendia às mesmas necessidades modernas da imprensa: a de orientar os leitores sobre o que se publicava no mundo das letras.

Essas inovações eram ainda incrementadas pelo sensacionalismo, que começava a tomar corpo entre nós.”²⁶⁸

Mesmo que não partisse dos jornais as pressões de inversão do ponto de vista sobre a realidade da ótica literária para a jornalística e pelas decorrentes substituições dos artifícios estéticos de construção do discurso pelos referenciais-identitários (objetividade, concisão, leveza, clareza, pluralidade de fontes, etc.), muitos escritores já os absorviam de formas variadas. João do Rio foi um dos mais significativos escritores nesta linha híbrida de discurso, mas outros o seguiram. Conforme Flora,

“ e, pensando ainda em João do Rio, é curioso observar que alguns anos depois, em *A Correspondência de uma Estação de Cura* (1918), a imprensa deixa de influir apenas na trama e passe a afetar diretamente seus procedimentos narrativos. Para transformar as pequenas cartas que compõem o romance em reportagens sobre o cotidiano em Poços de Caldas, e o livro como um todo numa espécie de jornal, de diário romanceado de uma estação de águas.(...) É preciso não esquecer, nesse sentido, como a obra literária de Oswald de Andrade se imbrica ao seu trabalho jornalístico e usa recursos da imprensa. Lembre-se, em especial, as ‘carta em português macarrônico’ que escrevia com o pseudônimo de Annibale Scipione ou os primeiros trechos de *Memórias Sentimentais de João Miramar*, publicadas originalmente em 1917, ambos em *O Pirralho*. Lembre-se também que o ritmo quebrado de seu texto parece obedecer, em parte, ao padrão das frases curtas do jornalismo; os cortes, os parágrafos pequenos das folhas. E a fragmentação, o ‘estilo telegráfico’ pareciam estreitamente ligados à concisão e à simultaneidade prefiguradas pelo espaço jornalístico.”²⁶⁹

Ao analisar, por exemplo os últimos momentos de criação de textos para o teatro de revista de Artur Azevedo, a autora observa o mesmo fenômeno:

“O interessante é que, do mesmo modo que na sua primeira revista, a de 1877, se servira de comparações com outros gêneros para introduzir a revista de ano, nesta última, a de 1907, outra associação

²⁶⁸ BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil - 1900*. 3ª ed., RJ, José Olympio Ed., 1975, pp. 218-219.

²⁶⁹ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras - Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. SP, Cia. das Letras, 1987, pp. 82-85.

norteia a redefinição deste gênero num período em que sua popularidade decresce visivelmente. Agora a associação não é com outras formas de comunicação teatral, e sim com o texto jornalístico. Mantêm-se a divisão em quadros, as cenas curtas, os personagens alegóricos e a representação do dia-a-dia da Capital Federal. Mas aumenta cada vez mais a necessidade de o texto de Artur Azevedo e os desenhos de caricaturas de Julião Machado figurarem o que contam detalhadamente, já que este teatro impresso não se pode servir das constantes mutações cenográficas e trocas de figurinos características ao gênero. ” 270

O que parece claro é que os jornais já tinham seus próprios princípios e critérios de diálogo com o público. E isto não era devidamente reconhecido pelos integrantes das demais esferas de produção de conhecimento, principalmente, pela comunidade de literatos, a qual, em sua maioria, pela longa data em que se valia dos jornais como o meio de expressão da esfera de produção literária, eram incapazes de atribuir-lhes e reconhecer as suas próprias especificidades - que necessariamente os incompatibilizam. A falta desta compreensão inaugurou o estigma pejorativo à toda a produção das instituições de comunicação que a desclassifica como uma versão de baixo nível, vulgarizada, “bastarda”, da “legítima” produção artística. São muitos os que se sentem aviltados pela prática jornalística como se fosse uma derivada desprezível do campo artístico, quando em essência são práticas de natureza, finalidade e localização institucionais distintas e incomparáveis pelos mesmos critérios. Leiam-se, por exemplo, as recorrentes interpretações da época nas palavras, por exemplo, de Medeiros e Albuquerque, quando ele afirma que

“ de um modo geral, a prevenção dos literatos contra o jornalismo é a mesma dos pintores de quadros pelos de tabuletas, dos escultores pelos marmoristas... Sempre que uma profissão usa de recursos de qualquer arte para fins industriais, os cultores da arte se indignam e depreciam sistematicamente os profissionais, que assim se põem na sua vizinhança. Quanto mais o emprego dos meios é o mesmo e há, portanto, perigo de serem às vezes confundidos, mais também os artistas ostentam o seu desprezo e procuram cavar um fosso profundo entre os dois domínios.” 271

²⁷⁰ SUSSEKIND, Flora. As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro. RJ, Nova Fronteira / Fund. Casa de Ruy Barbosa, 1986, p. 109.

²⁷¹ MEDEIROS E ALBUQUERQUE. Citado por RIO, João do. em “O Momento Literário”, p. 76. Conforme SÜSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de Letras. Op. Cit., p. 79.

Um sentimento generalizado de desperdício e desorientação predominou em muitos círculos literários da época. Este processo era simultâneo à rejeição ao utilitarismo das sociedades industriais. Associou-se muito as mudanças operadas no perfil do profissional de jornalismo com esse novo espírito que, em tudo, como supunham, esvaziava o passado de todo sentido e lançava seus agentes presentes em barcos à deriva em alto mar. A literatura que tentou encontrar alguma terra firme, em geral, teve que ceder aos moldes pré-estabelecidos em romances de venda fácil. Forçados a adaptarem-se às novas exigências do jornalismo, o que produziram foi considerado como literatura banal e prolixa. Na verdade, uma caracterização indevida de algo que já não era mais literatura e sim, genericamente, informação. De qualquer forma, viam-se os literatos coagidos a submeterem-se a esta nova realidade, dado que não lhes restavam muitas outras opções além do funcionalismo público e da quase inacessível esfera política. Isto implicou numa, muitas vezes dolorosa, “mudança da condição social do artista”. Conforme Sevcenko,

“ o ingresso maciço dos literatos no jornalismo é por si só uma testemunha muito eloquente da mudança da condição social do artista. Já iam longe e esquecidos os tempos em que sua sobrevivência era assegurada pela generosidade de uma aristocracia de gostos refinados ou de um sistema de oposição política tão contundente quanto socialmente bem consolidado, pela condescendência de pais de posição ou fartos ou generosos, ou ainda pela possibilidade de uma existência segura com poucos recursos. A ativação mercantil que sobreveio com a República, com suas baixas cambiais quase que diárias e a insegurança de suas oscilações sociais e econômicas, empurrava todos para a disputa afiliva pelo sólido (...). O analfabetismo quase total da população brasileira, nesse instante dramaticamente lembrado, impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial (...). O novo ritmo da vida cotidiana eliminou ou reduziu drasticamente o tempo livre necessário para a contemplação literária. A diminuição do tempo, a concorrência do jornal diário, do livro didático, da revista mundana e dos manuais científicos, do lazer, o cinematógrafo, o gramofone, e a fotografia, estreitaram ao extremo o papel da literatura. As novas condições obrigavam a um rigoroso processo de seleção e exclusão, previamente à leitura. A ampla difusão da imprensa e as

oscilações sociais que tumultuaram o período concorreram, por sua vez, para a perda progressiva do gosto literário. ” ²⁷²

No que se transformaram os grandes jornais destas três primeiras décadas do século XX, cuja tiragem não chegava aos 120 mil exemplares por dia, para uma população majoritariamente desempregada que passava os dias a “amparar as paredes das casas com as costas”? ²⁷³ Segundo Miceli, este período é correlato ao desenvolvimentos das “burocracias intelectuais”.

Este processo de expurgo de práticas exógenas ao jornalismo pode ser parcialmente caracterizado com uma *burocratização* da prática jornalística, mas esta forma de explicar seu desenvolvimento estrutural oblitera muitos dos fatores condicionantes do que poderia a princípio ser entendido como o início da racionalização dos processos de produção da notícia. Têm-se uma espécie de rotinização e padronização da prática jornalística que atinge todos os elementos (setores, profissionais, discursos) nela envolvidos. A expansão tecnológica refletiu sobre as condições e formas de trabalho e estas sobre a natureza dos textos produzidos. Conforme Barbosa L. Sobrinho,

“ no dia em que apareceu a folha moderna impressa em boas máquinas rotativas, extinguiu-se o jornal nascido dos prelos manuais. A facilidade das edições maiores aumentou os recursos dos jornais, permitindo a organização de um noticiário farto, elaborado pela reportagem, que assim substituiu o caráter espontâneo das informações antigas (...) com a modernização da imprensa, o artigo político, quando muito, conservou a primeira coluna: mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo

²⁷² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Op. Cit., pp. 98-101. Nem todo universo artístico expôs-se da mesma forma e com a mesma intensidade aos avanços utilitaristas da vida urbana. Algumas práticas conseguiram criar imunidades relativamente salvaguardadoras das pressões externas. A própria criação da Academia Brasileira de Letras foi um passo, mesmo que frágil, no sentido da auto-delimitação institucional da esfera literária. O mesmo pode ser dito das artes plásticas. J. C. Durand mostrou como isto se desenvolveu desde meados do séc. XIX, quando o mercado tendencialmente começou a invadir o domínio estético-expressivo, até a década de 80 do século posterior. Interessa no seu estudo os mecanismos internamente criados para sustentação institucional desta prática nas suas relações instáveis com o Estado e o mercado. Conforme DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção*. SP, Perspectiva; Edusp; 1989.

²⁷³ BILAC, Olavo “Metrópole de Desocupados”. Em VOSSA *INSOLÊNCIA - Crônicas*. Op. Cit., p. 233.

a esse impulso as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente mais complexas. Chegou a vez do fotógrafo, veio também a do gravador, (...) o telégrafo impôs despesas, com que atender às informações de todo o mundo (...). Pouco a pouco foi a colaboração deixando de ser gratuita (...). Tantos progressos tornaram necessário os orçamentos vultosos. Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político ou literário.”²⁷⁴

Funcionar empresarialmente significava adequar-se a um circuito referencial de produtos e informação dos quais faziam parte os maiores jornais. O crescimento do número de fontes de informação, a divisão do noticiário em diversas áreas (política, economia, cidade, cultura, etc.), o crescente prestígio da notícia sobre a opinião, as demandas por textos sintéticos e diversificados levou a mudanças crescentes na organização do trabalho, no perfil do profissional e na separação dos gêneros jornalísticos. A elevação da produtividade econômica dos jornais dependeu de racionalizações articuladas em todos os seus setores. Conforme ainda B. L. Sobrinho,

“com o desenvolvimento da imprensa se transforma o próprio jornalista. Em fases iniciais, conserva-se no articulista a cultura de ciências políticas, filosóficas e literárias. Ele devia dizer períodos cheios de pompa (...) Mais adiante admite-se o escritor ligeiro, dotado de um estilo ágil e de escassa cultura geral.”²⁷⁵

O perfil do profissional que se configurou a partir desta época conviveu com novas realidades. Muitos redatores chegavam ao posto de jornalistas e até mesmo ao de diretores iniciando-se como meros faxineiros ou ajudantes nas redações dos jornais, não vinham mais de fora com outra bagagem que não fosse a necessidade de um emprego, seja ele em que função fosse. São vários os exemplos narrados nos depoimentos de jornalistas da época. O pequeno Nicolau Ciâncio, aos nove anos perdeu toda a família na peste de febre amarela, entrou como o “menino da caixinha” na *Gazeta de Notícias*, tempos depois, passou a revisor e, mais tarde, a repórter. Só não subiu mais porque

²⁷⁴ SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Problema da Imprensa*, Op. Cit., pp. 43-44.

²⁷⁵ . *O Problema da Imprensa*. Op. Cit., p. 50.

formou-se em medicina e abandonou o ofício anterior.²⁷⁶ Júlio Barbosa entrou para o *Jornal do Commercio* em 1904, tendo trabalhado antes como revisor e repórter. No Jornal *O País*, de repórter policial passou a redator. Posteriormente foi repórter também nos jornais *A Notícia*, *A Tribuna*, *Gazeta da Tarde* e *Gazeta de Notícias*. Em 1949 foi diretor e conselheiro na Associação Brasileira de Imprensa, ocupando depois, a Secretaria Geral do Senado. Terminou sua carreira no jornalismo como repórter político e comentarista parlamentar do *Jornal do Commercio*.²⁷⁷ Mário Guastini descreve um caso modelo de ascensão possível no jornalismo da época:

“ notável a ascensão desse boníssimo português que foi Antônio Ferreira Botelho, Grão-Cruz de Cristo, Comendador da Legião de Honra, da Ordem de Leopoldo, da Bélgica, e membro honorário e benemérito das mais ilustres instituições. Chegou ao Brasil em 1888, no mesmo vapor em que viajou, de regresso de sua última excursão à Europa, como Imperador, D. Pedro II. Viera tentar fortuna. Recomendado a patricio fixado no Rio, empregou-se. Lugar humilde. Não se sentiu bem. Certa manhã, percorrendo os anúncios do *Jornal do Commercio*, viu que o prestigioso órgão carecia de um menino para serviços de limpeza no escritório. Apresentou-se. Foi aceito. Vinte mil réis e alimentação. E o ‘vassoura’ foi subindo, subindo até atingir a chefia do escritório de cuja limpeza fora de início encarregado. Por esse tempo já se achava à testa da grande folha nacional José Carlos Rodrigues, Botelho foi seu auxiliar de confiança. Era o homem a manobrar a parte administrativa. Chegou a gerente. Um dia José Carlos aproximou-se da mesa de Botelho, dizendo-lhe de surpresa: - ‘Acabamos agora nossa reunião. Está o senhor meu sócio comanditário, com o capital de cem contos de réis (...)’. Decorridos alguns anos, José Carlos Rodrigues decidiu desfazer-se de sua parte, no velho órgão. Botelho não permitiu que outros adquirissem. Ficou com ela parece que por mil e oitocentos contos de réis!”²⁷⁸

Se a imprensa já não demandava, para poder funcionar, profissionais com significativos conhecimentos e habilidades próprios de outras esferas culturais, políticas e científicas, este foi o momento histórico em que se definiu concretamente a figura do profissional exclusivo do jornalismo, aparentemente, o único requisito fundamental

²⁷⁶ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu Tempo*. Op. Cit., pp. 963-964.

²⁷⁷ BARBOSA, Júlio. *40 Anos de Serviço ao Senado Federal e 50 Anos de Imprensa*. RJ, Jornal do Commercio/ Rodrigues & Cia., 1950.

²⁷⁸ GUASTINI, Mário. *Tempos Idos e Vividos*. SP, Ed. Universitária, 1945, pp. 24-25.

era o conhecimento da língua portuguesa. A imprensa, neste período, passou a recrutar profissionais sem grandes exigências de formação cultural e política. Treinou-os na prática em seus padrões e processos de construção da notícia. Isto significava uma tendencial padronização da discursividade jornalística. Na rotina das redações havia profissionais das mais diferenciadas origens geográficas e sociais e em quantidade de oferta superior ao que o mercado podia absorver. Isto gerava um alto nível de rotatividade de profissionais entre os diversos jornais da época e um espírito fortemente concorrencial, principalmente porque a profissão era mal remunerada e sem a regularidade esperada. Atrasos no pagamento, dispensas de profissionais, fechamentos súbitos de jornais ainda eram ameaças relativamente presentes no ambiente jornalístico deste período. A profissão de jornalista, do ponto de vista financeiro, não garantia uma posição de estabilidade capaz de segurar seus profissionais unicamente neste tipo de atividade. Muitos ali estavam com planos futuros de, por meio dos contatos feitos como repórteres, conseguirem posições mais seguras no funcionalismo público e no meio político.

Do ponto de vista externo, não era, em geral, socialmente prestigiosa a carreira de jornalista. Exceção feita aos poucos que nela se notabilizavam ou aos diretores e proprietários de jornais. Muitos jornalistas tinham uma vida mantida por poucos recursos financeiros, sem condições de estabelecer relações familiares estáveis e, em geral, dedicados quase totalmente às ruas e às redações dos jornais. Muitos eram boêmios, mas não necessariamente por uma rejeição ideológica ao utilitarismo ou à mecanização dos processos de trabalho, mas por viverem sem laços para além daqueles estreitados no ambiente dos jornais. O jornalismo exigia uma dedicação maior do que o grau de reconhecimento que poderia oferecer em troca deste esforço físico e mental. Na rotina das redações trabalhava-se, comia-se e dormia-se. L. Edmundo relata o cotidiano, por exemplo de João Barbosa,

“ pé-de-boi no serviço, uma alma encantadora, que tem em cada companheiro um amigo sincero, enternecido e dedicado. É quem substitui Jovino, quando deixa a folha. Como secretário, excede-se tanto no cumprimento de sua obrigação que, a bem dizer, mora no jornal. Aí almoça, janta e, muitas vezes, dorme (...). Manda buscar seu almoço ao meio dia, em ponto. Às sete, sem passar um só minuto,

janta. (...) Come João em sua própria mesa de trabalho, atendendo ao telefone, ouvindo reclamantes que chegam, distribuindo serviço aos repórteres. Está mastigando e está de olho no relógio. Come em dez minutos. Depois, levanta-se, acende o seu *bom charuto* e vai trancar-se, ao fundo, num salãozinho onde existe um sofá (...). Vinte minutos de recolhimento, no máximo. ” ²⁷⁹

Uma crônica de Olavo Bilac sobre o cotidiano do jornalista é exemplar deste despojamento pessoal e do torvelinho da profissão. Segundo ele,

“O jornalista é um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população. Imaginemos um exemplo. O jornalista X, bem dormido e bem almoçado, sai de casa, a caminho do seu jornal. Toma um bonde elétrico. Abre todas as folhas e começa a ler. Já essa leitura principia a desorganizar-lhe o sistema nervoso. Em meio da viagem, o bonde elétrico (não fosse ele elétrico!) reduz a pó impalpável o corpo de um transeunte. X toma do lápis e registra o fato: e já é o seu próprio corpo de jornalista que sente a dor terrível do despedaçamento...

Depois, X vai à Câmara fazer o seu extrato dos debates: e, posto no meio daquela multidão que discute, que se irrita, que se arrepeia, X condensa dentro da sua rede nervosa toda aquela explosão de opiniões: e, ao cabo da sessão, parece que x é que descompôs e foi descomposto. X é o homem-Congresso: dentro do seu cérebro toda a política do país se baralha e confunde...

Depois, na sala de redação, X começa a receber as reclamações do público. Este, demitido injustamente por um diretor prepotente, vem pedir a defesa da imprensa: X fica com a alma cheia de indignação. Aquele outro, criador da roça, vem dizer que uma porca deu à luz, na sua fazenda, 846 porquinhos de uma só vez: X quase morre de espanto.

Depois, chegam as notícias políticas: queijos furtados, cabeças quebradas, bêbados apanhados na via pública, assassinatos, desastres, roubos - tudo isso entra precipitadamente e atabalhoadamente no sistema nervoso de X: X é o homem-multidão.

Depois chegam os telegramas da Havas.

E é X quem experimenta os abalos revolucionários de Cuba, quem fica esvaado pelas bombas dos anarquistas, quem é condecorado com Grã-Cruz da Legião de Honra (...).

²⁷⁹ EDMUNDO, Luís. O Rio de Janeiro do meu Tempo. Op. Cit., pp. 935-936.

Ao fim da noite, X não é mais um homem, X é o mundo inteiro.”²⁸⁰

Lutas e competições internas, dificuldades técnicas de toda ordem, baixas remunerações e expectativas de reconhecimento que não vinham, bajulações, dívidas, noites em claro nas rotativas, favorecimentos, propinas, desestímulos e continua João do Rio,

“nem simpatias, nem afeições na vida dos profissionais. Inveja, maledicência, calúnia, o horror, e o interesse relativamente fraco diante da gula voraz de fora, querendo o jornal para agente de todas as suas pretensões. A todas as autoridades servia esperando ser servido num empreguinto que não vinha. A quantos se aproximavam punha-se ponte de passagem para uma gratidão que não surgia. Andava atrasado, indvidado, perseguido pelo alfaiate. E tinha diante de si essa coisa aflitiva e atroz que se chama: a boemia do trabalho. Trabalha hoje pela manhã, trabalha amanhã imprevisivelmente, até a madrugada. Não almoça hoje por falta de tempo; ceia amanhã em vez de jantar.”

281

Diante deste novo quadro, dividiram-se as imagens sobre o profissional de jornalismo. Há exemplos claros dos conflitos emergentes à época sobre o novo perfil de profissional que se delineava já bem longe daquele que anteriormente chegava às rudimentares redações munido do prestígio de seus idealismos e projetos políticos e literários pré-determinados, em geral preocupados em construir um discurso para além da específica finalidade referencial da imprensa. Um deles se deu no movimento pela criação da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, quando, entre favoráveis e dissonantes, alguém bradava “aquilo é um bando de malandros chefiados por um anarquista perigoso que é o tal de Lacerda”.²⁸² Entretanto, muitos outros se associaram, principalmente quando a ABI, em 1911, passou a receber ajuda governamental.

Os jornalistas passaram a se reconhecer claramente como categoria profissional. Não apenas com o trabalho na imprensa, mas pelo reconhecimento da profissão por parte das instituições públicas e

²⁸⁰ BILAC, Olavo. “Sem Nervos”. Em *Vossa Insolência*. Op. Cit., pp. 151-153.

²⁸¹ RIO, João do. *Vida Vertiginosa*. Op. Cit., p.176.

²⁸² SÁ, Victor. *Um Repórter da ABI*. RJ, Ed. A Noite, 1955, p. 25.

privadas, dos grupos sociais e individuais. As auto-definições circulantes à época demonstravam o conflito básico dado pela dupla situação pública e privada das instituições de comunicação. De um lado viam-se e eram vistos como aventureiros, carreiristas, viciados, desonestos, corruptos, subservientes, desclassificados, arrivistas, etc. Por outro, como missionários, paladinos da verdade e da justiça, guerreiros, sonhadores, idealistas, etc. O que mais contribuía para o fortalecimento do primeiro grupo pejorativo de imagens era, em grande medida, além das relações interpessoais feitas de favores e manipulações de informações entre jornalistas e grupos de interesse, personalidades públicas, etc., a qualidade dos textos produzidos nesta época. O estado concorrencial dos profissionais, a busca incansável pela novidade, a ânsia do “furo” e do ineditismo a qualquer custo como instrumento de ascensão funcional, os encaminhou, sem grandes reservas, para produções de forte apelo à curiosidade da grande população parcamente educada, apta a digerir com mais familiaridade patologias, escândalos e sofrimentos da vida privada do que análises sobre o cenário político e econômico internacional e nacional. Daí surgiu o que veio a ser chamado de discurso jornalístico sensacionalista. Este procedimento encontrou respaldo em muitos jornais de médio e grande porte para a época. As análises tendem a responsabilizar prioritariamente a ganância econômica dos jornais. Mas há que se observar, para além dos fatores já apontados, que todo esse discurso apelativo e distorcido, muito interessou aos seus leitores, como até os dias atuais. Há algo, num certo sentido, de educativo, de preventivo sobre certas pontecialidades negativas do comportamento humano em sociedade. Mas os jornalistas que se prestavam a elaborar tais textos recobriam-se do opróbrio das vozes intelectualizadas das esferas cultural e política.

Marcas de um passado militante, em ambas as esferas, deixadas por escritores e políticos de reconhecida contribuição às letras e à história política do país, não podiam ser desmanchadas pela suposta avidez mercantilista do discurso sensacionalista. Muitos foram os seus detratores, quase todos originários das camadas esclarecidas da sociedade, de quem fugia gradativamente o prestígio e o poder de influência e controle sobre os procedimentos e políticas editoriais dos jornais em geral. Atribuía o sensacionalismo à ganância capitalista, a

mesma que afastara progressivamente intelectuais e artistas das páginas da imprensa. Em seu lugar, convidavam um *público* supostamente incapaz de discernir sobre temáticas apropriadas ao debate público. Um *público* que deveria ser guiado, iluminado, orientado pelos valores maiores da dignidade humana. Este *público* não tinha, supostamente, nome, autoridade, princípios ou quaisquer atributos que os conduzisse para além da expectativa de satisfação física do gozo e usufruto da boa vida. Grande parte desta crítica era, em essência, devida ao pressuposto de que cabia às camadas esclarecidas o papel de agentes condutores e educadores dos princípios por elas elaborados e valorizados. E tal crença era potencialmente viável, caso o Estado interferisse político-juridicamente sobre os limites operacionais das instituições de comunicação. O que não ocorreu.

Muitos foram os denunciadores dos desvios morais de um jornalismo encantado pela flauta do industrialismo, esquecido do homem e do seu passado histórico. Carlos Süssekind produziu um dos mais significados apelos contra a prática sensacionalista. Numa perspectiva mais ampliada, seu trabalho faz parte de um conjunto de obras produzidas à época voltadas especificamente para o estudo ético, psicológico e jurídico do jornalismo brasileiro. Foram as primeiras tentativas de localizar sistematicamente a posição desta nova forma de comunicação na esfera reflexiva do conhecimento e da história das idéias. Seu estudo começa com uma descrição do grande potencial aliciador da publicidade e sua capacidade de influência sobre “todos os temperamentos, sobre todas as inteligências e sobre todas as idades”. Pelo incitamento e pela persuasão, atingem “menores e adultos no seio da família, na camaradagem das escolas e dos cafés, nas palestras em que se exaltam façanhas de criminosos e se apregoam as vantagens do crime, na promiscuidade dos cárceres, na onda tumultuosa dos agrupamentos ilícitos, na própria relação psicológica dos casais humanos.”²⁸³ Para o autor, o jornalismo aliado à publicidade e à exploração sensacionalista da condição humana era parte dos substratos que conduzem ao vício. O industrialismo levava à supremacia do interesse econômico sobre o humano, provocando vícios que deformavam a vida social e ameaçavam a integridade moral e política do país. Neste círculo doentio o sensacionalismo era um dos agentes de maior impacto e eficácia. Conforme Süssekind,

²⁸³ MENDONÇA, Carlos Süssekind de. “O Sensacionalismo”. RJ, Ed. Freitas Bastos, 1931, pp. 21-22.

“ a imprensa procurou servir às tendências populares, em vez de as orientar, como acreditava possível, na sua ingênua confiança, o jornalismo romântico (...). Para atender aos seus propósitos meramente industriais, o jornal de hoje desce até o público, corteja-lhe as paixões, exalta-lhe os defeitos, encoraja-lhe os vícios, mas, cedendo-lhe, assim, aos menores caprichos, insensivelmente o enleia, o subjuga e o domina.(...)

Dentro de pouco tempo, invertem-se os papéis de forma impressionante. Já não é mais o jornalista que corre atrás do povo. É o povo que lhe segue, passivamente, as pegadas - que lhe acredita, piamente, em todas as afirmações - que se reputa habilitado a opinar, livremente, sobre todas as coisas, só porque o jornal lhe transmite, todo dia, sobre todas as coisas, a sua opinião.

Ora, o “sensacionalismo” nasceu, precisamente dessa situação.

Foi, por assim dizer, um pacto assignado entre os jornal e o público, para que a indústria jornalística pudesse florescer.

O público satisfazia as exigências de consumo que lhe faziam os ‘*trustmen*’. Abria mão das chronicas dos artigos de fundo, da independência política, intellectual e moral dos redactores. Mas, em compensação, pedia, por seu turno, que o informassem de tudo o que ocorresse pelo mundo, que o trouxessem ao par de todos os escandalos, de todas as misérias, de todos os crimes que se praticassem na terra. Custasse o que custasse.(...)

Vai-se o doutrinário solemne dos editoriaes. Estiola-se a graciosa literatura das chronicas. Ensaaios, reflexões, trabalhos floridos ou matizados de custosa erudição, abrigam-se na especialidade quinzenal das revistas.(...)

O jornalista é, cada vez mais, o ‘repórter’, ajudado pela estatística, pela mancha photographica, pelos fios do telephone e o telegrapho, pela onda vibratória dos radiogrammas, e é principalmente o ‘repórter’ de policia de tribunal, de penitenciária. (...)

Um assassínio vulgar, uma fraude commum, foram commetidos em um villarejo qualquer, retirado da capital? Uma actriz mais em vóga foi, accaso, envolvida em algum roubo mysterioso, numa aventura equivoca, em qualquer um desses mil incidentes que ocorrem mesmo nas existencias mais felizes? É preciso que esses acontecimentos sejam conhecidos e levados pela voz poderosa da imprensa ao recesso dos lares mais tranquilllos, mais honestos, mais distantes, pelo seu genero de vida, desta qualidade de informações . ‘Reporters’ freneticos se atiram para o lugar do crime ou do desastre. Revolvem a vida privada, os costumes, os segredos de victimas. Estabelecem sua filiação. Mostram as suas taras (...). Commentam. Ampliam. Dramatizam. Depois, além de tudo, collocam bem à vista a photographia do criminoso, numa atitude de desafio, fazendo delle um personagem de tragedia moderna, um heróe do mal.(...)

Ora, na rua, uma multidão anonyma, que demanda apressada o local de trabalho, ou que regressa, exausta e extenuada, à casa, não quer saber o que se faz no Parlamento para evitar a queda do franco, o que se discutiu na Sorbonne sobre Pasteur ou Claude Bernard, ou o que se resolveu na Liga das Nações para tornar possível o desarmamento. O que ella quer são sensações fortes, energias, capazes de manter a vida de desequilíbrio nervoso que hoje leva - é a descrição minuciosa do crime do dia - é a vida da cidade nos seus factos mais intimos. Os jornaes que assim procedem, isto é, que satisfazem a essa depravação do público, não poderiam viver de outra forma.

A quem cabe, então, a culpa? Está claro que, mais do que a ninguém, aos industriais do jornalismo. Mas, também, muito, ao próprio público. (...) O público não tem o raciocínio logico do indivíduo. A reflexão, nelle, é sabidamente mais fraca do que o instincto. Uma necessidade, que se lhe consiga impôr aos habitos, não se destróe tão facilmente como se imagina. Só mesmo com uma lenta e paciente reeducação.”²⁸⁴

Fatores de origens distintas contribuíram para essa *popularização* do discurso jornalístico. Este fenômeno não se confunde com o denominado processo de *massificação* da comunicação. Conviviam gêneros de natureza distintas no corpo de um mesmo jornal, muitos deles voltados para segmentos específicos, mais familiarizados com o movimento do cenário político e das finanças brasileiras. Os jornais, ao mesmo tempo, não tinham tiragens que os enquadrassem estritamente numa terminologia desta grandeza. O sensacionalismo, de certa forma, dialogava com outros gêneros internos à imprensa, como as crônicas mundanas, as sátiras e com outros da esfera cultural mais ampla da cidade, como as comédias de costume e as tragédias urbanas. Dialogavam com um imaginário inerente à discursividade circundante numa urbanidade em processo de auto-reconhecimento.

Para assegurar, dentro deste quadro, a permanência de uma imagem de instituição pública voltada para o interesse comum, cultivou-se paralelamente, recuperando-se aí seletivamente padrões anteriores oriundos do jornalismo político e culturalmente engajados com a formação da nacionalidade e de uma desejável e idealizada identidade nacional, outras definições acalentadoras da suposta *vocação* do jornalismo, concernentes ao segundo grupo de qualificações já

²⁸⁴ MENDONÇA, Carlos Süssekind de. Op. Cit., pp. 26-29 e 56-63.

apontadas. Estudos psicológicos procuraram recuperar um conjunto de atributos supostamente inerentes à prática jornalística que atuariam sobre a afetividade, a consciência lógica e as ações humanas. O jornalismo proclamaria os princípios gerais da existência humana e da vida social. Seria o porta-voz destes princípios que se traduziriam enquanto opinião pública. Segundo um dos seus idealizadores,

“ não houve síntese semelhante à imprensa, porque esta representa o resumo de idéias e esforços. A imprensa jornalística é a vulgarização sintética de todos os fenômenos psicológicos, quer sejam individuais, quer sejam coletivos. O jornalismo é a síntese do trabalho dinamizado e unificado, porque ele parece uma correia sem fim que movimenta todas as máquinas de energia social. O jornal é a síntese da idéia com sua universalidade e perpetuidade. O jornalismo é a maior síntese humana, porque está por cima do *sistema e da escola*, pairando numa região superior. (...)”

Um jornalismo hábil põe em jogo todas as forças vivas do homem e da psicologia das multidões.

A impessoalidade do jornalismo é uma qualidade transcendental, em cujos domínios a Rainha da opinião pública pretende representar todos os títulos de critério, todos os motivos de credibilidade todos os instrumentos da prova jurídica (...).

A impessoalidade empresta ao jornal a desencarnação da matéria vil com seu cortejo de intrigas, invejas e ciúmes.”²⁸⁵

Finalizando seu tratado psicológico sobre a imprensa, Ozamis relacionou sua missão social e seus vícios. A primeira se desdobraria, segundo o autor, na verdade, na afirmação e orientação da opinião pública, na educação do povo na escola do respeito, e na socialização do bem. Entre os *vícios capitais* da imprensa estariam o mercantilismo, o subjetivismo, o automatismo, o verismo, o misonéismo, o esnobismo e o chauvinismo.

Entre outras tantas apologias à natureza e função social do jornalismo, o que se percebe é um movimento maior de consolidação de estruturas periféricas de legitimação da institucionalidade do jornalismo, que consistiam então em um ideário ético, moral e jurídico sobre sua finalidade social; em um corporativismo de caráter

²⁸⁵ OZAMIS, P. Francisco. *Os Bandeirantes da Imprensa*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.

assistencialista e em centros formadores de profissionais de comunicação. É originário da primeira, a associação da idéia de *vocação* à profissão de jornalismo. Em parte ela se inspira na tradição que envolveu políticos e artistas no seu ambiente produtivo e nas inspirações vocacionais que estas ocupações já se atribuíam. Por outro lado, é conveniente como paliativo alienador do profissional que se dedica a uma rotina espoliativa de trabalho, sem horários fixos e de baixa e irregular remuneração. Além disso, encoraja-o à necessária ruptura de fronteiras próprias do trabalho de investigação social e fundamental para o enfrentamento institucional da comunicação na arena das disputas de prestígio e de hierarquização das estruturas sociais. Longe de ser um dom, a vocação jornalística assemelhar-se-ia à introjeção de um espírito de luta permanente e, num certo sentido, também contra e a favor de toda a sociedade. Esse ideário ético associado à noção de vocação exigia então do jornalista algo semelhante a um sacerdócio em favor da pátria e, mesmo, da humanidade. Prometem-lhe, em troca, a luminosidade do elogio, do prestígio, da reverência pública ao herói. Assim descreve Ammirato o perfil do jornalista:

“ leva a essa vocação, quase sempre, o seguinte: os sonhos azuis de poeta de um lado, a admiração e respeito público para com ele, uma pitada mais ou menos acentuada de coragem, saber, vontade férrea de vencer que se mistura mui levemente com utopismo, abstracionismo, etc. Tudo isso junto, forma uma excelente e complexa salada, no caldeirão da vocação, que faz brotar na alma do jovem - estóico, altruísta e sonhador - o desejo de ser jornalista (...).

O mundo hostil e o bom é a verdadeira essência da vida, e os aplausos e apupos para ele são freqüentes, frenéticos (...). E é nesse clima irrazoável, onde as paralelas cortam e se confundem com as horizontais, nesse ambiente variegado, de mutações e metamorfoses mil, onde muitas vezes o pão é esquecido e a luta é árdua, que se testa o verdadeiro homem de jornal.

Deve ele saber enfrentar a vida tal qual ela se lhe apresenta, sem laivos de desânimo (...) sem ressentimentos de nada, virilmente, honestamente.

Por isso, os fracos, sem se aperceberem, vão ficando à margem. A luta é intensa, heróica e só os fortes vencem, a batalha não admite indecisões, covardias. ”²⁸⁶

²⁸⁶ AMMIRATO, Giacomo. Homens de Jornais. RJ, Ed. Aurora, 1963, p.38.

Em 1908, um grupo de jornalistas fundou a Associação Brasileira de Imprensa - ABI. Conforme Victor Sá,

“ apesar do meio ambiente jornalístico encontrar-se disperso e agitado por interesses vários e, conseqüentemente desfavorável a qualquer ideal de solidariedade profissional, os homens de imprensa foram, aos poucos, compenetrando-se da necessidade de unirem-se aos confrades dirigentes, fundadores e associados da ‘Associação de Imprensa’, para, numa auto-defesa, prestigiar a classe de que faziam parte. As adesões, em proporções animadoras, aumentavam dia-a-dia. E, com a inscrição no quadro social da associação dos nomes do Chefe de Polícia, do Comandante da Polícia Militar, e de muitos figurões representativos da vida nacional, como o Prefeito, o Comandante do Corpo de Bombeiros e o próprio Ministro da Guerra, a Associação granjeou enorme prestígio.” ²⁸⁷

Quando foi criada, a ABI não tinha um caráter político-reivindicatório, mas já reconhecia a forte legitimidade institucional da imprensa como instância pública. Tanto assim que, a partir de 1911, segundo V. Sá,

“ a situação econômica da Associação, que nada tinha de brilhante, pois mantinha-se exclusivamente com as mensalidades de dois mil réis, melhorou sensivelmente com a ajuda governamental. Assim é que, na lista das instituições de benemerência a serem auxiliadas pela Companhia de Loterias Nacionais do Brasil, com a quota de vinte contos de réis, o Congresso Federal mandou incluir o nome da Associação.” ²⁸⁸

Isto é, os jornalistas da época já haviam desenvolvido um sentimento de “classe” não apenas se ancorando na legitimidade social alcançada pelas instituições jornalísticas, mas, também curiosamente, por um lado, tomando-se, de certo modo, por membros dos quadros público estatais e, por outro, granjeando cumplicidades em quadros prestigiosos do Estado afim de conquistar estes mesmos termos de prestígio público. Na década de 20, a ABI já discutia a criação de

²⁸⁷ SÁ, Victor. Um Repórter da ABI. Op. Cit., pp. 21-25.

²⁸⁸ _____. Op. Cit., p.25.

escolas de jornalismo, os conteúdos programáticos, extensão do curso e, sobretudo, já polemizava, numa autêntica auto-reflexão institucional, sobre os princípios e critérios gerais norteadores da prática jornalística. Para além disso, resulta deste nascente corporativismo a criação de sistemas de assistência médica, de isenções de tarifas em transportes, em casas de diversão e a criação de hemerotecas. Em 1918, no 1º Congresso Brasileiro de Jornalistas realizado no Rio de Janeiro, foi aprovado um projeto de curso de jornalismo com planeamento de duração, disciplinas, e da orientação humanística. Em julho de 1938, membros do Sindicato do Jornalistas de São Paulo pleitearam a criação de um curso universitário de jornalismo. Jornalistas de todo o país, criaram aos poucos suas organizações e reivindicações de categoria. A larga disseminação destas associações, sindicatos, círculos, uniões e outros, demonstrou o auto-reconhecimento da categoria; a necessidade que vislumbravam de se unir para obter melhores condições de negociação no espaço do desenvolvimento institucional público e privado da comunicação.²⁸⁹ Na década de 40 surgiram os primeiros cursos de jornalismo no país. Primeiro na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1947, associado à Fundação Cásper Libero. Em 1948, iniciou-se o da Faculdade Nacional de Filosofia. A PUC do Rio de Janeiro criou seu curso de jornalismo em 1952. De acordo com J. M. de Melo, foram os jornalistas, “agregados às repartições federais, classificadas como redatores do serviço público”²⁹⁰ os responsáveis

“pelo funcionamento dos cursos de comunicação no país, uma vez que isso produziu (e essa era a motivação central da campanha, apesar de nem sempre explicitamente relevada) a equiparação dos redatores oficiais aos funcionários de nível universitário, dentro das categorias que compõem a carreira do serviço público.”

Isto mostra a medida da coesão de interesses e da capacidade de mobilização dos jornalistas da época.

²⁸⁹ Para maiores detalhes sobre o avanço do corporativismo jornalístico, ver LEUENROTH, Edgard. A Organização dos Jornalistas Brasileiros - 1908-1951. SP, COM - ARTE, 1987.

²⁹⁰ MELO, José Marques de; FADUL, Anamaria e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (org.). Ideologia e Poder do Ensino de Comunicação. SP, Cortez & Moraes / Intercom, 1979, p. 34.

CAPÍTULO V

JORNALISMO E SOCIEDADE

01. A RADIOFUSÃO E A AMPLIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

A partir da década de 30, o jornalismo já havia fundado as suas próprias bases de legitimação, já circunscrevia, com relativa clareza, os limites formais e temáticos da sua organização, dos seus processos de produção, o perfil do profissional que se adaptava às suas necessidades, o âmbito do público alcançável pela sua intervenção simbólica e as regras de fronteirização com as demais instituições públicas e privadas da sociedade. Dois fenômenos intervieram sobre este quadro: o Estado Novo e o surgimento do rádio. O primeiro institucionalizou um órgão (Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), em 1939, com a finalidade explícita de controlar os fluxos informativos produzidos pela imprensa e pelo rádio, no sentido de legitimar as ações centralizadoras e autoritárias do Estado. O rádio, por sua vez, ampliou o sistema criador de referencialidades e identidades no espaço público da comunicação.

Cabe explorar as modificações qualitativas geradas no interior da discursividade publicamente alimentada por estas duas

estruturas. A emergência e expansão do rádio provocou uma ampliação temática e formal da reflexividade promovida pelas instituições de comunicação. Ocorreu uma alteração numérica de públicos do jornalismo impresso para o rádio.

A história da origem e do desenvolvimento institucional da radiodifusão no Brasil é exemplar do contínuo confronto e dos temporários ajustes de prerrogativas oriundas, de um lado, das forças políticas, econômicas e culturais socialmente ativas e, de outro, da especificidades técnico-operacionais e institucionais desta nova forma particular de comunicação pública de largo alcance. Fundada em abril de 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de Roquette Pinto e Henry Morize, foi a primeira emissora brasileira de caráter permanente. A ambição de seus fundadores era a de que servisse essencialmente como um veículo educativo a todas as diferentes camadas da sociedade. Durante a década de 20, entretanto, esta ambição viu-se tolhida à seleta faixa de ouvintes financeiramente apta a adquirir os aparelhos receptores no exterior e a pagar mensalidades às ‘sociedades’ ou aos ‘clubes’ que congregavam o público das primeiras emissoras desta época.

Curiosamente, a estrutura discursiva do rádio neste primeiro decênio de existência não descendeu diretamente dos padrões do discurso jornalístico. Ela se compôs, a partir da inspiração educativa original de seus fundadores, absorvendo formas de discursividade científica, moral e artística legitimadas por aqueles indivíduos integrantes e iniciados nestas respectivas esferas de conhecimento, os quais integravam, em grande parte, o público ouvinte destas emissoras de rádio. Como afirma Gisela S. Ortriwano,

“ o rádio nasceu como um empreendimento de intelectuais e cientistas e suas finalidades eram basicamente culturais, educativas e altruísticas. No início, ouvia-se ópera, com discos emprestados pelos próprios ouvintes, recitais de poesias, concertos, palestras culturais, etc. ”²⁹¹

²⁹¹ ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A Informação no Rádio - Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos. 2 ed., SP, Summus, 1985, p. 14.

Mas a estrutura e localização institucional originais desta nova forma de comunicação já continham os elementos que a definiriam como forma pertencente à esfera da comunicação pública, o que, ademais, já ocorria nos Estados Unidos e em alguns países europeus. E isto o levou, necessariamente, a frustrar as expectativas acerca das suas promissoras potencialidades como ‘meio’ de divulgação de conhecimentos científicos e artísticos à medida que, ao pretender dirigir-se ao numeroso e heterogêneo público das grandes cidades, submeteu-se à especificidade do tratamento político-jurídico, econômico e cultural criado no país para as instituições desta natureza.

Ao mesmo tempo que foi definido pelo Estado como “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”, o rádio obteve, na sua primeira regulamentação jurídica (Decreto n.º 21.111, de primeiro de março de 1932), a permissão para a difusão de publicidade e para a exploração privada das suas atividades (mediante o regime de concessão autorizada pelo Estado a título provisório). Manteve-se, no âmbito da radiodifusão, a histórica tradição liberal de tratamento político-jurídico das instituições de comunicação baseada na teoria da responsabilidade social e assim, muitas de suas variáveis e contradições intrínsecas já visivelmente manifestas na prática institucional jornalística.

Têm-se, ainda, como variáveis históricas configuradoras deste período, no âmbito político, a intenção do Estado autoritário e controlador comandado por Getúlio Vargas de tornar o rádio o “veículo” de defesa das suas ações e valores políticos e de solidarização e união popular em torno destes. No âmbito econômico, observou-se um significativo surto de produção industrial de bens que encontrou no rádio as condições propícias ao incentivo público às necessidades práticas de consumo popular, seja no que concerne às suas características operacionais e formais de comunicação pública (capacidade de atingir diária e ininterruptamente grandes populações, não apenas no meio urbano como no rural, como a própria necessidade das emissoras de ancorarem-se na publicidade como principal e, muitas vezes, única base de manutenção de toda a sua estrutura de funcionamento (visto que, neste caso, o público não conta diretamente como fonte de recurso financeiro). No âmbito sócio-cultural, havia

largas faixas de população urbana e rural analfabetas ou de escassa formação educativa e com poucas condições de consumo diário de periódicos e jornais dispostas e aptas, entretanto, a dialogar, refletir e experimentar intersubjetivamente as novas expectativas, práticas, valores e comportamento gerados pela vida urbana moderna.

O rádio veio ao encontro deste grande público com uma política de programação constituída, basicamente, por um lado, pelas limitações políticas do regime autoritário de Getúlio Vargas, o que resultou no pouco desenvolvimento de gêneros noticiosos informativos e opinativos durante toda a sua primeira década de expansão estrutural. E, por outro, pelas associações de interesses econômicos entre proprietários de emissoras e comerciantes e industriais; o que levou à exploração do gênero publicitário e daqueles essencialmente voltados para o entretenimento; gêneros estes de maior e mais imediato poder de atração e expansão de um público ouvinte. Em lugar de construir seus gêneros a partir da incorporação de padrões e conteúdos científicos e artísticos, o rádio lançou mão diretamente de modelos culturais com os quais o grande público já se familiarizara, como a música popular, a comédia, o teatro de revista; e criou uma nova linguagem pública, segundo A. C. Madrid, “ecclética, de maior apelo às emoções, intimista, livre.”²⁹²

Em meados da década de 30, o rádio adquiriu força no âmbito da discursividade pública urbana brasileira a ponto de desenvolver-se empresarialmente tanto em termos infra-estruturais (crescimento do volume de recursos técnicos, financeiros e dos procedimentos organizacionais), como no âmbito dos seus processos produtivos e criativos de programação. A Rádio Record, de São Paulo, segundo Gisela,

“ adotou um novo modelo de programação organizado por César Ladeira, introduzindo o cast profissional e exclusivo, com remuneração mensal. A partir daí, começa a corrida e as grandes emissoras contratam a ‘peso de ouro’ astros populares e orquestras filarmônicas. E mesmo as emissoras de pequeno porte procuram também ter o seu

²⁹² MADRID, André Casquel. Aspectos da Teleradiofusão Brasileira. SP, ECA/USP, 1973, Tese de Doutorado, p. 42.

pessoal fixo. Essa mudança aguçou - ou mesmo desencadeou - o espírito de concorrência entre as emissoras, inclusive as de outros Estados, que imitaram a programação lançada pela Record.

Em 1935 (...) a Rádio Kosmos, de São Paulo, depois Rádio América, cria o primeiro auditório. (...)

Do ponto de vista econômico, o rádio passou a receber cada vez mais investimentos publicitários, que acabam fortalecendo um ramo de atividades, o das agências de publicidade.

Nesse ambiente, surge um marco muito importante: é inaugurada a emissora que acabaria por tornar-se a maior lenda do rádio brasileiro. Às 21 horas do dia 12 de setembro de 1936, um gongo soou três vezes e, a seguir, a voz de Celso Guimarães anunciava: 'Alô, Alô, Brasil! Está no ar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro'. (...) O conselho de administração da Rádio Nacional era formado por oito divisões especializadas, sob as ordens de um diretor geral - Vítor Costa - que se esforçava na produção de programas que fossem capazes de atingir grande público. (...) Contava com seis estúdios, um auditório de 500 lugares, operando com dois transmissores para ondas médias (25 e 50 KW), e dois para ondas curtas (cada um com 50 KW), conseguindo cobrir todo o território e até o exterior com seu sinal que chegava a atingir a América do Norte, a Europa e a África. À época, às portas do Estado Novo, o rádio já era fenômeno de massas e suas mensagens alcançavam a mais ampla divulgação. (...)

E assim preparado, o rádio entra nos anos 40, a chamada 'época de ouro do rádio brasileiro'. Cada vez mais emissoras começam a sentir a concorrência existente entre elas. (...)

É a guerra pela audiência, com as emissoras concorrendo entre si para garantir o faturamento. Cada uma delas procura mostrar maior popularidade, fator importante para que os anunciantes se decidam pelo investimento de suas verbas. E também a concorrência entre o rádio e os veículos impressos começa a ser discutida.

O clima é propício para que o Ibope - Instituto de Opinião Pública e Estrangeira - inicie suas atividades. Fundado a 13 de maio de 1942, suas pesquisas iniciais eram bastantes simplificadas. Com o passar dos anos, foram sendo sofisticadas. (...)

O decênio de 40 vê o surgimento da primeira radionovela - em 1942, ia ao ar pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, 'Em Busca da Felicidade'. O gênero prolifera rapidamente, fazendo parte da programação da maioria das emissoras da época e dos anos seguintes. Em 1945, só a própria Rádio Nacional transmitia 14 novelas diariamente.

Algumas emissoras começam a especializar-se em determinados campos de atividade. A Rádio Panamericana, de São Paulo, a partir de 1947, transforma-se na 'Emissora dos Esportes', conseguindo liderança de audiência e introduzindo muitas inovações nas transmissões esportivas. É também a fase em que o radiojornalismo começa a surgir como atividade mais estruturada, com o lançamento de alguns jornais que marcaram definitivamente o gênero. Entre eles,

merecem destaques o 'Repórter Esso', o 'Grande Jornal Falado Tupi' e o 'Matutino Tupi'. ”²⁹³

Apesar do rádio, durante quase todo o período áureo do seu apogeu como a mais abrangente instância de comunicação pública, ter-se desenvolvido sob o controle autoritário do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, especialmente criado por Getúlio Vargas para a “fiscalização e censura não só do conteúdo das programações radiofônicas, como as do cinema, teatro e jornais”, não houve grande incompatibilidade com a sua expansão estrutural. Pelo contrário, a propaganda política do Estado requeria uma ampla estrutura radiofônica capaz de difundir nacionalmente, à exemplo dos usos de guerra feitos nos países europeus e nos Estados Unidos, os argumentos de soberania e de identidade nacionais peculiares à conjuntura política instalada junto às estruturas do Estado. De acordo com S. Caparelli,

“ o controle do rádio no Brasil foi além da censura: em 1940, era encampada a Rádio Nacional, de longe, a melhor e mais bem equipada emissora do país, que iniciava a época áurea do rádio brasileiro.(...) ”

Durante este período, a Rádio Nacional sozinha conseguia atingir 40 por cento de audiência. E a queda de Getúlio Vargas e a eleição de Dutra representaram muito pouco na queda do semi-monopólio da palavra.

Nesta época, prossegue a implantação de novas emissoras em todo o Brasil. Em 1940 havia 76; 117, em 1945, 243, em 1950. Elas não se concentravam, como os jornais, nas grandes cidades. Pela primeira vez, surgia um meio de comunicação capaz de tratar de problemas regionais ou locais, mesmo que a tendência das pequenas emissoras se guiasse pelo conteúdo da radiodifusão existente nos maiores núcleos urbanos do país. Junto com o aumento do número de emissoras, cresceu também o dos aparelhos receptores entre a população: assim, em 1948, já existiam no país mais de 3 milhões de aparelhos receptores, sendo essa data um marco para sua expansão em ritmo cada vez mais rápido.”²⁹⁴

Interessa em particular à presente reflexão ressaltar o fato de que, com o rádio empresarialmente estruturado, o Brasil assistiu a emergência de um circuito qualitativa e quantitativamente novo de

²⁹³ ORTRIWANO, Gisela S. Op. Cit., pp. 16-20.

²⁹⁴ CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. SP, Ed. Cortez, 1980, p. 80.

produção, circulação e recepção de bens culturais tradicionalmente nomeado de “cultura de massa”. O rádio tornou-se alvo, historicamente, de uma extensa especulação acadêmica, iniciada no Brasil, sobretudo a partir da década de 70, acerca da natureza do seu desenvolvimento institucional. Se fosse possível fazer um paralelo entre a origem da imprensa e sua relação com a esfera literária, poderia-se pensar em algo parecido com a emergência do rádio e sua relação com a esfera musical. O paralelo não é de todo completo, mas aparece em alguns momentos importantes. Até a emergência da televisão, o rádio foi o espaço privilegiado de promoção, incentivo e desenvolvimento da esfera musical brasileira. Sua política de programação ancorava-se nos programas de variedades, nos musicais, na publicidade e, posteriormente, a partir da década de 40, nas radionovelas. O jornalismo só apareceu como gênero significativo durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do *Repórter Esso*. O amálgama de todos os gêneros era a publicidade - o principal agenciador financeiro das programas, em quaisquer dos seus gêneros. Isto, entretanto, não significou um apagamento dos conteúdos pela intencionalidade comercial, eram campos facilmente distinguíveis.

É um equívoco tentar adaptar o conceito de cultura de massa às estruturas de programação veiculadas pelo rádio. E isto tem ressonância na esfera do jornalismo impresso. O conceito, se aplicado à totalidade do espaço institucional da comunicação, incluídos aí publicações especializadas, jornais e rádios - obscurece a ação destas estruturas na esfera pública da comunicação. Se aplicado somente ao perímetro do público atingido pelas transmissões radiofônicas, também obscurece cruzamentos fundamentais existentes entre públicos de diferentes estruturas. Os ouvintes de rádio, apesar de, na maioria, não serem leitores dos grandes jornais da época, já participavam, por caminhos indiretos, da sua referencialidade. Além disso, a ênfase das rádios sobre programas de entretenimento ou de variedades e também musicais contribuiu para ampliar a margem de linguagens e conteúdos constitutivos da interatividade pública. O conceito de massa não dialoga com processos muito próprios e importantes neste período histórico de construção da nacionalidade brasileira ou, dito também de outra forma, de um certo tipo de identidade nacional alimentado não apenas pelo rádio, mas por todas as estruturas de comunicação. O exemplo da

emergência da música no cenário sonoro do país, apesar da imprescindível sustentação publicitária, não tem lugar no campo explicativo do conceito de massa. A evolução da música popular brasileira deve suas origens às possibilidades difusivas concretas de grande irradiação promovidas pelo sistema radiofônico. Mas o conceito de massa, neste caso, não se confunde com o de popular, porque as origens desta musicalidade, seus elementos e construtos não foram engendrados pela indústria da radiofusão. Eles têm um passado que a antecede e que, de certo modo, apropriou-se desta indústria para crescer enquanto forma de comunicação sonora. Foram, em sua maioria, cantores e autores brasileiros, com ritmos e temáticas oriundas da sua própria tradição e práticas musicais que adquiriam visibilidade e reconhecimento por grandes platéias e ouvintes do país.

Vale adotar como exemplo a análise da *Rádio Nacional* no período de maior apogeu da sua audiência, durante a primeira meia década dos anos 50, feita por Miriam Goldfeder, dentro das categorias simultaneamente manipuladas de *cultura de consumo* e de *indústria cultural*. Ela tentou provar que a

“ emissora deveria atuar como um mecanismo de controle social, destinado a manter as expectativas sociais dentro dos limites compatíveis com o sistema como um todo. Este controle se exerceria, no entanto, de forma implícita, parcial e difusa, ao contrário dos mecanismos propriamente políticos, através de uma forma determinada de distribuição de bens e de valores de participação e obediência. ” ²⁹⁵

Mesmo postulando este controle centralizado sobre as chamadas “expectativas sociais”, a autora reconhece fraturas de porte relativo que indicam, segundo ela, “a inexistência de um consenso total a nível dos próprios agentes produtores que possibilitava a propagação de um discurso oscilante”, indicam também uma incompatibilidade entre a intencionalidade manipuladora do sistema e as demandas da “massa de consumidores”, o que conferiu ao discurso radiofônico uma autonomia relativa frente às representações das classes dominantes. Tudo isso levou

²⁹⁵ GOLDFEDER, Miriam. *Por Trás das Ondas da Rádio Nacional*. RJ, Paz e Terra, 1980, p.40.

a *Rádio Nacional* a cumprir “seu duplo papel, de mecanismo ao mesmo tempo legítimo, para os setores dominados e reprodutor do ideário dominante.”²⁹⁶

A partir destes pressupostos a autora identificou na programação radiofônica tipificações conservadoras relativas ao modelo burguês das instituições familiares, religiosas e de divisão social de papéis. Modelos estes preservadores da realização individual nos termos idôneos e virtuosos defendidos por estas instituições, compatíveis com o desenvolvimento sócio-econômico e político do país. As camadas excluídas, ao terem nestas tipificações seus referentes-alvo ideais, passavam a participar da simbologia criada e mantida pela indústria da comunicação e a submeter-se aos seus controles sociais. Este padrão ideológico, com pequenas variantes, se expressava em todos os gêneros culturais difundidos, nas imagens míticas das cantoras, nas radionovelas e no humorismo (único, segundo a autora, a romper alguns dos limites dados pelo padrão hegemônico - nas críticas aos valores burgueses e paródias da mitologia radiofônica). Somente nos programas de variedades conduzidos em auditórios, a autora reconheceu uma redistribuição de força entre os denominados pólos de manipulação/espontaneísmo do público. Este último, participava mais dos conteúdos planejados. Os reorientava, criava fã-clubes e interferia no índice de aceitabilidade dos mitos e gêneros criados e desenvolvidos pelo rádio. Grande parte das análises que mantêm esta postulação de um prévia intencionalidade manipulativa e controladora da discursividade do rádio no Brasil se respalda na forte presença de grandes indústrias (Gessy Lever, General Electric, Standard Oil, RCA Victor, Coca-Cola, entre outras) e agências de publicidade norte-americanas (J. W. Thompson, McCann-Erikson) como agentes patrocinadores das programações de rádio, responsáveis pela padronização e sofisticação técnica da programação e pelo crescimento financeiro das emissoras.²⁹⁷

²⁹⁶ GOLDFEDER, Miriam. Op. Cit., p. 41.

²⁹⁷ Conforme Sônia Moreira, “atrações de sucesso no rádio, consumo garantido dos produtos. Com base nessa premissa, os anunciantes estrangeiros mudaram o curso da programação do rádio comercial brasileiro: os programas eram criados a partir da relação cada vez mais sólida entre emissora e anunciante. Os artistas começam a ser contratados, o cachê pago a cada apresentação torna-se um recurso ultrapassado e o rádio no país vive a sua fase de ouro - rico e influenciador dos hábitos e costumes de milhões de fascinados ouvintes.” Em MOREIRA, Sônia Virgínia. *O Rádio no Brasil*. RJ, Rio Fundo Ed., 1991, p. 25.

A autora sugere a compreensão da emergência do rádio no Brasil como um fenômeno de cultura de massa independente da exigência nele expressa da presença de um grande público heterogêneo em condições de consumi-la em todo o território onde ela se faz presente. Para Míriam, etapas foram queimadas no caso brasileiro e o rádio já se apresentou como cultura de massa no Brasil mesmo sem um público equivalente à magnitude que o conceito demanda. A noção de *massa* se vincularia mais propriamente ao produto, ao seu caráter industrial, à sua padronização e produção em larga escala. Para ela, a especificidade desta cultura no Brasil, reside no fato de afirmar valores dominantes e, simultaneamente, funcionar

“como canal de expressão das angústias, insatisfações e necessidades de participação dos setores excluídos dos benefícios do sistema social como um todo (os programas de auditórios e os ídolos marginais o teriam demonstrado) (...). Este espaço específico demonstrou paralelamente a autonomia relativa que o campo cultural exerceu em relação às práticas político-ideológicas dominantes.”²⁹⁸

Este tratamento do conceito de cultura de massa não o autoriza a conter tamanhas contradições em sua mecânica interna. O problema parece residir, sobretudo, no uso não questionado do conceito de *massa*, também pressuposto no uso indistinto do conceito de *indústria cultural*, tanto para referir-se ao produto quanto aos seus receptores. A noção de *massa* já demonstrou um considerável esgotamento da sua capacidade explicativa dos fenômenos sociais em geral, o que atinge, por conseguinte, os conceitos que dela se valem. Para além da opacidade própria à noção de massa e dos evidentes prejuízos que acarreta aos conceitos que dela se apropriam, há ainda graves problemas nas inerentes polarizações subentendidas nestes conceitos, tais como as de dominantes/dominados; controle/alienação; manipulação/dependência; estruturas determinantes (políticas e econômicas)/estruturas determinadas (cultura); centralidade/periferia, entre outras. Tais polaridades encontram-se praticamente desgastadas e em tendencial desativação diante do permanente desafio exposto pelas contradições impostas pelo objeto, que elas nunca puderam enfraquecer

²⁹⁸ GOLDFEDER, Míriam. Op. Cit., p. 196.

ou sistematicamente enquadrar em quaisquer de seus pólos. Uma das primeiras medidas superadoras deste impasse sobreveio pela ênfase do contexto, das inter-relações institucionais e grupais, das múltiplas influências cruzadas no processo comunicativo que retomam aos indivíduos certos atributos de interferência singular sobre ele.²⁹⁹ E caminhou, com resultados empíricos mais promissores, sempre que se preocupou em recuperar, por um lado, o ineditismo, a criatividade, as formas de apropriação e retradução do público e, por outro, que flexibilizou o poder de determinação dos diversos agentes envolvidos no processo comunicativo.

Tais perspectivas se encontram numa via intermediária entre as duas grandes linhas da teoria sobre a comunicação de massa: a liberal, que tende a conceder um grau significativo de autonomia às estruturas de comunicação frente às pressões da política e da economia e da flexibilidade à ação pública dos seus profissionais e a marxista, que submete a comunicação às determinações dos sistemas de monopólios do capital, que ideologicamente a instrumentaliza no sentido de promover internalizações de normas, valores e comportamentos da classe que controla este capital e domina a dinâmica das representações sociais.

A atenção aqui se volta, sobremaneira, para as condições, a natureza e a dinâmica de ampliação da esfera pública brasileira. Importa demarcar o modo de ampliação do sistema referencial interno às instituições de comunicação. Isto concerne aos recursos, procedimentos e conteúdos da sua reflexividade publicamente construída. Metodologicamente, um dos autores que contribuem para a visualização desta dinâmica do processo comunicativo é Raymond Williams, particularmente porque, por um lado, ele absorve postulados de ambas as grandes linhas teóricas da comunicação e, por outro, concebe as instituições de comunicação como instâncias centrais das sociedades contemporâneas, responsáveis pela integração e pela dinâmica da cultura efetivamente construída e experimentada pelos integrantes destas sociedades. Williams oferece instrumentos com os

²⁹⁹ Pesam os estudos sobre os efeitos da comunicação de massa, que apresentaram um conjunto de segmentações de público influentes no processo de tomada de decisão e formação de opinião por parte dos indivíduos. Reúnem-se aqui os trabalhos de Paul Lazarsfeld, E. Katz, Berelson, entre outros.

quais descreve e explica a dinâmica e os mecanismos de auto-legitimação das instituições de comunicação.

A pergunta inicial consiste na identificação do lugar ocupado pelo rádio dentro da esfera pública e nas repercussões disto em termos das alterações formais e temáticas no conjunto das produções discursivas circulantes no espaço público da comunicação e das alterações resultantes sobre as formas e condições de interação entre indivíduos, grupos e instituições.

Os programas de variedades, musicais e as radionovelas têm antepassados longínquos e outros ainda vivos na esfera das publicações impressas, do teatro de revista, das peças de costume, dos folhetins seriados, dos romances vendidos em grande escala, entre outros. No que concerne aos programas de variedades, há um diálogo muito próximo com a revalorização do jornalismo cultural ocorrida a partir de 1930³⁰⁰ e com o aumento de revistas, almanaques e publicações de conteúdo fragmentado com assuntos diversos da vida cotidiana, cultural e política. Há um diálogo também emergente na imprensa com as programações das rádios, seus mitos e temário. A crônica urbana de João do Rio tem continuidade nestes programas de variedades. O circuito entre rádio e imprensa se estabeleceu com seus elementos dialogando internamente. O público leitor e não leitor sabia transitar dentro dele e responder às suas demandas. Programas humorísticos e radionovelas tematizavam a experiência e os impasses da vida cotidiana, valendo-se de formas incorporadas do teatro, da crônica, das charges, dos folhetins e romances. Conforme descrição de Mário Ferraz,

“ o rádio nos dava o teatro cego, em que nossa imaginação adejava em mundos fantasiosos ou construía cenários e ambientes e, dentro deles, idealizava os personagens, suas prováveis figuras ou íntimos, suas condições econômicas, suas posições na escala social e intelectual,

³⁰⁰ Brito Broca ressalta uma revalorização dos encartes culturais e da própria literatura nos jornais do Rio e de São Paulo na década de 30. Segundo ele, muitos literatos puderam voltar a viver dos seus escritos. A mudança básica se dava nos conteúdos, agora mais voltados para um público bem heterogêneo. Humberto de Campos, por exemplo, “outrora, embora como cronista e crítico possuísse o seu público, era com o condimento picante que conseguia atrair a grande massa de leitores agora (...) lograva conquistar a mesma massa com artigos literários, crônicas leves, comentários líricos e moralizantes sobre fatos do dia: os assuntos manipulados de maneira a despertar o mesmo interesse no leitor culto, no estudante ou na costureirinha que comprava o jornal pela manhã a caminho do trabalho, colocando-o ao lado do romance de Dely”. Em BROCA, Brito. Teatro das Letras. Campinas, Ed. Unicamp, s/a, p. 103.

contando tão somente com a audição de vozes humanas e sons proporcionados pela sonoplastia; enquanto acompanhávamos o desenrolar das tramas e intrigas das comédias, dos dramas e dos *sketchs* humorísticos, ouvindo e compreendendo como se no teatro estivéssemos.”³⁰¹

Para o autor ocorria um processo coletivo de experimentação de sentimentos, de reflexão sobre questões humanas e problemas sociais, juízos sobre novos comportamentos, diferenças nas divisões de papéis, sobre uma série de fatores contemporâneos à urbanidade da época, muitos tratados do ponto de vista estereotipado, ou tendencialmente voltados para a manutenção de determinados valores, mas todos, de algum modo, passíveis de incorporação ao campo reflexivo individual e sujeito a apropriações singulares.

Enquanto os jornais seguiam linhas editoriais voltadas para estas camadas menos eruditas e populosas das grandes cidades, contribuindo, juntamente com o rádio, para um processo de aprendizagem e domínio público de códigos, normatizações e referenciais construtivos de uma identidade social mais ampliada, as produções da caráter eminentemente intelectual continuavam, segundo Brito Broca,

“ a ter a mesma vida efêmera de outrora. A *Revista Nova*, em São Paulo, em que Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade e outros tentavam uma espécie de prolongamento do modernismo, não foi além de alguns números; no Rio, *Festa*, órgão da corrente espiritualista do modernismo (...) não durou muito.”³⁰²

Os programas musicais se valeram do incentivo das fábricas de disco às produções musicais brasileiras. No início dos anos 30 foram gravados, por um concessionário da Brunswick, maxixes, toadas, marchas, choros, canções, emboladas, sambas, assim como foram também lançados novos cantores, como Carmen Miranda, Sílvio Caldas, entre outros. Outros nomes já conhecidos estavam já sob o teto

³⁰¹ SAMPAIO, Mário Ferraz. *História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo*. RJ, Achiamé, 1984, p. 155.

³⁰² BROCA, Brito. *Teatro das Letras*. Op. Cit., p. 103.

da Odeon, Victor e Colúmbia. Muitos conjuntos dos bairros pobres do Rio tiveram então suas melodias orquestradas por iniciativas das gravadoras. Pixinguinha foi um dos contratados para dar corpo a estas sonoridades fragilmente apresentadas. As rádios trataram de dar continuidade à divulgação já bem sucedida no mercado, destas gravações de músicas genuinamente brasileiras e *popularmente* aceita. Segundo Tinhorão esta música popular brasileira tornou-se “indispensável para a sustentação de programas de rádio (inclusive com público presente, no caso dos programas de auditório).”³⁰³

Os programas de auditórios foram transmitidos pelo rádio no início dos anos 40, aproveitando a experiência já adquirida pelos programas de variedades, musicais e humorísticos. Neste momento a noção de cultura *popular* parece ser aquela que mais se aproxima dos conteúdos promovidos pela programação radiofônica. Algumas ciladas, entretanto, devem ser identificadas e evitadas, a fim de que esta noção não se confunda com a de *massa*, ou como representativa de um bloco identitário crescido à margem da cultura secular erudita, com mecanismos acabados de interatividades possíveis no seu interior. O popular seria, mais propriamente, um território ou espaço onde públicos heterogêneos estão em busca de referencialidades de toda ordem que reorganizem constantemente sua competência de experimentar, gerar sociabilidade, criar práticas, valores e comportamentos. O popular seria o lugar do processo simultâneo de construção e aprendizagem de um sistema referencial identitário, onde participam agentes de diferentes setores sociais públicos e privados.

Neste sentido, o *popular* pode resistir às investidas que o confundem com a noção de *massa* (opaca, desidentitária, verticalizadora, alienante), às repulsas manifestas pelos representantes das esferas de conhecimento científico e artístico, às críticas demarcadoras de distinções sociais oriundas das camadas supostamente esclarecidas e imunes aos seus apelos. Sendo o popular o lugar onde um público heterogêneo interage, participa, socializa-se e identifica-se publicamente, pode-se vislumbrar uma dinâmica inapreensível por formas e intencionalidades previamente definidas. Ele é instável,

³⁰³ TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. Lisboa, Editorial Caminho, 1990, pp. 233-236.

imprevisível, mutável e está sujeito, como disse Giddens, às dúvidas e riscos inerentes ao processo permanente de construção e experimentação de sentidos sobre a realidade social. A competência do popular (enquanto forma, conteúdo, prática e integrantes do seu território) para absorver elementos culturais oriundos de dinâmicas produtoras de sentido de esferas científicas e culturais relativamente autônomas à sua dinâmica depende de iniciativas oriundas de quaisquer dos elementos da sua territorialidade. É um equívoco demandar desta esfera cultural, permanentemente alimentada pelas instituições de comunicação, produções exclusivamente equivalentes àsquelas das esferas de conhecimento especializado. Ela é, de certo modo, um processo coletivo de aprendizado e de construção de sentido permeável a interferências externas aos seus próprios termos. E foi predominantemente neste espaço que se conduziu a referencialidade identitária mais ampla para a significativa e crescente maioria da população brasileira.

O rádio institucionalizou-se como mais uma estrutura de comunicação pública de largo alcance. Criou seus padrões organizacionais, seus gêneros e formas específicas de interação com o público. Os programas de auditório consistiram no espaço mais imediato de comunicação entre o rádio e seu público. Seus gêneros privilegiavam formatos lúdicos, na forma de jogos e competições e musicais. Para Marta Avancini, o lúdico criava um lugar próprio de interação que *se bastava si mesmo*,

“não baseado somente no fato dos jogos e brincadeiras serem parte de sua dinâmica, mas porque eles se definem como um campo a parte, regido por práticas, lógicas e comportamentos que somente ganham sentido dentro deles próprios (...) é como se todos os que dele participam - estrelas, apresentadores e públicos - estivessem representando um papel segundo as ‘regras do jogo’ visando a produção de um espetáculo bonito e emocionante.”³⁰⁴

³⁰⁴ AVANCINI, Maria Marta Picarelli. Nas Tramas da Fama - As Estrelas do Rádio em Sua Época Áurea - Brasil - Anos 40 e 50. Campinas, Dissertação de Mestrado, Deptº de História da Unicamp, 1996, p. 77.

Esta cultura lúdica do espetáculo, conforme a autora, disseminou-se nos anos 40 e 50, criando os fã-clubes e suas intervenções sobre o curso deste espetáculo, sobre o sucesso de artistas e programas e a dinâmica, em geral, da própria radiofonia. Há uma continuidade do gênero no cinema das chanchadas e nos programas de auditório da televisão. Muitos cantores, rainhas e reis do rádio trabalhavam em produções cinematográficas e foram também para a televisão. Circuitos integrados criavam-se entre teatro, revistas, jornais, rádio e cinema. Conforme Alcir Lenharo,

“o disco, o rádio, a revista, a chanchada estão sintonizados com as reações mais cotidianas do carioca diante de seus problemas do dia-a-dia. Há esforços na direção musical dos filmes em trabalhar os números, se superar, apresentar uma versão cinematográfica daquilo que os cantores exibiam nos auditórios das emissoras.”³⁰⁵

É praticamente inviável compreender a formação e dinâmica destes circuitos referenciais identitários como meras resultantes de determinações políticas e econômicas. É certo que, infraestruturalmente, foi o Estado que tomou a iniciativa de dominar a tecnologia necessária à implantação do sistema de transmissões radioelétricas e de controlar juridicamente as concessões de funcionamento das emissoras. Havia, no entender do Estado, razões de ordem militar estratégica envolvidas no conhecimento e controle destes sistemas de transmissão à distância. Quando, em 1931, regulamentou-se o processo de autorização de transmissão das estações de rádio, criou-se, paralelamente, a Comissão Técnica do Rádio, formada majoritariamente por militares, para acompanhar os procedimentos e

³⁰⁵ O autor faz esta consideração especificamente analisando o gênero carnavalesco como representativo de uma forma de referencializar a sociabilidade urbana. Ele estaria presente em muitas produções do rádio e do cinema, nas crônicas e nas revistas da época. O sentido buscado resultaria numa “carnavalização da vida” cujo filme *Carnaval Atlântida* seria o maior exemplo. Conforme descrição do autor, “atribulados, desambientados, às vezes ingênuos e inexperientes, os heróis da chanchada mostram sem cessar reações de estranhamento às armadilhas que a malha de interesses e de individualismos envolve o conjunto das relações sociais. Como responder a isso tudo? Ao golpismo puro e simples se responde com amizade e solidariedade, mesmo porque, no final, o bem sempre vence; às atribulações e imprevistos, o humor; ao autoritarismo e às formas de poder, o deboche; ao conservadorismo de valores e atitudes, a carnavalização da vida.” Em LENHARO, Alcir. *Cantores do Rádio*. Campinas, Ed. Unicamp, s/a, p. 118.

recursos técnicos de instalação das emissoras.³⁰⁶ Politicamente, muitos autores ressaltam que o governo de Getúlio Vargas estava prioritariamente preocupado em criar um sistema de comunicação de alcance nacional que funcionaria a serviço da difusão e exaltação de seus planos de governo, legitimando sua política centralizadora, cooptativa e autoritária.³⁰⁷

Alguns dados levam a conclusões não coincidentes com o paradigma polar da relação dominação/subordinação. Quando, em pleno Estado Novo, o governo incorporou ao patrimônio da União, pelo decreto lei 2.073, de 08.03.1940, entre terras e empresas, a Rádio Nacional, o jornal *A Noite* e a Rio Editora, subentender-se-ia aí uma medida no sentido de dar ao Estado uma voz de alcance nacional. Entretanto, não foi mudada, de forma significativa, a programação da emissora. Pelo contrário, ela tornou-se uma das mais concorrenciais, comerciais e renovadora de gêneros nas duas décadas de 40 e 50.³⁰⁸ Prevaleceu a política de valorização dos programas de variedades, musicais, de auditórios, das radionovelas e poucos informativos, todos permeados pela forte presença da publicidade.

O que denuncia, de certo modo, a presença autoritária e intransigente do Estado no espaço da comunicação é a presença tímida do jornalismo entre os gêneros radiofônicos da época. Ele não tinha a dinâmica formal, o público e nem angariava a empatia dos demais programas. Na década de 30, conforme Renato Murce, “os jornais faziam campanhas bombásticas e provocativas, o rádio limitava-se a noticiar e comentar moderadamente os acontecimentos (...) este nunca teve a liberdade de ação dos jornais (submetido, como sempre foi, ao âmbito governamental).”³⁰⁹

Os radiojornais eram, em geral, conduzidos por um locutor que simulava algo semelhante à crônica jornalística, comentando fatos

³⁰⁶ Sobre a presença técnica e jurídica do Estado no controle das transmissões radiofônicas, consultar OLIVEIRA, Dennison de. Estado e Mercado na Radiofusão. Campinas, Dissertação de Mestrado, Deptº de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.

³⁰⁷ Consultar em GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. SP, Ed. Símbolo, 1977, pp. 170-171. Leia-se a síntese das políticas de governo do período de 1930 a 1945 a serem promovidas pelas emissoras em todo o território nacional.

³⁰⁸ Sobre a dinâmica produtiva da Rádio Nacional, consultar SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sônia Virginia. Rádio Nacional - O Brasil em Sintonia. 2a. ed., RJ, Martins Fontes/Funarte, 1988.

³⁰⁹ MURCE, Renato. Bastidores do Rádio - Fragmentos do Rádio de Ontem e de Hoje. RJ, Imago, 1976, p.31.

do cotidiano e, no mais, divulgavam sínteses de notícias recolhidas dos jornais. Muitos deles continham entrevistas com personalidades da esfera política do governo e comentários sobre problemas gerais do país. O trabalho propriamente investigativo, criativo, de confronto com as instituições sociais não teve espaço no radiojornalismo. Prevaleceu o noticiamento direto, sem desdobramento de fatos em geral, ligados a problemas do Estado ou a conflitos internacionais. O jornalismo no rádio cresceu de forma mais significativa na especialidade das transmissões de eventos esportivos. Este filão adquiriu um público cativo crescente.

O programa de maior relevo neste gênero foi o *Repórter Esso*, criado em agosto de 1941 pela Rádio Nacional. Era um programa essencialmente informativo, voltado sobretudo para a atualização do país sobre os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial. Dada a relevância do tema, a rigidez formal do noticiamento, a constante ameaça de envolvimento bélico do Brasil no conflito, a relativa fartura de fatos narrados aos ouvintes, o *Repórter Esso* conquistou um lugar privilegiado entre os demais programas radiofônicos da época. Ele durou vinte e oito anos, tendo em épocas de maior ebulição social, várias edições diárias e extras, sempre na voz do mesmo locutor, Heron Domingues. O jornalismo só veio a crescer como gênero, à exceção do esportivo, que manteve grande audiência mesmo com as transmissões televisivas, em 1954, com a Rádio Bandeirantes, investindo no jornalismo mais voltado para a cidade, mais noticioso, e de serviços. A tendência então foi a da pluralização de gêneros garantida pelas unidades móveis, que agilizavam as transmissões, a criação de jornais com serviços de utilidade pública e programas essencialmente musicais. A partir da década de 60, o radiojornalismo se localizou cada vez mais, voltando-se para públicos internos às cidades e bairros e procurando um contato mais direto com a vida cotidiana dos seus ouvintes, inclusive dando-lhes espaço nas locuções radiofônicas para expressarem pontos de vista, queixas e opiniões sobre problemas íntimos e coletivos.³¹⁰

Institucionalmente, o rádio conviveu com problemas semelhantes aos da imprensa. O crescimento infraestrutural das

³¹⁰ Conforme ORTRIWANO, Gisela Swetlana. Op. Cit., pp. 22-23.

emissoras, a significativa expansão dos profissionais envolvidos nas produções dos programas, nas mais diversas áreas de competência, o sucesso e a consolidação crescente das programações não garantiu às emissoras uma certeza de perenidade ou um volume de recursos que as fizessem remunerar bem seu corpo interno ou estabelecer metas de ação a longo prazo. A imprevisibilidade, os riscos e dúvidas presentes na prática jornalística também se fizeram visíveis na prática radiofônica, devido, sobretudo, à impossibilidade de planejar intervenções aptas a efetivamente obterem um controle dos comportamentos e demandas do público. Esta insegurança estrutural das instituições de comunicação levava-as a buscarem rotinas e padronizações que reduzissem ao máximo a margem de insucesso de seus investimentos. Ela acarretava também a fixação de mecanismos auto-legitimadores e auto-defensivos políticos, como, por exemplo, a criação, em junho de 1933, da Confederação Brasileira de Radiofusão, em junho de 1934, a Associação de Emissoras de São Paulo. Os profissionais do rádio, também fundaram, no Rio, em setembro de 1944, a sua Associação Brasileira de Rádio, com finalidades a princípio assistencialistas, mas posteriormente, também reivindicatórias.

Outro fator derivado da instabilidade inerente ao espaço empresarial da comunicação consistia na baixa remuneração dada à grande maioria dos profissionais do rádio. Tinham notoriedade pública, mas precisavam assumir uma série de contratos paralelos de trabalho para manterem um nível mínimo de conforto financeiro. Renato Murce por várias vezes relata a

“romaria de artistas e funcionários em busca de vales para atender a necessidades prementes (...) os artistas, com muito raras exceções, ganhavam ordenados ridículos. A única, ou maior, vantagem era a divulgação dos seus nomes por esse Brasil afora. Tornava-os conhecidos. Proporcionava-lhes também uma renda extra: atuavam em espetáculos ou faziam pequenas excursões ao interior do país durante as férias. Desse expediente tive que me valer: equilibrava as finanças, sempre em caixa muito baixa.”³¹¹

³¹¹ O autor relata, por exemplo, o caso do radialista César Ladeira, famoso locutor que, ao morrer, “ganhava a ninharia de 800 cruzeiros mensais (...). Deixou uma pensão ínfima para a mulher e os filhos (...) no fim ficaram 400 e poucos cruzeiros para a família.” MURCE, Renato. Op. Cit., pp. 78 e 80.

O que basicamente cabe aqui compreender sobre a emergência e o desenvolvimento do rádio no país são as mudanças qualitativas geradas no espaço da interação pública brasileira com a inclusão de mais uma estrutura ao conjunto das instituições de comunicação já existentes. Observa-se que não houve uma linha de continuidade entre as práticas jornalísticas e as nascentes produções radiofônicas. Os padrões discursivos do rádio brasileiro foram buscados um pouco longe dos gêneros jornalísticos. Eles remanescem de práticas culturais de outras esferas como o teatro, a literatura e a música. Coube valorizar nesta abordagem, como contraponto ou alternativa teórico-analítica à tradicional interpretação polar da cultura radiofônica desenvolvida no país, a perspectiva da ampliação de referenciais identitários de interação pública, vistos como elementos construídos por emissores e receptores dentro de certas limitações estruturais. Nesta perspectiva, influenciada em grande medida por Raymond Williams, em lugar de subordinar a cultura às determinações superiores da esfera política e econômica, que anula a ação ativa e criativa dos indivíduos e, além disso, de exclusivamente denunciar o caráter político-ideológico, violento e alienador das práticas culturais, procurou-se compreender por que razões e de que modo elas chegaram a assumir tal configuração.

O que o desenvolvimento institucional do rádio no Brasil veio a confirmar é que suas intervenções não são dedutíveis ou funcionaram clara e eficazmente como expressões das relações de interesse entre classes ou da dominação de uma classe sobre outra. As articulações verificadas entre as práticas radiofônicas mostraram-se oriundas de experiências, produções e práticas culturais já existentes na tradição cultural do país e que foram seletivamente incorporadas nos termos formais apropriados à estrutura produtiva do rádio. Eles demonstraram ainda uma capacidade de auto-legitimação e desenvolvimento próprio no tempo e no espaço ancorados nos parâmetros internos de discursividade institucionalmente criados pelo rádio. Mostraram que são instituições, em essência, referenciais e identitárias, por mais lúdicas e ficcionais que aparentemente se apresentem suas produções. Numa visão mais abstrata, elas integram-se às demais instituições voltadas socialmente para a manutenção de um diálogo contínuo, intermitente, com a sociedade, onde não há lugar ou

sentido para julgamentos de valor exclusivos do conhecimento científico e artístico. Integraram-se no circuito alimentado pela comunicação pública, provocando, inclusive, o surgimento de publicações especializadas em suas produções radiofônicas. Criaram intertextualidades e interatividades múltiplas com o público, envolvendo, inclusive, jornais e revistas.

A relação desta instituição com o conceito clássico de *emancipação*, deve ser entendida de forma a aceitar processos de reflexividade que não necessariamente se realizem pela verbalização polemizadora de opiniões sobre a experiência vivida. Toda forma de expressão exige familiaridade com suas regras e, neste sentido, integra e autoriza seus integrantes a dominarem sua dinâmica. Quando Raymond Williams refletiu sobre a competência da cultura em levar adiante um projeto de “luta política” ou de *emancipação* contra estruturas visíveis de dominação política e ideológica, não restringiu o arsenal bélico aos exercícios de educação política. Considerou também de igual relevância, interações simbólicas de toda ordem, até mesmo as “formações de sensibilidade e de relacionamentos”.³¹² O que as programações de rádio promoveram, frente à crescente influência dos padrões radiofônicos norte-americanos; a ditadura de Vargas, a forte censura ao jornalismo e a falta de tradições culturais com uma expressiva presença de uma formação educacional mais solidamente vinculada à cultura erudita por parte do grande público, foi o encaminhamento da expressividade radiofônica diretamente para o que Giddens chama de “seqüestro da experiência”, para a exploração do nebuloso temário da intimidade. O predomínio das radionovelas e da criação de mitos femininos representativos de certos padrões de normatização e gerenciamento dos valores da vida íntima, familiar e social apontam para um processo coletivo e desejado de aprendizagem da racionalização da experiência urbana; apontam para uma espécie de *reflexividade psicológica e social* ampliadora da natureza e do alcance do sistema referencial identitário da vida cotidiana internamente produzido, criado e recriado no interior da vida pública das instituições de comunicação. Tem-se já uma tendencial imersão no território da experiência privada e íntima da existência individual e,

³¹² WILLIAMS, Raymond. “You’re Marxist, Aren’t You?”. Em *Resources of Hope - Culture, Democracy, Socialism*. London, Verso, 1989, p. 76.

simultaneamente, coletiva, que encaminhará a localização destas instituições no campo do que Raymond Williams denominou de “necessidade básica” da vida humana.³¹³

O conceito de *informação*, por sua vez, sofre as pressões correlatas a esta ampliação do sistema referencial da comunicação. De alguma forma será necessário, a partir de então, considerá-lo para além dos limites configurados pela produção discursiva do jornalismo. Com a entrada em cena do rádio, modificaram-se os elementos constitutivos da referencialidade cotidiana da vida social. Parece pertinente aceitar que a noção de informação continue a ser a moeda elementar da comunicação. Aquilo que poderia funcionar como elemento de distinção em relação a outros elementos pertencentes a outras práticas culturais externas à esfera da comunicação. Esta proposta despe o conceito de informação da sua armadura prático-moral originalmente vinculada ao plano das ações políticas. E o investe de novos atributos correlatos à redefinição das noções de público e privado já essencialmente operadas pelo jornalismo cultural e então consolidadas com as programações radiofônicas. O que difere basicamente a informação das demais formas de representação social é o fato de estar vinculada à esfera das instituições de comunicação, de ser por elas formatada e endereçada ao seu espaço plural e intertextual de significações e apropriações públicas.

O trânsito do público neste espaço não é jamais homogêneo ou de todo, previsível, principalmente quando há várias estruturas diferenciadas de comunicação em ação interrelacionada. Há que se perceber os diferentes públicos imaginados por estas estruturas. E neste âmbito que se visualizam os já iniciais processos de segmentação das produções comunicativas. Mas há paralelamente que se reconhecer a competência destes públicos para localizarem todas estas produções no espaço de interação por elas promovido, independente do fato deles não participarem ativamente em todas elas. Este período compreendido entre 1930 e 1950 é particularmente

³¹³ WILLIAMS, Raymond. *On Television*. London, Routledge, 1989. Do original: “Till the eyes tire, millions of us watch the shadows of shadows and find them substance; watch scenes, situations, actions, crises. The slice of life, once a project of naturalist drama, is now a voluntary, habitual, internal rhythm; the flow of action and acting, of representation and performance, raised to a new convention, that of a basic need.”

excepcional, em termos de práticas políticas e culturais, em relação ao que lhe antecedeu. O regime de exceção do governo Vargas cerceou potencialidades discursivas que não podem mais ser aqui especulativamente imaginadas. Independente disso, ele não bloqueou o que talvez fosse o sentido mais primário buscado pelo público em relação à comunicação, qual seja, a busca de si mesmo, o auto-reconhecimento. E ele se fez, com limitações, mas deu continuidade a este processo básico mantendo uma referencialidade política mínima nos jornais, dando continuidade e expandindo as manifestações próprias da cultura musical brasileira, expondo os impasses da identidade urbana em construção, nas suas normatizações, valores e comportamentos.

02. IMPRENSA, POLÍTICA E INDUSTRIALISMO

A convivência institucional da imprensa com o governo de Getúlio Vargas, principalmente durante a vigência do Estado Novo (1937-1945), provocou mudanças substantivas na sua estruturação interna e nas formas de intervenção pública. Sofreram mais jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio da Manhã*, fundados numa política editorial com forte dose de apelo, por vezes, sensacionalista, ao reconhecimento público dos problemas das camadas menos favorecidas da sociedade. Apelos que passavam pela perseguição aos atos governamentais, submetendo ao Estado a responsabilidade sobre os interesses destas camadas, tratadas ainda genericamente pela noção do *povo*. A discursividade política nos jornais, durante a Revolução de 30, dividiu-se de forma correlata a dos grupos hegemônicos. A performance política da imprensa carioca circunscreveu-se dentro das possibilidades de alianças dadas com os diversos grupos em conflito no cenário político brasileiro.

A Revolução de 30 não foi um movimento popular e somente indiretamente veio beneficiar os demais setores sociais. A adesão da imprensa à Aliança Liberal não coincidiu com o seu grau maior de comprometimento com as camadas desprivilegiadas da sociedade brasileira. Jornais tradicionalmente comprometidos com as oligarquias cafeeiras, como o *Jornal do Commercio*, aderiram a ela, sem que isto significasse um compromisso maior com a totalidade de um suposto interesse público. Até, entretanto, a emergência do Estado Novo, os ânimos políticos continuaram ativos e diferenciados. Mantiveram-se as reincorporações dos padrões do jornalismo político mobilizador e polemizador ainda praticados na imprensa do período republicano. A insegurança novamente gerada nos quadros institucionais político-jurídicos do Estado promoveu uma situação singular no espaço jornalístico. Por um lado, crescia a tendência à consolidação empresarial dos jornais. Em 1924, surgiu no Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* (com uma estrutura mais sofisticada de funcionamento) e, em São Paulo, em 1921, surgiu a *Folha da Noite*, cujos lucros permitiram à empresa lançar, em 1925, a *Folha da Manhã*. Outro dado importante do fortalecimento das empresas jornalísticas foram as fundações das agências noticiosas e publicitárias; ramificações necessárias ao fortalecimento das suas relações empresariais com outros setores produtivos da sociedade brasileira, das suas relações internas organizacionais e do conteúdo informativo veiculado. Esta fase caracteriza-se, sobretudo, pelo aumento do número de jornais impressos e da tiragem; pelo aperfeiçoamento técnico, com a importação de rotativas que permitiam tiragens em grande quantidade; pela expansão dos serviços de venda e de assinaturas. Por outro lado, aumentava o parcialismo político, a adesão a frentes diversas, os empastelamentos dos jornais pelo Estado, cujo exemplo mais vivo foi o incêndio ateadado ao prédio onde funcionava o jornal *O País*, aquele que em tempos anteriores mais servira aos interesses governistas, terminou em cinzas no desenrolar da Revolução de 30. Conforme Jobim,

“ O progresso industrial dessas três últimas décadas tornou possível a introdução no país de métodos de jornalismo desconhecidos entre nós no princípio do século. Nas imediações de 1930, não se conhecia, a rigor, o grande informativo no Brasil, pois os mais importantes dos nossos jornais davam mais ênfase à opinião que à informação

propriamente dita. Tratava-se com relativa objetividade o noticiário local, mas era-se desesperadamente faccioso em relação ao noticiário político. Escamoteavam-se informações importantes ou adulteravam-se conscientemente os fatos, para obter-se o desejado efeito no espírito dos leitores. Os ataques pessoais, atingindo muitas vezes a honra dos homens públicos, eram armas da grande imprensa do Rio de Janeiro nos primeiros vinte e cinco anos desse século, embora se devam consignar algumas exceções.”³¹⁴

Este duplo perfil permaneceu até a repressão política vigente nos anos do Estado Novo. O novo perfil do Estado brasileiro delineado neste período repercutiu inevitavelmente sobre a estrutura material e discursiva do jornalismo. A centralização, a complexificação e racionalização das estruturas administrativas do Estado; as inovações institucionais; o incentivo à expansão e diversificação das atividades produtivas do país; a implantação de uma tecnoestrutura no Estado como meio de incorporação do pensamento técnico-científico e das técnicas de planejamento econômico; a criação de condições infraestruturais para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no país; o incentivo à industrialização; a definição de um caráter intervencionista, planejador e controlador da economia, desdobraram-se, no âmbito do jornalismo, no controle dos financiamentos, dos benefícios fiscais, da legislação trabalhista corporativista da profissão e na censura direta sobre os textos impressos. A imprensa perdeu a liberdade de exprimir conflitos de interesses políticos, de defender princípios liberais e democratas. A centralização do poder redefiniu a esfera pública pela negação da representação de interesses de grupos e classes, até mesmo das antes hegemônicas oligarquias cafeeiras agro-exportadoras. A voz foi dada ao capital industrial e ao paternalismo getulista.

A imprensa enveredou, neste período, para uma diversificação maior dos seus recursos formais e das abordagens temáticas; prevaleceu a busca de novos espaços discursivos mais especializados, dentro de uma formalização maior do texto. Cresceu a rede de jornais conhecida como *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, a da família Marinho, proprietária do jornal *O Globo*,

³¹⁴ JOBIM, Danton. Espírito do Jornalismo. O Fenômeno do Jornalismo na Cultura Brasileira. RJ, Livraria São José, 1958, p. 186.

muitas sociedades e editoras de publicações especializadas (infantis, de variedades, esportes, etc.). Paralelo a isso aumentou o volume de capital investido na imprensa oriundo do próprio Estado e o mediado pelas agências publicitárias estrangeiras, além do volume de material informativo fornecido seja pelas agências internacionais de informação em franco fortalecimento, como a UPI, a AP, a REUTERS, seja pelas agências nacionais, do governo e dos Diários Associados.

O Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado, em dezembro de 1939, com a intenção de intervir diretamente sobre as instituições de comunicação, no sentido de criar uma imagem uníssona do Estado para a sociedade. Ele não apenas dispunha de censores nas redações dos jornais, como também fornecia grande parte do noticiário a ser impresso. Além disso, dispunha de um jornal criado exclusivamente para defender o governo, *A Nação* e editava folhetins e outras publicações. Segundo F. Jorge, “a partir de 1940, o DIP impediu, com mão-de-ferro, o registro de 346 revistas e 420 jornais.”³¹⁵ Havia indicações explícitas sobre fatos e nomes interditados à publicação. Muitos jornalistas foram presos e perseguidos neste período, além de aliciados com propinas e outras formas de cooptação com o governo.

O que se segue após a derrubada de Getúlio Vargas, de 1945 até 1964, é de significativa importância para a compreensão do modo como imprensa e rádio encontraram suas localizações mutuamente referenciais. Para, entretanto, que sejam vislumbráveis tais localizações, faz-se necessário esboçar os novos elementos políticos, econômicos e culturais em desenvolvimento neste período. O novo dado central neste momento é a presença, no espaço da discursividade pública, de agentes não exclusivos da esfera da comunicação. Apesar da inequívoca importância da pressão política exercida pela imprensa nos anos de 1943 a 1945, no sentido de deslegitimação das estruturas autoritárias do governo getulista, apoiaram decisivamente estas iniciativas setores sociais postos à margem do jogo político vigente.

Apoiaram liberais, representantes de oligarquias regionais, de grupos ideológicos diversos, comunistas, profissionais liberais, intelectuais, segmentos militares, empresários, movimentos trabalhistas,

³¹⁵ JORGE, Fernando. *Cale a Boca, Jornalista!*. SP, Vozes, 1987, p. 77.

entre outros. A Assembléia Constituinte de 1946 restituiu ao país seus princípios liberais e democratas e acrescentou o direito de greve. O espaço político brasileiro sofreu mudanças qualitativas com a participação ativa dos novos partidos (UDN, PSD, PTB, PCB e outros menores), dos movimentos operários agregados em associações e sindicatos, da imprensa fortemente aliada a grupos e partidos políticos, e da classe média, difusamente aliada seja aos pequenos e médios comerciantes, contrários aos industriais, seja a estes últimos ou a segmentos estatizantes da burocracia civil e militar do Estado.

A complexidade das forças políticas em ação neste período identificava-se nas diversas opções de políticas de Estado em debate. A fragilidade institucional deste abriu espaço para uma extensa e profunda politização de como e de quais deveriam ser suas deliberações para a consolidação das futuras estruturas de desenvolvimento econômico do país. Haviam, basicamente, três alternativas em conflito. Uma, exclusivamente neoliberal, que apoiava o ingresso do capital estrangeiro, de suas políticas fiscais e de controle dos gastos estatais. Apoiavam-na, mais abertamente, a UDN, as cadeias de jornais do *Globo* e dos *Diários Associados*, os grandes e médios grupos importadores e parte da classe média. A segunda, definida por T. Skidmore como “desenvolvimentista-nacionalista”, impunha restrições à entrada do investimento estrangeiro, aceitando-o somente sob a fiscalização regulamentar do Estado; propunha uma intervenção mais ostensiva deste sobre as iniciativas privadas, com políticas de incentivo material, financeiro e fiscal. Criticavam a transposição pura de padrões de desenvolvimento dos países industrializados para o Brasil.³¹⁶

Neste campo lutavam o PSD e o PTB, grande parte das Forças Armadas, a tecnocracia estatal, muitos intelectuais e parte da baixa classe média. A terceira era radicalmente nacionalista, defensora de um estatismo total, visto como saída para a resistência ao monopolitismo internacional e para a libertação do país da condição de agente meramente exportador de matérias primas. Eram fiéis a esta perspectiva parte do PTB, o PCB e intelectuais militantes nestes partidos e comunistas.

³¹⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 6a ed., RJ, Paz e Terra, 1979.

Estas vertentes ideológicas se matizavam e se fundiam de forma particular e móvel no interior dos grupos e das classes sociais à época identificáveis pela sociologia política. No entender de Décio Saes, um grupo formado por profissionais liberais, como advogados, engenheiros e médicos e por altos funcionários públicos representantes do que ele denomina de *alta classe média*, defendia uma espécie de *liberalismo antipopular*, com críticas ao intervencionismo da política industrial do governo Vargas e ao seu trabalhismo *demagógico e massista*.

Acreditavam na lei do puro mercado livre, na representação filtrada pela educação e nos privilégios das elites às esferas políticas parlamentar e executiva do Estado. Eram, entretanto, corporativistas com relação à defesa de seus interesses profissionais e, nos momentos de crise do Estado, defenderam a intervenção armada. Seu maior representante foi Carlos Lacerda, com um discurso fundado, segundo Saes, no anti-intervencionismo estatal, no antipopulismo no “medo da proletarização”, no combate moralista contra a corrupção e o comunismo.³¹⁷

Um outro segmento, segundo o autor, formado pelo que ele chama de baixa classe média, com comerciários, bancários e pequenos funcionários estatais, não encontrava ressonância direta na representação parlamentar seja petebista ou socialista. Este grupo, conforme Saes, oscilou entre o assistencialismo do Estado e uma desconvicta reivindicação organizada. Acreditavam no poder do Estado de promover o *progresso*, entendido como acesso ao consumo de bens industrializados. Foram o alvo, por excelência, do discurso populista. Formavam interseções particulares com o estatismo militar, baseado no intervencionismo em defesa da Nação, com o estatismo dos intelectuais, quando em busca do conceito de *povo-nação* e do *caráter nacionalista* a ser afirmado pelo Estado. Esta mesma classe média, pela sua fraca experiência de auto-mobilização pública, apesar de profundamente estatista, não se envolveu objetivamente, por exemplo, na campanha do petróleo, de 1947 a 1953. Os agentes ativos neste processo foram grupos específicos, segundo Décio Saes, distintos da *massa trabalhadora* - foram estudantes, militares, tecnocratas, burocratas, intelectuais e

³¹⁷ SAES, Décio A. M. “Classe Média e Política no Brasil: 1930-1964”. Em História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano. nº 3 - Sociedade e Política (1930-1964)., Vol. 10, Cap. 9. 2a ed., SP, Difel, 1983.

jornalistas - cujos propósitos, conforme Gabriel Cohn, no caso dos militares e intelectuais, não trazia inerente a idéia de um movimento “pelo controle popular e democrático da riqueza nacional.”³¹⁸

Havia muitas outras matizes neste convívio desequilibrado e instável de forças políticas. Faltam estudos ainda que demonstrem claramente até que ponto o nacionalismo antipopular dos militares contribuiu para reforçar o avanço do capital monopolista estrangeiro. A ação política dos partidos, no intuito de assegurar suas bases eleitorais, flexibilizaram muitos dos seus princípios sobre o papel do Estado, acolhendo deliberações setoriais que excluía largos segmentos sociais, distribuindo empregos, obras e favores a integrantes de elites rurais e urbanas. Além da ação imprecisa e clientelista de partidos nacionalistas, surgiram, no final dos anos 50, novos agentes políticos oriundos do meio rural, organizados em ligas camponesas. Outros, oriundos do meio urbano proletário, das organizações de trabalhadores de vários setores e de organizações civis das camadas médias da sociedade. Paralelo ao crescimento destas forças emergentes, o início dos anos 60 trouxe consigo poucas soluções para o descompasso do crescimento industrial do país e para a crescente inflação e urbanização desorganizada de grandes centros. Estes fatores contribuíam para acirrar o nível das pressões das forças políticas em jogo e, conseqüentemente, de insegurança do Estado, cujo desfecho foi a intervenção militar em 1964.

O que caracterizou a especificidade histórica do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no período em questão, foi, internamente, segundo alguns autores, a sua incapacidade de auto-sustentação, devido, entre outros fatores, a uma baixa distribuição da renda, pouca absorção de mão-de-obra e conflitos políticos entre os grupos dominantes acerca da defesa das iniciativas nacionalistas ou da abertura do mercado para o capital estrangeiro; e, externamente, aos interesses expansionistas do capitalismo internacional, de caráter monopolista, para além das fronteiras dos seus países de origem. Para autores como F. H. Cardoso e Faletto, o Brasil ingressou tardiamente neste mercado internacional, em condições de dependência com tais países, chamados centrais. Sua economia capitalista era subdesenvolvida

³¹⁸ COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. SP, Difel, 1968.

porque, segundo Fernando Henrique Cardoso, não alcançou um “grau de diferenciação do sistema produtivo”,³¹⁹ capaz de colocá-la em condições de igualdade com a dos países centrais e, por outro lado, a estrutura e a dinâmica das relações sociais internas tornaram viáveis que os interesses dos grupos e classes dominantes fossem comum àqueles do capital estrangeiro.

Tais considerações são somente até certo ponto pertinentes para a compreensão do comportamento dos diversos grupos e classes sociais no Brasil, assim como das suas relações entre si e com a imprensa. Metodologicamente, de acordo com a proposta de Fernando Henrique Cardoso, de uma “análise integrada do desenvolvimento”, em que fenômenos de natureza econômica são analisados no conjunto do processo social, a análise da dinâmica da sociedade brasileira deveria considerar:

“os condicionantes econômicos do mercado mundial, inclusive o equilíbrio internacional do poder; a estrutura do sistema produtivo nacional e seu tipo de vinculação com o mercado externo; a configuração histórico-estrutural de tais sociedades, com suas formas de distribuição e manutenção do poder, e sobretudo os movimentos político-sociais que pressionam para a mudança com suas respectivas orientações e objetivos”.³²⁰

Observa-se que a análise das questões culturais, nesta perspectiva, restringe-se significativamente ao terreno teórico-conceitual do marxismo. Esta foi a vertente predominante na explicação do processo de *modernização* da imprensa neste período de 1946 a 1964. Para a análise desse processo, faz-se necessário conhecer o contraponto teórico-metodológico oferecido por Raymond Williams a esta vertente, numa tentativa de recuperar a relativa especificidade e autonomia institucional das práticas culturais.

³¹⁹ CARDOSO, Fernando H. e FALLETO E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a. ed., RJ, Zahar, 1975, p.27.

³²⁰ Op. Cit., pp. 23-24.

03. A DINÂMICA DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

O grande conflito teórico-metodológico que se pode antever nesta fase de mudança qualitativa da estruturação empresarial da imprensa carioca e paulista e de muitas outras capitais, ocorrida na década de 50, consiste na sobrevalorização desta dimensão material da imprensa em detrimento da sua paralela força discursiva no plano político, a qual, não pode ser interpretada como mera reprodução da lógica produtivista do capital investido em suas estruturas objetivas de produção. Neste aspecto, a contribuição de Williams ajuda na busca de percursos investigativos para além da rigidez explicativa do materialismo histórico.

Havia, basicamente, dois processos simultâneos no interior da prática jornalística. O primeiro, relativo à ampliação da base de capital (publicidade, assinaturas, classificados, venda avulsa, financiamentos privados e estatais), à racionalização da sua estrutura organizacional interna (centralização, hierarquização e especialização das funções) e dos processos de construção do texto jornalístico (diversidade formal e temática, cultivo de fontes, filtros da informação, ética do profissionalismo e definição de linhas editoriais). O segundo, sua intensa participação no cenário político.

Ao pensar sobre o ponto de partida; ou a questão central da construção de uma teoria materialista que fundamentasse a análise e compreensão dos fenômenos culturais nas sociedades contemporâneas em que predominam relações capitalistas de produção deveria-se considerar, no entender de Raymond Williams, o reconhecimento simultâneo destes fenômenos, primeiramente, como determinantes e resultantes da vida social, aqui pensada como um processo material e humano, em contínuo movimento de transformação interno. Em segundo lugar, a compreensão destes fenômenos não apenas como um

universo de crenças, valores e sentimentos, mas como práticas, ou atividades comunicativas concretas. A definição de cultura como uma prática comunicativa traz em si a exigência de compreendê-la como um processo ativo de transmissão e de recepção de valores, crenças, idéias, experiências e sentimentos vividos objetivamente e materializados em todas as suas possíveis formas de manifestação (oral, escrita, gestual e outras). A materialidade da cultura, ou como prefere o autor, as “práticas culturais” incluem, “poemas, pinturas, construções, músicas, romances, filmes, sinfonias, jornais, propagandas, discursos políticos, moda.”³²¹

Isto esclarece a importância dada ao reconhecimento em especial destas “práticas culturais” como fatores atuantes no processo social e, não apenas, como resultado, reprodução ou reflexo deste. Pois que, assumidos como práticas reais e materiais do processo de existência cotidiana, eles interferem na sua constituição, desenvolvimento e transformação. Os estudos culturais realizados nesta perspectiva teórica pretendem tanto compreender tais práticas comunicativas em si e nas suas inter-relações, como na organização da vida social como um todo. Interessa particularmente a esta revisão, a referência que o autor faz às estruturas de comunicação, caracterizando sua atuação como “prática cultural”. Ele as define como “instituições e formas em que se transmitem e se recebem as idéias, as informações e as atitudes.”³²² São, portanto, “formas”, ou como ele as define em outro momento, “modelos de comunicação” através dos quais as relações humanas são criadas, mantidas e transformadas. Diz Raymond Williams que “muitos de nossos modelos de comunicação se convertem em si, em instituições sociais (...) que logo têm profundas repercussões sociais.”³²³

Tais modelos de comunicação desenvolveram-se como instituições a partir de determinado momento do processo histórico, caracterizado por profundas mudanças na natureza de suas relações econômicas, políticas e culturais. Simultâneo ao desenvolvimento tecnológico e conseqüente surgimento de expressivos complexos de produção industrial de bens materiais, ocorre a formação de grandes

³²¹ WILLIAMS, Raymond. “Cultural Studies and Communications”, *Journal of Communication*, nº 24, 1974.

³²² _____, *Los Medios de Comunicación Social*. Barcelona, Ed. Península, 1971, Cap. 1.

³²³ _____, *Los Medios de Comunicación Social*. Op. Cit.

centros urbanos, com sérios reflexos na natureza das relações humanas. Consolida-se e complexifica-se o modo de produção capitalista em países que passam a conviver num mesmo mercado econômico internacional, segundo Fernando Henrique Cardoso, em “graus variados de diferenciação do sistema produtivo” e em “posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.”³²⁴ Neste contexto, surgem novos valores e idéias sobre o poder de acesso, controle e decisão das atividades públicas pelos indivíduos. A soberania popular, representada pela liberal-democracia, passa a fundamentar, nos países de economia capitalista, a construção de novos modelos políticos e culturais.

As atividades das instituições de comunicação, neste momento, não podem ser consideradas exclusivamente culturais; como diz Raymond Williams, tais instituições são “ao mesmo tempo econômicas, políticas e culturais”³²⁵ São instituições culturais porque grande parte da produção cultural ou é realizada pelas próprias instituições, ou passa e depender fortemente delas como intermediárias entre a fonte produtora e o público a que se dirige. São instituições políticas, à medida que são direta ou indiretamente controladas pelo Estado, ou pertencem a grupos econômicos que as manipulam de acordo com seus interesses políticos particulares (o autor opera com um conceito de sociedade onde há conflitos de interesses entre grupos e classes distintos entre si e em si mesmos) e, além disso, atuam como agentes políticos singulares. E são, sobretudo, instituições econômicas, porque estão inseridas num sistema produtivo capitalista e estruturam-se organizacionalmente como empresas comerciais. Seus produtos culturais submetem-se a condições objetivas de existência semelhantes às de outros bens de consumo materiais. Não obstante o fato de que elas vendem seus próprios bens culturais ou seja, os manipulam com interesses econômicos, vendem também a si próprias e, além disso, atuam significativamente no incentivo ao consumismo, isto é, alimentam o próprio processo produtivo econômico em geral.

É significativo o fato de Raymond Williams reconhecer os anúncios veiculados pelas instituições de comunicação como práticas culturais. Observa-se que os produtos anunciados pressupõem a

³²⁴ CARDOSO F. H. e FALLETO E. Op. Cit., p.26.

³²⁵ WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. RJ, Zahar, 1979.

concordância com ou a aprovação de determinados valores, crenças e sentimentos e, ao mesmo, de determinadas atitudes sociais. São, deste modo, um produto cultural também, porque refletem e determinam uma certa forma de compreender a vida e, assim, um certo padrão de comportamento socialmente experimentado. Neste sentido, a cultura e os produtos culturais não podem ser analisados à revelia dos fenômenos de natureza ditas propriamente econômica e política.

Ao assumir tais pressupostos, Raymond Williams acredita que a questão-chave na análise cultural marxista, reside na interpretação do que venha a ser uma “infra-estrutura determinante e uma superestrutura determinada”.³²⁶ Uma série de perguntas podem ser levantadas a partir desta afirmação: o que é infra e superestrutura, serão conceitos ou categorias analíticas, em que medida e de que forma a infra-estrutura determina a superestrutura, ou ainda, qual o significado dos termos determinante e determinada? Para referir-se à infraestrutura, Marx utilizou uma série de expressões tais como “subestrutura material”, “esqueleto da organização da sociedade”, “formas de propriedade”, “condições sociais de existência”, “condições econômicas de produção”, “estrutura econômica da sociedade”, “soma das relações de produção”.³²⁷

A maioria dos teóricos marxistas posteriores a Marx e Engels operacionalizaram tais expressões transformando o termo “infraestrutura” numa categoria que abrangia aquelas atividades exclusivamente ligadas ao sistema econômico de produção de bens materiais de consumo. As repercussões desta postura teórica para os estudos da produção cultural levaram a considerá-la como um resultado ou reflexo deste sistema produtivo, ou melhor dizendo, determinada unicamente pelas condições criadas pela “base material” ou pelo modo de produção econômico. Tamanho determinismo tanto pode ser explicado, segundo Raymond Williams, por uma pouca atualização das afirmações de Marx, de acordo com as novas condições sociais emergentes a partir do século XX; como, por outro lado, pela expressiva expansão e consolidação do capitalismo, que se expandia como uma força aparentemente incontrolável, dando a impressão de

³²⁶ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 79.

³²⁷ *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., pp. 79-80.

que o desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas ocorriam à revelia do poder de controle e da consciência dos seus integrantes.

Por outro lado também, o tipo de conclusão acima referido sobre o desenvolvimento da produção cultural deve-se ao fato de muitos estudiosos “marxistas” a terem localizado numa categoria também excludente. Isto é, o termo “superestrutura” foi submetido ao mesmo tratamento dado ao seu termo correspondente, apesar das inúmeras e diversas definições a ele atribuídas por Marx: “superestrutura jurídica e política”, “formas jurídicas, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas”, “consciência social”, “processo social, político e intelectual”, “sentimentos vários e de formas peculiares, ilusões, hábitos de pensamento e concepções de vida”. O que é inaceitável, segundo o ponto de vista de Raymond Williams, é admitir que a produção cultural não possa vir a ser encarada como elemento objetivo e atuante no desenvolvimento das sociedades modernas. O problema central, agora traduzido nos limites específicos da construção de uma teoria materialista da cultura, seria esclarecer em que medida a prática cultural é determinante ou determinada no processo de vida social como um todo.

A *superestrutura*, no seu entender, não se resume a refletir ou reproduzir as determinações do processo econômico. Não é demais lembrar que grande parte do esforço do autor concentra-se na tentativa de demonstrar que a cultura, como um processo constitutivo da sociedade, inevitavelmente interfere no curso do seu desenvolvimento histórico. Neste sentido, ele apresenta alguns argumentos que mostram o equívoco da categorização dos termos *infra* e *superestrutura*. Raymond Williams recorre aos próprios textos de Marx e Engels para afirmar que tais categorizações reduzem a responsabilidade pelo processo social a determinadas atividades econômicas da vida produtiva. Na leitura de Williams, Marx disse que a “produção material” deve ser concebida “em sua forma histórica determinada e não como uma categoria geral”, mais claramente, que “a própria produção material seja compreendida em sua forma histórica específica”.³²⁸

Raymond Williams conclui que Marx, em nenhum momento, especificou os elementos constitutivos da “produção material”,

³²⁸ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p.80.

porque eles variam historicamente. É, portanto, necessário reconhecer que, nas sociedades capitalistas atuais, a produção cultural não pode ser excluída do processo produtivo e, deste modo, não pertence apenas ao universo superestrutural. A “produção material” deve ser entendida, segundo o autor, como um “processo dinâmico”, não como um objeto composto de elementos fixos e imutáveis. Para Williams, Engels não foi menos cristalino com relação a este problema. Referindo-se a ele próprio e a Marx, disse textualmente que

“o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real (...) se alguém torce o que dissemos para afirmar que o elemento econômico é o único determinante, transforma essa proposição numa frase sem sentido, abstrata, absurda (...) a situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura (...) exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, são preponderantes na determinação de sua forma.”³²⁹

Williams ressalta dois aspectos nestes escritos: primeiramente, Engels não teria definido os elementos responsáveis pela “produção e reprodução da vida material”, o que demonstra uma preocupação em não enumerar seus elementos constitutivos, tendo em vista que, como já foi dito, eles variam historicamente. Por outro lado, ele reconheceria explicitamente a possibilidade dos “vários elementos da superestrutura” virem a tornar-se mesmo as principais forças num processo de mudança social. Raymond Williams identificou nas expressões de Marx, três possíveis interpretações para o termo superestrutura: “formas jurídicas e políticas que expressam relações de produção reais e existentes; formas de consciências que expressam uma determinada visão de classe do mundo; um processo no qual, em relação a toda uma gama de atividade, os homens se tornam conscientes.”³³⁰

Como relacionar, ou corresponder, cada instância acima mencionada com as diversas expressões definidora da infra-estrutura? Este é um ponto obscuro nas obras de Marx e Engels e cujo o esclarecimento o próprio Engels reconhece como uma dificuldade. Raymond Williams conclui então que “o que falta fundamentalmente, nas

³²⁹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p.80.

³³⁰ *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 81.

formulações teóricas desse importante período, é qualquer reconhecimento adequado das ligações indissolúveis entre produções material, instituições e atividades políticas e culturais, e consciências.”³³¹

A necessidade de reavaliação da abrangência e da aplicação teórica dos termos *infra* e *superestrutura* na análise de realidades concretas, implicou então na discussão dos conceitos de “produção material” e de “forças produtivas”. Ao considerar tais conceitos nos limites propostos por muitos marxistas, a “produção material” se reduzia unicamente às atividades de caráter industrial e, as “forças produtivas”, aos recursos materiais e humanos responsáveis por tais atividades. Esta opção teórica não parecia apropriada por vários motivos; a começar pelo próprio Marx, que discordou da possibilidade de se definir “condições gerais de toda a produção”, presentes em qualquer período histórico. Nestes termos, para Raymond Williams, “o marxismo assumiu assim, por vezes, as cores de um tipo especificamente burguês e capitalista de materialismo.”³³² Isto é, a produção de bens para o mercado tornou-se um sistema autônomo, auto-suficiente e, mesmo, aparentemente independente dos processos políticos e culturais. Algumas análises “marxistas” departamentalizaram os fenômenos econômicos, políticos e culturais da realidade social, estabelecendo entre eles um tipo de comunicação unidirecional e vertical.

Ao redefinir o conceito de “forças produtivas” como “todas e quaisquer atividades no processo social como um todo”,³³³ Raymond Williams tentou tornar o conceito adaptável às variações históricas do processo social, e, simultaneamente, libertá-lo do universo de termos específicos do modo de produção capitalista. O autor também procurou enfatizar que a “produção material” de uma sociedade se realiza em todas as atividades humanas. Diz ele,

“ o que se suprime com mais freqüência é a produção material da ‘política’. Não obstante, qualquer classe dominante dedica uma parte significativa da produção material ao estabelecimento de uma ordem política. A ordem social e política que mantém o mercado capitalista (...) é necessariamente uma produção material (...). Tais atividades não

³³¹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p.84.

³³² *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 95.

³³³ *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 96.

são nunca superestruturais. São a produção material necessária dentro da qual só um modo aparentemente auto-suficiente de produção pode ser realizado ”. ³³⁴

No que diz respeito à produção cultural, esta perspectiva do autor abre novos horizontes de compreensão dos seus artefatos, não só como bens culturais, mas políticos e econômicos. Recupera o lugar das forças produtivas que a realizam interligando-as e interseccionando seus interesses e características com as outras forças produtivas da sociedade em geral e, teoricamente, permitindo que se abra o espectro de variáveis atuantes no processo cultural para abranger aquelas que, a princípio, pertenceriam a processos distintos. Raymond Williams afirma que

“ se temos o amplo senso de forças produtivas, nós olhamos diferentemente todo o problema da base, e estamos menos tentados a desconsiderar como superestrutural, neste sentido como meramente secundária, certas forças produtivas sociais vitais, as quais são num amplo sentido, deste o começo, básicas. ” ³³⁵

Pode-se dizer que as reflexões de Raymond Williams começam a adquirir autonomia quando ele tenta entender uma das proposições básicas do materialismo histórico, descrita por Engels quando ele afirmou que “nós fazemos a história, mas em primeiro lugar, sob pressupostos e condições muito definidas”. O problema reside, no entender de Raymond Williams, na compreensão do que sejam tais pressupostos e condições e da medida em que eles são limites objetivos externos, ou determinantes do processo social. A solução, para o autor, não está, ou na opção pelos condicionantes exclusivos da produção capitalista de bens materiais, ou na oposição entre indivíduo e sociedade, aqui vista como uma estrutura independente, opressora, alheia e contrária às vontades individuais dos seus sujeitos. Ele começa a traçar o perfil dessas condições e pressupostos na definição do tipo de ação exercida por eles, através do conceito de “determinação” : “um processo complexo

³³⁴ WILLIAMS, Raymond Marxismo e Literatura. Op. Cit., p. 44.

³³⁵ Problems in Materialism and Culture - Selected Essays. London, Verso, 1980, p. 35.

e interrelacionado de limites e pressões”.³³⁶ Este processo é, na definição do autor, a própria sociedade, “um processo constitutivo com pressões muito poderosas que se expressam em formações políticas, econômicas e culturais e são internalizadas e se tornam ‘vontades individuais’.” Este conceito de determinação não admite que se isole a “produção material” em áreas específicas da produção de bens materiais.

Raymond Williams procedeu, então, a uma revisão conceitual dos termos *ideologia*, *consciência* e *cultura* por meio do conceito gramsciano de *hegemonia*. Na apropriação de Williams, o que é hegemônico, ou melhor, o que fundamenta relações de domínio e subordinação num determinado meio social, não são apenas idéias, mas instituições, formas de organização social e toda a experiência humana que confere, a cada indivíduo, um senso particular de realidade. Diz Raymond Williams que a hegemonia é

“todo um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivo de significados e valores - constitutivos e constituidor - que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente.”³³⁷

A ideologia deixa de ser constituída e expressa apenas por um conjunto de valores, crenças e sentimentos, para realizar-se também em experiências, relações, atividades e produtos concretos da existência em coletividade. A consciência, no entender de Raymond Williams, passa a ser conceituada como “consciência prática”, já que, como expressão de uma “hegemonia”, forma-se de acordo com as condições acima descritas como constitutivas da ideologia. O que este conceito de “hegemonia” possibilita, a princípio, é a ligação entre elementos antes dispostos separadamente nos níveis infra e superestrutural. Pode-se compreender que a base das reflexões do autor consiste na tentativa de tornar interdependentes todos os aspectos da ação e do pensamento humanos, mostrando que eles não têm existências autônomas. Pelo contrário, formam-se mutuamente, em contínua interação.

³³⁶ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 91.

³³⁷ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Op. Cit., p. 113.

Falta acrescentar ainda algumas considerações sobre a medida em que o conceito de “hegemonia” corre o risco de se tornar também totalizante. A princípio, não estão claras as formas através das quais a sociedade se transformaria, assim como também a medida em que a “consciência prática” dos indivíduos é uma força transformadora da sociedade. Diz o autor que

“uma hegemonia vivida é sempre um processo (...). É um complexo realizado de experiência, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. (...) não existe apenas passivamente com forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência, continuada, limitada, alterada, desafiada, por pressões que não são as suas próprias pressões.”³³⁸

O autor reconhece que a “hegemonia” é um processo e, neste caso, a torna passível de transformações. Ao afirmar que ela é mutável e que sofre resistência, ele está, tanto admitindo a possibilidade de existência de “consciências práticas” distintas, como abrindo caminho para um outro conceito, chamado de “contra-hegemonia”, que abrange outras formas de hegemonia que convivem seja em estado de contradição direta, ou de relativa discordância com uma hegemonia estabelecida, a qual se pretende única, mas que nunca o será. Na definição de Raymond Williams, são “esforços e contribuições”, “formas de política e cultura alternativas, ou diretamente opostas”, “formas de oposição e luta”, que, como “contra-hegemonias”, “existem como elementos significativos na sociedade (...) suas presenças são decisivas (...) como formas que têm um efeito significativo no processo hegemônico.”³³⁹

O autor faz uma distinção entre dois tipos principais de forças contra-hegemônicas: as oposicionais e as alternativas. As primeiras propõem uma organização social distinta do modelo hegemônico, “um modo diferente de vida que deseja mudar a sociedade para si”;³⁴⁰ já as forças alternativas, são propostas que não exigem a

³³⁸ WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Op. Cit., p. 115.

³³⁹ ————. Marxismo e Literatura. Op. Cit. p. 116.

³⁴⁰ ————. Problems in Materialism and Culture. Op. Cit., p. 42.

participação de toda a coletividade, mas que reivindicam a possibilidade de existirem sem a intervenção das forças sociais hegemônicas. As atuações dos indivíduos, neste sentido, a “consciência prática” que eles têm, são, portanto, diferenciadas, e estão sujeitas a transformações de toda natureza, tendo em vista que suas “vontades individuais” podem nem sempre corresponder ou obedecer às premissas da hegemonia estabelecida. Entende o autor que hegemonias alternativas e oposicionais, direta ou indiretamente contrárias a uma hegemonia estabelecida, não surgem e nem têm significado independentemente desta. Elas talvez tenham origem nas contradições inerentes a qualquer forma de organização e pensamentos sociais dominantes (hegemônicos). Neste sentido, o autor diz que “o hegemônico tem de ser visto como mais do que a simples transmissão de domínio (inalterável) (...) deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposições que lhes questionam o domínio.” ³⁴¹

As pressões e limites que constituem um meio social se dão no convívio dessas “contra-hegemonias” com a hegemonia estabelecida. Esta, por sua vez, está em constante exercício de resistência, de pressão e de incorporação daqueles “esforços e contribuições” que não podem ser mais ignorados. O sentido da dinâmica do processo social reside na apropriada definição de “hegemonia” como um “processo de incorporação”. Esta é a faculdade central do processo hegemônico. O sentido de movimento e o conseqüente estado de transformação em que vivem e convivem sujeito e estrutura; existe, sobretudo, porque os elementos constitutivos desses processo nunca esgotam todas as possibilidades existentes. Por isso mesmo um estado hegemônico não se perpetua e nem pode ser estático. Como afirma Raymond Williams, “nenhum modo de produção e portanto nenhuma ordem social dominante, nunca, na realidade, inclui ou esgota toda a prática humana e toda a intenção humana .” ³⁴²

Feitas tais considerações sobre a natureza do processo cultural, resta localizar especificamente as diretrizes teóricas necessárias à compreensão das instituições de comunicação neste processo sócio-cultural geral. É pertinente que se localize, a princípio, os limites entre determinados tipos de perspectivas teóricas utilizadas para os estudos

³⁴¹ WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Op. Cit., p. 116.

³⁴² ————. Marxismo e Literatura. Op. Cit., p. 128.

de comunicação. Isto a fim de que se tenha uma noção clara da medida em que os chamados “estudos culturais” foram, neste sentido, um avanço, ou seja, ofereceram instrumentos de análise mais flexíveis à compreensão da realidade cultural contemporânea.

Grande parte dos estudos realizados nos Estados Unidos, nos últimos cinquenta anos, sobre os processos de comunicação, foram feitos com base numa perspectiva teórica empiricista, onde se buscava, primordialmente, conhecer as potencialidades dos *meios* como mecanismos de socialização e, conseqüentemente, de controle social. Os conceitos fundamentais desse esforço “quase - científico” (dado que suas teorias não foram totalmente comprovadas), eram e ainda são para muitos estudiosos, os de “sociedade de massa” e de “comunicação de massa”. O termo “massa”, entendido como um aglomerado de seres humanos indistintos e sem identidade comum, convivendo em grandes centros urbanos, serviu, no entender de Raymond Williams, para justificar as intenções daqueles estudos (otimização da organização social no controle e manipulação das massas, através de estruturas de comunicação). Os estudos restringiram-se a tais *meios* em si, às suas mensagens, funções e efeitos.

Paralelamente, uma outra perspectiva teórica se firmou como base para uma análise crítica dos processos comunicativos. Interessava, sobretudo, saber a medida e a maneira pelas quais os *meios* eram manipulados para atender aos interesses imperialistas das grandes empresas capitalistas transnacionais. Os estudos realizados nesta perspectiva ressaltaram a importância dos fatores de ordem política e econômica como determinantes da atuação dos também denominados *meios de comunicação de massa*. O conceito-chave para este tipo de análise foi o de “indústria cultural”, que tanto denunciava o empobrecimento da “cultura”, ao denominar toda a sua produção de bens culturais como mercadorias, equiparável a qualquer outro bem de consumo, como alertava para o forte poder de alienação que impunham ao seu público consumidor, ou seja, à “massa”.

As análises críticas acima, apesar de compartilharem alguns pontos de vista com as proposições de Raymond Williams, seja no que se refere à preocupação de relacionar fatores da produção cultural com

outros de natureza política e econômica, ou por reconhecer a sociedade como um processo que, antes de ser orgânico e harmonioso, se faz pelo conflito de poder e de interesses particulares, têm momentos em que suas proposições são distintas. Entre outras diferenças, estes estudos acima não abandonam o conceito de “massa”. Cometeram as mesmas omissões dos estudos empiricistas, ao trabalharem com um conceito de sociedade e de comunicação de “massa”, colaborando para encobrir e deixar inexploradas as diferenças de classe, de público e de interesses entre os indivíduos e suas relações sociais concretas. Como diz Raymond Williams, “toda uma ordem social ativa, que não é analisada, mas simplesmente tomada como pano de fundo ou como “controle empírico”.³⁴³

Ingrid Sarti, numa revisão crítica dos estudos de comunicação e de “dependência cultural”³⁴⁴ realizados na América Latina sob tais orientações teóricas acima, reconheceu também estas omissões. Uma preocupação de denúncia da natureza das relações de “dependência cultural” dos países latino-americanos com relação aos países de capitalismo avançado, mais precisamente aos Estados Unidos, exportadores de tecnologia e, portanto, de valores e padrões culturais não condizentes com os respectivos interesses das nações dependentes, com uma visão dicotômica do mundo dividido entre “dominadores e dominados, agressores e agredidos”.³⁴⁵ Isto se deve ao fato da negligência do próprio conceito de “dependência cultural”, quando os estudos ignoram as condições concretas de recepção interna aos países (perfil do público e as relações de poder entre as classes), condições estas responsáveis, em grande medida, pela própria situação de “dependência cultural”. Privilegiam, segundo Ingrid, o conceito de nação e não o de classe, interpretam mecanicamente as relações entre infra e superestrutura

“esquecendo-se, portanto, de que nenhuma correspondência entre infraestrutura e superestrutura, ou entre processos econômicos, políticos e culturais é assim tão transparente e linear, mas ao contrário,

³⁴³ WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Op. Cit., p. 139.

³⁴⁴ SARTI, Ingrid. “Comunicação e Dependência Cultural: Um Equívoco”, em WERTHEIN, Jorge (org.). Meio de Comunicação: Realidade e Mito. SP, Ed. Nacional, 1979, p. 234.

³⁴⁵ _____. Op. Cit., p. 243.

os fenômenos superestruturais são o resultado de uma articulação extremamente complexa das práticas produtivas”.³⁴⁶

Neste sentido, apesar dos estudos partirem de uma visão materialista da realidade, não eram dialéticos porque não vislumbravam contradições entre as partes envolvidas, seja externamente, nas relações entre os países, ou nas relações internas das classes em si e entre si. Por outro lado, vinham diretamente reforçar as perspectivas teóricas dos estudos norte-americanos³⁴⁷ que defendem a passividade como uma característica das nações “atrasadas” (no sentido de que ainda não alcançaram o grau de desenvolvimento econômico verificado nos países de capitalismo avançado) e a extrema potencialidade dos *meios de comunicação* como instrumentos determinantes do ritmo e da qualidade dos processos de mudança social (mudança esta entendida como um processo de “modernização” caracterizado pela aquisição de bens tecnológico e dos valores comuns às sociedades de consumo).

A análise das instituições de comunicação precisou abandonar o determinismo mecanicista das abordagens acima criticadas, a fim de que se aprofundasse na especificidade da sua atuação no contexto social geral. Neste sentido, Raymond Williams propôs a análise das estruturas de comunicação como meios de produção, dado que eles são

“ socialmente e materialmente produzidos e reproduzidos (...). São elementos indispensáveis tanto das forças produtivas como das relações de produção (...), eles têm uma história produtiva específica relacionada direta ou indiretamente com as fases históricas gerais da capacitação técnica e produtiva (...) têm relações historicamente variáveis com o complexo geral das forças produtivas e com as relações sociais gerais. ”³⁴⁸

A compreensão dos “ meios de comunicação como meios de produção”, implica em inseri-los no complexo âmbito das forças

³⁴⁶ SARTI, Ingrid. Op. Cit., p. 243.

³⁴⁷ Defensores da chamada “Teoria do Desenvolvimento”, com autores como Wilbur Schramm, Daniel Lerner, Lucien Pye e outros.

³⁴⁸ WILLIAMS, Raymond. Problems in Materialism and Culture. Op. Cit., p. 50.

produtivas gerais do modo de produção capitalista da sociedade e em responsabilizá-los, de certo modo, pelas relações de produção estabelecidas socialmente. Tais pressupostos estão de acordo com as colocações anteriores do autor, quando ele reconhece nos produtos culturais, um caráter também econômico. Acrescenta-se apenas que, como elementos pertencentes às forças produtivas gerais, as vinculações das instituições de comunicação com os processos de desenvolvimento e de utilização da tecnologia tornam-se mais evidentes. Viabilizam a compreensão dos determinantes do seu aperfeiçoamento, dos modos de incorporação e formas de utilização.

A observação de certas instituições culturais, como no caso específico da imprensa, permite que se admita que ela se constituiu num modo particular de produção em si, possuindo internamente, ao nível das forças produtivas, recursos humanos, instrumentos de produção, assim como relações de produção, dadas em formas determinadas de organização da divisão do trabalho. Metodologicamente, Williams, na sua revisão crítica do materialismo histórico, contribui com a proposição de momentos importantes na análise institucional, quais sejam, o de relacionar o desenvolvimento histórico específico das instituições de comunicação, com o desenvolvimento histórico geral das forças produtivas e das relações sociais existentes num determinado contexto social. Isto não implica, entretanto, em subjugar esse processo a determinações infraestruturais gerais da sociedade.

Uma ressalva importante concerne às limitações observáveis no conceito de “hegemonia” quando confrontado com a dinâmica operativa das noções de reflexividade e de seus sistemas referenciais internos. O uso do conceito de hegemonia vincula-se ainda a um contexto teórico envolvido fundamentalmente com a premissa da existência de estruturas centralizadas e articuladas de dominação social. Isto reduz sua flexibilidade explicativa das formas de agenciamento dos diferentes setores e atores do cenário público contemporâneo. O próprio Williams, em dado momento do desenvolvimento de sua obra, abandonou este conceito, sem grandes justificativas. Acredita-se que ele percebeu as ameaças totalizadoras implícitas na sua estrutura e dinâmica.

04. O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DA CONTEMPORÂNEA ESPECIFICIDADE INSTITUCIONAL DA IMPRENSA NO BRASIL

04.1 As Mudanças Infraestruturais no Instituto Jornalístico

Sérgio Caparelli explicou o processo de desenvolvimento da imprensa, afirmando que

“ a imprensa capitalista nada mais é do que expressão das transformações ocorridas na estrutura da sociedade, e os meios de difusão dela decorrentes agem apenas no sentido de seu reforço e expansão (...). É difícil a sobrevivência de um empreendimento dentro do mercado capitalista que se marginalize totalmente de seus mecanismos de produção (...). A entrada da imprensa em moldes industriais exigiu grande concentração de capital e de tecnologia (...); a complexidade da indústria em geral, expandiu-se para dentro da indústria da informação. ” ³⁴⁹

No período de 1946 a 1954, foram criados vários programas de incentivo à atividade industrial no Brasil. A imprensa aumentou suas instalações internas, com novos equipamentos, ampliando a sua capacidade de produção. Esta ampliação se deve, em grande medida, aos financiamentos obtidos junto aos órgãos governamentais e privados, e aos vínculos cada vez mais estreitos, com o setor econômico produtivo, através da publicidade. Diz Juarez Bahia que, “ os proprietários dos principais órgãos brasileiros recorrem com frequência ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e às organizações bancárias

³⁴⁹ CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. SP, Cortez, 1980, pp. 42-52.

privadas ou institutos para-estatais, a fim de fortalecer a estrutura econômica de seus jornais.”³⁵⁰

Apesar da pouca bibliografia referente à presença da publicidade na sustentação econômica dos jornais, sabe-se que ela foi responsável pela estruturação, em parte, de grandes periódicos. As agências publicitárias internacionais instalaram filiais no Brasil, passando a intermediar as relações entre a imprensa e o setor produtivo nacional. Algumas delas, com fortes poderes de determinação do sucesso ou do fracasso de certos jornais. O público leitor dos jornais, apesar de ser o destinatário da produção jornalística, contraditoriamente, não sustentava economicamente as empresas. A tiragem, se calculada em proporção com o aumento populacional nos centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, não acompanhou este último. Alguns autores atribuem este fato ao baixo nível de renda da população, à falta de uma tradição de leitura, ao analfabetismo e à concorrência com o rádio e, posteriormente, com a televisão. Há que se considerar o fato de que, mesmo os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo, não alcançaram projeção nacional expressiva. Isto, seja pelas dificuldades de transporte, ou pelas carências de recursos materiais e humanos das próprias empresas jornalísticas. A principal fonte de renda proveniente do público eram os classificados. Estes, em certa medida, pesavam na contabilidade das empresas. Mas, infelizmente, como diz Olavo Luz, “na história da imprensa há um capítulo, ainda não escrito, sobre a influência dos classificados na consolidação de jornais como *O Estado de São Paulo*, a *Tribuna de Santos* e o *Jornal do Brasil*, entre outros.”³⁵¹

Outra fonte significativa de recursos foram os investimentos do capital norte-americano. Este capital se fez presente sob várias formas: subvenções, controle econômico direto, concorrência desigual, convênios, empréstimos e venda subsidiada de tecnologia. As formas de propriedade da imprensa no Brasil também sofreram modificações. Afirma Juarez Bahia que, “na fase industrial, a imprensa exigiu mais de seus responsáveis. O proprietário único, ou simplesmente a participação familiar na direção da empresa, foi substituída pela sociedade anônima de amplos recursos financeiros”. A concentração empresarial foi uma decorrência natural do mercado concorrencial emergente, onde

³⁵⁰ BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. RJ, MEC/ Serviço de Documentação, 1964, p. 117.

³⁵¹ LUZ, Olavo. “A Longa Jornada de Um Quarto de Século”, em *25 Anos de Imprensa no Brasil - Prêmio Esso de Jornalismo*. Esso Brasileira de Petróleo, Deptº de Assuntos Públicos, jul/1980, p. 18.

aquelas empresas que, entre outros fatores, não ampliaram suas fontes de recursos econômicos, não puderam sobreviver. Este processo de monopolização das atividades jornalísticas teve início na década de 1950 e não se constituiu num processo isolado. Ele existiu internacionalmente e se deve às condições de desigualdade da capacidade produtiva decorrentes da expansão do próprio capitalismo internacional monopolista. De acordo com as estimativas da UNESCO,

“ durante o período compreendido entre 1952 e 1967 o número de jornais diários no mundo aumentou de 7.000 para 7.980, aproximadamente 14%. Mas na Europa, incluindo os países comunistas (menos a URSS), o número de diários declinou cerca de 11% (...). A concentração da propriedade na imprensa, especialmente sob a forma de menor número de unidades e organizações econômicas maiores, é uma tendência crescente que atinge muitos países onde existe propriedade privada na imprensa(...). A imprensa, nas áreas subdesenvolvidas defronta-se com mais controle por poucos que a dos países desenvolvidos.” ³⁵²

Freitas Nobre, apesar de não admitir as vinculações do processo de concentração da propriedade das empresas jornalísticas no Brasil com as pressões e interesses do capital internacional e nacional, reconhece na concorrência desigual entre as empresas uma das causas centrais para a concentração. ³⁵³ Diz ele,

“ no Brasil são raros os casos de mera associação de empresas e, por isso mesmo, o fenômeno concentracionista se verifica mais precisamente na fusão de empresas, seja pela capacidade de absorção por um grupo mais forte, seja em casos mais raros pela necessidade de

³⁵² NIXON, Raymond B. e HAHN, Tae-youl. “Concentração de Propriedade na Imprensa: Uma Comparação de 32 Países”, Tradução de Alice Mitika, do *Journalism Quarterly*, Minnesota, 2º trimestre de 1971, em *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, Deptº de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP, nº 8, junho de 1972, pp. 13;22;26.

³⁵³ Suas explicações se baseiam em causas como o “empobrecimento dos jornais” ou “dificuldades de modernização de seu equipamento”, que na verdade são consequências de um processo cuja natureza ele ignora. Segundo seu entendimento, “o fenômeno concentracionista em São Paulo não poderia ser colocado ridicularmente como uma manifestação de caráter capitalista, mas uma consequência ora de uma crise que abalou, durante mais de uma década, toda a imprensa arcaicamente estruturada, impossibilitada financeiramente de atualizar-se, ora de uma aventura ocasional”. Ler NOBRE, Freitas. “Concentração das Empresas de Informação”, em *Comunicações e Artes*, ECA-USP, Ed. Revista dos Tribunais, nº 2, 1970, p. 59.

agrupamento com características de legítima defesa própria visando sobreviver em conjunto, já que isoladamente não podem enfrentar a dura concorrência dos mais poderosos(...). Verificamos que somente o 'grupo Folhas' tem sob seu total poder, num processo de fusão, os títulos '*Folha da Manhã*', '*Folha da Tarde*' e '*Folha da Noite*', e mais '*Notícias Populares*', '*Última Hora*', '*A Gazeta*' e '*A Gazeta Esportiva*', concentrando sete publicações diárias que mantêm um serviço centralizado de informação como se fossem uma única publicação. ”

354

Foi, sobretudo, a partir da década de 60, que se verificou mais acentuadamente o processo concentracionista da propriedade da imprensa brasileira. Muitos jornais, caracterizados pelo exercício da crítica constante ao processo político e econômico brasileiro e, neste sentido, com uma estrutura interna, econômica e com públicos específicos, nas circunstâncias repressoras do regime militar pós-64, não conseguiram sobreviver, entre outros fatores, pela incapacidade de readaptação aos imperativos de tais circunstâncias. Num artigo sobre o planejamento da “indústria-jornais”, William Barcellos da Silva apontou dois objetivos básicos a serem então perseguidos pelas empresas jornalísticas: sobrevivência e crescimento. Para tanto, “a administração procura otimizar o binômio custo-tempo, isto é, procura racionalizar os processos com a finalidade de obter um produto atraente, atualizado e rentável.”³⁵⁵

³⁵⁴ NOBRE, Freitas. Op. Cit., pp. 56-57.

³⁵⁵ SILVA, William Barcellos da. “Como Planejar e Controlar a Indústria - Jornal”. Para que se tenha uma visão do nível de complexidade destas “indústrias-jornais”, o autor apresenta um “esquema administrativo de uma moderna empresa jornalística”:

DIREÇÃO: Diretor-Presidente; Diretor Superintendente; Diretor Comercial; Diretores-Adjuntos:

DIVISÃO COMERCIAL: Divisão Gráfica; Relações Públicas - Deptº de Acionistas; Deptº de Relações Públicas e Deptº de Caixa.

DIVISÃO DE SERVIÇOS COMUNS: Chefia: Secretaria; Deptº de Portaria: Seções- Porteiros e Vigias, Recepcionistas, Telefonistas, Ascensoristas, Serviço de Donativos, Caixa Suplementar, Achados e Perdidos; Deptº de Protocolo; Deptº de Conservação - Seções: Limpeza, Marcenaria, Alvenaria e Pintura, Serviços Hidráulicos, Máquinas de Escritório, Prevenção de Incêndios, Conservação de Móveis e Utensílios, Serviços Gerais; Deptº do Material; Deptº de Transportes; Deptº do Pessoal; Deptº de Compras)

DIVISÃO DE REDAÇÃO: Seções - Datilografia; Produção; Controle; Distribuição de Correspondências e Contínuos; Deptº de Serviços Unificados: Seções - Estatística, Ilustração, Sucursais e Representantes, Arquivo, Revisão e Serviços Diversos; Deptº de Reportagem Unificada: Seções - Especializados, Reportagem Geral, Política, Esportes, Turfe, Polícia e Laboratório Fotográfico.

DIVISÃO DE PUBLICIDADE: Chefia: Sub-Chefia, Secretaria, Deptº de Produção; Deptº de Inserção e Deptº de Taxação.

DIVISÃO GRÁFICA: Chefia; Secretaria; Deptº de Gravura; Deptº de Composição; Deptº de Montagem e Anúncio; Deptº de Estereotipia e Impressão; Deptº de Eletricidade e Deptº de Mecânica.

DIVISÃO COMERCIAL: Chefia; Secretaria; Deptº de Circulação - Seções de Venda Avulsa e Assinatura; Deptº de Contabilidade - Seções de Mecanização, Controle de Pagamentos, Faturamentos e

A racionalização dos processos de produção implicou na implantação de relações de produção em que prevaleciam a divisão do trabalho e a hierarquização das funções. Este modelo prevalece até os dias atuais nas empresas jornalísticas. Consolidaram-se três setores básicos de produção: a administração, a redação e as oficinas. Todos eles subordinados a uma diretoria geral, responsável pela organização, coordenação, planejamento e tomada de decisões das atividades globais. As empresas, neste sentido, ampliaram sua estrutura interna através da extrema especialização das funções. Os departamentos, apesar de trabalharem pelos mesmos objetivos, e sob um só controle central, adquiriram funções próprias. O perfil do quadro funcional não diferia muito de outras empresas privadas, ele refletia as condições gerais de trabalho da sociedade. Nelson Werneck Sodré, apesar da rigidez com que estabelece as categorias sociais da sociedade brasileira, oferece um relato aproximado do perfil funcional da organização jornalística:

“ convém lembrar que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diversa da imprensa artesanal que a antecedeu; nela a divisão do trabalho ampliou-se consideravelmente, e a divisão em classes tornou-se clara. Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia, os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado.” ³⁵⁶

À proporção que as empresas jornalísticas se consolidavam, mais áreas temáticas eram exploradas. Diversificaram a natureza dos assuntos, assim como as formas de abordagem. Como diz Cremilda de A. Medina,

“ o relato noticioso, a reportagem, a entrevista, o editorial e outros comentários opinativos, a pesquisa de reconstituição histórica (biográfica) dos fatos do dia, a crônica, a crítica de espetáculos e arte (...) tudo isso é um relato - colorido - não mais páginas uniformemente

Serviços Gerais; em *Cadernos de Jornalismo e Comunicação*. RJ, Ed. Jornal do Brasil, nº 27, nov/dez de 1970, p. 5.

³⁵⁶ SODRÉ, Nelson W. *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit., p. 417.

compostas, mas um festival de títulos, seções, editoriais, recursos gráficos. Informação/distração/opinião se inter-relacionam de tal forma que montar um esquema de classificação não é fácil.”³⁵⁷

Um expressão clara da expansão da legitimidade institucional da atividade jornalística foi o surgimento das assessorias de imprensa nos órgãos públicos e privados. Elas passaram a se encarregar tanto da produção de comunicados sobre eventos da própria instituição, como a intermediar as relações entre os jornalistas e as suas instituições. Danton Jobim entende que esta prática, além de ampliar o volume de informações com que a imprensa passou a lidar, refletia o interesse das instituições em manipular a criação de uma boa imagem de si próprias.

“ Maior ainda é a cota das notícias que chegam aos jornais através de comunicados que se manipulam fora da redação. Dia a dia cresce o número de informações que são oferecidas aos jornais ou às agências de notícias. Naturalmente se trata de informações tão objetivas quanto possível, pois têm de passar pelo crivo da seleção. Mas seu fim é trabalhar a opinião pública, é moldá-la num certo sentido, tendo em vista a obtenção indireta, por empresas privadas, de certas vantagens. Sobretudo a de serem postas sob uma luz favorável perante a opinião da comunidade.”³⁵⁸

Outra prática que se tornou comum na imprensa foram as publicações de matérias pagas assinadas, de cunho promocional. Elas se alinhavam no campo das matérias opinativas também, colocando-se ao lado do editorial do jornal e do comentário do colaborador. A ampliação das fontes ocorreu também a partir da instalação, por parte dos jornais de grande porte, de sucursais em algumas capitais brasileiras. Além das funções de obtenção de anunciantes regionais e de ampliação da circulação, estas sucursais mantinham um quadro de profissionais responsáveis pela coleta de informações. Isto resultou no aumento quantitativo e qualitativo das informações publicadas. A grande carência dos jornais brasileiros eram as fontes internacionais. As

³⁵⁷ MEDINA, Cremilda de Araújo. Notícia: Um Produto à Venda (Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial). SP, Ed. Alfa-Ômega, 1978, p. 77.

³⁵⁸ JOBIM, Danton. Op. Cit., p. 101.

informações eram obtidas através de contratos entre as empresas jornalísticas e as grandes agências noticiosas internacionais. Isto se deveu ao fato de que as empresas não tinham condições materiais de manter profissionais no exterior e, mesmo que o fizessem, seria impossível alcançar a abrangência das agências internacionais.

A diversificação de assuntos cobertos pela imprensa e o volume de informações disponíveis provocou, de certo modo, a setorização e especialização dos profissionais. Os jornalistas passaram a se dedicar mais à profissão e, a abandonar, aos poucos, outros trabalhos paralelos, prática, até então, muito comum entre eles. O reconhecimento oficial da profissão de jornalista ocorreu em 1938 e, em 1943, através do Decreto 5.380, de 13 de maio, foram criados os cursos de jornalismo em nível universitário. Otto Lara Resende faz um depoimento, talvez romântico, mas assaz interessante, sobre o lugar qualitativamente novo do jornalismo na sociedade:

“ lembro-me de um banco que, no centro do Rio, tinha dependurado na parede um aviso: não se empresta dinheiro a jornalista. A lei do salário mínimo enquadrou a profissão que foi perdendo o caráter de “bico”. Hoje, um jornalista pode viver de seu trabalho, sem recurso ao emprego público, sem o apoio de duvidosas facilidades. O pagamento da justa remuneração se faz em dia, em caráter empresarial.” ³⁵⁹

Entretanto, se os profissionais do jornalismo ganharam em *status* social, perderam em autonomia de ação e opinião com o desenvolvimento da centralização das decisões na racionalização da organização interna da produção de notícias. A notícia por eles produzida percorre então um longo e rígido caminho até a sua publicação. Neste sentido, a responsabilidade de quem a redigiu, ficou mais restrita. As causas desse processo se devem às condições gerais do desenvolvimento da imprensa. Limites de ordem econômica, política e técnica se traduzem numa estrutura burocrática pela qual transita a notícia. Segundo Clovis Rossi,³⁶⁰ a notícia passa por vários “filtros”: pela pauta, pelo copidesque, pela “cúpula da redação”; pelos limites de ordem

³⁵⁹ RESENDE, Otto Lara. “Gutenberg Evoluiu Mas Vai Bem, Obrigado”. Cadernos de Jornalismo e Comunicação, nº 27, nov/dez/1970, p. 44.

³⁶⁰ ROSSI, Clovis. O Que É Jornalismo. SP, Brasiliense, 1980, pp. 42-45.

técnica, como as normas de redação, o tamanho da matéria e do seu título, e pelo lugar de colocação na página.

As normas de redação da notícia, segundo Danton Jobim, prestaram-se então, a adaptar a informação às exigências de um público que já não tem mais tempo para ler todo o jornal. Prevalecem os critérios da simplicidade, concisão e objetividade no trato com os fatos. Na apresentação do acontecimento faz-se um resumo, chamado de *lead*, onde o leitor tem uma idéia geral do assunto e faz ou não a opção de ler a notícia até o final. As empresas adotam a padronização norte-americana. O copidesque é outro elemento importado dos padrões organizacionais dos Estados Unidos, sua função é reescrever as notícias que, seja por motivos ideológicos ou técnicos, precisam ser reformuladas momentos antes da composição. A notícia deve passar pela aprovação do editor responsável pela área à qual ele pertence e, posteriormente, pelo conselho de editores, onde são decididas as questões de publicação e localização na página. Os novos recursos técnicos de paginação (montagem de títulos, notícias e clichês) e de diagramação (arranjo estético dos elementos gráficos) oferecidos pelo avanço tecnológico, também impõem certas exigências à notícia. Nilson Lage diz que,

“ já se começara a introduzir a diagramação e um certo padrão era comum nos jornais quando o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*, ambos do Rio, adotaram uma técnica de redação que buscava adaptar-se às contingências da língua portuguesa, a técnica de produção de notícias corrente nos países industrializados e que aqui chegava através das agências estrangeiras.(...) O próximo passo no processo de modernização foi dado com a reforma do *Jornal do Brasil*, iniciada com o convite a Odilo Costa, filho, para dirigir a redação. Já não era jornal pequeno, como o *Diário* ou a *Tribuna*; os recursos também não se limitavam tanto. Recrutando pessoal dessa concorrência mais pobre, o *Jornal do Brasil* adotou e aperfeiçoou o processo de produção de notícias, somando a ele uma apresentação gráfica de extrema padronização segundo *design* do escultor construtivista Amílcar de Castro.”³⁶¹

³⁶¹ LAGE, Nilson. *Ideologia e Técnica da Notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979, p. 31.

Mas paralelo a estas mudanças estruturais do fazer jornalístico, observa-se, neste mesmo período histórico, uma espécie de renascimento do jornalismo político com uma força de intervenção no cenário público comparável àquela do final do Império e dos primeiros governos republicanos. A tradição do discurso político na imprensa não perdeu o privilegiado espaço construído secularmente. Mudou formal e espacialmente, adaptando-se à dinâmica gráfica, à separação mais clara entre noticiamento e opinião; dividiu espaço com muitas outras editorias, mas manteve as primeiras páginas, as principais chamadas, o envolvimento instrumental e singular com a esfera do debate político.

A participação da imprensa nesta esfera ainda era fundamental à sua dinâmica. Mesmo durante o Estado Novo, Getúlio criou um jornal exclusivamente voltado para a defesa do seu governo. Com o retorno dos direitos civis com a Constituição de 1946, emergiram uma pluralidade de novos agentes que recorreram à imprensa como forma de ampliação das suas posições e aspirações políticas. Sem o propósito de descrever o emaranhado de intencionalidades em jogo e suas vinculações com os jornais da época, cabe afirmar, a princípio, a importância da imprensa como espaço de polemização das questões nacionais e locais, mais valorizado e participativo do que o rádio, o cinema e as publicações periódicas nacionais e locais.

Uma série de fatores concorreram para esta supremacia do espaço jornalístico sobre as demais estruturas de comunicação, no terreno do fazer político. Todos eles parecem de algum modo, vinculados às condições e formas históricas deste fazer, herdadas da estreita esfera pública política do século anterior. Condições tais como a origem social dos integrantes do espaço político, sejam eles os remanescentes das oligarquias regionais reunidos na UDN, ou os desalojados da estrutura burocrática do Estado Novo, também, em parte, com um passado vinculado hereditariamente à cena política, instalados no PSD e no PTB. Estes atores dominaram o espaço político do período em questão, apesar da presença já reconhecível de novas forças emergentes oriundas dos movimentos trabalhistas e da militância comunista. O voto urbano, apesar de, até meados da década de 60, ser

em número inferior ao voto rural, era o objeto privilegiado de interlocução das polemizações em curso.

Como já foi visto, a classe média, em grande medida, compartilhava as regras destas polemizações, concordava por familiaridade e tradição, com os termos da sua dinâmica. Regras do processo político em torno de nomes carismáticos, populistas; a asserção da representatividade como mecanismo capaz de operacionalizar políticas e projetos nacionais de desenvolvimento econômico e social e, neste sentido, a naturalização da fala supostamente representativa de toda a nação, do *povo* e, em particular, das populações urbanas excluídas da interlocução política mais diretamente focalizada sobre os grupos políticos em ação e a classe média, manipulada como fonte legitimadora destas regras e termômetro dos conflitos em ação.

Devem ser cautelosas vinculações, por exemplo, entre a *modernização* empresarial do jornalismo, as pressões da esfera política por jornais de maior alcance e apelo público e os interesses econômicos do capital nela investido. Tudo leva a crer que estes três processos conviveram simultaneamente no interior do instituto jornalístico, mas não como fatores externos exercendo pressões de fora para dentro dos jornais e sim, mais propriamente, como novas variáveis internas específicas do desenvolvimento institucional da imprensa, sem uma necessária ordem ou hierarquia de determinação entre elas. Assim, para efeito de exemplo, vale observar o percurso de Carlos Lacerda, um jornalista que chegou a ser político (atualizando o conhecido padrão de ascensão pública por meio do jornalismo político, originário do período imperial) mas que, dentro deste processo, precisou conviver com todas estas novas variáveis.

Antes disso, cabe lembrar que a *modernização* empresarial dos jornais cariocas não se deu de forma súbita e generalizada. Em 1951, o *Diário Carioca* inovou tecnicamente a apresentação do noticiário, criando o *sub-lead*, uma inovação brasileira ao já conhecido *lead* americano. Neste mesmo ano, Samuel Wainer fundou o *Última Hora*, com novos recursos técnicos de redação e grande racionalidade

empresarial . Em 1956, foi a vez do *Jornal do Brasil* proceder a uma série de inovações que se completariam em 1959. Em verdade, poucos foram os jornais a arcar com o ônus destas reestruturações materiais, organizacionais e discursivas. A pequena imprensa praticamente deixou de aparecer, mantiveram-se os jornais com maior público conquistado e estratégias atualizadas de sobrevivência financeira.

04.2 O Agenciamento Político da Imprensa

Carlos Lacerda já era jornalista da editoria de política do *Correio da Manhã*, fiel à política editorial deste jornal, quando participou da campanha movida pelo *Correio* pela deposição de Getúlio em 1945. Sua função básica consistia em relatar e opinar, na coluna *Tribuna da Imprensa*, as polêmicas travadas na Câmara Federal. Sem origem abastada, mas de família com tradição em cargos públicos, trabalhou em diferentes publicações no anos anteriores, produzindo textos de impacto junto aos públicos mais especializados aos quais se dirigiam, devido ao trabalho prévio de pesquisa que continham e às opiniões que expressava sobre os assuntos tratados. Tornou-se conhecido pelas polêmicas travadas na condição de colunista do *Correio da Manhã*, sobre as decisões do Congresso acerca da política econômica brasileira. Foi demitido do *Correio* ao criticar duas concessões do governo Dutra ao refinamento de petróleo para empresas nacionais, cujo um dos proprietários era amigo pessoal de Paulo Bittencourt, proprietário do *Correio*.

Este fato tem importância porque, a partir de então, Carlos Lacerda decidiu fundar o seu próprio jornal, apoiado por udenistas e católicos. Vê-se reativado o secular modelo da iniciativa jornalística movida pela intenção de projeção dos interesses políticos de um grupo partidário e, além disso, das concepções de realidade brasileira de um orador singular, no caso, o próprio Carlos Lacerda. Mas a

reapropriação do modelo precisou defrontar-se com as características já estruturais e próprias da produção jornalística da época.

Para o lançamento do jornal, que recebeu o mesmo nome da coluna assinada por Lacerda no *Correio, Tribuna da Imprensa*, foi levantado um empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais e criada uma campanha - inclusive radiofônica - praticamente inédita, de venda de ações. Das nove mil ações vendidas, entre empresário compradores de grandes lotes, 3.404 foram adquiridas por indivíduos mobilizados pelos apelos do novo jornalismo propagado por Lacerda em palestras no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Sua política editorial continha críticas à padronização do texto jornalístico, à falta de opiniões construtivas, bem fundamentadas e “esclarecidas” sobre a realidade nacional; críticas ao domínio dos anunciantes sobre os conteúdos impressos, às vinculações do jornalismo ao Estado e ao sensacionalismo. Além deste levantamento de capital, foi preciso esboçar uma já relativamente complexa planilha de compra de equipamentos, do prédio onde seria instalado o jornal e das despesas de custeio e, além disso, construir a arquitetura organizacional da sua empresa jornalística, inclusive com avaliação de gastos na hierarquias de funções previstas.³⁶² Carlos Lacerda também criou um manual de redação, um conselho consultivo e condicionou a publicidade a ser explicitamente separada dos textos informativos e opinativos.

Lançado em 27 de dezembro de 1949, o jornal *Tribuna da Imprensa* tinha finalidades prioritariamente políticas. Apesar de dividido em várias editorias, com repórteres em áreas distintas, era o jornal por meio do qual Carlos Lacerda e a UDN participavam efetivamente dos confrontos políticos da época. Em seus depoimentos é evidente a preocupação sobre as minúcias que davam consistência ao movimento dos arranjos de interesse de grupos e partidos. Seu jornal envolveu-se contínua e polemicamente em questões de fundo

³⁶² Wilson de Oliveira traz uma detalhada descrição dos quadros e gastos calculados para o lançamento da *Tribuna da Imprensa*. Interessa observar a profunda diversidade infraestrutural e organizacional exigida à época para a criação de um jornal, daquela requerida no século anterior. Isto demonstra o quanto mudaram as condições necessárias à possibilidade de expressão individual no espaço do debate público. Elementos de origens diversas precisam então ser associativamente planejados. Já não é mais possível a expressão puramente individual. Para que o modelo fosse reapropriável ele precisou adaptar-se a condições que, no fundo, limitam a sua própria integralidade. Ler OLIVEIRA, Wilson de. “Como Surgiu *Tribuna da Imprensa*”. Em *Comunicação & Problemas* - Instituto de Ciências da Informação. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, Vol. II, nº 3, novembro de 1966, pp. 165-187.

partidário, mesmo que relativas a fatos próprios à cidade do Rio - da administração às políticas municipais e estaduais - e também relativas ao país. Suas denúncias valeram alguns atentados à sua vida, como em maio de 1950, quando foi agredido por denunciar o envolvimento de um candidato ao Senado pelo PTB com vendas irregulares de fardamentos para a Aeronáutica. Sua oposição pessoal a Getúlio Vargas o levou, por diversas vezes, a discordar do partido que o apoiava e que também mais defendia em seu jornal, a UDN. Esta foi a tendência geral de suas opiniões sobre a campanha presidencial de 1950, onde desacreditou na vitória de seu partido sem um “candidato revolucionário” que apresentasse um programa de reformas radicais para o país. Conclamou a população a rebelar-se contra a vitória eleitoral de Vargas, denunciou o uso do dinheiro público em favor de sua campanha, e, com a vitória de Vargas, ainda apoiou o recurso impetrado pela UDN junto ao Tribunal Superior Eleitoral, pela anulação do pleito devido à falta da maioria absoluta de votos do candidato vencedor.

Mas o que pontuou o auge da complexa relação entre os divergentes, concorrentes e polêmicos interesses e modos de intervenção pública dos jornais da época foi a investida, praticamente liderada por Carlos Lacerda, contra o jornal *Última Hora*, com o apoio do grupo *Globo* e dos *Diários Associados*. Analiticamente, o que está em questão é a ruptura com interpretações que, de formas diversas, procuraram fixar uma hierarquia de determinações explicativas da ação política destes jornais.

Última Hora foi um jornal criado, nas palavras do próprio Samuel Wainer, seu proprietário, “para Getúlio”; um jornal que “pretendia transformar-se na expressão do getulismo”.³⁶³ Getúlio estava francamente desguarnecido de apoio no meio jornalístico. A idéia de criação de um jornal exclusivamente voltado para a defesa de suas políticas de Estado partiu segundo Wainer, do próprio Getúlio Vargas, com a pergunta ; “ - Porque tu não fazes, um jornal? ”. Ao que Wainer respondeu que “não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento de um presidente que, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular”.³⁶⁴ E com este aval, Wainer obteve

³⁶³ WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver - Memórias de Um Repórter*. RJ, Record, 1987, pp. 132;136.

³⁶⁴ WAINER, Samuel. Op. Cit., p. 127.

recursos para comprar a gráfica do *Diário Carioca*, antigetulista, mas com dívidas pesadas com Banco do Brasil e com máquinas hipotecadas à Caixa Econômica Federal. Os recursos vieram do banqueiro Walter Moreira Salles, de um industrial paulista, Euvaldo Lodi, com ambições de suceder Getúlio, do presidente do Banco do Brasil, de F. Matarazzo, desafeto pessoal de Assis Clateaubriand e de fontes ligadas à influência de Juscelino Kubitschek, à época governador de Minas Gerais.

O jornal lançado em junho de 1951, por iniciativa de Wainer, que tinha experiência consolidada como jornalista, apresentou inúmeras inovações formais em seus textos e páginas, de modo a facilitar seu acesso a um público menos familiarizado com a prática da leitura cotidiana de periódicos. A política editorial era voltada para um diálogo direto com este grande público econômica e educativamente menos favorecido, denominado de “povo” pelo jornal, auto-legitimando-se então, como portador da vontade política do *povo* aos “responsáveis pelos destinos do país”. Segundo descrição do próprio Carlos Lacerda,

“o Samuel, com um real talento - sobretudo na época quando era mais jovem - para formar um jornal, dotado desses recursos, mais os recursos oficiais de toda a publicidade dos institutos e de todos os órgãos autárquicos e mais do Euvaldo Lodi, ligado à Federação das Indústrias, ao Sesi e ao Senai (...) lançou um vespertino esmagador. Um jornal que, pelo mesmo preço que a gente vendia os outros jornais, fornecia um suplemento colorido diário, pagava os melhores salários da praça e arrebanhou tudo o que pudesse haver de melhor em matéria de colaboração e de técnicas. Mandou buscar de Buenos Aires o velho Guevara (...) que era realmente um grande renovador de jornais, fez uma paginação completamente nova e riquíssima.”³⁶⁵

O argumento usado por Lacerda para justificar sua furiosa investida contra o *Última Hora*, consistia, segundo ele, no fato da existência de um

³⁶⁵ LACERDA, Carlos. *Depoimentos*. Org. por Cláudio Lacerda Paiva, RJ, Nova Fronteira, 1978, pp. 124-125.

“ *dumping* da imprensa. Quer dizer, a *Última Hora* destruía os outros jornais fornecendo ao leitor, pelo mesmo preço, muito mais do que os outros jornais podiam dar (...). Através de amigos comuns, (...) comecei a mostrar o fenômeno *Última Hora* como um fenômeno de corrupção através da imprensa. ”³⁶⁶

Lacerda recebeu apoio d'O *Globo*, pelo jornal e sua emissora Rádio Globo e dos jornais dos Diários Associados e de sua TV Tupi. Suas locuções e aparições na televisão causaram forte impacto público. Em 1953 este conflito redundou na criação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito. Uma, iniciada pelo grupo de Lacerda, para investigar a empresa Érica, de Samuel Wainer. A segunda, sem desdobramentos, movida pelo grupo de Wainer, para investigar os financiamentos estatais a empresas de comunicação. Na CPI 313, contra o grupo de Wainer, foram interrogados por cinco meses todos os financiadores da compra do jornal, o próprio Samuel Wainer e outras testemunhas. Pela ação jornalística da *Tribuna*, do *Globo* e dos Diários Associados tornaram-se públicos os documentos reveladores da dívida de 200 milhões da empresa Érica com o Banco do Brasil, dos contratos de publicidade do Sesi, dos favorecimentos econômicos recebidos por todos os envolvidos. Lacerda conseguiu mobilizar grandes públicos nas ruas do Rio, recebia declarações de apoio e informações, de fontes novas. Políticos do PTB, partidários de Wainer, procuravam defendê-lo equiparando a investida contra o jornal àquela que tentou roubar dos brasileiros o petróleo do país. Os demais jornais cariocas apoiavam Lacerda.

Insatisfeito com o resultado da CPI, que não chegou a punir os que responsabilizou culpados, Carlos Lacerda decidiu provar que Samuel Wainer não era brasileiro, mas sim, romeno. Envolveu repórteres da *Tribuna* nessa investigação, culpou o Ministro do Trabalho, João Goulart, pelo ocultamento da falsificação de documentos da Imigração que incluíam os nomes dos pais de Wainer até conseguir que o *Última Hora* anunciasse a troca de direção da empresa, que passava para Bocaiúva Cunha e que o governo procedesse a uma investigação sobre a origem da família Wainer. Segundo Dulles,

³⁶⁶ LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 125.

“ a campanha contra a *Última Hora* foi benéfica para a circulação da *Tribuna*, que havia caído de 19.050 exemplares em junho de 1951 para 14.900 em junho de 1952 (devido à concorrência da *Última Hora*), mas que subiu para 24.700 em julho de 1953. ” ³⁶⁷

Em novembro de 1953, Carlos Lacerda começou sua campanha contra Getúlio Vargas, juntamente com a UDN, com denúncia sobre acordos pessoais de Getúlio com Perón e Carlos Ibañez, presidente do Chile, no sentido de formarem um frente contra os Estados Unidos. Em maio de 1954 a UDN apresentou junto à Câmara um projeto de *impeachment* do Presidente, que, entretanto, não teve votos favoráveis integrais nem na própria UDN. A campanha de Lacerda estava esvaziada de novos apelos quando, em agosto, foi morto o major Vaz, num atentado endereçado, todavia, contra a vida de Carlos Lacerda. As investigações provaram o envolvimento do Catete, da guarda pessoal de Getúlio e isto levou a rupturas graves na legitimidade do representante maior do Estado, cujo desfecho foi o seu suicídio em 24 de agosto de 1954. Segundo Samuel Wainer, “ naquele 24 de agosto, multidões exasperadas atacaram praticamente todos os grandes jornais, bloqueando sua saída às ruas. O único a circular foi a *Última Hora*, que vendeu quase 800.000 exemplares. A oficina não parou de trabalhar, foram vinte horas rodando edições sucessivas ”. ³⁶⁸

Sem desenvolver aqui o desenrolar das repercussões deste fato sobre a dinâmica da participação política dos jornais, que continuaria intensa e conflituosa, cabe retomar a questão básica a ser considerada sobre a qualidade da interação de componentes políticos e econômicos no curso da estruturação institucional da imprensa neste período histórico. Deve-se retornar a reflexão sobre a especificidade das vinculações, dos entrecruzamentos, entre variáveis, como já foi dito, internas ao desenvolvimento institucional da imprensa, tais como, essencialmente, a relação entre o processo de *modernização* empresarial

³⁶⁷ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda - A Vida de Um Lutador*. RJ, Nova Fronteira, 1992, p. 164. No depoimento de Samuel Wainer, os dados de tiragem da *Tribuna* eram outros. Segundo ele, era irrisória a tiragem da *Tribuna da Imprensa*, ela “sempre oscilava em torno de 4.000, 5.000 exemplares. O jornal de Lacerda foi sempre um desastre. Sua circulação só subia um pouco mais nos momentos de crise, ou quando o dono era preso. A *Tribuna* é conhecida, na imprensa brasileira, como um jornal que jamais chegou a existir efetivamente. Desde o começo, mostrou um desprezo invencível por tudo quanto fosse popular - futebol, por exemplo. Teve, enfim, um mal começo e um mal destino.” Em WAINER, Samuel. Op. Cit., p. 140.

³⁶⁸ WAINER, Samuel. Op. Cit., p. 205.

do jornalismo e a natureza da sua intervenção política no cenário público da comunicação. O recurso aos dados e eventos históricos conjunturais deste período são fundamentais para referenciar, por um lado, a medida da apropriação de certos padrões interpretativos dominantes e, por outro, a particularidade da aproximação possível entre os parâmetros formais do fazer jornalístico defendidos e manipulados como elementos de sua legitimação pública e a forma como objetivamente se efetivaram na cotidianidade do seu exercício.

Do ponto de vista de uma interpretação marxista mecanicista, como a de Nelson W. Sodré, o capital monopolista, através das suas agências de publicidade, dominou quase toda a imprensa carioca da época. Este controle era fundamental para a derrota dos nacionalistas incrustados no aparato militar e na burocracia do Estado brasileiro. E sob o domínio financeiro destas agências opuseram-se à campanha do petróleo, atacaram militares e sua Revista do Clube Militar, voltaram-se, posteriormente, contra o jornal que defendia o governo nacionalista de Getúlio e, por fim, contra o próprio Governo. O confronto contra o jornal *Última Hora*, já fazia parte de uma ação mais completa de enfraquecimento das forças nacionalistas. Para Sodré,

“ as empresas jornalísticas (...) não defendiam os seus interesses, mas os interesses dos referidos monopólios, para os quais eram pressionadas pelas agências de publicidade (...) a UDN não só obtinha do Governo canais radiofônicos para servirem à sua disposição (...) mas igualmente silenciava em torno da corrupção norte-americana canalizada especialmente para os meios de comunicação a serviço do golpismo. ” ³⁶⁹

A modernização material, técnica e discursiva da imprensa seria, desta perspectiva analítica, parte de uma estratégia maior de

³⁶⁹ SODRÉ, Nelson W. Op. Cit. p. 403. O autor descreve valores gastos pelas diversas companhias norte-americanas com publicidade nos jornais brasileiros. Segundos seus dados, em 1953, quando da votação da estatização do petróleo, “o total da publicidade paga e distribuída por companhias americanas nos jornais, no rádio e outros veículos de propaganda oposicionista, foi de 3 bilhões, 506 milhões e 200 mil cruzeiros. Desse total, um bilhão e 197 milhões foram dados aos jornais e 869 milhões às emissoras de rádio (...). Foram as seguintes empresas sediadas nos Estados Unidos que mais contribuíram para a imprensa entreguista do Brasil: Esso Standard do Brasil: 28 milhões; The Sidney Ross: 25 milhões; Coca-Cola: 15 milhões; The Johnson & Johnson: 13,5 milhões; Atlantic: 13 milhões; Gillette: 13 milhões; Colgate-Palmolive: 12 milhões; The Eno Scott: 12 milhões.”

domínio do Estado e das opiniões políticas do grande público, planejada pelos detentores do grande capital monopolista norte-americano. A imprensa teria sido manipulada como instrumento de persuasão política da classe média, das facções e dos setores sociais influentes no cenário público nacional. Neste ambiente explicativo inexistia a possibilidade de identificação de iniciativas singulares à especificidade institucional da imprensa e, mesmo, de qualquer outra forma de comunicação pública, porque prevalece a determinação dos fatos infraestruturais sobre as instituições de comunicação. Anulam-se, assim, conseqüentemente, a influência de todas as variáveis constitutivas da conformação histórica das instituições de comunicação e daquelas oriundas do espaço político, como seus ideários, seus componentes partidários, seus movimentos sociais e integrantes como um todo.

Se a ação do capital norte-americano foi, como supõe o autor, tão abrangente e abundante, como interpretar as formas diferenciadas de adesão dos jornais aos movimentos anti-nacionalista e antigetulista ? Como localizar a singularidade da intervenção política empreendida por Carlos Lacerda? Muitas outras perguntas submergiriam aqui nesta hermética relação de determinação interestrutural defendida pelo autor. O Estado, por exemplo, durante toda a primeira metade da década de 50, investiu na estruturação material das instituições de comunicação. Este procedimento não encontraria justificativa num suposto quadro de ostensiva rejeição a ele pelas instituições por ele subsidiadas, e financiadas por meio de empréstimos, isenção de taxas e outros recursos agenciados por estatais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, cujas vultosas somas, na maioria dos casos, não retornaram aos seus cofres.

Entre os caminhos possíveis para a elucidação da existência de um possível vínculo ou compromisso dos jornais que recebiam apoio financeiro dos grandes anunciantes norte-americanos com o capital monopolista estrangeiro, um deles deve passar pela análise do perfil ideológico e da ação política da UDN, tendo em vista ser este o partido que mais claramente se opôs aos governos civis no período de 1946 a 1964. Se considerados os eventos que mais fortemente marcaram a franca oposição da maioria dos jornais cariocas ao nacionalismo e ao getulismo, observa-se que Carlos Lacerda corporificou o principal

agente catalizador desta oposição. Caberia então investigar a natureza da sua relação de compromisso e da UDN com um projeto de abertura do país ao capital internacional ou, mais especificamente, norte-americano.

O estudo do comportamento político da UDN neste período, das suas construções programáticas e atuações parlamentares não permite a constatação de tal relação de compromisso. À exceção do programa apresentado em 1945, com claras propostas de políticas sociais superiores às dos demais partidos, a UDN jamais formalizou um plano de políticas econômicas e sociais consistentes, claro, concreto e amplo o suficiente onde fosse possível identificar projetos de desenvolvimento associados no capital estrangeiro. Derrotada nas eleições presidenciais de 1950 e de 1955, restringiu-se a UDN a um oposicionismo imediatista baseado, à época do governo Vargas, na crítica à ameaça de medidas ditatoriais representadas pelo passado de Getúlio Vargas, na denúncia moralista da corrupção e em sugestões golpistas de tomada do poder. Às críticas às políticas sociais e salariais de Getúlio não se sobrepunham propostas alternativas da UDN. O partido caracterizava-se por uma oposição inspirada basicamente, no medo da emergência de forças populares no espaço político - o que levava a propostas elitistas de condução das políticas públicas do Estado em todas as áreas -, na defesa de um liberalismo abstrato que funcionava, sobretudo, como argumento de negação do estatismo, de sua hipertrofia e de restrições às liberdades civis de uma forma geral.

Segundo Maria V. Benevides, a posição da UDN, a princípio, sempre favorável ao ingresso do capital estrangeiro no país não se materializou numa política objetiva de defesa deste capital. Em parte, porque nunca houve unanimidade interna ao partido capaz de conduzir à construção de um projeto objetivo de política econômica em que se formulariam claras orientações sobre a forma de entrada deste capital no país; em outra parte, porque esta defesa do capital estrangeiro somava-se a um conjunto de outras defesas de iniciativas privadas sem a presença do Estado. Ela fazia parte de um postulado mais abrangente de natureza anti-intervencionista. Em 1952, numa dada conjuntura política, um dos membros da cúpula da UDN, Bilac Pinto, na tentativa de opor-se ao projeto governamental de

nacionalização do petróleo, foi mais realista que o rei, chegando a propor um substitutivo ultra-nacionalista que previa a criação de uma empresa estatal que monopolizaria desde o processo de pesquisa ao de distribuição do petróleo. Independente disso, diz a autora que, desde 1945, a UDN sempre pensou na participação do capital estrangeiro em condições de igualdade de tratamento com o capital nacional. Segundo Benevides, “este ponto seria retomado em todos os programas da UDN.”³⁷⁰

A análise da atuação política de Carlos Lacerda não pode deixar de remeter ao campo da individualidade das suas concepções e interesses no espaço do debate público. Como jornalista vinculado a um partido, suas origens e identidades no plano social com as camadas mais esclarecidas, mais bem remuneradas e com aqueles setores da classe média aspirantes a posição superiores na hierarquia ocupacional e decisória do Estado, seu discurso e trajetória no espaço da prática jornalística apontavam claramente para uma ambição de ação para além deles, situável no espaço institucional da representação política pessoal. Tal ambição se concretizou em 1954, com sua vitória como candidato eleito a deputado federal pela UDN e, em 1960, como governador do Estado da Guanabara, numa coligação partidária. Apesar da estreita intimidade com o ideário liberal, conservador, anti-popular e elitista da UDN, Lacerda sustentou, em grande medida, sua intervenção política, sobre a sua própria capacidade e vocação pessoais para discernir, equacionar e planejar soluções sobre as questões sociais emergentes. A natureza *populista* das suas interlocuções públicas fundava-se na assertiva desta competência pessoal, na convicção que depositava nela e que transmitia aos seus simpatizantes. Quase metade dos seus eleitores, segundo Guita Debert, provinham das mais altas camadas ocupacionais do Estado e os demais de camadas imediatamente inferiores. Isto o levava a operar um conceito de *povo* particularmente indicador do perfil destes eleitores. Aquele que remetia, segundo Guita, ao “conjunto de indivíduos que pagam impostos e que, por isso, devem exigir que a máquina administrativa funcione devidamente.”³⁷¹

Atraía, em particular, este público, a noção restritiva da prática democrática como recurso legítimo somente àqueles

³⁷⁰ BENEVIDES, Maria Victória de M. A UDN e o Udenismo - Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981, p. 198.

³⁷¹ DEBERT, Guita Grin. Ideologia e Populismo. SP, T.A. Queiroz, 1979, p. 119.

devidamente educados e integrados produtivamente no sistema social e na luta contra fatores desestabilizadores da qualidade destas integrações e posições como, à época, o fantasma do comunismo e da corrupção dentro da burocracia do Estado. Para defender as posições ocupacionais destes eleitores contra tais inimigos, Lacerda investia-se, conforme Guita, da figura do grande justiceiro clarividente:

“ o caráter individual da ação do político aparece claramente ancorada em seu saber e em sua consciência, e daí deriva seu caráter de justiceiro absoluto. O povo não pode delegar a ele um poder que não possui, porque não tem discernimento. É preciso uma insurreição pessoal e heróica para estabelecer as bases de um contrato democrático. ” ³⁷²

É interessante mencionar a referência feita por Guita sobre as diferentes leituras do discurso liberal de Lacerda existente entre seus próprios eleitores. Este dado rompe com uma possível relação necessária de dominação ou manipulação política entre enunciador e seu público. Isto é importante à medida que atua como elemento desestabilizador de interpretações baseadas no potencial persuasivo do discurso e no conceito de eficácia. Dadas tais considerações, cabe voltar à questão da medida em que é possível pressupor uma relação de determinação entre a intenção expansionista do capitalismo internacional e o comportamento discursivo dos jornais da época. Inexistem elementos concretos capazes de sustentar tal relação, não foi encontrado, seja no ambiente da UDN ou das ações políticas de Lacerda, um vínculo objetivo e evidente entre estas variáveis. Isto significa que, por mais permanente que tenha sido o fluxo de capital publicitário norte-americano em direção às instituições de comunicação e, em particular, aos jornais, havia uma margem significativa de influência e definição do comportamento econômico, político e discursivo destas instituições respectivas ao espaço interno de suas determinações.

O que teria levado os grupos *Globo* e *Diários Associados* a aliarem-se à *Tribuna da Imprensa* na deslegitimação do *Última Hora*?

³⁷² DEBERT, Guita Grin. Op. Cit., p. 119.

Para Lacerda a resposta era prioritariamente de caráter concorrencial. Decorria do temor da perda de leitores para outro jornal, da insatisfação diante da repartição do público-alvo e das verbas publicitárias públicas e privadas. Segundo ele,

“ de um lado, *O Globo*, sofrendo a concorrência ilegítima, porque favorecida e subvencionada, da *Última Hora*; *O Globo* sentindo na própria carne; de outro lado, o Chateaubriand sentindo o *Diário da Noite* afundar, desaparecer. (...) Então os dois, primeiro o Chateaubriand, com quem eu tinha trabalho uns dois anos, me abriram a televisão e o rádio. ” ³⁷³

Mas Dulles³⁷⁴ relata depoimentos de outros jornais que também se solidarizaram com a tentativa de derrubada do *Última Hora*, onde transpareceu algo fundamental à compreensão destes apoios, qual seja, o fato de que o *Última Hora* violava um dos princípios fundamentais do instituto jornalístico, no momento em que ele formalmente dispõe sobre a autonomia da sua prática em relação aos poderes públicos e privados, como elemento básico de sua legitimação como instituição pública. Ao romper abertamente com este princípio, o *Última Hora* não poderia ser aceito como instituição de comunicação semelhante às demais; não fazia parte deste espaço institucional, porque, se o fizesse, comprometeria a legitimação pública de todo o espaço. A proposição de criação de um jornal para defender exclusivamente o Estado caracteriza uma oposição jurídica e politicamente inadmissível entre Estado e sociedade. Contradiz frontalmente os termos do regime representativo republicano do Estado de direito, onde este não pode formal e publicamente ter

³⁷³ LACERDA, Carlos. Op. Cit., p. 126.

³⁷⁴ Dulles relata que “recordando que nem um único jornal defendeu o *Última Hora*, Wainer falou da tristeza que sentiu quando Antônio Calado, do *Correio da Manhã*, concluiu que Carlos Lacerda estava se sacrificando pelo Brasil enquanto Wainer não tinha dado nada a sua pátria. Escrevendo no *Diário Carioca*, José Eduardo de Macedo Soares elogiou Lacerda por haver descoberto e denunciado o ‘escândalo’ provocado por Vargas, que, segundo ele, ‘nunca compreendeu a intangibilidade do poder moral da imprensa livre’. Em *O Jornal*, Assis Chateaubriand censurou Vargas por ‘não dar crédito ao que eu lhe dizia e insistir’ em viajar levando apenas um jornalista, Wainer, que, segundo Chateaubriand, estava agora lançando mão desta ligação para o pior tipo de chantagem, ameaçando a imprensa livre. No *Diário de Notícias*, Rafael Correia de Oliveira condenou ‘as águias do palácio presidencial’. Era este o tema da *Imprensa Popular*, do PCB, que se deliciava ao retratar Vargas na companhia de ‘tubarões do desfalque’, como Matarazzo. *O Jornal* chamou Wainer de lacão do regime Vargas, aventureiro e beneficiário de um assalto do Banco do Brasil.” Conforme DULLES, John W. F. Op. Cit., p. 165.

interesses que não sejam representativos da sociedade. Este, certamente, foi mais um dos fatores que contribuíram para a rejeição dos jornais não apenas ao *Última Hora*, mais, sobretudo, ao próprio governo de Getúlio Vargas.

Ainda estava bastante próxima temporalmente a imagem do tratamento dispensado aos jornais durante o Estado Novo: a censura, a imposição de silêncio, as prisões, as invasões, as depredações, a subordinação ao discurso forjado pelo Estado. Se não eram claramente partidários da UDN ou do PSD, compartilharam seu ideário liberal, refletido na preocupação com a liberdade civil, com a liberdade de expressão e de investimento em iniciativas privadas, como era o caso dos jornais da época, todos eles já estruturados como empresas dependentes de um Estado não totalitário como possibilidade de permanência e de desenvolvimento no tempo. *O Globo* e os *Diários Associados* eram francamente liberais, favoráveis ao capital estrangeiro, com ambições de crescimento empresarial e defensores de um desenvolvimento industrial para o país alimentador de perímetros mais ampliados de consumo urbano de bens, serviços e informação.

Outro dado a ser considerado tem origem no personalismo, no perfil ainda individualizável da ação editorial dos jornais deste período. Cada um deles refletida, em certa medida mais ou menos evidente, na ética, na concepção de realidade, na herança cultural do seu proprietário, uma personalidade geralmente sensível a rupturas de princípios básicos de uma prática que assumiam de forma muito pessoal. Por mais que tenham sempre defendidos grupos e versões parciais do processo social, entendiam que cabia honrar publicamente a tradição cultivada da autonomia da instituição, da idoneidade de seus integrantes e representantes e do prestígio social da profissão. Tudo isso foi ameaçado pelo *Última Hora*. Assim se comportavam jornais como o *Correio da manhã*, o *Diário Carioca*, entre outros. Chateaubriand por exemplo, reagiu num misto de revanche econômica e ciúme antecipado. Wainer tinha saído de suas redações quando foi entrevistar Getúlio em São Borja e resgatá-lo do ostracismo político em que se encontrava. Devia este mérito a Chateaubriand. Além disso, uniu-se a um inimigo seu de longa data, o conde Francisco Matarazzo e então ameaçava tomar a coroa e cetro do primeiro jornalista a possuir

uma rede quase nacional de jornais, além de outras publicações, uma agência de notícias e uma emissora de televisão. Segundo F. Moraes,

“a Chateaubriand importava pouco que o governo tivesse ou não emprestado dinheiro a quem quer que fosse: o que ele não podia era permitir o crescimento incontrolável de um concorrente perigoso, cujos primeiros passos eram idênticos aos que ele dera nos anos 20 e 30.”³⁷⁵

05. FUNDAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Observa-se, enfim, que o componente modernizador presente a partir da década de 50, está em relação mais próxima com o processo geral de industrialização do país, que será mais acelerado e irreversível durante o governo de Juscelino Kubitschek. É apropriado a consideração de R. Williams sobre a natureza material da prática jornalística e sua correspondência com as condições gerais de produção material da sociedade. O desenvolvimento de um processo amplo de racionalização da infraestrutura, do modelo organizacional e da discursividade jornalística é correlato ao movimento maior de desenvolvimento econômico e social do país. A presença de capitais internacionais na prática empresarial do jornalismo é uma variável emergente deste processo, mas não isolável como força determinante da ação pública da comunicação. Este capital influiu sobre uma configuração institucional mais racional da imprensa, assim como influíram, de forma mais abrangente, as condições de desenvolvimento econômico e de provisória elevação da qualidade de vida de alguns setores sociais durante o governo de Juscelino. Pesou de modo significativo todo um quadro sócio-econômico promovido pelo “Plano

³⁷⁵ MORAIS, Fernando. *Chatô - O Rei do Brasil*. 2a. ed., SP, Cia. das Letras, 1994, p. 551.

de Metas”, e pela aceleração da industrialização através da instauração quase irreversível de um capitalismo dependente e associado ao capital estrangeiro; pela ampla relação entre o Estado e a economia; pelo planejamento estatal do desenvolvimento econômico através da valorização dos procedimentos técnico-científico de avaliação das necessidades econômicas e sociais do país; pela expansão da indústria automobilística e de material elétrico pesado; os estímulos estatais à livre iniciativa, ao capital estrangeiro e à modernização do sistema produtivo; a substituição de importações e a criação de novas demandas; a integração da estrutura do setor industrial nacional com a estrutura econômica mundial por intermédio das empresas multinacionais. Influíram também o crescimento acelerado dos centros urbanos; a acentuação dos desequilíbrios e desigualdades entre as classes sociais; o crescimento da população operária urbana; o fortalecimento do grande capital nacional e estrangeiro, a ampliação da classe média urbana assalariada; a acentuação das desigualdades entre o campo e a cidade, entre as regiões Norte e Sul; a adoção de uma ideologia do desenvolvimento e da industrialização como fator de progresso e de necessidade para o país sem vinculação com a idéia de soberania ou autonomia econômica e política frente à economia internacional.

O Estado mudou qualitativamente com o alargamento horizontal e vertical de suas vinculações com a economia do país; a “estatização formal” da economia; a hipertrofia do poder Executivo e o controle estratégico das principais iniciativas privadas do país; o exercício de inúmeras atividades produtivas em setores básicos da economia brasileira. Durante os governos seguintes de Jânio Quadros e João Goulart, fatores novos pesaram sobre o início de um processo de concentração da propriedade de estruturas de comunicação, tendo em vista o impasse econômico sobre a continuação da internacionalização da economia brasileira ou o redirecionamento das políticas econômicas no sentido do favorecimento de uma economia nacional autônoma; a necessidade de novos programas de desenvolvimento; o aumento progressivo da inflação; a redução de entrada de capital estrangeiro; a redução das taxas de lucro; a falta de diretrizes econômicas coerentes e o decréscimo da base de desenvolvimento industrial do país.

De uma certa forma, a racionalização estrutural da imprensa correspondeu a um tipo de expectativa compatível com o tipo de sociedade em formação no país. A produção em maior escala, a rapidez, a sincronia, a especialização de funções e, no terreno do discurso, a leveza, a concisão, a diversidade temática, a fragmentação da realidade são fatores correlatos à pressa da vida urbana, à imediatividade e superficialidade do contato com o mundo, entre outras características. O que este processo, entretanto, trouxe contraditoriamente aos seus termos, foi a distância significativa entre os critérios de imparcialidade e objetividade da assepsia técnico-científica aplicada ao exercício da representação jornalística da realidade e o que objetivamente foi produzido pelos jornais submetidos a estão razão. A exigência formal de aplicação destes critérios conviveu de forma muito precária durante as primeiras décadas de sua legitimação formal.

Num período caracterizado por grandes momentos de instabilidade e fragilidade das instituições políticas brasileiras, principalmente do Estado, a discursividade jornalística, pela sua própria tradição de agente ativo do espaço público político, não poderia agir como força de neutralização do particularismo e partidarismo das locuções dos diferentes setores políticos e sociais. Até o golpe de Estado de 1964, quando se fecharam as vias de acesso à cidadania política, a imprensa esteve envolvida profundamente nos meandros complexos e instáveis do debate e da ação política, aguçados, sobretudo, a partir de 1960, com a crise política: a crise do populismo e da democracia representativa; o descontentamento político de todos os grupos e classes sociais; a radicalização dos partidos políticos de esquerda e de direita; a intensa politização dos diferentes setores urbanos (classe média, proletários e estudantes).

De acordo com a tradição discursiva da imprensa e consideradas as camadas sociais constitutivas do seu público interlocutor, o exercício dessa legitimidade fundada na razão, na ciência e na tecnologia industrial, pilares da modernidade urbana ocidental, no caso brasileiro, não implicou realmente no exercício de uma imparcialidade discursiva ou num equilíbrio de representação dos diversos interesses políticos de toda a sociedade; não a excluiu necessariamente da manifestação explícita de suas alianças ao nível das

forças políticas em conflito pelo poder. Entretanto, a reorientação dos parâmetros de organização empresarial e de construção da informação nos moldes da objetividade técnico-científica, repercutiu politicamente na legitimação de uma aparente autonomia, responsabilidade e competência científicas de representação do interesse público. A imprensa, de certo modo, valeu-se de critérios que não praticava, mas que lhe asseguravam as prerrogativas de instituição pública. Novamente a norma antecedeu o fato histórico e de uma forma tal a jamais permitir que ele a realizasse. Contribuíram sobremaneira para isso o modelo norte-americano de jornalismo, e sua literatura acadêmica que foi, em grande medida, absorvida pelos iniciantes cursos superiores de jornalismo do Brasil.

Danton Jobim, inspirado por esta literatura, ao escrever, em 1957, sobre a prática jornalística, certamente para o público acadêmico, descreveu a relação entre opinião e noticiário como dois pesos capazes de encontrar uma justa medida. A opinião, segundo ele, ainda aceita no colunismo assinado, nas entrevistas, ensaios e artigos publicados, seria necessária como expressão de uma tendência existente objetivamente na realidade, como, segundo ele, “elemento informativo”, mas encontra seu teste de veracidade nas notícias supostamente objetivas e imparciais que lhe cercam e permitem ao leitor “avaliar a justiça e o acerto dos comentários da página de editorias.”³⁷⁶ Seu texto baseia-se, praticamente, em referências a autores norte-americanos e, neste sentido, é este o modelo que defende como critério de legitimação institucional do jornalismo. No início do capítulo, por exemplo, ao discorrer sobre objetividade, ele afirma que

“ no mundo de hoje, o jornalismo norte-americano é, certamente, o que mais se esmera em fornecer informação objetiva. E o mais admirável é que isso se deve a um longo trabalho de educação. Educação do jornalista, sem dúvida, mas, sobretudo, educação do leitor. ” ³⁷⁷

O que se depreende da grande literatura produzida a partir deste período até meados da década de 70 sobre as regras do jornalismo

³⁷⁶ JOBIM, Danton. Op. Cit., p. 98.

³⁷⁷ _____, Op. Cit., p. 143. Nesta mesma perspectiva está o discurso do diretor da Escola de Jornalismo “Cáspere Libero”, de 1958. Consultar SOUSA, José Pedro G. de. O Jornalismo e a Verdade Nacional. SP, Linográfica, 1959.

imparcial e objetivo, resulta da finalidade de consolidação de um acervo de normatividades éticas capazes de nortear o processo de construção do profissional de jornalismo e de regulamentar o perímetro da ação pública das instituições de comunicação nas sociedades industriais em expansão. São perceptíveis cruzamentos de noções de jornalismo oriundas do passado, onde prevalece a idéia do jornalismo como uma missão “nobre e elevada”,³⁷⁸ do presente, onde ele seria uma representação fiel da realidade e a de um futuro projetado, onde se prevê, por um lado, a existência de múltiplos públicos com demandas específicas de assuntos e tratamentos e, por outro lado, a existência de competências específicas da informação relativas à estrutura na qual é produzida (jornal, rádio ou televisão). Em meados da década de 60, conforme apontou Celso Kelly, para além da visão dos

“ velhos profissionais, a repetir os chavões de que o jornalista é fruto da vocação e jornalista na redação se forja, o ensino passou a ser reconhecido por seus indiscutíveis benefícios. A missão do jornalista, baseada no fato e em sua projeção na opinião pública, requer conhecimentos e critérios (...) na Associação Brasileira de Imprensa (...) entre suas atuais preocupações, encontra-se a de impulsionar os estudos em torno (...) da ciência da informação (no singular) elevando à condição científica - importa dizer, objetiva e técnica - a difícil e escrupulosa arte da comunicação com a coletividade.”³⁷⁹

Estes esforços ideológicos, práticos e acadêmicos de consolidação do princípio da objetividade e da ética profissional que lhe correspondia estiveram mergulhados, até o avanço da teoria crítica, nos parâmetros teóricos do funcionalismo norte-americano. Historicamente, este processo pode ser largamente difundido devido ao regime político de exceção imposto militarmente ao país a partir de 1964. Desta época em diante, observa-se um movimento no sentido da crescente verticalização do controle e propriedade das instituições de comunicação do país. A concentração de empresas jornalísticas, o fim dos pequenos e tradicionais jornais - como, por exemplo, o *Correio da*

³⁷⁸ SOUSA, Fernando Tude de. Citado por KELLY, Celso. As Novas Dimensões do Jornalismo. RJ, Agir, 1966, p. 87.

³⁷⁹ KELLY, Celso. Op. Cit., pp. 107-109.

Manhã,³⁸⁰ a crescente limitação do debate político, entre outros fatores, favoreceram, por um lado, a valorização dos aspectos formais do texto jornalístico e sua especialização e, por outro, a diversificação temática e a segmentação do público leitor. As considerações de Carlos Castelo Branco, um dos sobreviventes do colunismo político brasileiro, sobre as mudanças em curso neste período apontam para este novo formalismo associado aos parâmetros de expansão da tiragem e da circulação. Segundo ele, as razões que levaram os jornais a buscarem “padrões de eficiência informativa e de tolerância” foram o crescimento do público, a “necessidade de tornar-se um veículo idôneo de publicidade comercial que lhe financie substancialmente os custos” e a “crescente independência da opinião pública das cidades”. Para o autor, em 1968, “os jornais pouco se interessam por artigos de posição, a não ser em seções especializadas (...) a rotina é a informação e o comentário apenas elucidativo.”³⁸¹

Este, aliás, foi o comportamento por ele adotado, numa espécie de adaptação do anteriormente passional, violento e ostensivamente polêmico colunismo político para este padrão da pura informação “elucidada”. Ao contrário dos colunistas do período anterior a 1964, Carlos Castelo Branco criou um procedimento opinativo na esfera política que, pela sua sutileza e formalidade, escondia o autor do texto, como se quanto mais invisível ele fosse, maiores seriam suas possibilidades de acesso à *informação política*. Em tempos anteriores, a visibilidade pública dos autores dos textos opinativos era um dos mecanismos de prestígio e projeção para o campo da ação política parlamentar, já não mais facilmente vislumbrável a partir de então.

Um termo importante já foi considerado por Carlos Castelo Branco em 68, qual seja, a da identificação da prática jornalística à de um *serviço* prestado à sociedade. Segundo ele, “o jornalismo político, profissionalizando-se e neutralizando, perdeu em brilho mas ganhou em eficiência, em prestação de serviço. A consciência profissional afirmou-se.”³⁸² Esta noção de serviço associada ao que o autor denominou de “crescente independência” do público em suas opiniões e demandas e de

³⁸⁰ Sobre a agonia final do *Correio da Manhã*, consultar ANDRADE, Jeferson de. *Um Jornal Assassinado*. RJ, José Olympio, 1991; também COTTA, Pery. *A Imprensa nos Anos de Chumbo*. RJ, Bertrand Brasil, 1997.

³⁸¹ BRANCO, Carlos Castelo. “Cobertura Política”. *Cadernos de Jornalismo e Comunicação do JB*, nº 11, RJ, junho de 1968.

³⁸² BRANCO, Carlos C. Op. Cit., p. 55.

“consciência profissional” do jornalista é particularmente sintomático de novos atributos em formação no ambiente institucional da prática jornalística, que tenderão a se desenvolver em função da longa duração do regime militar e da crescente valorização de critérios formais sobre os conteúdos manifestos.

A noção de *serviço* ainda é analiticamente vaga o suficiente para permitir dois tipos de desdobramento. Ela pode ser associada, por um lado, a um processo de despolitização ao absoluto da realidade, mas, por outro, a uma autonomização crescente da competência crítica do público. No primeiro sentido, a informação, enquanto serviço, estaria vinculada ao quadro de uma visão sistêmica do processo social, onde ela funcionaria como fator de alimentação e regulação das suas partes operantes no sentido da manutenção de uma estabilidade e permanência das estruturas existentes. Esta é uma interpretação possível no ambiente de uma sociedade controlada militarmente e alijada da sua soberania política e cultural. Ela é compatível com os modelos de comunicação amplamente difundidos pela sociologia funcional norte-americana nas academias brasileiras e implementados nas estratégias de comunicação do Estado e nas redações dos jornais.

No segundo sentido, ela pode, talvez simultaneamente ao primeiro, resultar do amadurecimento do público nas suas leituras das idéias, dos valores e dos fatos da realidade social. O público trataria a informação enquanto serviço porque já adquiriu competência para interpretá-la e localizá-la num quadro referencial de valores, princípios e concepções da realidade não necessariamente imposto ou manipulado *a priori* pelos produtores de informação. Esta interpretação é válida quando considerada a ampliação do perímetro referencial proporcionado pela expansão das diversas estruturas de comunicação brasileira e pelo modo como diferenciaram e interagiram as formas de tratamento da realidade no interior destas diferentes estruturas (rádio, jornais, revistas, televisão e outros). Esse processo de pluralização de abordagem da realidade foi construído no âmbito da interlocução com públicos crescentes e heterogêneos, os quais, paralelamente, dominaram as regras operacionais desta pluralização formal e temática da discursividade jornalística. A noção de serviço se compatibilizaria então com certas dimensões da prática jornalística que não ultrapassam um

determinado tipo de registro da realidade social, basicamente feito de representações factuais sobre regularidades previsíveis no espaço da dinâmica estrutural da sociedade. Esta compatibilidade é admissível em situações de relativa normalidade e de continuidade não acidental da processualidade social. Ela não implica, necessariamente, como no primeiro sentido demonstrado, em procedimentos de despolitização ou de embotamento cultural do espaço público da comunicação, à medida que não tem seus conteúdos vigiados e controlados por instâncias internas ou externas ao âmbito do processo de produção de informação das diferentes estruturas de comunicação. Concorre para reforçar a viabilidade desta perspectiva, a expansão observada pela teoria crítica e pelo marxismo no ambiente das universidades e das formas organizadas de mobilização da sociedade civil e da produção alternativa de informação.³⁸³

O jornalismo norte-americano manteve uma posição francamente liberal sobre a prática jornalística até a década de 50, quando somente então começou a discutir questões relativas à sua responsabilidade ética. Segundo Robert Schmuhl,

“a publicação de *A Free and Responsible Press* pela Comissão para a Liberdade de Imprensa, em 1947, despertou um renovado interesse nas dimensões morais do jornalismo (...) por reclamar uma vigorosa autocrítica e propor a criação de uma agência independente para avaliar os meios de comunicação.”³⁸⁴

As propostas lá contidas, ainda conforme o autor, “levaram vários anos para se enraizarem e serem aceitas pelos jornalistas, pelos professores de jornalismo e pelo público em geral.” A partir de meados da década de 60, principalmente durante a Guerra do Vietnã e, posteriormente, com a cobertura do caso *Watergate*, emergiram, no âmbito da sociedade civil, movimentos, publicações e uma produção e intervenção acadêmica

³⁸³ Sobre a imprensa alternativa no Brasil e suas relações com o regime militar e o espaço político da época, consultar KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários - Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. SP, Página Aberta, 1991. Ler também sobre a cobertura dos movimentos sindicais neste período, FÉLIX NUNES, Antônio Carlos. *Fora de Pauta*. SP, Proposta Editorial, 1975.

³⁸⁴ SCHMUHL, Robert. (org.) *As Responsabilidades do Jornalismo*. SP, Nórdica, 1987, p. 13.

especificamente voltadas para a crítica cotidiana do exercício da *objetividade* no jornalismo. Conforme Robert Schmuhl,

“ as pessoas de dentro e de fora do jornalismo, entregues à sua vigilância, criticavam tudo e, principalmente, a conduta específica e as práticas jornalísticas e das novas instituições. Questões éticas relativas a temas como a falta de equidade ou equilíbrio, o desprezo pela privacidade, a existência de distorções e a glorificação do sensacional passaram para o primeiro plano, motivando jornalistas a fazerem exame de consciência e o público a balançar a cabeça. Jornalistas notoriamente sensíveis tiveram que suportar críticas vindas das mais diferentes direções - de revistas sobre jornalismo, como a *Columbia Journalism Review*, de críticos trabalhando em outras publicações ou em programas radiofônicos; de funcionários públicos, inclusive presidentes e vice-presidentes, de cidadãos particulares que se viam motivados a se queixar; de tribunais de todos os níveis da hierarquia judiciária e de conselhos informativos de todo tipo. ”³⁸⁵

Em 1967, o *Louisville Courier Journal*, foi o primeiro jornal a manter a figura do *ombudsman*, um crítico interno à publicação, responsável pela análise do exercício ético do jornalismo e pela recepção, investigação e resposta às denúncias recebidas. No Brasil, a revisão do conceito de objetividade veio no bojo da produção crítica acadêmica produzida pelas ciências humanas, em particular, pela sociologia, semiótica e pela comunicação. Nas três obras apontadas por J. M. de Melo, em 1972, como os “ três clássicos nacionais ” na área do estudo *científico* do jornalismo³⁸⁶ permanecem como parâmetros nos quais a objetividade é o princípio fundamental da qualidade pública da informação e o critério básico e central viabilizador de um *real* acesso aos fatos. Luis Beltrão, por exemplo, associava a noção de *popularidade* como resultante desejável do pleno exercício da objetividade, que levava a “prestar serviço a toda comunidade” e contribuía para a “promoção do bem comum.”³⁸⁷ A objetividade seria uma resultante, nesta perspectiva, do exercício adequado de um conjunto de técnicas de redação e da introjeção de uma responsabilidade derivada do caráter ainda

³⁸⁵ SCHMUEHL, Robert. Op. Cit., p. 16.

³⁸⁶ MELO, José Marques de. *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 16. Os três “clássicos” seriam os livros *O Problema da Imprensa*, de Barbosa Lima Sobrinho, de 1923, *Esprito do Jornalismo*, de Danton Jobim, de 1957 e *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, de Luis Beltrão, de 1960.

³⁸⁷ BELTRÃO, Luis. *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. RJ, Agir, 1960, pp. 94-95.

missionário da profissão e da centralidade da informação na vida cotidiana dos indivíduos. Observa-se que a idéia de *serviço* é subsumida como fator de estabilidade e integração social .

Em 1974, Alberto Dines propôs um estudo do jornalismo direcionado para a realidade do nível de inter-relação das diversas estruturas de comunicação existentes no país e fora, portanto, do ambiente ético abstrato das princípios e funções do jornalismo. A noção de objetividade foi substituída, em parte, pela de “independência”, que, segundo o autor “é a garantia de um jornal lido, aceito, respeitado e, sobretudo, influente, tanto nas informações quanto nas mensagens publicitárias.”³⁸⁸ Diante da emergência do telejornalismo e da radiofonia móvel, capazes de noticiar fatos no “calor dos acontecimentos”, o autor vislumbrou o lugar institucional da imprensa não apenas como uma questão de exercício de códigos de ética ou de responsabilidades sociais do jornalista. Ele traçou um quadro amplo de estratégias necessárias à manutenção estrutural da imprensa, onde a noção da independência se apresenta como uma resultante deste conjunto associado de iniciativas que atingem a dinâmica infraestrutural, organizacional e redacional da prática jornalística: estratégias de circulação, investimento em tecnologias mais avançadas, escolha de um determinado público leitor, sintonia com os noticiários da televisão e do rádio, e, no plano redacional, o investimento no então denominado *new journalism*: a ruptura com a padronização herdada pelo modelo do *lead* , com a dependência gerada das agências noticiosas e das fontes governamentais oficiais e a desacomodação do repórter: a busca do relato, do depoimento testemunhal praticado pelo jornalismo investigativo e interpretativo. Segundo Dines, deveria-se opor o “jornalismo de gabinete” ao “jornalismo de campo”. O antigo “furo” jornalístico buscado pela imprensa da década de 50 foi substituído pelo formalismo do jornalismo pós-64 e já não podia mais orientar a prática do período porque, conforme Dines, a televisão e o rádio já tinham acesso e poder de difusão tecnicamente superiores e mais convincentes e chamativos do que o jornal. O papel do jornal deveria ser, então, segundo ele, levar o leitor a

³⁸⁸ DINES, Alberto. O Papel do Jornal - Uma Releitura. 4a. ed. ampliada, SP, Summus, 1986, p. 85. A primeira edição data do ano de 1974.

“assegurar-se da sua situação dentro dos acontecimentos. Isto só se consegue com o engrandecimento da informação a tal ponto que ela contenha os seguintes elementos: a dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação com outros fatos, a incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro (...). Este jornalismo investigativo tirará o jornal diário da posição quase secundária que hoje está assumido ao colocar-se no caudal da TV, ou como seu complemento. Mas é justamente o contrário que deve acontecer: o diário gera a notícia, puxa o cordão dos fatos, desamarra o fio dos eventos. É o repórter do jornal, (...) que pode buscar o fato escondido e não acontecido e recolocar o jornal na crista do processo comunicativo.”³⁸⁹

Alberto Dimas aproveitou também a noção de “ecletismo” e de “busca da verdade” de Luis Beltrão para qualificar uma nova versão da *objetividade*, como sendo uma prática que “abriga várias correntes e tendências de pensamentos”. Um certo relativismo permeia então o que anteriormente se via absolutamente contido num único princípio. Ele se complexificou num conjunto de estratégias e, sobretudo, na vinculação da seleção dos fatos ou no recorte da realidade à busca das *verdades* contidas nos fatos que constituem a realidade na qual vive o público imaginado e previamente equacionado pelo jornal. A prática investigativa e interpretativa, nesta medida, se constrangeria ao perímetro da realidade social na qual pressupostamente estão os públicos respectivos a cada jornal.

A crítica da sociologia brasileira ao processo capitalista em desenvolvimento no país refletiu-se nas análises sobre as instituições de comunicação. A crítica ao capitalismo monopolista e transnacional se estendeu em estudos da interferência do capital norte-americano sobre a produção e circulação de produções culturais estrangeiras no Brasil e sobre sua influência nas produções feitas pelas estruturas nacionais de comunicação. Passou a prevalecer uma crítica severa ao conceito de objetividade desde a sua total negação até ao planejamento de novas condições nas quais ele poderia ser redefinido. O conceito de comunicação como mercadoria resume praticamente a maioria das análises feitas nas décadas de 70 até meados de 80. Um dos autores que mais trabalhou nesta perspectiva foi Ciro Marcondes, seja organizando

³⁸⁹ DINES, Alberto. Op. Cit., p. 92.

coletâneas de autores alemães que operavam nesta perspectiva analítica,³⁹⁰ seja valendo-se deles como apoio teórico para as suas considerações sobre a natureza do instituto jornalístico como um “complexo industrial-tecnológico” aliado a “grandes forças econômicas” “detentoras do poder” voltadas para o “monopólio” da opinião pública.³⁹¹

Esta perspectiva bélica da ação jornalística sofre dos rigores da determinação interestrutural mecanicista de certas versões do marxismo acalentadas na academia brasileira. Nela, as empresas jornalísticas são “instituições-suporte” centrais numa bem montada estrutura de dominação social que conta com a força do capital nelas investido e o controle ideológico sobre elas imposto pela classe detentora deste capital. Têm-se um conceito de notícia como reelaboração parcial dos fatos da realidade de acordo com os critérios ideológicos definidos pelas prioridades de reprodução do grande capital, que a condiciona a tornar-se uma mera mercadoria, com apelos “estéticos, emocionais e sensacionalistas”; como uma “arma de combate ideológico” que oculta os conflitos de classe e um instrumento de incentivo à estrutura econômica vigente. Seus mecanismos operativos realizam-se como “formas de encobrimento e falseamento” da realidade dividindo-a numa ordem vigente inquestionavelmente necessária e numa outra em que o caos impera. Além disso, promovem fragmentações da realidade, descontextualizações dos fatos, personificações dos processos sociais, criam “bodes expiatórios”, “cultos a personalidades”, padronizações que impedem o entendimento claro dos acontecimentos, supressões, omissões e outros tantos mecanismos falsificadores do real.

Tais procedimentos já estariam, segundo Ciro Marcondes, internalizados nos próprios profissionais de comunicação, na forma de auto-censuras. Apesar de admitir brevemente que nem todos os fatos poderiam ser sujeitos a tal tratamento e que neles residem as fendas que podem levar a mudanças neste quadro de relações de poder, sua participação maior parece residir na formação de uma ou duas gerações de profissionais de comunicação fortemente esclarecidos sobre a necessidade de intervirem criticamente como agentes conscientes deste

³⁹⁰ MARCONDES FILHO, Ciro. (org.) *Imprensa e Capitalismo*. SP, Kairós, 1984.

³⁹¹ *O Capital da Notícia*. SP, Ática, 1986.

imenso mecanismo falsificador da realidade social. Este período coincidiu historicamente com o processo de abertura política do país que criou a *Nova República*.

As considerações de Ciro Marcondes e de muitos estudos particulares que operaram nesta linha de denúncia de relações de dominação no interior da prática jornalística tiveram um passado recente onde apoiar seus postulados. Durante toda a década de 70, efetivamente, as empresas de jornalismo estiveram sob a forte e permanente censura do Estado. Alguns jornais, como os do grupo *Folhas*, de São Paulo, não chegaram a ser censurados simplesmente porque incorporaram a prática da auto-censura, enquanto outros, como *O Estado de São Paulo*, tentaram resistir publicando receitas de bolo e versos de Camões nas páginas onde deveria haver um noticiário. Paralelo a isto, muitos jornais procuraram, durante estes anos de exceção política, consolidar melhor financeira e infra-estruturalmente suas empresas, o que redundou, em muitos casos, em redimensionamentos, em processos de incorporação de pequenos jornais e, conseqüentemente, numa acentuação da verticalidade funcional destes jornais.

A parte redacional, como já foi abordado, restringida em suas potencialidades discursivas e interventoras políticas e culturalmente, sofreu um processo contínuo de padronização sincronizado com medidas de segmentação da produção em projeções de públicos especializados. Há uma linhagem significativa de estudos críticos sobre as repercussões destas mudanças estruturais internas aos jornais em relação à anulação, desvirtuamento e outras formas de supressão do potencial crítico e emancipador do discurso jornalístico. Apesar de todos estes mecanismos internos e externos de cerceamento das potencialidades discursivas do jornalismo, cabe considerar que ele, institucionalmente, não deixou de se auto-legitimar como instância referencial e identitária do espaço público.

Mas os resultados colhidos da experiência destes cerceamentos configuravam-se na emergência de uma reelaboração do seu discurso auto-legitimador, por força, em grande medida, do profissional formado dentro de paradigma críticos e da possibilidade de

novamente expressarem-se as divergências no plano público. Um dos jornais a despontarem explicitamente na linha de frente de uma auto-legitimação não mais supostamente fundada na representação do interesse comum de toda a sociedade, mas de parte dela, foi a *Folha de São Paulo*. Esta nova postura foi não apenas expressa em relação à época em que foi formulada, mas também como releitura da ação pública do jornal no período de exceção política. Assim o fez Otávio Frias Filho, diretor da *Folha*, em depoimento sobre o comportamento político do seu jornal durante o regime militar, em 1984:

“ eu acho que jornal não é partido político, jornal não é grupo teórico, não é escola ideológica. Eu acho que jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a *Folha* faz isso. O nosso compromisso é com os nossos leitores. Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a *Folha* tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocaram para uma posição mais crítica, mais reivindicante, a *Folha* se deslocou também. Eu acho que se por um lado isso pode ser visto como oportunismo, por outro lado, também com a mesma razão, eu posso chamar de fidelidade ao grupo social para quem a gente trabalha e a quem a gente está servindo. ”³⁹²

Novamente a menção à noção do jornalismo como um *serviço*, agora não mais dirigido a toda a sociedade, mas ao seu público leitor. A *Folha de São Paulo* foi um dos poucos jornais preocupados em definir internamente uma clara política editorial. Essa preocupação resultou num processo longo configurado na forma de um “Projeto Folha” que envolveu seus profissionais e que chegou a produzir seis documentos no período de 1978 a 1986. Conforme, C. E. Lins da Silva,

“todos foram discutidos e aprovados no Conselho Editorial, mas os dois últimos foram elaborados a partir de discussões internas na redação, que contaram com a participação de todos os jornalistas, e

³⁹² FRIAS FILHO, Otávio. “A Folha e as Diretas”, entrevista para Lua Nova - Cultura e Política. Nº 2, SP, Ed. Brasiliense/Cedec, julho/setembro de 1994, pp. 35-36.

redigidos por uma comissão de jornalistas nomeada pelo diretor de redação.”³⁹³

Ao ineditismo da discussão coletiva da política editorial interna ao jornal, soma-se a posição do jornal, em 1982, de defesa do que denominou de “apartidarismo” sinônimo de *independência e profissionalismo*. O documento “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo” dizia que

“Esses esforços no rumo da independência exigem (...) um crescente profissionalismo da nossa parte. Embora a imparcialidade seja uma fantasia (...), ainda assim é preciso reconhecer que há tratamentos jornalísticos mais parciais que outros (...). Nesse sentido profissionalismo é sinônimo de desengajamento. É uma luta sem trégua contra o *parti pris*, contra o preconceito, contra o senso comum (...) contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas ou ambíguas.”³⁹⁴

Carlos E. L. da Silva interpretou esta opção editorial da *Folha* como uma escolha de priorização da forma jornalística sobre a política, que se completaria com o “Manual Geral da Redação”, onde é admitido que “não existe objetividade em jornalismo”, mas é aconselhado que se busque ser “o mais objetivo possível”. No Projeto editorial de 1985/86, além de afirmar os parâmetros “técnicos” anteriormente fixados de *crítica, apartidarismo, modernidade e pluralismo*, somaram-se os de *serviço* e de *didatismo*. A noção de serviço se configurou então objetivamente como um procedimento que visava tornar a informação *útil* “não apenas para o esclarecimento do leitor, mas para a sua vida concreta, prática. As pautas devem explorar os temas que mantenham relação real imediata com a vida de quem compra o jornal.”³⁹⁵

A noção de serviço está associada fundamentalmente ao caráter mercadológico da produção de informações mas também ao que se credita à capacidade já amadurecida do leitor de filtrá-las e interpretá-las de acordo com a sua concepção da realidade, que não necessariamente é manipulada ideologicamente por determinadas forças

³⁹³ LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias - Os Bastidores da Revolução em Um Grande Jornal*. SP, Trajetória Cultural, 1988, p. 68.

³⁹⁴ LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Op. Cit., p. 74.

³⁹⁵ . Op. Cit., p. 92.

supostamente hegemônicas no plano político e cultural ou incompatível com outros interesses sociais relativos aos demais setores da sociedade. Há a pressuposição de uma pluralidade de públicos em interação, cada qual supostamente em busca da satisfação de seus próprios interesses, como estrutura objetiva do espaço ampliado da discursividade pública. Põe-se em questão duas interpretações desse procedimento editorial e da noção de espaço e interesse públicos correspondentes. Por um lado tem-se a perspectiva de C. E. Lins da Silva, para quem

“o projeto e o manual não fazem a defesa da objetividade nos mesmos moldes da escola americana tradicional, entre vários motivos, porque seus autores são pessoas que leram e absorveram a crítica maciça contra tal defesa (...). A ideologia do apartidarismo defendido pelo projeto teria que se justificar por outros elementos. A lógica de mercado viria ser a base dessa argumentação. O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque representem uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar. A lógica não é ética e nem política. É apenas mercadológica. O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da “opinião pública” mas somente falar a todos os grupos que constituem o seu leitorado. Se, em decorrência disso, a sociedade melhorar, tanto melhor para todos.”³⁹⁶

No entender de Giannotti, por outro lado, que debateu publicamente com Otávio Frias Filho sobre a política editorial no seu jornal, o que se expressa nessa apologia da técnica sobre a ética, como saída para a constatação argumentada por Frias de que, “não existe neutralidade nem objetividade”, é o exercício de um ceticismo absoluto e anárquico “a duvidar de tudo e de todos, verdadeira metralhadora giratória sapando cada assertiva com uma dúvida bem dosada (...) no ato absurdo de devoração do outro.” Para Giannotti a notícia transforma-se então no *deslize*, descaracterizando uma das funções básicas das instituições públicas do Estado de direito, que é a da defesa de valores e princípios básicos que fundam a democracia e a cidadania previstas eticamente em seus termos.

³⁹⁶ LINS DA SILVA, Carlos E. Op. Cit. p.100.

O que vem à tona nestes debates só pode ser entendido dentro de um quadro mais amplo de fatores que incluem desde a posição redacional dos jornais no ambiente das instituições de comunicação como um todo, à emergência da crise dos paradigmas explicativas da realidade dentro das ciências sociais. O fato de um jornal de grande penetração nacional assumir publicamente fundamentos auto-legitimadores não mais vinculados à clássica noção de interesse comum ou de interesse público em geral, não mais o ameaça de descaracterização como instituição pública, à medida que já são conhecidos da maioria dos segmentos do público os fatores estruturais que limitam a ação jornalística, ou seja, o seu processo interno de produção, sua natureza mercadológica, seu direcionamento para determinados segmentos sociais e outros tantos aspectos internos à sua conformação institucional. Neste sentido, as declarações de Otávio Frias não provocaram uma comoção generalizada seja nos demais jornais, nos públicos diversos e na academia. A aposta editorial na técnica sobre a ética, por sua vez, teve força suficiente ainda para argumentar publicamente contra a defesa de valores democráticos universais, porque apoiou-se na polêmica e irresolvida questão científica da importância formal do método como critério e prova de verificação da realidade que, em última instância, acaba por levar à validação destes valores universais da condição humana.

Além disso, a pluralidade de publicações periódicas, de jornais e de produções noticiosas das diversas emissoras de rádio e televisão levou à possibilidade objetiva de constatação de significativas diversidades de informações produzidas por estas estruturas. Este processo coincidiu também com a emergência de novos movimentos sociais e de seus correlatos discursos sobre a sociedade. Dentro deste ambiente novamente plural, mesmo que ainda desigual em termos de acesso à verticalidade das estruturas de comunicação, os discursos públicos neles formados aprenderam, por experiência própria, a conviver com uma discursividade que não mais precisava falar necessariamente da parte em nome do todo, mesmo que esta ainda seja uma prática profundamente enraizada nas instituições de comunicação. Em grande parte, o aumento do volume de informações acessível a estes públicos, a crescente fragmentação da realidade, a segmentação do conhecimento e das informações, a ruptura com aspirações explicativas

totalizantes, a invasão de realidades sonoras e imagéticas e suas intersecções com a discursividade jornalística, contribuíram, também, sobremaneira, para uma limitação da ambição essencialmente ética e política dos discursos públicos.

Ela permanece curiosamente, ainda de forma mais arcaica, nos jornais, à medida que são coagidos a expressarem-se verbalmente e que ainda mantém, em termos estruturais, muitos dos princípios e procedimentos historicamente herdados. Sobretudo porque encaminham o contato com os fatos da realidade dentro de uma racionalidade prioritariamente prático-moral. Em seus cadernos remanesce o esqueleto básico de uma concepção do mundo dividida em temas políticos (Estado), sociais (sociedade civil, iniciativa privada) e culturais (educação, ciência, arte, lazer, entretenimento), com intersecções inevitáveis entre si que não rompem, entretanto, uma divisão iluminista do mundo. Os jornais dirigem-se por outro lado, àquelas camadas diretamente vinculadas ao gerenciamento da vida pública privada, envolvidas na construção deste gerenciamento e por ele afetadas. São estruturas em sua maioria, ainda voltadas para as camadas mais esclarecidas e política e culturalmente mais atuantes no grande cenário público nacional. A informação, enquanto serviço, atende ao interesse referencial mais sofisticado destas camadas aprofundando-se e especializando-se em temáticas superficialmente tratadas por outras estruturas como, principalmente, o rádio a televisão. Os leitores dos grandes jornais de circulação nacional, ainda são aqueles com formação educacional superior à média nacional e situação econômica mais estável. De acordo com os contatos feitos com o público da *Folha de São Paulo*, durante o período de 1989/90, na condição inédita de primeiro ombudsman da imprensa brasileira, Caio Túlio Costa levantou como público interativo com o jornal, estudantes de segundo grau e universitários; industriais e comerciários, jornalistas, escritores, professores universitários, comerciantes, executivos, consultores, advogados, empresários, industriais, funcionários públicos, políticos, ministros, governantes, médicos, dentistas, micro-empresários, engenheiros e outros profissionais liberais.³⁹⁷

³⁹⁷ COSTA, Caio Túlio. *O Relógio de Pascal*. SP, Siciliano, 1991, p. 28.

Mas do ponto de vista da razão referencial, identitária que orienta a produção de sentido no espaço público da comunicação, sua participação negocia com sentidos oriundos de fontes diferenciadas com potenciais diversos de discursividade e interação com o público, onde a televisão e suas redes nacionais obtêm uma posição hegemônica em relação às demais fontes, coagindo-as de certo modo, a interrelacionarem-se com suas linguagens e procedimentos de representação da realidade. Para os jornais isto repercute basicamente como fator de dissolução da competência exclusivamente discursiva de formar consensos e concepções da realidade. A inter-relação com outros padrões lingüísticos interfere e modifica esta competência levando-a a considerar sua intervenção pública como relacional e complementar dentro do circuito referencial mais amplo interno às instituições de comunicação. Isto significa que, por mais influentes que sejam sobre as camadas sócio-economicamente mais favorecidas da sociedade brasileira, não podem, por si, a princípio, impor publicamente um tipo particular de referencialidade sobre a realidade. Esta é uma situação bastante distinta das suas configurações históricas anteriores.

CONCLUSÃO

Na origem deste estudo havia uma intenção simples: mostrar que as instituições de comunicação deveriam ser explicadas historico-sociologicamente de um ponto de vista interno a sua especificidade estrutural e discursiva. Esta intenção transformou-se numa convicção e daí, em postulado básico para todo o trabalho. O conhecimento do modelo habermasiano de esfera pública burguesa, ao mesmo tempo que abriu sistematicamente a possibilidade de situar a origem e o desenvolvimento destas instituições num quadro espaço-temporal próprio da era moderna, reforçou a premissa de que o produto destas instituições não se confundia com aqueles respectivos às instituições e práticas das três esferas de conhecimento (ciência, política e arte) e animou, sobremaneira, o interesse pela descoberta e delimitação do lugar institucional particular desta prática de comunicação coletiva. Este tornou-se, então, o problema central a ser investigado: a definição da especificidade institucional da comunicação em relação às demais instâncias culturais e políticas socialmente reconhecidas.

Apesar do amplo e polêmico interesse que o modelo de esfera pública oferece no campo do debate puramente conceitual, optou-se pela aplicação dos seus termos no processo histórico brasileiro. Este procedimento, por sua vez, implicou em críticas e adequações que terminaram por encontrar-se com os impasses teoricamente levantados pelas reflexões essencialmente normativas. Defrontou-se, enfim, com as mesmas indagações presentes em estudos sobre a categoria de esfera pública e, por tratar-se de uma reconstrução histórico-sociológica específica, que não podia interromper seu curso explicativo em função da inexauribilidade do debate, procedeu-se a uma reflexão também teórico-conceitual capaz de viabilizar o desenrolar do processo de investigação.

Acredita-se que este esforço simultâneo de adequação do modelo e de reflexão sobre o referente normativo habermasiano conseguiu viabilizar a elucidação da origem e desenvolvimento da especificidade institucional da imprensa no país, principalmente no período compreendido entre a sua origem, no início do século XIX, até sua configuração como empreendimento auto-sustentável, no começo do século XX. A noção de esfera pública forneceu o terreno propício para o entendimento das contradições e peculiaridades da emergência da imprensa já com feições marcadamente políticas e engajada no processo de discussão do Estado brasileiro.

Envolvida instrumentalmente no movimento pela Independência, com apenas quatro anos de existência ela já tinha assegurados, na Constituição de 1824, o princípio da liberdade de expressão pública e o atributo de instância comunicadora dos fatos e pensamentos correntes. Uma legitimidade institucional precocemente alcançada dentro de um padrão com grande potencial de inquietação e abalo das instituições políticas. Este rápido prestígio e reconhecimento só podem ser compreendidos quando localizados no terreno mais amplo do avanço político da esfera pública brasileira, cuja maior peculiaridade era sua relativa confusão de fronteiras com o Estado.

O que permitiu à imprensa atingir um nível de grande reconhecimento foi a sua nobilitação como instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, formações e manifestações, dentro do espaço da discursividade política nacional. A expressão pública era um procedimento necessário à projeção de idéias e interesses e os jornais atuavam, portanto, como veículos protegidos em função da defesa e manutenção da vitalidade do jogo político. A imprensa traz o registro da diversidade deste jogo, porque atuou nas diferentes posições em confronto.

Algumas características do modelo habermasiano não se aplicam ao caso brasileiro, como, por exemplo, a vinculação da defesa de um modelo liberal de prática política e de institucionalização da imprensa a um projeto defendido sobretudo pela burguesia e, daí, a atribuição aos jornais de um papel *mediador* do interesse da sociedade

civil junto ao Estado monárquico. O liberalismo, a princípio, foi abraçado no país por diferentes segmentos políticos como recurso contra um inimigo externo comum, no caso, o domínio português; e manteve-se como fator de defesa da atuação política destes próprios segmentos. Seu exercício mostrou-se, todavia, em quaisquer das duas formações partidárias principais do período imperial - a liberal e a conservadora -, como politicamente discriminatório e excludente. Não há como vincular os jornais ou tais partidos ou quaisquer dos segmentos políticos atuantes neste período à idéia de agentes *mediadores* da “*sociedade civil*”, dada como categoria genérica, simplesmente porque esta se confunde com os integrantes do *espaço público*. Prevaleceu um padrão restritivo destas categorias, constituídas pelos indivíduos com formação cultural e recursos econômicos; sobretudo por pessoas educadas e treinadas para integrarem a burocracia estatal ou o parlamento.

A configuração que predominou estrutural e discursivamente durante o período imperial foi, portanto, a do jornalismo político. Este padrão deu margem à sugestão de um tipo ideal de procedimento no espaço público alicerçado na força da palavra impressa. Palavra envolvida na construção de uma identidade nacional abrangente; em busca de um projeto global de consolidação das instituições político-jurídicas brasileiras. A predominância e o prestígio alcançados por este padrão, quando observados do ponto de vista interno ao fazer jornalístico, revela-se, entretanto, como uma forma muito específica entre outras tantas possíveis de manipulação dos recursos da comunicação pública. Esta observação é vital para a identificação da origem dos novos elementos que alimentaram as mudanças estruturais da configuração da imprensa, já observáveis em meados do século XIX, nas distinções tendencialmente mais claras entre os diferentes tipos de jornalismo político, dos setores que os instrumentalizavam, do perfil dos *jornalistas* que os redigiam e do ponto de vista pelo qual dialogavam dentro do cenário político sobre sua estrutura e função.

As razões desta mudança fogem, aos poucos, da competência explicativa do modelo habermasiano. O principal obstáculo consiste no equívoco de pressupor um pertencimento da

comunicação como instância própria do conhecimento prático-moral; no privilégio aos atributos políticos, de crítica e polêmica das suas manifestações públicas. Esta perspectiva tem repercussões profundas que vinculam, por exemplo, os atributos críticos da comunicação a um projeto de emancipação humana somente gerenciável numa esfera interativa não colonizável da vida em sociedade, cujos processos de legitimação resultam de consensos linguisticamente mediados. Isto gera impasses teóricos de grandezas aparentemente insuperáveis. Para evitar a oposição simplista (*imprensa política* x *imprensa de negócios*) em que desemboca a compreensão da estrutura e dinâmica da comunicação contemporânea no modelo habermasiano, procurou-se delimitar uma racionalidade específica às instituições de comunicação, denominada de referencial-identitária, capaz de abranger potencialmente as demais racionalidades relativas às esferas de conhecimento, mas realizando também outras operações de caráter estratégico, oriundas da presença de elementos da circularidade cotidiana da vida privada, da processualidade do tempo histórico. Sua dinâmica referencial é seletiva, parcial, transitória, arriscada, efêmera, mas, ao mesmo tempo, reflexiva e identitária.

Assim, as outras potencialidades da prática jornalística não referíveis ao debate político podem ser entendidas como elementos partícipes num determinado momento histórico, quando ativadas em função da necessidade e do interesse de ampliação formal e temática da referencialidade criada no âmbito da comunicação pública. No contexto das mudanças materiais do país e da urbanidade carioca - de olhos postos no cosmopolitismo europeu -, observa-se uma abertura qualitativa do perímetro da discursividade pública, dos seus interesses, integrantes, da natureza de suas intervenções e dos formatos das publicações informativas em geral. Despontam jornais com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário, atuando como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas, diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação. Além disso, tendencialmente auto-sustentáveis por meio das vendas de assinaturas, avulsas e de espaço publicitário.

Neste quadro transicional é importante ressaltar o convívio da imprensa essencialmente política com a emergência de novos formatos jornalísticos que, apesar do privilégio ainda concedido à área política, passam a dividi-la com outras temáticas, como a reprodução de obras, e críticas literárias e artísticas, além do noticiário mais frequente sobre assuntos urbanos imediatos. Esta concomitante diferenciação de publicações e públicos é correlata ao crescimento das cidades e contribui para a identificação mais clara do âmbito material (dos recursos físicos e da organização administrativa) e discursivo da prática jornalística. Ela deixa de ser exclusivamente um instrumento da ação política, tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública. Torna-se mais um agente no cenário expressivo do meio urbano com finalidades referenciais e identitárias próprias de uma instituição pública. Cria o que Anthony Giddens denomina de um processo contínuo de reflexividade no interior de um sistema referencial interno que monitora a dinâmica dos sentidos publicamente manifestos, construídos e transformados.

Este processo tende a consolidar infraestruturalmente a imprensa como empreendimento comercial, o que não implica numa sujeição das temáticas aos interesses financeiros da empresa. Este é um dos pontos básicos da análise. A nova variável presente na dinâmica dos jornais comerciais do começo do século XX advém do giro discursivo em direção a um público mais heterogêneo, formado pelas classes médias urbanas, da ampliação do espaço público provocada por esse giro e do direcionamento do debate e da informação para questões oriundas do meio urbano. Os jornais discutiam com o Estado, seus segmentos políticos mais expressivos e com esta classe média basculante na solidariedade, por um lado, ao pensamento político autoritário e seus valores aristocráticos e, por outro, aos seus próprios interesses e das classes menos favorecidas. Este conjunto variável e instável de elementos refletia-se numa imprensa também oscilante em suas aproximações com estes diferentes setores e interesses.

O que a experiência deste convívio confirmou foi a necessidade crescente da imprensa de fixar e diferenciar o seu próprio espaço e eixo daqueles das demais instituições sociais. O recurso usado

para tanto foi a incorporação cada vez mais seletiva dos discursos oriundos destes outros setores, enquadrados numa técnica textual definida como característica da imprensa, porque supostamente representativa, imparcial e objetiva. Ela legitimou-se como mais uma instância centralizadora e organizadora dos conteúdos da discursividade da esfera pública da época, sem, entretanto, imunizar-se das pressões advindas dos diversos setores da sociedade, inclusive dos confrontos entre publicações.

Um dado importante nesta configuração é a mudança de um conceito restritivo de público, como relativo a questões políticas, por uma noção mais abrangente que inclui a vida privada, o universo cultural e as várias linguagens estético-expressivas. Elementos que passam a fazer parte do processo de interação, sociabilidade e construção de sentidos coletivos. Esta ampliação se apóia numa abertura concreta do olhar público para territórios velados pela marginalização social; então incluídos e chamados a participar, mesmo que de forma indireta e restritiva, da referencialidade construída pela imprensa. Esta, de certo modo, precisava nomear e mapear todo o espaço urbano e, neste procedimento, incorporava potencialmente grande contingentes na dinâmica das suas representações.

A entrada em cena do rádio, sua difusão em quase todo território nacional formando largas audiências, contribuiu sobremaneira para iniciar grandes populações nas regras de referencialidade e interação das estruturas de comunicação. Analfabetos, segmentos economicamente excluídos e distanciados do circuito das grandes cidades passaram a decodificar um conjunto de formatos e conteúdos próprios da radiofonia. Entende-se este processo como uma forma de aprendizado e inserção numa esfera ampla de construção de identidades de ambição nacional, a princípio alimentada por conteúdos da vida privada. Por programações humorísticas, de variedades, musicais e novelescas com antepassados visíveis na imprensa, no teatro de revista, nas peças de costume, nos folhetins e romances vendidos em grande escala. Esta forma de entender a participação do rádio na ampliação da legitimidade discursiva das instituições de comunicação e na formação de referenciais coletivos de valor e sociabilidade incorpora a tradicional recorrência ao conceito de *cultura popular* e *cultura de massa*. O que se

dispõe aqui como *popular* é o lugar do processo simultâneo de construção e aprendizagem de um sistema referencial identitário, onde públicos heterogêneos buscam elementos de toda ordem que reorganizem constantemente sua competência de experimentar, realizar práticas, criar valores e comportamentos. Nele se integram, parcial e seletivamente, elementos de diferentes ordens de conhecimento e experiência. Por este caminho, por um lado, evitam-se atributos comuns de tradicionalismo, hermetismo, isolamento e autoctonia do conceito de *popular*, integrando-o, em níveis diversos, aos demais sistemas referenciais publicamente criados e, por outro lado, elimina-se a coincidência com o conceito de *massa* e suas paralizantes e imanentes polaridades.

É certo que o contato deste grande público com a informação noticiosa e opinativa, principalmente aquela de caráter político, crítico e polêmico, viu-se necessariamente limitado por forças externas impostas pelo regime de exceção do governo Vargas. A inibição desta vertente discursiva certamente teve implicações sobre o amadurecimento e a participação política deste público na cotidianidade de suas interações institucionais, mas não significou um necessário embotamento do domínio de procedimentos de escolha e de participação social.

No período posterior ao Estado Novo, pode-se observar a retomada da política por setores diversos. O rádio não foi o principal agente neste processo, mas participou dele em sintonia com os jornais e, com isso, mudou qualitativamente o alcance do debate político dentro do país. Entre a queda de Vargas em 1945 até meados da década de 60, a imprensa ainda foi o fórum privilegiado do debate público, marcadamente político. Analiticamente, o que se procurou ressaltar foi o desenvolvimento interno destas instituições tanto em termos estruturais como processuais. De forma mais evidente do que em outros períodos, é nesta fase que se observa como configurações tecnológica e racionalmente mais avançadas em termos de produtividade não inibem a pluralidade dos discursos e das intervenções possíveis. Chegam, em certa medida, a servir de suporte para ações mais ousadas. O que o processo interpõe neste ambiente são elementos herdados de práticas criadas e desenvolvidas, como a

instrumentalização dos jornais em torno de causas nacionais (como, por exemplo, as campanhas nacionalistas pelo petróleo e contra o capital estrangeiro), de interesses partidários, governamentais e econômicos, a abertura para intervenções individuais com grande repercussão pública, a tematização polêmica e conflituosa do processo político e da forma de condução do Estado. Elementos oriundos de uma tradição do jornalismo político missionário e combativo que, nesta época, ainda se sobrepõe ao formalismo científico procurado pelo texto noticioso.

Evidencia-se a força deliberativa interna à imprensa, para além de pressões oriundas da necessidade de afirmação de um modelo racional e asséptico de produção de informação correlato ao seu processo de *modernização* infraestrutural. A implantação e defesa deste modelo serviu para legitimar intervenções marcadamente parciais, intencionais, eivadas por interesses políticos particulares e concorrenciais entre os jornais. Se a estrutura pressupunha formalmente uma relação entre opinião e noticiário como dois pesos capazes de encontrar uma justa medida, o contexto político, cultural e social instável, complexo e institucionalmente fragilizado abriu espaço para que um mecanismo de “*tradição seletiva*” prevalecesse como matriz discursiva, reativando parâmetros ainda valorizados pela prática historicamente construída, permitindo que o jornalismo mergulhasse profundamente no denso caldo de interesses, contradições e pressões em conflito.

É esta mesma força do contexto histórico que, por sua vez, quando bruscamente silenciou o espaço das lutas políticas, favoreceu um reencontro objetivo da estrutura com seu formalismo discursivo. O modelo norte-americano de produtivismo econômico pode influenciar o reordenamento do percurso institucional da imprensa. A presença deste modelo se ramificou em setores fundamentais como as escolas de jornalismo, responsáveis, em grande parte, pela construção de um novo perfil de profissional bastante distanciado da herança passional e missionária do passado.

A questão básica sobre a consolidação da diversidade da imprensa em termos de um tecnicismo controlável por manuais de redação, especialização de funções, setorizações, hierarquizações e imposição de

ritmos otimizados de produção de informação permanece ainda vinculada à distancia entre esta normatividade e as mudanças implicadas no seu próprio exercício dentro de um contexto social que não favoreceu a expansão da imprensa para além dos setores económica e culturalmente mais favorecidos. O conceito de informação e a prática da *objetividade* revestiram-se de um atributo de *serviço público*, subsumido, a princípio, como fator de estabilidade e integração social. Foi preciso, posteriormente, planejar estratégias que assegurassem o convívio do jornalismo com as demais estruturas de comunicação, como o rádio e a televisão. A emergência da teoria crítica forçou uma decomposição da noção de *objetividade* num conjunto de situações específicas na relação entre emissor e receptor. O convívio destes receptores, por sua vez, dentro do sistema referencial produzido pelas instituições de comunicação, os levou a adquirir competências de traduções particulares dos sentidos manifestos, de intervenções singulares na construção destes sentidos, criando aberturas para as próprias instituições de comunicação desenvolverem margens de liberdade em relação ao seu compromisso formal de discursividade.

Ao mesmo tempo que este formalismo organiza e orienta a produção de informação, já não se faz necessário atribuir-lhe uma imparcialidade que, enfim, jamais existiu. Isto permite aos jornais, em certa medida, paralelo ao trabalho cotidiano de referencializar codificada e sistematicamente os setores mais proximamente envolvidos em processos deliberativos e gerenciais da vida produtiva, política e cultural do país, intervir singularmente como mais um agente desta esfera. Permite invadir atribuições de outros setores institucionais a serviço, aparentemente ou não, dos interesses do seu público-alvo, criar fatos e movimentos, como, por exemplo, o pelas eleições diretas em 1984 e o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

Nas três décadas posteriores ao Estado Novo, o que até então se anunciava como o modelo necessário de jornalismo contemporâneo, foi efetivamente buscado e, em grande medida, consolidado. Por esta razão principal, fez-se a demarcação da etapa final deste estudo neste período. As questões levantadas anteriormente estão presentes nos estudos mais recentes da imprensa e do comportamento político das instituições de comunicação brasileiras. Mas concernem a

um outro tipo de esforço reflexivo que deve levar em conta as relações de complementariedade, conflito, concorrência e consenso entre estas instituições. Esforço este que responde pelo que seriam as tendenciais configurações futuras da prática jornalística, já que, como padrão básico, prevalecem ainda os critérios e parâmetros dispostos no formalismo do jornalismo como prática objetiva e imparcial, fixado nos manuais de redação e estilo e na bibliografia correlata, disponíveis nas redações e nos cursos de comunicação até os dias atuais. A intenção básica foi a compreensão da continuidade do processo de transformação das conformações estruturais do jornalismo, a busca das práticas legitimadoras desta continuidade. Entender a dinâmica da origem e desenvolvimento da institucionalização da informação no país para poder encontrar respostas mais substanciais aos questionamentos teóricos e historiográficos da sua configuração na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

01. Filosofia, Estética, Teoria Social, Literária e da Comunicação, História Social da Cultura

- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. RJ, Jorge Zahar, 1985.
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. SP, Ática, 1989.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. RJ, Forense Universitária, 1983.
- _____. Entre o Passado e o Futuro. 2a. ed., SP, Ed. Perspectiva, 1988.
- _____. A Dignidade da Política - Ensaio e Conferências. RJ, Relume-Dumará, 1993.
- _____. Lições Sobre a Filosofia Política de Kant. RJ, Relume-Dumará, 1993.
- BAUDELAIRE, Charles. "Do Heroísmo da Vida Moderna". Em A Modernidade de Baudelaire. RJ, Paz e Terra, 1988, p. 26.
- BENJAMIN, Walter. A Modernidade e os Modernos. RJ, Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. "Imagens do Pensamento" e "Sobre o Conceito de História". Em Obras Escolhidas I. SP, Brasiliense, 1987, p. 188.
- _____. "Experiência e Pobreza". Em Obras Escolhidas II. 3ª ed., SP, Brasiliense, 1987.
- _____.; HABERMAS, J.; HORKHEIMER, M.; ADORNO T. Textos Escolhidos. Col. Os Pensadores, SP, Abril Cultural, 1983.
- BLACKBURN, Robin. "Thompson and the New Left", em New Left Review, nº 201, London, set/out de 1993.
- BURKE, Peter. Cultura Popular na Idade Moderna. SP, Cia. das Letras, 1989.
- CALHOUN, Craig. "Introduction", em CALHOUN, Craig (ed.). Habermas and the Public Sphere. Cambridge, Massachusetts, and London, MIT Press, 1992.
- CANCLINI, Néstor G. As Culturas Populares no Capitalismo. SP, Brasiliense, 1984.
- CERRONI, Umberto. Política. SP, Brasiliense, 1993.
- CHAMBAT, Pierre. "La Place du Spectateur (de Rousseau aux reality shows)", em ESPRIT, nº 188, Paris, janvier 1993.
- COHN, Gabriel. Sociologia da Comunicação - Teoria e Ideologia. SP, Pioneira, 1973.
- _____. (org.) Comunicação e Indústria Cultural. 5a. ed., SP, T.A. Queiroz, 1987.

- FEATHERSTONE, Mike. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. SP, Studio Nobel, 1995.
- _____. O Desmanche da Cultura. SP, Studio Nobel/Sesc, 1997.
- FRANKEL, Boris. "Habermas Talking: An Interview". *Theory and Society*, Amsterdam, 1, 1974.
- FRASER, Nancy. "Rethinking the Public Sphere". NY, Social Text, Vol. 8/9, 1990.
- FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje. SP, Brasiliense, 1986.
- _____. "Habermas e a Teoria do Conhecimento como Teoria Social", *Debate & Crítica*, SP, nº 4, novembro de 1974.
- GARNHAM, Nicholas. "The media and the Public Sphere"; em CALHOUN, Craig (ed.). Habermas and the Public Sphere.
- GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa, Gradiva, 1993.
- GIDDENS, Anthony. A Constituição da Sociedade. SP, Martins Fontes, 1989.
- _____. Modernity and Self-Identity. Cambridge, Polity Press, 1992.
- _____. A Transformação da Intimidade. SP, Ed. Unesp, 1993.
- _____. ; BECK, Ulrich e LASH, Scott. Reflexive Modernization - Politics, Traditions and Aesthetics in the Modern Social Order. California, Stanford University Press, 1994.
- GUREVITCH, M.; BENNETT, T.; CURRAN, J.; WOOLLACOTT, J. Culture, Society and the Media. London, Routledge, 1992.
- JENSEN, K. B. e ROSENGREN, K. E. "Cinq Traditions à La Recherche du Public", em HERMÈS 11-12, *À La Recherche du Public*, Paris, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. RJ, BTU.N.º 76, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. 2ª ed., SP, Brasiliense, 1990.
- _____. "Técnica e Ciência Enquanto Ideologia". Textos Escolhidos. Col. Pensadores. SP, Abril Cultural, 1983.
- _____. "Modernidade versus Pós-Modernidade", SP, *Arte em Revista*, nº 7, traduzido da *New German Critique*, nº 22, winter 1981.
- _____. "A Nova Intransparência". Em *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 18, SP, setembro de 1987.
- _____. Teoría de la Acción Comunicativa. Vol I e II, Madri, Taurus, 1988.
- _____. Pensamento Pós-Metafísico - Estudos Filosóficos. RJ, Tempo Brasileiro, 1990.
- _____. O Discurso Filosófico da Modernidade. Lisboa, Dom Quixote, 1990.
- _____. Passado como Futuro. RJ, Tempo Brasileiro, 1993, p. 99.
- _____. "Further Reflexions on the Public Sphere", em CALHOUN, Craig (org.) Habermas and the Public Sphere.

- HALL, Stuart. "Cultural Studies: Two Paradigms". The Open University, Summer 1980.
- HAUSER, Arnold. História Social da Literatura e da Arte. Vol. I e II, SP, Mestre Jou, 1972.
- HERBST, Susan. "Gender, Marginality, and the Changing Dimensions of the Public Sphere", *Communication Research*, Vol. 19, nº 3, June 1992.
- HOBBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo Desde 1780. RJ, Paz e Terra, 1990.
- HOHENDAHL, Peter Uwe. "Critical Theory, Public Sphere and Culture: Jürgen Habermas and his Critics", *New German Critique*, nº 16, 1979.
- _____. "Habermas' Philosophical Discourse of Modernity", NY, Telos, nº 69, Fall 1986.
- _____. "The Public Sphere: Models and Boundaries". Em CALHOUN, Craig (ed.). Habermas and the Public Sphere.
- LIMA, Luiz C. (org.). Teoria da Cultura de Massa. RJ, Paz e Terra, 1982.
- LÖWY, Michael. "A Escola de Frankfurt e a Modernidade - Benjamin e Habermas". SP, Novos Estudos CEBRAP, março de 1992.
- LUCAS, Fábio. O Caráter Social da Literatura. RJ, Brasileira; Paz e Terra, 1970.
- LUKÁCS, Georg. Ensaio sobre Literatura. RJ, 1965.
- MATTELART, Armand. Multinacionais e Sistemas de Comunicação. SP, Ed. Ciências Humanas, 1976.
- MCCARTHY, Thomas. "Reflexión sobre la Racionalización en la Teoría de la Acción Comunicativa", em Habermas y la Modernidad. Cátedra, Madri, 1988, p.283.
- ORTIZ, Renato. Cultura e Modernidade. SP, Brasiliense, 1991.
- PETERS, John D. "Distrust of Representation: Habermas on the Public Sphere", *London, Media, Culture & Society*, Vol. 15, nº 4, October 1993.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. Contribuições ao Estudo Institucional da Comunicação. Teresina, Edufpi, 1996.
- SIGNATES, Luís. "Sobre a Racionalidade Específica do Campo da Comunicação". Goiânia, Ensaio, junho de 1997.
- SWINGWOOD, Alan. O Mito da Cultura de Massa. RJ, Interciência, 1978.
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros - Uma crítica ao pensamento de Althusser. RJ, Zahar Ed., 1981.
- THOMPSON, John B. Ideologia e Cultura Moderna - Teoria Social Crítica na Era Meios de Comunicação de Massa. Petrópolis, RJ, Vozes, 1995.
- _____. "The Theory of the Public Sphere". *Teesside, Theory, Culture & Society*, Vol. 10, nº 3, August 1993.

TRETIKOV, Sergei. Citado por BENJAMIN, Walter. Em "O Autor como Produtor". Obras Escolhidas I.

WATT, Ian. A Ascensão do Romance: Estudos Sobre Defoe, Richardson e Fielding. SP, Cia. das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. Los Medios de Comunicación Social. Barcelona, Ed. Península, 1971.

_____. "Cultural Studies and Communications", Journal of Communication, nº 24, 1974.

_____. Communications. Third Ed., Middlesex, Penguin Books, 1977.

_____. Marxismo e Literatura. RJ, Zahar, 1979.

_____. "Literature and Sociology - in Memory of Lucien Goldmann", "Means of Communications as Means of Production", em Problems in Materialism and Culture. London, Verso, 1980.

_____. "You're Marxist, Aren't You ?". Em Resources of Hope - Culture, Democracy, Socialism. London, Verso, 1989.

_____. O Campo e a Cidade - Na História e na Literatura. SP, Cia. das Letras, 1989.

_____. On Television. London, Routledge, 1989.

_____. What I Came To Say. London, Hutchinson Radius, 1989.

_____. Cultura. RJ, Paz e Terra, 1992.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa, Editorial Presença, 1987.

WOLTON, Dominique. "Les Contradictions de L'Espace Public Médiatisé", em HERMÈS 10, Espaces Publics, Traditions et Communautés, Paris, 1992.

02. Sociologia, História Geral, do Brasil e Literária

AIEX, Anuar. As Ideias Sócio-Literárias de Lima Barreto. SP, Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.

AMADO, Gilberto. Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa. RJ, José Olympio, 1956.

AMARAL, Márcio T. Ruy Barbosa. SP, Ed. Três, 1974.

AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira. 4a. ed., Brasília, Ed. UnB, 1963.

BARBOSA, Francisco de Assis. Lima Barreto e a Reforma da Sociedade. Recife, Pool, 1987, p.25.

BARRETO, Lima. Crônicas Escolhidas. SP, Ática/ FSP, 1995.

_____. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. 5a. ed., SP, Brasiliense, 1971.

- BENEVIDES, Maria Victória de M. A UDN e o Udenismo - Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). RJ, Paz e Terra, 1981.
- BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. SP, Cultrix.
- BROCA, Brito. Memórias. RJ, José Olympio, 1968.
- _____. A Vida Literária no Brasil - 1900. 3ª ed., RJ, José Olympio Ed., 1975.
- _____. Teatro das Letras. Campinas, Ed. Unicamp, s/a.
- CACCIAGLIA, Mário. Pequena História do Teatro no Brasil. SP, T. A. Queiroz, Edusp, 1986, p. 48.
- CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. Da Propaganda à Presidência. Brasília. Ed. UnB, 1983.
- CÂNDIDO, Antônio. Vários Escritos. SP, Duas Cidades. 1970. p. 31.
- _____. Formação da Literatura Brasileira. 2º Vol., 6ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 1981.
- _____. O Discurso e a Cidade. SP, Duas Cidades, 1993.
- CARDOSO, Fernando H. e FALLETO E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina - Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a. ed., RJ, Zahar, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Col. Temas Brasileiros, Vol. 4, Brasília, Ed. UnB, 1981.
- _____. Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que Não Foi. SP, Cia. das Letras, 1987.
- _____. A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil. SP, Cia das Letras, 1990.
- COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. RJ, José Olympio, 1995.
- COHN, Gabriel. Petróleo e Nacionalismo. SP, Difel, 1968.
- COUTINHO, Afrânio (org.). A Polêmica Alencar - Nabuco. RJ, Tempo Brasileiro, 1965.
- _____. Introdução à Literatura Brasileira. 7a. ed., Ed. Distribuidora de Livros Escolares, 1975.
- DEBERT, Guita Grin. Ideologia e Populismo. SP, T.A. Queiroz, 1979.
- DURAND, José Carlos. Arte, Privilégio e Distinção. SP, Perspectiva; Edusp, 1989.
- EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do Meu Tempo. 5º vol., 2ª ed, RJ, Conquista, 1957.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro. Vol. 1, 3ª ed., Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.
- FAUSTO, Boris e HOLANDA, Sérgio B. de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. SP, Difel, 1977.

- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica. 3a. ed., RJ, Zahar, 1976.
- FERRAZ, Geraldo. Depois de Tudo: Memórias. RJ, Paz e Terra; SP, Sec. Municipal de Cultura, 1985.
- GUANABARA, Alcindo. A Presidência Campos Sales. Brasília, Ed. UnB, 1983.
- HERSCHMANN, Micael M. e PEREIRA, Carlos A. Messeder (org). A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia no Anos 20 - 30. RJ, Rocco, 1994.
- HOLANDA, Sérgio B. de. O Espírito e a Letra. Vol. I e II, SP, Cia. das Letras, 1996.
- LAMOUNIER, Bolívar, " Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República", em FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano.
- LIMA, Oliveira. O Movimento da Independência - O Império Brasileiro 1821 - 1889. 2ª ed., SP, Ed. Melhoramento, 1962.
- _____. D. João VI no Brasil. 3ª ed, RJ, Topbooks, 1996.
- LINS, Álvaro. Jornal de Crítica. 3a Série, RJ, José Olympio, 1944.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Artur Azevedo e Sua Época. 4ª ed., SP, LISA, 1971.
- MARTINS, Antônio. Arthur de Azevedo : A Palavra e o Riso. SP, Perspectiva; RJ, Ed. UFRJ, 1988.
- MARTINS, Luís. Homens e Livros. SP, Conselho Estadual de Cultura, 1963.
- MARTINS, Oliveira. História de Portugal. Vol. II, LB 323, Mira - Sintra, Publicações Europa-América.
- MAURO, Frederic. O Brasil no Tempo de Dom Pedro II - Col. A Vida Cotidiana. SP, Cia. das Letras, 1991.
- MELLO, Teixeira de; DÓRIA, Franklin; ASSIS, Machado de. Compêndio de História da Literatura Brasileira. RJ, s/ed; 1909.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil. 2ª ed., RJ, Departamento de Imprensa Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1971.
- MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha. SP, Perspectiva, 1977.
- _____. (org.) Estado e Cultura no Brasil. SP, Difel, 1984.
- _____. (org.) História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. I e II, SP, Sumaré/Fapesp, 1995.
- NABUCO, Joaquim. Um Estadista no Império. Volume Único, RJ, Nova Aguilar S.A, 1975.
- _____. Minha Formação. Brasília, Ed. UnB, 1981.
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). Quarta., SP, Hucitec, 1986.
- NUNES, Clarisse " A Escola Reinventa a Cidade ", em A Invenção do Brasil Moderno : Medicina, Educação e Engenharia no Anos 20 - 30.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida Política" em Fausto, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano.
- PRADO, Antônio. Lima Barreto: O Crítico e a Crise. RJ, Cátedra, Brasília; INL, 1976.
- REZENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos. Campinas; SP; Ed. da Unicamp, 1993.
- ROMERO, Silvío. História da Literatura Brasileira. Tomo 2º, 6ª edição, RJ, José Olympio Editora, 1960.
- SAES, Décio A. M. "Classe Média e Política no Brasil: 1930-1964". Em História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura Como Missão - Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República. SP, Brasiliense, 1983.
- _____. Orfeu Extático na Metrópole - São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes Anos 20, SP, Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Ciro. Quintino Bocaiúva, o Patriarca da República. Brasília, Ed. UnB, 1983.
- SILVA, H. Pereira. Lima Barreto, Escritor Maldito. 2a. ed. revista. RJ, Civ. Brasileira; Brasília, INL, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808 - 1821. SP, Ed. Nacional; Brasília, INL; 1977.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio a Castelo. 6a. ed., RJ, Paz e Terra, 1979.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil. Vol. 6 - Evaristo da Veiga, 2ª ed., RJ, José Olympio, 1957.
- SÜSSEKIND, Flora. Literatura e Vida Literária: polêmicas, diários e retratos. RJ, Jorge Zahar, 1985.
- _____. As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro. RJ, Nova Fronteira; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- _____. Cinematógrafo de Letras - Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. SP, Cia. das Letras, 1987.
- _____. O Brasil Não É Longe Daqui. SP, Cia. das Letras, 1990.
- TAUNAY, Afonso de E. A Missão Artística de 1816. Brasília, Ed. UnB, 1983.
- TINHORÃO, José Ramos. História Social da Música Popular Brasileira. Lisboa, Editorial Caminho, 1990.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo Quarto. 8ª edição integral. SP, Edições Melhoramentos/ Instituto Nacional do livro / MEC, 1975.
- VENEZIANO, Neyde. O Teatro de Revista no Brasil - Dramaturgia e Convenções. Campinas, SP: Pontes: Ed. Unicamp, 1991, p. 88.
- VERÍSSIMO, José. Letras e Literatos. RJ, José Olympio, 1936.
- VIANNA, Hélio. História do Brasil - Segunda Parte - Monarquia e República. 9ª ed., SP, Melhoramentos. 1972, p. 55.

VIANNA, Oliveira. Instituições Políticas Brasileiras. Belo Horizonte, Itatiaia; SP; Edusp; Niterói, RJ, Ed. da Universidade Federal Fluminense, 1987. Vol. 2.

03. Imprensa, Rádio e TV

03.1 Fontes (jornais, manuais, legislação)

Correio Braziliense, vol. I, II, VIII, XI, XII, XXII, XIII, XXV, XXVI.

Correio da Manhã

Correio Mercantil

Folha de São Paulo

Gazeta de Notícias

O Globo

O Jornal

Jornal do Brasil

Jornal do Commercio

A Imprensa

O País

Tribuna da Imprensa

Última Hora

FOLHA DE SÃO PAULO. Manual Geral da Redação. 2a. ed. revista e ampliada, SP, FSP, 1987

Manual de Estilo Editora Abril. Nova Fronteira, s/d.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Manual - Net Estado. [www.estado.com.br / redac / geral.html](http://www.estado.com.br/redac/geral.html)

Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei nº 4.117, de 27.08.1962; Lei 9.472, de 16.07.1997.

Lei de Imprensa 5.250, de 09.02.1967; Decreto-Lei nº 972, de 17.10.1969; Decreto nº 83.284, de 13.03.1979

Projeto da Nova Lei de Imprensa, aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, da Câmara dos Deputados, em 06.12.1995, em tramitação.

03.2 Crônicas, Memórias, Biografias, Estudos Históricos

ABRAMO, Cláudio. A Regra do Jogo. SP. Cia. das Letras, 1988.

AMADO, Gilberto. Assis Chateaubriand (Traços para um Estudo). RJ, Ed. O Cruzeiro, 1953.

- AMMIRATO, Giacomo. Homens de Jornais. RJ, Ed. Aurora, 1963.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. "João do Rio na Vitruína". Em (vários autores) João do Rio - Um Escritor entre Duas Cidades. Poços de Caldas; MG; Casa da Cultura/ Instituto Moreira Salles, 1992.
- ANDRADE, Jeferson de. Um Jornal Assassinado. RJ, José Olympio, 1991.
- AQUILES, Aristeu. Os jornais da Independência. RJ, Biblioteca Nacional.
- AVANCINI, Maria Marta Picarelli. Nas Tramas da Fama - As Estrelas do Rádio em Sua Época Áurea - Brasil - Anos 40 e 50. Campinas, Dissertação de Mestrado, Deptº de História da Unicamp, 1996.
- BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica. Vol. I e II, 4ª ed, SP, Ática, 1990.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Testamento de Mário de Andrade e Outras Reportagens. RJ, MEC, Imprensa Nacional, 1954.
- BARBOSA, Júlio. 40 Anos de Serviço ao Senado Federal e 50 Anos de Imprensa. RJ, Jornal do Commercio/ Rodrigues & Cia., 1950.
- BARBOSA, Ruy. A Imprensa e o Dever da Verdade. RJ, Biblioteca Nacional, 1920.
- BELLO, Oliveira. Imprensa Nacional (1808 - 1908) - Apontamentos Históricos. RJ, Imprensa Nacional, 1908.
- BELTRÃO, Luís. Iniciação à Filosofia do Jornalismo. RJ, Agir, 1960.
- BESSA, Alberto. O Jornalismo - Esboço Histórico da sua Origem e Desenvolvimento até os Nosso Dias. Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.
- BILAC, Olavo. Vossa Insolência - Crônicas. SP, Cia. das Letras, 1996.
- BUENO, Wilson C. Caracterização de Um Objeto - Modelo Conceitual Para a Análise da Dicotomia Imprensa Industrial / Imprensa Artesanal no Brasil. SP, Dissertação de Mestrado, ECA - USP, 1977.
- CAPARELLI, Sérgio. Comunicação de Massa sem Massa. SP, Ed. Cortez, 1980.
- CAPELATO, Maria H. e PRADO, Maria L. O Bravo Matutino. SP, Alfa-Ômega, 1980.
- _____. e MOTA, Carlos G. História da Folha de S. Paulo (1921-1981). SP, IMPRES, 1980.
- CARDOSO, Athos Eichler. O Fascículo de Literatura de Massa - Mercado Cultural no Brasil (1909 - 1940). Brasília, Dissertação de Mestrado, UnB, 1988.
- CARVALHO NETO, Manuel C. de. Norte, Oito Quatro. RJ, Biblioteca Nacional, 1977.
- CASÉ, Rafael. Programa Casé: o Rádio Começou Aqui. RJ, Mauad, 1995.
- CHEDIAK, Antônio J. "Prefácio", em LAET, Carlos de. Obras Seletas. Seleção e organização dos textos por Romero Senna. RJ, Agir. Fund. Casa de Ruy Barbosa; Brasília, INL, 1984.
- COSTA, Caio Túlio. O Relógio de Pascal. SP, Siciliano, 1991.
- COSTA, Licurgo e VIDAL, Barros. História e Evolução da Imprensa Brasileira. RJ, Ed. Comissão Org. do Centenário de Portugal, 1940.

- COSTELA, Antônio F. O Controle da Informação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1970.
- COTTA, Pery. A Imprensa nos Anos de Chumbo. RJ, Bertrand Brasil, 1997.
- DIMAS, Antônio. Na "Introdução" do livro por ele organizado de BILAC, Olavo. Vossa Insolência - Crônicas. SP, Cia. das Letras, 1996.
- DINES, Alberto. O Papel do Jornal - Uma Releitura. 4a. ed. ampliada, SP, Summus, 1986.
- DOURADO, Mecnas. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. Tomo II. RJ, Biblioteca do Exército, vol. 234, 1957.
- DULLES, John W. F. Carlos Lacerda - A Vida de Um Lutador. RJ, Nova Fronteira, 1992.
- FEDERICO, Maria E.B. História da Comunicação - Rádio e TV no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1982.
- FÉLIX NUNES, Antônio Carlos. Fora de Pauta. SP, Proposta Editorial, 1975.
- FERREIRA, Maria Nazaré. A Imprensa Operária no Brasil- 1880 - 1920. Petrópolis, Vozes, 1978.
- FONSECA, Gondim da. Biografia do Jornalismo Carioca (1808-1908). RJ, Liv. Quaresma, 1941.
- GAMBINI, Roberto. O Duplo Jogo de Getúlio Vargas. SP, Ed. Símbolo, 1977.
- GUASTINI, Mário. Tempos Idos e Vividos. SP, Ed. Universitária, 1945.
- GOLDFEDER, Míriam. Por Trás das Ondas da Rádio Nacional. RJ, Paz e Terra, 1980.
- IPANEMA, Marcelo de e IPANEMA, Cybelle de. História da Comunicação. Brasília, Ed. UnB, 1967.
- _____. Imprensa Fluminense - Ensaio e Trajetos. RJ, Instituto de Comunicação Ipanema, 1984.
- JOBIM, Danton. Espírito do Jornalismo. O Fenômeno do Jornalismo na Cultura Brasileira. RJ, Livraria São José, 1958.
- JORGE, Fernando. Cale a Boca, Jornalista !. SP, Vozes, 1987.
- KELLY, Celso. As Novas Dimensões do Jornalismo. RJ, Agir, 1966.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários - Nos Tempos da Imprensa Alternativa. SP, Página Aberta, 1991.
- LACERDA, Carlos. Depoimentos. Org. por Cláudio Lacerda Paiva, RJ, Nova Fronteira, 1978.
- LAGE, Nilson. Ideologia e Técnica da Notícia. Petrópolis, Vozes, 1979.
- LENHARO, Alcir. Cantores do Rádio. Campinas, Ed. Unicamp, s/a.
- LEUENROTH, Edgard. A Organização dos Jornalistas Brasileiros -1908-1951. SP, COM - ARTE, 1987.
- LEVIN, Orna Messer. As Figurações do Dândi - Um Estudo Sobre a Obra de João do Rio. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1996.
- LIMA, Alceu A. Da Tribuna e da Imprensa. Petrópolis, Vozes, s/a.

- LIMA, Raul. Jornalismo e Democracia. MEC, Serviço de Documentação, s/a.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Mil Dias - Os Bastidores da Revolução em Um Grande Jornal. SP, Trajetória Cultural, 1988.
- MADRID, André Casquel. Aspectos da Teleradiofusão Brasileira. SP, ECA/USP, 1973, Tese de Doutorado.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Três Panfletários do Segundo Reinado. SP, Cia Editora Nacional, 1956.
- _____. Ruy - O Homem e o Mito. RJ, Civilização Brasileira, 1964.
- _____. A Vida Vertiginosa de João do Rio. RJ, Civ. Brasileira, 1978.
- MARCONDES FILHO, Ciro. (org.) Imprensa e Capitalismo. SP, Kairós, 1984.
- _____. O Capital da Notícia. SP, Ática, 1986.
- _____. Quem Manipula Quem?. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARCONI, Paolo. A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978). 2a ed. revista, SP, Global Ed., 1980.
- MARRACH, Sônia Aparecida Alem. O Jornalismo Político de Cipriano Barata. SP, Tese, PUC-SP, 1992.
- MARTINS, Luís. João do Rio - Uma Antologia. RJ, INL, 1971.
- MATOS, Heloiza (org.) Mídia, Eleições e Democracia. SP, Página Aberta, 1994.
- MAUL, Carlos. Grandezas e Misérias da Vida Jornalística - Memórias. RJ, Liv. São José, 1968.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. Notícia: Um Produto à Venda (Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial). SP, Ed. Alfa-Ômega, 1978.
- _____. (org.) O Jornalismo na Nova República. SP, Summus, 1987.
- MELO, José Marques de. Fatores Sócio-Culturais que Retardaram a Implantação da Imprensa no Brasil. SP, Tese de Doutorado ECA - USP, 1972.
- _____. Sociologia da Imprensa Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1973.
- _____. ; FADUL, Anamaria e LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (org.). Ideologia e Poder do Ensino de Comunicação. SP, Cortez & Moraes / Intercom, 1979.
- _____. (org.) Populismo e Comunicação. SP, Cortez, 1981.
- _____. (org.) Teoria e Pesquisa em Comunicação - Panorama Latino-Americano. SP, Cortez/Intercom; Brasília, CNPq, 1983.
- _____. ; GALVÃO, W. (orgs.) Jornalismo no Brasil Contemporâneo. SP, ECA-USP, 1984.
- _____. (coord.) Inventário da Pesquisa em Comunicação no Brasil (1883-1983). SP, Intercom/Alaic/CIID, CNPq, 1984.
- _____. A Opinião no Jornalismo Brasileiro. 2a. ed. revista, Petrópolis, Vozes, 1994.

- MENDONÇA, Carlos Sússekkind de. "O Sensacionalismo". RJ, Ed. Freitas Bastos, 1931.
- MORAIS, Fernando. Chatô - O Rei do Brasil. 2a. ed., SP, Cia. das Letras, 1994.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. O Rádio no Brasil. RJ, Rio Fundo Ed., 1991.
- MURCE, Renato. Bastidores do Rádio - Fragmentos do Rádio de Ontem e de Hoje. RJ, Imago, 1976.
- OLIVEIRA, Dennison de. Estado e Mercado na Radiofusão. Campinas, Dissertação de Mestrado, Deptº de Ciências Sociais da Unicamp, 1990.
- ORTRIWANO, Gisela Swetlana. A Informação no Rádio - Os Grupos de Poder e a Determinação dos Conteúdos. 2 ed., SP, Summus, 1985.
- OZAMIS, P. Francisco. Os Bandeirantes da Imprensa. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.
- PASSOS, Alexandre. A Imprensa no Período Colonial. RJ, Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- PEREIRA, Hipólito da Costa. Diário da Minha Viagem para a Filadelfia. RJ, Academia Brasileira, 1955.
- RABELO, Genival. O Capital Estrangeiro na Imprensa Brasileira. RJ, Civ. Brasileira, 1966.
- RENAULT, Delso. O Dia-a-dia no Rio de Janeiro Segundo os Jornais (1870 - 1889). RJ, Cia. Brasileira; Brasília, INL, 1982.
- REPORTAGENS QUE ABALARAM O BRASIL. RJ, Bloch Ed., 1973.
- RICCI, Maria L. de S. R. A Atuação de um Publicista: Antônio Borges da Fonseca. Campinas, PUC, 1995.
- RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas. 3ª ed., RJ, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- _____. Vida Vertiginosa. RJ, H. Garnier, 1911.
- _____. No Tempo de Venceslão. RJ, Villas-Boas & Cia, 1917, pp. 187-191.
- _____. Adiante !. RJ, Francisco Alves, 1919.
- RIZZINI, Carlos. O livro, O Jornal e a Tipografia no Brasil, 1880- 1822: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. Fac. Similar. SP, Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- _____. Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. SP, Cia Editora Nacional, 1957.
- RODRIGUES, João C. João do Rio - Uma Biografia. RJ, Topbooks, 1996.
- ROSSI, Clovis. O Que É Jornalismo. SP, Brasiliense, 1980.
- SÁ, Victor de. Um Repórter na ABI. RJ, Ed. A noite, 1955.
- SAMPAIO, Mário Ferraz. História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo. RJ, Achiamé, 1984.
- SAROLDI, Luiz Carlos e MOREIRA, Sônia Virgínia. Rádio Nacional - O Brasil em Sintonia. 2a. ed., RJ, Martins Fontes/Funarte, 1988.
- SCHMUHL, Robert. (org.) As Responsabilidades do Jornalismo. SP, Nórdica, 1987.

- SCHUDSON, Michael. Discovering the News - A Social History of American Newspapers. NY, Basic Books, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Retrato em Branco e Negro - Jornais, Escravos e Cidadãos no Final do Século XIX. SP, Cia. das Letras, 1987.
- SEGISMUNDO, Fernando. Imprensa Brasileira - Vultos e Problemas. RJ, Edição Alba, 1962.
- SILVA, Leonardo D. A Imprensa e a Abolição. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. O Problema da Imprensa. RJ, Anuário do Brasil, 1923.
- _____. (org.). Antologia do Correio Brasiliense. RJ, Cátedra; Brasília, INL, 1947.
- SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria H. Técnica de Redação - O Texto nos Meios de Informação. 2a ed., RJ, Francisco Alves, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. 3ª ed. SP, Martins Fontes, 1983.
- SOUSA, José Pedro G. de. O Jornalismo e a Verdade Nacional. SP, Linográfica, 1959.
- TIMÓTHEO, Pedro (org.). Antologia do Jornalismo Brasileiro. RJ, Liv. Ed. Zélio Valverde, 1944.
- VERÍSSIMO, José. Livro do Centenário. RJ, Imprensa Nacional, 1900.
- VIANNA, Hélio. Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869). RJ, Imprensa Nacional, 1946, p. 72.
- VIEIRA, R.A. Amaral. (org.) Comunicação de Massa: O Impasse Brasileiro. RJ, Forense-Universitária, 1978.
- WAINER, Samuel. Minha Razão de Viver - Memórias de Um Repórter. RJ, Record, 1987.
- WERTHEIN, Jorge (org.). Meio de Comunicação: Realidade e Mito. SP, Ed. Nacional, 1979.

03.3 Ensaios, Estudos e Críticas

- BRANCO, Carlos Castelo. "Cobertura Política". Cadernos de Jornalismo e Comunicação do JB, nº 11, RJ, junho de 1968.
- BREGUÊS, Sebastião G. "A Imprensa Após 64", RJ, Encontros com a Civilização Brasileira, Vol. 2, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de "Introdução", em LISBOA, João Francisco. Jornal de Timon: Partidos e Eleições no Maranhão. SP. Cia das Letras, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. "Imprensa e Democracia", Folha de São Paulo, 02 a 30 de junho de 1986.
- COSTA, Wilma Peres. "A questão da Emancipação em Joaquim Nabuco e Tavares Bastos". Apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 1995, p. 3.
- FRIAS FILHO, Otávio. "A Folha e as Diretas", entrevista para Lua Nova - Cultura e Política. Nº 2, SP, Ed. Brasiliense/Cedec, julho/setembro de 1994.

- LUZ, Olavo. "A Longa Jornada de Um Quarto de Século", em 25 Anos de Imprensa no Brasil - Prêmio Esso de Jornalismo. Esso Brasileira de Petróleo, Deptº de Assuntos Públicos, jul/1980, p. 18.
- MALANGA, Eugênio em "Publicidade: Baluarte da Imprensa", Caderno Comunicação & Problemas, Ano II. Vol. II, n.º 1, março, 1966.
- NIXON, Raymond B. e HAHN, Tae-youl. "Concentração de Propriedade na Imprensa: Uma Comparação de 32 Países", Tradução de Alice Mitika, do Journalism Quarterly, Minnesota, 2º trimestre de 1971, em Cadernos de Jornalismo e Editoração, Deptº de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da USP, nº 8, junho de 1972.
- NOBRE, Freitas. "Concentração das Empresas de Informação", em Comunicações e Artes, ECA-USP, Ed. Revista dos Tribunais, nº 2, 1970, p. 59.
- OLIVEIRA, Wilson de. "Como Surgiu *Tribuna da Imprensa*". Em Comunicação & Problemas - Instituto de Ciências da Informação. Recife, Universidade Católica de Pernambuco, Vol. II, nº 3, novembro de 1966.
- RABELO, Genival. "Liberdade de Imprensa", RJ, Política & Negócios, nº 549, Ano XXII, 25.10.1962.
- RESENDE, Otto Lara. "Gutenberg Evoluiu Mas Vai Bem, Obrigado". Cadernos de Jornalismo e Comunicação, nº 27, nov/dez/1970.
- SARTI, Ingrid. "Comunicação e Dependência Cultural: Um Equívoco", em WERTHEIN, Jorge (org.). Meio de Comunicação: Realidade e Mito. SP, Ed. Nacional, 1979.
- SILVA, William Barcellos da. "Como Planejar e Controlar a Indústria - Jornal", em Cadernos de Jornalismo e Comunicação. RJ, Ed. Jornal do Brasil, nº 27, nov/dez de 1970.
- VELLOSO, Mônica. "A Modernidade Carioca na Sua Vertente Humorística". Trabalho apresentado ao XIX Congresso Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, outubro/95.
